

DÉBORA DECARLOS GONÇALVES

**PERCEPÇÃO E INTERAÇÃO DO MORADOR COM A CASA:  
O CONJUNTO HABITACIONAL “VICENTE LEPORACE”  
EM FRANCA-SP**

Tese Apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2003

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

G635p  
2003

Gonçalves, Débora Decarlos, 1967-

Percepção e interação do morador com a casa: o conjunto habitacional "Vicente Leporace" em Franca-SP / Débora Decarlos Gonçalves. – Viçosa : UFV, 2003. 176p. : il.

Orientador: Maria de Fátima Lopes  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa

1. Habitação - Aspectos sociais. 2. Percepção espacial. 3. Qualidade de vida - Franca (SP). 4. Espaço (Arquitetura). I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 19.ed. 363.5

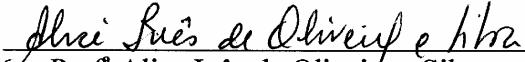
CDD 20.ed. 363.5

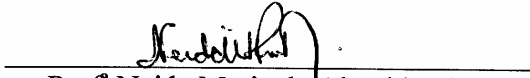
DÉBORA DECARLOS GONÇALVES

**PERCEPÇÃO E INTERAÇÃO DO MORADOR COM A CASA:  
O CONJUNTO HABITACIONAL “VICENTE LEPORACE”  
EM FRANCA-SP**


Tese Apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

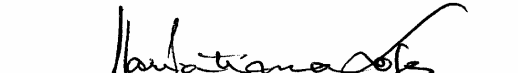
APROVADA: 25 de março de 2003.

  
Prof<sup>ª</sup> Alice Inez de Oliveira e Silva  
(Conselheira)

  
Prof<sup>ª</sup> Neide Maria de Almeida Pinto  
(Conselheira)

  
Prof<sup>ª</sup> Elaine Cavalcante Gomes

  
Prof<sup>ª</sup> Aline Werneck B. de Carvalho

  
Prof<sup>ª</sup> Maria de Fátima Lopes  
(Orientadora)

A Deus, sobre tudo e sobre todos, cuja presença constante sustenta-me e eleva-me cada vez mais com sua palavra.

A minha mãe.  
Sem ela não teria chegado até aqui.

A meus pais, por todo o apoio em todos os sentidos e pelo amor, pelo exemplo de vida, de luta e de fé, pela firmeza de caráter e pelos ideais que me proporcionaram.

A o meu marido e aos meus filhos, que sempre me apoiaram em minha jornada, renovando a cada dia a minha esperança e criando incentivos para que nunca desistisse dessa caminhada que foi repleta de espinhos e dificuldades.

A minha irmã, que sempre me aconselhava com palavras de conforto e que a todo momento reforçavam a minha capacidade e minhas potencialidades, como ser humano capaz de realizar essa tarefa com êxito e dignidade e, sendo assim, fazendo com que acreditasse na minha força.

Dedico especiais agradecimentos ao grupo entrevistado: os moradores do conjunto “Vicente Leporace”, em clima fraterno, com entusiasmo, dedicação e paciência, submeteram-se às minhas perguntas e às minhas observações.

Dedico à memória de meu pai, que faleceu meses antes do término desta dissertação.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Doméstica, pela oportunidade de aperfeiçoamento e pela realização do curso.

À professora Maria de Fátima Lopes, pela orientação, pela valiosa colaboração em todas as etapas deste trabalho, pelas sugestões, pelos ensinamentos transmitidos e, principalmente, pelo carinho, pela amizade muito estimada e pela dedicação e compreensão à minha pessoa.

Às professoras Neide e Alice Inês, pelo conhecimento, pela sabedoria e o dom de compartilhar tudo isso com extrema humildade. A essas duas professoras, agradeço pelas orientações. Foram valiosas e imprescindíveis na árdua caminhada do saber.

Aos professores membros da banca examinadora, pelas sugestões apresentadas, que foram de fundamental importância.

À assistente social do Posto de Saúde do bairro Vicente Leporace, que permitiu que participasse de algumas reuniões realizada na associação de bairro.

À Coordenação da Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, pela credibilidade.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica da UFV, em especial a Aloísia, Lena Efigênia, Roberto.

À minha amiga e minha irmã Denise, que com os seus pequenos gestos confiou em minhas potencialidades, inclusive nos momentos em que eu mesmo duvidei.

À minha mãe, que sempre foi minha amiga e me ajudou nos momentos mais difíceis desta caminhada, e que através dos seus pequenos gestos, somados, tornam-se um ato fundamental

Ao meu marido, que em pouco espaço de tempo, ocupou minha vida, completando-a com amor, grandeza e propriedade.

A todos os amigos que, com seu apoio incondicional, tornaram possível mais esta realização.

À Eliane Ventura da Silva, pela revisão lingüística, e ao Paulo Afonso da Silva, pelo trabalho de editoração eletrônica e pelo encaminhamento final de minha tese.

Aos moradores do “Vicente Leporace”, que participaram da construção desta história e possibilitaram que a mesma pudesse ser realizada. A esses moradores devo toda a minha gratidão por terem permitido uma certa convivência em suas casas.

## **BIOGRAFIA**

DÉBORA DECARLOS GONÇALVES, filha de Oswaldo Decarlos e Dalma Benedetti Decarlo, nasceu em 21 de fevereiro de 1967, em Franca, Estado de São Paulo.

Em 1991, graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Franca (UNIFRAN).

Em 1992, atuou como arquiteta em um escritório de Engenharia desenvolvendo e executando projetos arquitetônicos.

De 1993 a 1995, atuou em seu escritório de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvendo e executando projetos arquitetônicos, além de trabalhar em dois projetos idealizados pela Prefeitura Municipal de Franca, através de um convênio com a Associação dos Arquitetos de Franca, o “Programa Teto Seguro” e “Cesta Básica”.

Em 1996, ingressou na Universidade Federal de Viçosa como professora substituta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, ministrando diversas disciplinas, atuando em alguns projetos desenvolvidos através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, dentre os quais a elaboração do Código de Obra da cidade de Coimbra e o projeto “Adote uma Bacia”, desenvolvendo projetos ambientais em diversas bacias da região da Zona da Mata.

Em 1997, iniciou como aluna do curso de Especialização em Urbanismo no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV, tendo finalizado o mesmo no final de início de 1998.

Em 1999, iniciou o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em nível de Mestrado, tendo defendido tese em 25 de março de 2003.

## CONTEÚDO

|   | <b>Página</b> |
|---|---------------|
| RESUMO .....  | viii          |
| ABSTRACT .....  | x             |
| 1. INTRODUÇÃO .....   | 1             |
| CAPÍTULO 1.....   | 12            |
| PROCESSO METODOLÓGICO PARA O TRABALHO DE CAMPO NO<br>“LEPORACE” ..... | 12            |
| 1. O TRABALHO DE CAMPO .....  | 15            |
| 2. OS INTEGRANTES DO CONJUNTO “VICENTE LEPORACE” .....                | 20            |
| CAPÍTULO 2.....   | 26            |
| O MORADOR E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO.....                                | 26            |
| 1. CARÁTER ESPACIAL DO HOMEM E CARÁTER EXISTENCIAL DO<br>ESPAÇO ..... | 28            |
| 2. HABITABILIDADE.....  | 34            |
| 3. A PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO MORADOR/ESPAÇO.....                         | 38            |
| 3. CAPÍTULO 3.....  | 47            |
| O DESENVOLVIMENTO URBANO E POLÍTICAS HABITACIONAIS.....               | 47            |
| 1. O DESENVOLVIMENTO URBANO.....                                      | 47            |

|   | <b>Página</b> |
|---|---------------|
| 2. POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.....   | 49            |
| 3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS MORADIAS, SEGUNDO A VISÃO MODERNA .....   | 55            |
| CAPÍTULO 4.....   | 60            |
| FRANCA.....   | 60            |
| 1. ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA DA CIDADE .....  | 60            |
| 2. A POLÍTICA HABITACIONAL EM FRANCA.....   | 64            |
| 3. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO CONJUNTO “VICENTE LEPORACE” .....   | 69            |
| CAPÍTULO 5.....   | 75            |
| O PERCEBER E O AVALIAR: SEGUNDO A VISÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO “VICENTE LEPORACE” .....  | 75            |
| 1. A INFLUÊNCIA DOS CONCEITOS DA ARQUITETURA MODERNA PARA O DISTANCIAMENTO DO ESTUDO DA PERCEPÇÃO NA RELAÇÃO HOMEM E ESPAÇO ..... | 75            |
| 2. ASPECTOS SIMBÓLICOS QUE ENVOLVEM O CARÁTER DO HOMEM E O CARÁTER EXISTENCIAL DO ESPAÇO .....                                    | 83            |
| 2.1. Estilo das casas dos moradores do conjunto “Vicente Leporace” .....  | 124           |
| 3. ANÁLISE DOS FENÔMENOS SUBJETIVOS DA PERCEPÇÃO E O AMBIENTE CONSTRUÍDO.....   | 128           |
| 3.1. Territorialidade.....  | 128           |
| 3.2. Privacidade ou intimidade.....   | 137           |
| CAPÍTULO 6.....   | 165           |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 165           |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....   | 169           |
| APÊNDICE .....  | 173           |

## RESUMO

GONÇALVES, Débora Decarlos, M.S., Universidade Federal de Viçosa, março de 2003. **Percepção e interação do morador com a casa: o conjunto habitacional “Vicente Leporace” em Franca-SP.** Orientadora: Maria de Fátima Lopes. Conselheiras: Alice Inêz de Oliveira e Silva e Neide Maria de Almeida Pinto.

A concepção dessa pesquisa fundou-se na idéia de que ninguém melhor do que aqueles que vão ocupar um determinado espaço para saber como realmente querem estruturá-lo e concebê-lo. Assim, como profissional da manipulação do espaço acredita-se na relevância de tornar evidente a idéia, consciente ou inconsciente, que o morador faz do espaço em que gostaria de morar e viver. O importante seria conseguir materializá-la da forma mais fiel possível para que cada morador pudesse se sentir bem e se identificar com os espaços de sua casa. Trabalhar a percepção ambiental que o indivíduo tem a respeito do espaço interno da casa significa que, de certa forma, está procurando entender e estudar antecipadamente o indivíduo que deverá utilizar a casa. Para isso, faz-se necessário buscar uma nova filosofia de planejamento de casas populares não só no aspecto de abrigo, mas para entender as necessidades psicológicas e a interação entre o nível subjetivo do indivíduo e os objetos arquiteturais que podem ser claramente detectados por meio do estudo da percepção. Nesse sentido, estudar os aspectos subjetivos da percepção – como via de acesso aos significados que constitui os espaços internos da casa e os seus habitantes – torna possível descobrir como a arquitetura pode cumprir a sua dimensão humana, ajudando o indivíduo compreender o

seu ambiente para que esse possa viver com harmonia no espaço físico de sua casa. Ao considerarmos a percepção que o morador desse conjunto tem do espaço físico de sua casa é uma forma de perceber se ele está ou não experimentando satisfação na relação de interação que o indivíduo estabelece com a casa. Compreender as relações de interação entre morador e a casa são importantes para descobrir e entender as qualidades que os elementos arquitetônicos devem possuir para conferir habitabilidade aos ambientes domésticos. Estudar as relações que o morador estabelece com o espaço interno de sua casa é um fator importante para se entender como os indivíduos percebem os lugares vivenciados da sua casa e como essa interação entre morador/casa revela fenômeno existencial relacionado aos elementos arquitetônicos do espaço interno da casa. Todos os aspectos aparentemente simples da vida cotidiana, que origina a forma específica dos espaços físicos, podem ser um meio válido para entender o estilo de vida e os sistemas de conceitos de valores, mentalidade, cultura etc. Para os moradores do conjunto existem algumas regras que determinam o que eles procuram colocar dentro da sua casa. Sendo assim, considerou-se que essas regras podem, em alguns momentos, transparecer como esses moradores arrumam e constroem os espaços físicos de sua casa. Essas regras são determinadas, muitas vezes, por alguns padrões ou convenções que caracterizam o “estilo de vida” de um determinado grupo. Os padrões, por sua vez, podem sofrer influência dos aspectos culturais relacionados aos moradores desse bairro. Do que foi observado em relação à territorialidade, pode-se compreender que o estabelecimento de limites entre pessoas é importante para que o espaço interno da casa seja vivenciado de forma que as pessoas reconheçam os seus territórios e os dos outros. Em locais como a casa parece ser importante que em alguns momentos os limites sejam estabelecidos, através de barreiras arquitetônicas ou através de atitudes, para que se atendam as necessidades dos moradores conforme as suas atividades diárias. Percebeu-se que os valores determinados ou considerados por grupos que elaboram a construção do espaço vêm sofrendo um choque, pois, os modelos padronizados com base em uma concepção mais racional do espaço, não estão atendendo as múltiplas possibilidades que este pode significar. O que se espera é que determinados grupos possam renovar o olhar sobre o cotidiano e a imaginar, constantemente, as múltiplas possibilidades que o espaço pode significar. O que se espera é que esses possam reconhecer, com critério, as relações entre o homem e o seu ambiente através dos espaços da vida cotidiana.

## **ABSTRACT**

GONÇALVES, Débora Decarlos, M.S., Universidade Federal de Viçosa, March 2003.  
**Perception and interaction of a dweller with his house “Vicente Leporace” housing project in Franca-SP.** Orientadora: Maria de Fátima Lopes. Conselheiras: Alice Inêz de Oliveira e Silva and Neide Maria de Almeida Pinto.

This research is underlied by the belief that no one knows best how to structure and conceive a particular living space than those who are going to live in it. Thus, as professionals dealing with space manipulation, we believe it is important to put forth the idea that the dweller, consciously or unconsciously, makes of the space in which he would like to live. It is important to describe this idea as faithfully as possible so that each dweller could feel comfortable and identified with the spaces in the house. To interpret the environmental perception the individual has of the internal spaces of a house means that, somehow, one is trying to understand and analyze beforehand the person who is going to live in that house. Thus, it is necessary to search for a new philosophy of popular housing planning viewing it not only as a sheltering place but also focusing on the psychological needs and interaction between the individual's subjective needs and the architectural design which can be clearly detected through the study of perception. In this sense, to study the subjective aspects of perception as a form to grasp the meanings of the internal spaces of a house and those living in it allows to realize how architecture can fulfill its human dimension by helping the individual understand his/her environment so that she can live in harmony with her physical surroundings. When considering the perception a dweller has of his surroundings, one

can perceive whether h/she is satisfied or not with the interaction established between him/her and the house. It is important to understand the dweller/house interactions in order to realize and understand that the qualities the architectural elements should have to confer the spaces of a house a livable character. To study the relationship between the dweller and the internal space of his/ her house is important to understand how people perceive the spaces they use and how house/dweller interaction reveals an existential phenomenon related to the architectural elements of the internal spaces of the house. All the apparently simple aspects of everyday life, which give origin to specific forms of physical spaces, help understand the life style and value systems, culture etc. Dwellers follow some guidelines which determine what they choose to place inside their homes. Thus, these guidelines can reflect in some ways, how these dwellers arrange and build the physical spaces of their homes. These guidelines are often determined by some conventional standards which characterize the life style of a particular group. The standards may be influenced by cultural aspects related to the people who live in that neighborhood. Based on what is been observed regarding territorialism , it can be deduced that it is important to establish limits among people in a way so that the internal spaces of a home can be used and respected by all the members of the family living in it. In places such as a home, it seems important to establish limits through architectural barriers or attitudes, so that people's needs are met, according to their daily activities. It was observed that values determined or considered by groups in charge of elaborating a space construction, have been impacted, since the standardized models based on a more rational conception of space have not been able to meet the multiple possibilities involved. It is expected that particular groups be able to recreate everyday living and constantly imagine the multiple possibilities space can offer. These groups are expected by using sound criteria, to recognize the relations between human beings and their environment through everyday living spaces.

## 1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como unidade empírica de análise o conjunto habitacional “Parque Vicente Leporace”, que está localizado no município de Franca, no interior do Estado de São Paulo.

Franca é uma cidade predominantemente urbana, totalizando 350.000 habitantes. O município tem sua economia centrada na indústria de calçados, tendo, em função disto, um grande número de seus habitantes envolvidos nessa atividade. A partir da década de 50 até a década de 80, a cidade de Franca se tornou um pólo industrial, fato que intensificou o processo de urbanização e o crescimento populacional e econômico da cidade. Se por um lado a economia cresceu, por outro a população que migrou para a cidade, em busca de trabalho, enfrentou uma série de problemas, dentre eles, o da moradia.

Na década de 70, foi marcante o afluxo de pessoas que migraram do interior de São Paulo e de outros Estados para cidades de médio e grande porte, como ocorreu em Franca. Este contingente populacional contribuiu para agravar o *déficit* habitacional do município. Na ocasião, a Prefeitura Municipal solicitou ao Banco Nacional de Habitação (BNH) a construção de casas populares que pudessem suprir tal defasagem. Essas ações foram destinadas principalmente à população de baixa renda salarial.

Dentro desse contexto, em 1977 foi realizado um convênio entre a Prefeitura Municipal e a extinta Companhia de Casas (CECAP), visando a construção de 3.000 casas. Neste mesmo ano, foram realizadas pré-inscrições para as casas populares. Em

1979, realizaram-se novas inscrições no Departamento de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Franca (DEPROS) e, naquele mesmo ano, foi iniciada a construção das moradias, que foram concluídas em meados de 1981.

Dessa forma, em maio de 1981, as pessoas anteriormente inscritas foram convocadas para atualização dos dados. A partir daí, a Companhia de Desenvolvimento de São Paulo (CODESPAULO) realizou, através de sorteio, a seleção dos candidatos. Neste mesmo ano, em junho, foram entregues 1.027 moradias, e o restante foi entregue em julho do mesmo ano.

Parte dos habitantes da cidade de Franca conseguiu adquirir sua casa própria a partir desses programas habitacionais implementados pelo poder público. Entretanto, para muitos dos contemplados por estes programas a compra da casa própria tornou-se um problema, uma vez que não conseguiram conviver de forma harmoniosa com o espaço construído, além de encontrarem dificuldade para pagar o financiamento proposto pelo BNH, órgão responsável pela construção das casas.

Um dos programas implementados na época como uma das medidas do governo municipal para solução da problemática habitacional do município, foi a construção do conjunto “Vicente Leporace”. Esse conjunto habitacional localiza-se no bairro Leporace, zona norte da cidade, a 7 km do centro da cidade de Franca.

De 1981 a 1984 deu-se o processo de ocupação do conjunto “Vicente Leporace” pelos seus moradores. No início, além de todos os problemas de infraestrutura, o bairro se encontrava praticamente ilhado em relação à cidade, pela distância e pela ausência de uma ligação física – uma ponte –, como existe atualmente. Antes da construção dessa ponte, ocorrida em 1987, os moradores contavam apenas com a rodovia que ligava o bairro à cidade, cuja travessia colocava-os em constante risco de vida.

O processo de urbanização do “Leporace” trouxe a incorporação de novos bairros à região – Portinari, Tropical, Jardim Moreira, Jardim Luiza –, que utilizam o serviço de saúde, educação, lazer e segurança do conjunto “Leporace”.

O conjunto habitacional “Vicente Leporace” foi finalizado no início da década de 80, segundo a mesma concepção com que foram projetados os conjuntos habitacionais das grandes cidades na década de 70.

No ato da assinatura do convênio entre a CODESPAULO e a Prefeitura Municipal de Franca, ficou determinada a competência de cada uma das instituições. A Prefeitura Municipal de Franca responsabilizou-se pelos encargos da execução do

projeto e pela infra-estrutura do conjunto. A CODESPAULO ficou encarregada da fiscalização das moradias e do recebimento das mensalidades dos mutuários, através da instituição financeira Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa – Agência de Franca-SP.

Quanto à forma, o conjunto aparece como sendo algo estático e padronizado, o que se evidencia não apenas pelo aspecto externo das casas ali erguidas, como também pela disposição das ruas, dos espaços públicos. Tudo parece estar imbuído e constituído de uma simetria que expressa uma racionalidade na qual está encerrada a vida no conjunto.

Sob a alegação de uma maior “interação” das pessoas, a disposição das casas é feita de forma geométrica, o que mantém uma lógica hierarquizadora das pessoas e do espaço e cumpre o objetivo de viabilizar ao máximo o aproveitamento do terreno em termos da construção de unidades habitacionais, coerentes com uma política norteada pelo “enfrentamento” da questão do déficit habitacional.

Essa homogeneização se dá quando o Estado dispõe sobre o espaço, utilizando, no discurso da integração urbana, prerrogativas de suas determinações nas cidades. CHAÚÍ (1986) trata da questão do autoritarismo do Estado na sociedade brasileira, em relação também à utilização do espaço pelos planejadores. Sua análise sobre essa questão pode ser expressa nos seus dizeres a seguir:

*Assim, sob a égide da ‘modernização’, foi implantado no país um plano nacional de habitação popular, sobretudo para controlar a população urbana que cresceu em conseqüência das migrações. Trata-se de ‘casas populares’, os planejadores do Estado criaram conjuntos habitacionais para o ‘povo’ ou para a ‘massa’. Não só o material empregado era de péssima qualidade, nem só o uso do espaço foi o pior possível e o menor imaginativo, como também prevaleceu a idéia de uniformidade ou de homogeneidade. O que não é surpreendente numa sociedade autoritária, como a brasileira, é um fenômeno apenas existente da ‘classe média para cima’. ‘Para baixo’ não há indivíduos, apenas a massa. (CHAÚÍ, 1986 p.34)*

No entanto, tal universo padronizado e hierarquizado, imposto pela forma urbana do conjunto, contém também a diversidade, que se expressa pela vida de seus moradores. A realidade dos conjuntos habitacionais traz à tona contradições entre o espaço idealizado pelo Estado e o vivido, evidenciadas através da vida no conjunto, onde a luta dos que ali moram começa a dar vida aos espaços.

Uma conseqüência dessa forma autoritária de planejar e construir o espaço urbano é que o significado dado à casa e, conseqüentemente, ao espaço do conjunto é, em sua grande maioria, contrário ao prescrito pelo projeto. A imposição do uso do

espaço, em alguns momentos, pode ocorrer como foi prescrito. Entretanto, existe também a possibilidade de transgressão; de se criar vias secundárias ao que está posto como determinação.

Exemplo dessa resistência, o conjunto habitacional “Vicente Leporace” apresenta hoje uma realidade bem diferente de quando foram entregues as primeiras unidades aos moradores. Atualmente, cada casa apresenta-se com aspectos particulares: mudança da fachada, acréscimo de cômodos, pintura, construção de garagem, jardins, utilização de cômodos para fins comerciais etc., ocasionando uma transformação na paisagem do conjunto.



Figura 1 – Fachada original – falta de privacidade – não permite ocultar os olhares dos vizinhos para o interior de sua casa.



Figura 2 – Fachada modificada.

Mais uma vez reportamo-nos à CHAUI (1986), que considera a possibilidade de reinvenção do espaço pelos moradores como forma de resistência a um projeto autoritário. Para horror dos planejadores, cuja opinião era de que os conjuntos habitacionais haviam sido destruídos pelos habitantes, esse conjunto também foi totalmente modificado. No conjunto “Leporace” os moradores individualizaram suas casas: as fachadas foram revestidas com outros materiais e pintadas de cores vivas, azul, amarelo ou verde, as calçadas foram transformadas em jardins, a cozinha passou para os fundos e a sala de visita foi transformada em um recinto formal e às vezes utilizada como um dormitório, no caso das famílias numerosas. Os interiores receberam decoração individualizada pela mobília, por quadros, fotos e enfeites. Assim, o que estava planejado para ser um imenso conjunto padronizado, monótono e sem fisionomia, tornou-se festivamente “caótico” e recebeu o tom pessoal. Aqui, também a população não aceitou os projetos tais como foram previstos no plano inicial. Reinventou a casa. Resistiu. Os habitantes desse conjunto não inventam apenas a casa. Inventam o espaço. Criam o pedaço.

Esse é o cenário no qual se desenvolveu a história de cada sujeito social, e que, longe de ser estático, é eivado de vida, de contradições, de movimento.

A presente pesquisa começou a ser gerada a partir de inquietações e indagações provenientes da atuação da pesquisadora como arquiteta, contratada pela Prefeitura Municipal de Franca, através de um convênio com a Associação dos Arquitetos de Franca, para trabalhar com os moradores que vivenciavam diversos problemas a respeito dos espaços internos de suas casas. A pesquisadora começou a desenvolver seus serviços no período de 1991 a 1995, dez anos depois que os moradores haviam ocupado suas casas, e não conseguia entender porque, embora as pessoas mesmo se dizendo satisfeitas em relação à aquisição da casa própria, manifestavam uma enorme necessidade e um grande desejo de mudança no espaço interno de suas casas. Pois, foi possível perceber que a forma de organização dos espaços, o projeto arquitetônico, das casas desse conjunto gerava algumas insatisfações nos moradores.

Na tentativa de descobrir as razões de tantos problemas com relação ao espaço interno da moradia, surgiu o interesse em estudar de forma mais organizada e profunda as características espaciais que provocavam determinados conflitos na convivência familiar e geravam tantas insatisfações nos moradores.

Depois de voltar ao bairro e começar esse novo trabalho de pesquisa em 2001, tanto entre os moradores que já conhecia como entre os novos, observou-se que a

insatisfação muitas vezes ainda existia porque muitos deles não conseguiram reformar suas casas para atender melhor às necessidades de toda a família.

A idéia central dessa pesquisa funda-se no fato de que ninguém melhor do que aqueles que vão ocupar um determinado espaço para saber como realmente querem estruturá-lo e concebê-lo. Assim, como profissional da manipulação do espaço, acredita-se na relevância de tornar evidente a idéia, consciente ou inconsciente, que o morador faz do espaço em que gostaria de morar e viver.

No caso do conjunto “Vicente Leporace” os problemas enfrentados por seus moradores, como na maioria dos conjuntos habitacionais que vêm sendo construídos no Brasil desde a década de 30, deve-se ao fato de a casa ser construída de forma inadequada, sem analisar e considerar o morador como peça fundamental para a elaboração de projeto e construção destas casas. A idéia que manteria os projetos é a de construção em série de casas.

A partir dos depoimentos dos moradores e da vivência da pesquisadora com a comunidade, notou-se que assim que ocupavam suas casas e começavam a vivenciar ali o seu cotidiano eles se deparavam com diversos problemas de ordem física, como a falta de espaço, que prejudicava a privacidade e o conforto, gerando problemas de convivência familiar e com a vizinhança.

Durante o trabalho de campo, foi possível observar que as dificuldades em relação aos espaços internos da casa acarretaram problemas de convivência entre os familiares. Em muitos casos, os moradores reclamavam da impossibilidade de dividir o mesmo espaço com algumas pessoas da família ou das brigas ocasionadas pelo exíguo espaço da cozinha, obrigando a quem estivesse preparando alimentos a permanecer sozinho neste recinto, que não comporta mais de uma pessoa.

O presente trabalho teve como objetivos analisar a percepção do morador e a dimensão simbólica e sua influência no significado da casa como espaço de moradia e, ainda, avaliar, a partir da relação dos moradores com o espaço, o papel da categoria percepção como uma hipótese ou uma pressuposição de que pode exercer (ou não) uma influência nas mudanças físicas feitas nas casas desse conjunto.

Este trabalho, além de descrever as relações entre o espaço doméstico e seus moradores, tendo como fio condutor a percepção dos indivíduos, também enfatiza indicadores perceptivos de nível subjetivo: a privacidade, territorialidade e ambiência que complementam a relação espacial do homem e os lugares. Essa análise não pode

estar deslocada dos aspectos culturais da percepção, já que tais indicadores desenham o perfil teórico e prático dessa categoria (MALARD 1992).

É importante ressaltar que nesta pesquisa também procurou-se analisar, num primeiro momento, o conceito que o morador do conjunto habitacional Vicente Leporace tem do que é casa, além de procurar compreender como e em que medida a sua percepção do espaço interno da mesma influencia o relacionamento morador/casa. Desta forma, lidar com a questão da casa implica também perceber e considerar, dentre outras possibilidades, as percepções espaciais que são também constituídas pela cultura desses moradores, e que correspondem às suas vivências, continuamente construídas e modificadas ao longo do tempo.

Essa dissertação se estrutura da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta as bases metodológicas que orientam a pesquisa, e que foram direcionadas pelo pensamento de HÁGUETTE (1992), que alerta para a necessidade de construção do sujeito e de sua história a partir da busca de interpretações mais do que pela coleta de informações, pela busca de significados mais do que pelos índices, elaborando descrições.

Considera-se importante utilizar a observação participante entendida como técnica de coleta de dados, em que a presença do investigador em uma situação social é mantida para fins de investigação científica. É neste relacionamento face a face com o grupo e participando de seu ambiente natural e social que o observador coleta dados. Logo, ele se torna parte do contexto em investigação, modificando-o e sendo modificado por este (Cicourel, citado por HÁGUETTE, 1992).

Nesse encaminhamento metodológico, procurou-se relatar as técnicas utilizadas no registro das informações, como fotografia e entrevistas semi-estruturadas, através das quais foi possível analisar as questões referentes à construção dos conceitos de percepção e sua dimensão simbólica.

Posteriormente, procurou-se considerar, ainda, a importância dos estudos sobre o cotidiano, que é conceituado por HELLER (1970) como o espaço onde se estabelecem as situações experimentais, palco no qual são sistematizadas as reflexões teóricas através das quais as relações sociais são estabelecidas.

Finalmente, apresentou-se a descrição propriamente dita dos 48 integrantes que compõem o grupo que foi estudado durante quatro meses.

O segundo capítulo trata mais diretamente da construção dos conceitos associados à relação do morador com o espaço físico vivido, definindo, a partir daí, seus

“lugares vivenciados”. Neste capítulo, o relacionamento do indivíduo com o espaço foi entendido como caráter espacial do homem e caráter existencial do espaço. Procurou-se mostrar que é através do relacionamento do indivíduo com o espaço que o ser humano adquire um caráter espacial e que, à medida que o morador estabelece uma relação com o espaço este ganha um caráter existencial. Assim, através dessa dinâmica pode-se entender a íntima ligação entre morador/ambiente.

Essa relação indivíduo/espaço tem sido estudada por vários autores, como MALARD (1982), que defende a idéia de que existe uma influência mútua e dialética na interação entre o indivíduo e o seu ambiente. RAPOPORT (1984) descreve a construção do “lugar” através do relacionamento do habitante com o espaço e considera que essa dinâmica ambiental é direcionada pelo modo de vida das pessoas, por suas aspirações, pelo sistema social e pela sua percepção, para realmente poder atender às necessidades de cada indivíduo. O autor considera que todos esses fatores interferem na relação entre casa/morador, além de explicarem as diferentes formas de organização do espaço.

Nesse capítulo, levou-se em conta o conceito de habitabilidade como uma característica que demonstra se a relação do indivíduo com o espaço está sendo gerada de forma negativa ou positiva.

Procurou-se também traçar alguns conceitos referentes à percepção, como categoria relevante na relação entre o habitante e a sua casa. Através da análise de conceitos relativos à percepção, foi possível levantar questões e fazer algumas inferências relacionadas à dimensão simbólica da relação entre indivíduo e casa. Para RAPOPORT (1978), os diferentes processos de comunicação da percepção e as diferentes condutas humanas resultam de diferentes “mensagens” existentes na relação citada anteriormente.

Através da pesquisa realizada no conjunto habitacional sobre o ambiente, focalizando a ambientação (relação morador/ambiente) do espaço interno da casa e suas linguagens, objetivou-se obter alguns resultados sobre o comportamento perceptivo do morador.

No terceiro capítulo, situou-se o conjunto “Vicente Leporace” no quadro das políticas habitacionais nacionais e no contexto de desenvolvimento urbano no Brasil.

No quarto capítulo, situou-se a realidade estudada, reportando-se à cidade de Franca, através do relato histórico de seus aspectos gerais, sua política habitacional e o rebatimento dessa política na cidade e no conjunto “Vicente Leporace”.

No quinto capítulo, descreveu-se a influência dos conceitos da arquitetura moderna no que se refere ao seu distanciamento das questões perceptivas do indivíduo. A idéia central foi mostrar como os arquitetos modernos previam uma habitação prototípica a um ser humano, criando-se um arquétipo, o da habitação-para-todos.

Ainda nesse capítulo, descreveu-se a idéia de vários autores, como: LE CORBUSIER (1973), GROPIUS (1994) e outros, que defendiam idéias novas a respeito de olhar o ser humano como um indivíduo novo, que deveria mudar seus hábitos, valores e costumes para se adaptar a uma nova fase, o “Estado Novo”. Também nessa seção apresentamos idéias de autores, como: PANDOLFI (1984), CALVACANTI (1987), SANTOS (1990) e outros, contrários a essa forma de enxergar o ser humano, e que se opunham à idéia de que a casa era “uma máquina de morar, onde os indivíduos deveriam mudar o seu modo de vida para se adaptarem a casa. Esses autores não aceitavam a idéia de que o ser humano deveria esquecer toda a sua história, sua personalidade, para recriar dentro de si um novo homem, esquecendo também costumes, hábitos e crenças, e começar a viver a partir dessa era moderna. Na concepção desses autores, tais idéias eram muito mais uma defesa do rompimento com o passado, revelando uma preocupação maior com um estilo arquitetônico do que com a domesticidade do ambiente”.

É importante ressaltar que nesse capítulo descreveu-se, de forma sucinta, como os profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos dos conjuntos habitacionais constituem o espaço concreto e visível das casas. Além disto, considerou-se que esse mesmo espaço concreto e visível foi instituído através de conceitos que esses profissionais possuem a respeito dos moradores que ocupam as casas desses conjuntos, o que demonstra que o espaço concreto e visível dessas moradias possui significados que nem sempre correspondem àqueles dos moradores que normalmente modificam suas casas, pois essas são elaboradas sem considerar seus valores, seus hábitos, suas crenças e seus costumes. As casas expressam a visão de mundo de quem as projetou e, posteriormente, de seus moradores. Em uma sociedade de classes, ao projetarem conjuntos habitacionais para “pessoas de baixa renda”, os arquitetos expressam sua visão de classe a respeito dos futuros moradores; numa visão paternalista e, de certa forma, preconceituosa.

O quinto capítulo ainda trata da análise dos aspectos simbólicos que envolvem tanto o caráter espacial do homem como o caráter existencial do espaço, considerando os aspectos simbólicos que estão relacionados com a percepção do morador, e revelam

os aspectos subjetivos na relação do morador com a casa. Considerou-se ainda que a percepção pode ser avaliada através dos significados que os moradores criam para os seus lugares. O morador cria lugares a partir do momento em que se relaciona com o espaço físico. Para criar “lugares”, o morador tem que depositar no ambiente todos os seus hábitos, as suas crenças e seus valores, personalizando o lugar. O lugar deve conter os seus traços ou “ter a sua cara”, além de seguir normas incorporadas pela sua história de vida, que aponta para a sua herança cultural. Ao mesmo tempo, essas normas são determinadas por padrões culturais, como a “moda”, que também se estabelece por determinado momento histórico cultural.

Nesse capítulo constatou-se, através das análises, a relevância do desempenho da percepção para a aspiração e a busca da identidade do morador com o seu espaço. O morador permanece sempre em busca de correspondências perceptivas, para uma maior afinidade com o seu *habitat* como ser humano indivíduo e como ser humano social. Nesta busca, o espaço ambiental representa o suporte físico e funcional para a sua vida cotidiana, que aos poucos vai se tornando um “lugar vivenciado”, repleto de traços que apontam as características singulares, quer do grupo de moradores como também de cada indivíduo que vive nesses ambientes.

Autores como RAPOPORT (1967), SCHULZ (1980), MOORE e ALLEN (1985), HEIDEGGER (1986), BAUDRILLIARD (1991), MALARD (1993) e RYBCZYNSKI (1996) foram considerados nesse capítulo, para instrumentalizar a análise empreendida. Todos esses autores trabalham em uma perspectiva baseada na percepção que o indivíduo tem do espaço. Todos relacionam a percepção a fatores subjetivos, simbólicos e ou psicológicos.

Ainda neste capítulo, foram descritas as relações entre o espaço doméstico e os moradores, tendo como fio condutor a ênfase nos indicadores espaciais de privacidade, territorialidade e ambiência. Para entender e analisar esses indicadores, os autores considerados foram SOMMER (1973), YI-FU-TUAN (1983), RAPOPORT (1984), BAUDRILLARD (1993) e RYBCZYNSKI (1996). Os autores vêem nesses indicadores o fator subjetivo da percepção, considerando assim outros aspectos culturais, psicológicos e existenciais que são determinantes para a construção da relação entre indivíduo e lugar.

O propósito final deste trabalho de pesquisa foi articular as teorias referentes à construção dos conceitos relacionados à percepção dos indivíduos no que se refere à sua relação com a casa nas situações reais observadas com os residentes do conjunto

Vicente Leporace. Considerou-se a importância de inter-relacionar fatores culturais, como valores, hábitos, crenças e fatores subjetivos e psicológicos, que são elementos igualmente importantes na construção dos “lugares vivenciados” de um determinado grupo, dentro do contexto real desse grupo. Apropriar-se de um espaço é estar conectado a ele no passado, no presente e no futuro, decorrendo daí o vínculo com a preservação do ambiente construído. A apropriação do espaço está relacionada à necessidade de estar confortável enquanto o indivíduo atua e cuida do ambiente interno de sua casa.

## **CAPÍTULO 1**

### **PROCESSO METODOLÓGICO PARA O TRABALHO DE CAMPO NO “LEPORACE”**

A forma de investigação da realidade empregada neste trabalho parte do princípio que o ser humano utiliza-se do ambiente conforme a percepção que tem do mesmo, que, por sua vez, depende de como o espaço se organiza e se apresenta. No entanto, esta organização espacial traduzida em elementos físicos não rege sozinha a percepção e a utilização do meio; há ainda fatores intangíveis como as subjetividades de cada povo ou local, compostas principalmente por sua memória e história. É a soma destes três elementos – memória, história e organização espacial – que resulta na forma como o sujeito percebe e utiliza o seu ambiente e, por conseguinte, no que costumamos chamar de contexto espacial.

“Para conhecer e avaliar o lugar com profundidade é imprescindível a investigação do contexto no qual este está inserido”. Ao realizar a pesquisa, segundo a orientação de FERRARA (1999), percebeu-se que os elementos que compõem o ambiente envolvem as características físicas do espaço e, principalmente, as características sociais e históricas de cada morador ou família; estas duas últimas desempenhando papel ímpar na compreensão do espaço ambiental da casa. Além desses fatores, foram identificados outros que variam de pessoa para pessoa, ou de grupo para grupo. Grupos diferentes têm visões diferentes de seu meio e o utilizam também de forma particular. A heterogeneidade desses usos e características se deve à história de

cada localidade, assim como à de cada lugar, que muitas vezes se compõe de fatos que não são de domínio público; uma história não-institucionalizada, que, portanto, não consta nas fontes secundárias disponíveis para pesquisa. Como, então, conhecer o contexto do lugar, a fim de avaliar profundamente suas particularidades tangíveis e intangíveis?

O caminho encontrado pela pesquisadora foi se valer de uma investigação em fontes secundárias e institucionais, a fim de combinar essas fontes com o trabalho de campo. Esse procedimento possibilitou uma percepção do lugar e de suas características legítimas, uma vez que investiga os elementos que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, busca a compreensão de como os indivíduos percebem e assimilam o espaço interno de suas casas.

Essa pesquisa foi basicamente direcionada pelo pensamento de HÁGUÉTTE (1992), que definiu a observação participante como um processo no qual a presença do observador em uma situação social é mantida para fins de investigação científica. No trabalho de campo procurou-se observar o morador a fim de manter uma interação face a face com os observados e de participar com eles do seu ambiente de vida durante a coleta de dados. No decorrer do trabalho de campo observou-se que, a partir do momento que o processo de observação foi acontecendo, a pesquisadora se sentia como parte do contexto observado, no qual poderia modificar e pelo qual, ao mesmo tempo, poderia ser modificada. Segundo HÁGUÉTTE (1992), o papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, podendo dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; podendo ser uma parte integrante da estrutura social, ou periférica em relação a ela.

Na pesquisa de campo, para efeito de coleta de dados, foram utilizadas várias técnicas que compõem a observação participante: a entrevista semi-estruturada, aberta e fotos, segundo a perspectiva de RICHARSON (1985). Para ela, a entrevista não-estruturada visa obter informações do entrevistado, seja de um fato de seu conhecimento, ou do seu comportamento, e ainda conhecer a sua opinião, podendo também explorar suas atividades e motivações. Além disto, a entrevista não-estruturada procura entender o vocabulário próprio do grupo pesquisado e, por meio de uma conversação guiada, obtém informações detalhadas, que podem ser utilizadas em uma análise qualitativa. Portanto, esse tipo de entrevista procura saber o que, como e porque algo ocorre em vez de determinar a freqüência destas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita.

A entrevista não-estruturada foi realizada com o auxílio de um roteiro de perguntas, para ajudar a pesquisadora a manter uma seqüência lógica e encaminhar a

entrevista de maneira que os entrevistados pudessem fornecer informações detalhadas e relevantes para a análise qualitativa dos dados. O registro dos dados foi feito por meio de gravador, anotações de campo em caderno e documentação fotográfica.

As primeiras informações coletadas foram aquelas relacionadas ao perfil socioeconômico dos indivíduos, como: idade, ocupação, renda, número de filhos, escolaridade e origem. A partir daí, buscou-se identificar a percepção, consciente ou não, que os indivíduos têm do seu espaço de residência, com ênfase no significado e simbolismo da casa.

Para que os moradores pudessem ser descritos, passou-se algum tempo durante as visitas observando suas preferências, seus hábitos e suas relações interpessoais com os outros moradores, buscando a sua relação com o uso e a apropriação dos espaços que conformam a residência.

A etapa da observação feita durante o trabalho de campo foi muito rica, pois permitiu perceber como os espaços são partilhados e quais os conflitos advindos da sua divisão.

Além das entrevistas, foram consideradas conversas informais com os moradores para obtenção de informações a respeito da organização do espaço físico da casa, tanto relacionadas à estrutura física quanto à divisão das atividades diárias. Desta forma, puderam ser percebidos a organização e o significado do espaço interno de sua casa e sua percepção e seu sentimento em relação a ele.

A descrição das ações utilizadas pelos usuários para transformar suas casas foi um importante indício para a análise de sua satisfação ou não com a mesma. Associado a isto, procurou-se conhecer as técnicas utilizadas pelos moradores na melhoria do espaço interno de suas casas. Outro aspecto considerado foi a concepção do entrevistado sobre privacidade, intimidade, bem-estar e conforto.

Considerando os objetivos, o roteiro proposto em várias situações cedeu lugar a perguntas formuladas de acordo com a ocasião. Desta forma, privilegiou-se um relacionamento mais informal entre os entrevistados e a pesquisadora, tanto nas entrevistas como nas observações das ações diárias, cujas informações mais relevantes foram sendo registradas no diário de campo.

As entrevistas foram conduzidas de maneira informal. A convivência passada com os moradores também contribuiu para o clima tranquilo e de confiança com que transcorreram as entrevistas

## **1. O TRABALHO DE CAMPO**

Para o trabalho de campo a pesquisadora não determinou a faixa etária na qual os entrevistados deveriam se enquadrar.

Para a coleta de dados, todos os entrevistados que deveriam compor o grupo pesquisado seriam os moradores já conhecidos, sem determinar sua idade. A pesquisa teve como proposta para coleta de dados estudar a unidade familiar, através da observação participante, e todos os moradores que residem nela.

Para as entrevistas foram escolhidos 48 moradores do conjunto habitacional “Vicente Leporace”. Foram considerados os participantes do convênio entre a Associação dos Arquitetos e o Departamento de Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Franca. Esta escolha se deve ao fato de a maioria dos moradores selecionados já ter um relacionamento de trabalho com a pesquisadora em anos anteriores, devido a serviços que foram desenvolvidos por ela nesse conjunto. Sendo assim, esta foi a maneira que, a princípio, a pesquisadora considerou ser mais fácil para restabelecer o contato com os moradores e tentar instituir uma relação com eles, a fim de conhecer suas atividades diárias. Também, considerou-se que essas famílias seriam de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho de campo, já que a metodologia adotada requer alguns parâmetros importantes, como determinar um certo vínculo de amizade para que se possa desenvolver com clareza o contato entre o observador e os pesquisados, para assim iniciar a pesquisa de campo. O fato de a pesquisadora possuir um certo vínculo com essas famílias facilitou a aproximação entre a pesquisadora e os moradores.

Normalmente as visitas aconteciam durante o dia, e geralmente as pessoas que participaram das entrevistas eram as mulheres e os filhos que se encontravam em casa nesses horários. Os homens das famílias entrevistadas geralmente trabalham fora durante o dia todo. Sendo assim, os que foram entrevistados e participaram mais profundamente da pesquisa eram os que se encontravam em casa durante o dia, pois trabalham à noite na indústria de calçado. Eles não se negaram a participar de algumas conversas, pois tinham orgulho em contar como foi que conseguiram reformar a sua casa

Algumas visitas aconteceram no período da noite, mas com menos frequência e em determinadas ocasiões extraordinárias, como quando a pesquisadora era convidada para alguma festa ou para rezar o terço com essas famílias.

Outro aspecto que influenciou a participação das mulheres na pesquisa foi o fato de elas trabalharem em casa, costurando sapato. Observou-se que as mulheres têm essa atividade como sua ocupação principal, ou seja, para a maioria delas essa é a sua profissão. Além disto, trabalhando em casa, muitas vezes elas conseguem conciliar o trabalho com os cuidados com os filhos e com os afazeres domésticos. Porém, a maioria delas reclamava, dizendo que é uma carga muito pesada de trabalho e, portanto, não sobra tempo para se dedicarem aos seus cuidados pessoais. Em muitos momentos confessaram que o trabalho ajuda a complementar a renda familiar, e outras contaram que precisavam trabalhar porque o marido estava desempregado.

O trabalho de campo foi desenvolvido basicamente no interior das casas dos moradores do conjunto. Esse fato ajudou a perceber e a observar como os participantes da pesquisa utilizam e organizam o espaço físico de suas casas e como esses convivem e suportam os problemas enfrentados pela falta de espaço. Em muitos momentos durante as visitas foi possível presenciar cenas que demonstravam, com clareza, as dificuldades que os moradores tinham de encarar com relação à divisão do espaço interno da casa e à falta de espaço, o que influenciava o convívio diário dessas famílias.

A princípio, notou-se uma certa resistência por parte de alguns moradores, pois observou-se que alguns não se sentiam à vontade para demonstrar e falar de determinados assuntos mais íntimos, como as brigas entre casais e irmãos, que estavam relacionadas a fatores ligados à organização do espaço da casa ou à construção do seu espaço físico. Alguns moradores demonstraram uma certa resistência em participar da pesquisa. Mas essa distância foi aos poucos sendo contornada pelos outros membros da família, que conheciam melhor a pesquisadora, e também pela pesquisadora, que

quando percebia um certo distanciamento buscava estabelecer um contato maior com ela, por meio de conversas informais sobre assuntos ligados ao dia-a-dia. Com o decorrer da pesquisa notou-se que os moradores sentiam-se à vontade para conversar e confidenciar segredos para a pesquisadora.

Durante as visitas foi possível perceber que determinados problemas enfrentados pelas famílias tinham uma certa relação com o espaço da casa. Algumas vezes a pesquisadora teve a oportunidade de auxiliar uma moradora no preparo do almoço, e depois dessa experiência notou-se que o problema da falta de espaço na cozinha e a sua localização no espaço interno da casa influenciam o desenvolvimento dessa atividade, assim como interferem na convivência familiar nesse período do dia. Essa mesma família estava construindo uma nova cozinha, e depois de pronta foi possível notar uma mudança no convívio dos familiares durante o preparo das refeições e constatar como as mudanças das relações familiares neste novo cômodo uniam a família nos momentos em que ela compartilhava o seu dia-a-dia.

A idéia de desenvolver um trabalho de pesquisa sobre as relações entre o espaço doméstico e seus moradores causou-lhes um misto de curiosidade e satisfação, pois, ao mesmo tempo em que questionavam as razões pelas quais as suas vidas diárias e familiares poderiam trazer algum interesse para um estudo acadêmico, encontravam na pesquisa uma forma de relatar suas dificuldades a partir do momento que ocupavam suas casas.

O trabalho de campo começou com visitas à comunidade, em dezembro de 2001, para rever e conversar com esses moradores conhecidos. Nessas visitas a pesquisadora, em conversas informais, explicou-lhes o trabalho e a razão da escolha do conjunto habitacional para a pesquisa, mostrando como eles poderiam contribuir para o seu desenvolvimento.

No início de 2002, a pesquisadora retornou à comunidade para se certificar do interesse dos moradores na participação da pesquisa e para iniciar a pesquisa de campo propriamente dita.

Durante o período da coleta de dados, contou-se com a colaboração da assistente social do bairro, que no final de 2001 procurou a pesquisadora, mostrando-se interessada na pesquisa que estava sendo desenvolvida. Essa profissional conduzia as ações de um programa que havia sido implantado pela Prefeitura Municipal de Franca na associação de bairro daquele conjunto.

Depois desse primeiro contato, veio o convite da assistente social para participação da pesquisadora nas reuniões da associação de bairro. Nessas ocasiões discutiram-se temas que tratavam da relação entre o morador e o espaço interno de sua casa e pôde-se também estabelecer um maior contato com os moradores.

Em consequência da presença da pesquisadora nessas reuniões, alguns moradores se interessaram em participar das entrevistas, pois se sentiram à vontade depois que entenderam o objetivo da pesquisa.

Algumas respostas obtidas, posteriormente, na coleta de dados deram a impressão de que eram explicitadas segundo aquilo que pensavam ser mais adequado, ou de acordo com as expectativas da pesquisadora. Para contornar tal fato, foram considerados os silêncios às perguntas, bem como o comportamento, os costumes, os gestos e os olhares, tidos como altamente reveladores em todo o processo de construção da pesquisa de campo e em sua análise. Tais observações, conforme mostra PEIRANO (1995), podem resultar em mais *insight* do que muito tempo gasto com perguntas previamente elaboradas, funcionando como meio de “captar o pensamento”, a forma de ser dos moradores desta comunidade. Conhecer melhor os moradores pesquisados e se envolver com mais profundidade pode ajudar no momento da investigação para se obter informações do entrevistado, sobre um fato que ele conhece, ou mesmo sobre o seu convívio familiar.

O maior desafio que se pôde encontrar na realização do trabalho de campo foi o de romper as distâncias que separam a pesquisadora da população pesquisada<sup>1</sup>. Mas o relacionamento que já existia com a comunidade garantiu a aproximação da pesquisadora, que aos poucos foi se tornando uma pessoa “de casa” para os moradores deste conjunto.

Como a pesquisadora já tinha desenvolvido um trabalho nesse bairro, como foi colocado anteriormente, ela já era conhecida por algumas pessoas do conjunto “Leporace”, e para eles tornou-se uma “pessoa que freqüentava” o bairro, alguém que desenvolvia um trabalho que era conhecido por eles. Para os moradores a pesquisadora “já era de casa”, e muitas vezes ajudou-os a resolver seus problemas de ordem burocrática, na época da construção e reforma de suas casas, além de ouvi-los desabafar seus problemas.

---

<sup>1</sup> Durante a redação deste trabalho as palavras população pesquisada, moradores e comunidade foram atribuídas como sinônimo aos moradores do conjunto habitacional “Vicente Leporace”.

Esta “conquista”/identificação foi um sinal de que a pesquisadora era bem-vinda, valendo-lhe o convite de entrada pela porta do fundo nas casas de grande parte dos entrevistados contrariando o costume mantido para os estranhos, que sempre entram pela porta da frente e que freqüentemente não são convidados a passar para outra parte da casa. Muitas vezes ela foi convidada a entrar nos quartos e conhecer os filhos, visitar doentes, conversar com os avós que estavam doentes na cama, participar de churrascos que alguns dos moradores promoviam.

Tornar-se “comum” ajudou a tornar mais estreita a relação entre a pesquisadora e a população. Sendo assim, foi possível, em muitas ocasiões, presenciar cenas comuns do dia-a-dia daquelas pessoas.

Foram considerados os hábitos e a prática cotidiana dos moradores desse conjunto como sendo um dos elementos de análise, partindo do pressuposto de que estes constituem o cenário onde se dão suas relações interpessoais e onde se relacionam com o espaço. A partir desse princípio, as investigações teóricas sobre as questões da percepção foram estabelecidas.

Levando em conta ainda que o enfrentamento da estrutura rígida dos conjuntos depende exatamente da singularidade vivida pelos moradores – de seus relacionamentos pessoais dentro da estrutura familiar, de sua organização espacial e dos momentos de sua história –, é que neste estudo procurou-se ouvir os moradores e conhecer como se constroem suas relações com o espaço da casa.

Ainda foram utilizados como referencial teórico para orientar a pesquisa de campo os estudos sobre cotidianidade apresentados por HELLER (1979), que parte do pressuposto de que a vida cotidiana apresenta-se como ponto de partida para a investigação da relação do morador com a casa. Vale ressaltar que, embora a vida cotidiana não se constitui em teoria, pode, entretantes, ser o ponto de partida para a sua investigação ou estruturação. Portanto, o conhecimento sobre o dia-a-dia não se limita à mera descrição da trajetória de vida cotidiana de seus sujeitos, mas considera que estas trajetórias se inserem num contexto de normas e significados específicos, que podem ser analisados reflexivamente em determinados direcionamentos teóricos. Então, considerou-se a prática da vida cotidiana dos moradores do “Leporace” como um dos elementos de análise, partindo do pressuposto de que esta constitui o cenário onde se dão as relações com o espaço e, a partir daí, as investigações teóricas sobre como as questões da percepção e seus fatores subjetivos e culturais foram estabelecidos.

## **2. OS INTEGRANTES DO CONJUNTO VICENTE LEPORACE**

Para que o leitor possa conhecer um pouco mais sobre os moradores desse conjunto, será feita uma breve caracterização geral dos moradores que participaram do trabalho de campo.

Observou-se que aproximadamente 40% dos entrevistados não concluíram o 2º grau, 30% não possuem o 1º grau completo, 20% completaram o 1º grau e 10% tem o 2º grau completo. Somente uma entrevistada possui o 3º grau completo e um outro morador que não havia estudado.

A maioria dos entrevistados não possui o 2º grau completo. A grande parte dos entrevistados justificava a ausência na escola, dizendo que muitos desistiram dos estudos para trabalhar, pois precisavam sustentar seus filhos. Além disto, afirmam ter vindo para essa cidade em busca de melhores condições de vida, o que associam diretamente ao trabalho.

Sendo assim, esses dados gerais confirmam os depoimentos dos moradores, que relatavam em conversas informais que não terminaram os estudos, pois precisavam trabalhar para manter o sustento dos filhos e também para tentar realizar alguns desejos, como a reforma da casa.

A faixa etária do grupo pesquisado e entrevistado variou de 20 a 65 anos. A proposta era observar os componentes da unidade habitacional e entrevistar os moradores da casa, sem determinar idade ou sexo.

Entretanto o grupo das mulheres foi o mais entrevistado, pois sempre estavam em casa nos horários de visitas. No total foram entrevistadas 39 mulheres, e estas

estavam divididas em três grupos de faixa etária diferentes: 21 tinham de 30 a 48 anos; 12 pertenciam a um grupo de mulheres mais velhas, que tinham de 50 a 66 anos; e 6 tinham de 13 a 29 anos.

A renda média do grupo pesquisado é de aproximadamente quatro salários mínimos. Observou-se também que esse é um fato que limitou ou retardou o processo de reforma das casas desse conjunto, pois, segundo os entrevistados, a reforma dessas casas às vezes tem um custo alto, até pela própria estrutura física da casa.

De 48 entrevistados, 12 ganham até dois salários mínimos e oito ganham três salários mínimos, ou seja 44% dos entrevistados possuem uma renda abaixo de quatro salários mínimos. Os outros 28 entrevistados recebem salários que correspondem a cinco salários mínimos.

O nível socioeconômico dos moradores é diferenciado, pois a renda dessas famílias varia de acordo com a função que os seus membros desempenham nas fábricas de calçados, que é a ocupação predominante entre os moradores desse bairro. A maioria dos moradores do conjunto “Vicente Leporace” vive da prática de costurar sapatos em casa, ou trabalha em fábricas de sapato. Nos seus depoimentos, muitos reclamaram que este é um serviço cansativo e desgastante.

De todos entrevistados, 38 são moradores que fizeram as suas inscrições no ano de 1977 e foram selecionados através de sorteio, os outros dez, adquiriram a sua casa quando compraram dos proprietários que foram anteriormente sorteados. Sendo assim, a maioria dos entrevistados é morador que reside no conjunto há mais ou menos 20 anos, e muito deles relataram as dificuldades que tiveram para reformar e ampliar a sua casa. Apesar das diferenças de nível socioeconômico, o conjunto “Vicente Leporace” foi planejado para atender a uma população mais carente, que certamente passou por várias dificuldades financeiras que impediram a realização de alguns sonhos, que a maioria dos moradores tinham para reformar suas casas.

Muitos moradores do conjunto “Vicente Leporace” vieram de cidades vizinhas de Franca para trabalhar, e alguns vieram de muito longe em busca de trabalho e melhores condições de vida, já que a cidade, desde a década de 60, vinha se desenvolvendo de forma muito intensa e acelerada na indústria de calçado.

Observou-se que a maioria dos moradores sempre se lembrava com carinho de sua terra e trazia consigo muitas lembranças de sua infância ou adolescência, durante o período em que viveram na cidade ou na fazenda onde nasceram. Essas lembranças sempre estavam, de alguma forma, traduzida também na forma de organização dos

espaços de sua casa. Determinados lugares de suas casas foram construídos em função das lembranças passadas, ou seja, esses lugares representavam para eles lembranças passadas, que caracterizavam alguns hábitos que foram adquiridos quando ainda conviviam com seus pais.

Os entrevistados mais jovens relatavam que nasceram na cidade de Franca e vieram morar no “Leporace” e também construíram ali a sua história, seja ela vista de forma positiva ou negativa. Não só os jovens construíram a sua história nesse lugar, os adultos também confessavam ter depositado ali todo o seu esforço pessoal para conquistarem os seus desejos de melhores condições de vida, principalmente no que diz respeito à sua casa.

Grande parte da população do conjunto “Vicente Leoporce” é de migrantes vindos de outras cidades, mas que atualmente já se consideram francanos por residirem há muito tempo na cidade.

Depois de descrever o desenvolvimento metodológico para o trabalho de campo e os integrantes que enriqueceram a pesquisa de campo, faremos uma análise da categoria percepção.

Além de eleger a percepção como elemento de pesquisa para este trabalho, considerou-se importante descrever alguns conceitos a respeito da relação do morador com o espaço e a habitabilidade. Estudar a relação que morador estabelece com o espaço é de fundamental importância, para se entender a categoria percepção ambiental, que está intimamente ligada a estes dois conceitos.

Tabela 1 – Caracterização geral dos moradores do conjunto “Vicente Leporace”

| Nome                           | Idade (anos) | Escolaridade     | Nº de filhos  | Origem                 | Ocupação principal        | Ocupação secundária  | Salário      | Renda familiar |
|--------------------------------|--------------|------------------|---------------|------------------------|---------------------------|----------------------|--------------|----------------|
| Alessandra                     | 29           | 3º grau completo | Uma filha     | Franca                 | Professora                | Professora           | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.500,00   |
| Alice                          | 54           | 1ª série         | Cinco filhos  | Pedregulho             | Faxineira                 | Dona de casa         | R\$ 260,00   | R\$ 500,00     |
| Antônio Carlos Garcia          | 42           | 4ª Série         | Quatro filhos | Franca                 | Sapateiro                 | Sapateiro            | R\$ 440,00   | R\$ 440,00     |
| Batista                        | 50           | 4ª série         | Dois filhos   | Deofinópolis           | Costureira manual         | Dona de casa         | R\$ 400,00   | R\$ 800,00     |
| Célia                          | 43           | 1ª série         | Três filhos   | Cássia                 | Dona de casa              | Dona de casa         |              | R\$ 600,00     |
| Cláudia Regina Marcelino Silva | 30           | 2º grau completo | Três filhos   | Franca                 | Manicure                  | Dona de casa         | R\$ 180,00   | R\$ 1.800,00   |
| Cleuza                         | 50           | 7ª série         | Três filhos   | Jeriquara              | Banca de pesponto         | Banca de pesponto    | R\$ 400,00   | R\$ 1.000,00   |
| Daniela Silva                  | 22           | 7ª série         |               | Franca                 | Costureira manual         | Costureira manual    | R\$ 120,00   | R\$ 370,00     |
| Elsa                           | 66           | 4ª série         | Quatro filhos | São José da Bela Vista | Dona de casa              | Dona de casa         |              | R\$ 400,00     |
| Elizete                        | 46           | 3ª série         | Três filhos   | São Tomás do Alquino   | Costurar sapato           | Dona de casa         | R\$ 180,00   | R\$ 1.200,00   |
| Eurípa                         | 62           | 8ª série         | Três filhos   | Sacramento             | Auxiliar de enfermagem    | Dona de casa         | R\$ 500,00   | R\$ 2.000,00   |
| Fabiana                        | 29           | 2º grau completo | Um filho      | Franca                 | Revisora de bordado       | Dona de casa         | R\$ 370,00   | R\$ 900,00     |
| Fátima Ap. Cardoso             | 43           | 6ª série         | Quatro filhos | Paraná                 | Revendedora de cosméticos | Dona de casa         | R\$ 370,00   | R\$ 500,00     |
| Geraldo                        | 55           | 2ª série         | Quatro filhos | Sergipe                | Comércio                  | Comércio             | R\$ 400,00   | R\$ 400,00     |
| Geraldo Alves Ribeiro          | 66           | 3ª série         | Quatro filhos | Claraval               | Pespontador               | Indústria de calçado | R\$ 400,00   | R\$ 400,00     |
| Isabel                         | 37           | 1º grau completo | Dois filhos   | Franca                 | Doceira                   | Dona de casa         | R\$ 500,00   | R\$ 1.300,00   |
| Isabel                         | 38           | 2º grau completo | Dois filhos   | Franca                 | Dona de casa              | Dona de casa         |              | R\$ 1.000,00   |

Continua...

Tabela 1, Cont.

| Nome                       | Idade (anos) | Escolaridade        | Nº de filhos         | Origem               | Ocupação principal    | Ocupação secundária | Salário      | Renda familiar |
|----------------------------|--------------|---------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|--------------|----------------|
| Iolanda                    | 56           | 2º grau completo    | Dois filhos          | São Tomás do Alquino | Trabalho na escola    | Dona de casa        | R\$ 600,00   | R\$ 600,00     |
| Jesus José dos Santos      | 57           | Não estudou         | Três filhos          | Gastão Vidigal       | Metalúrgico           | Metalúrgico         | R\$ 1.200,00 | R\$ 1.500,00   |
| Joaquim R. da Silva        | 65           | 1ª série incompleta | Sete filhos e esposa | Cássia               | Motorista de ônibus   | Motorista de ônibus | R\$ 448,00   | R\$ 1.000,00   |
| José Carlos Reis           | 32           | 2º grau completo    | Dois filhos          | Franca               | Pigmentador           | Pigmentador         | R\$ 850,00   | R\$ 850,00     |
| Kleber                     | 50           | 2º grau completo    | Três filhos          | Claraval             | Cobrador              | Vigia               | R\$ 1200,00  | R\$ 1.200,00   |
| Larissa Cristina de Castro | 13           | 7ª série            | Uma irmã, pai e Mãe  | Franca               | Estudante             |                     |              | R\$ 1.000,00   |
| Leolina L                  | 50           | 1º grau completo    | Três filhos          | Conquista            | Dona de casa          | Dona de casa        |              | R\$ 1.200,00   |
| Lúcia H. Souza             | 52           | 2º grau completo    | Três filhos          | Franca               | Secretária            | Do Lar              |              | R\$ 2.800,00   |
| Luzia                      | 64           | 1ª série            | Dez filhos           | Sacramento Jaquarina | Costureira de sapato  | Dona de casa        | R\$ 300,00   | R\$ 600,00     |
| Luiz Pedro da Silva        | 52           | 1º grau completo    | Três filhos          | São Paulo            | Taxista               | Taxista             | R\$ 1000,00  | R\$ 1.000,00   |
| Maria Darch Cantarino      | 29           | 1º grau completo    | Dois filhos          | Pedregulho           | Cabeleireira          | Cabeleireira        | R\$ 500,00   | R\$ 2.000,00   |
| Maria Aparecida            | 44           | 2º grau completo    | Quatro filhos        | Franca               | Costureira manual     | Dona de casa        | R\$ 450,00   | R\$ 450,00     |
| Maria Aparecida Aguiar     | 60           | 1º ano              | Nove filhos          | Nepomuceno           | Doméstica             | Doméstica           | R\$ 250,00   | R\$ 600,00     |
| Maria A. Gomes da Silva    | 51           | 8ª série            | Dois filhos          | Franca               | Setor Calçadista      | Dona de casa        | R\$ 300,00   | R\$ 600,00     |
| Maria Goreti               | 42           | 7ª série            | Três filhos          | Patrocínio Paulista  | Enfermeira (afastada) | Enfermeira          | R\$ 300,00   | R\$ 500,00     |
| Maria Helena da Silva      | 38           | 4ª série            | Quatro filhos        | Restinga             | Dona de casa          | Secretária          | R\$ 200,00   | R\$ 440,00     |
| Maria de Lourdes Morais    | 65           | 2ª série            | Três filhos          | Claraval             | Dona de casa          | Dona de casa        |              | R\$ 600,00     |

Continua...

Tabela 1, Cont.

| Nome                      | Idade (anos) | Escolaridade       | Nº de filhos           | Origem     | Ocupação principal       | Ocupação secundária      | Salário    | Renda familiar |
|---------------------------|--------------|--------------------|------------------------|------------|--------------------------|--------------------------|------------|----------------|
| Maria de Oliveira Machado | 54           | 4ª série           | Quatro filhos          | Piuí       | Do lar e vendedora       | Do lar                   | R\$ 200,00 | R\$ 400,00     |
| Meire                     | 33           | 3º ano contabilid. | Três filhos            | Restinga   | Setor calçadista         | Dona de casa             | R\$ 400,00 | R\$ 1.400,00   |
| Miria Malaquias Ferreiro  | 32           | 2º grau completo   | Três filhos            | Franca     | Do lar                   | Do lar                   |            | R\$ 800,00     |
| Nanci Abrão Silva         | 43           | 2º grau completo   | Dois filhos            | Pedregulho | Dona de casa             | Dona de casa             |            | R\$ 400,00     |
| Regina                    | 40           | 2º Grau            | Dois filhos            | Franca     | Pespontadeira            | Dona de casa             | R\$ 400,00 | R\$ 900,00     |
| Rose                      | 33           | 8ª série           | Três filhos            | Franca     | Dona de casa             | Dona de casa             |            | R\$ 1.200,00   |
| Sauma                     | 64           | 3ª série           | Nove filhos            | Itirapuã   | Lavadeira                | Dona de casa             | R\$ 60,00  | R\$ 600,00     |
| Simone                    | 27           | 7ª série           | 8 pessoas              | Franca     | Dama de companhia        | Costureira manual        | R\$ 300,00 | R\$ 900,00     |
| Sônia Regina de Souza     | 48           | 4ª série           | Quatro filhos          | Franca     | Costureira               | Costureira manual        | R\$ 120,00 | R\$ 370,00     |
| Sonia Rodrigues de Souza  | 43           | 6ª Série           | Dois filhos            | Ibiraci    | Costureira               | Dona de Casa             | R\$ 400,00 | R\$ 1.200,00   |
| Terezinha Ap. Alberto     | 46           | 1ª série           | Três filhos Três netos | Pratápolis | Costureira de sapato     | Dona de casa             | R\$ 400,00 | R\$ 400,00     |
| Valdeci                   | 47           | 8ª série           | Dois filhos            | Goiás      | Costureira               | Dona de casa             | R\$ 400,00 | R\$ 700,00     |
| Vera                      | 42           | 4ª série           | Três filhos            | Franca     | Dona de casa             | Dona de casa             |            | R\$ 600,00     |
| Vicente de Paulo Nogueira | 53           | 4ª série           | Seis filhos            | Pedregulho | Ajudante de almoxarifado | Ajudante de almoxarifado | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00   |

## **CAPÍTULO 2**

### **O MORADOR E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO**

Para realização deste trabalho, foi necessário compreender a interação entre o homem e o seu espaço arquitetural, que é premissa básica para entender como o indivíduo percebe os “lugares” em que vive e qual a dimensão simbólica desses “lugares”.

Foi preciso compreender a forma singular como é vivido o espaço físico da casa, que aos poucos começa a ser modificado pelo morador, adquirindo características próprias, tornando o ambiente cada vez mais parecido com o seu dono. Sendo assim, a interferência do morador no espaço físico da casa forma um local de morada. A partir daí, pode-se vê-lo sob lentes, não apenas de sua racionalidade intrínseca, mas do desenho da casa que sempre habitaram. E já sabemos que ela é diferente. Misturam-se o espaço concebido, que exige “adaptação”, uma “nova cultura”, e a vivência de um habitar, que difere do morador e, ao mesmo tempo, impõe-lhe esse conteúdo precedente.

A imagem da casa fica entre uma concepção moderna, sem referências, e uma concepção da história, emprestadas das experiências anteriores, de outros espaços da cidade e até do campo, que se afirmam como traços culturais e sociais do morador (DURAND, 1998).

O morador configura o seu espaço além de ser por ele configurado, transpõe, revivifica experiências passadas. A cultura e a imaginação do morador consolidam mais de uma forma de apropriação deste espaço.

## **1. CARÁTER ESPACIAL DO HOMEM E CARÁTER EXISTENCIAL DO ESPAÇO**

Como já foi dito, esta pesquisa objetivou investigar a interação que o homem estabelece com o espaço, embasando-se em teorias que tratam da percepção ambiental. Mas, antes de mostrar um pouco destas teorias (perceptivas), deve-se abordar a questão do relacionamento “morador e espaço” e a habitabilidade.

Através da relação que cada morador estabelece com o seu habitat, pode-se compreender como este constrói os seus “lugares vivenciados” e quais as significações que esses “lugares” adquirem em função desta troca.

De acordo com FISCHER (1989), a apropriação engloba formas de interação entre indivíduos e ambientes, que expressam a afirmação do ser sobre os lugares, através de uma utilização particular do espaço.

A apropriação do espaço envolve a interação usuário/espaço, onde o usuário atua moldando o espaço que, em contrapartida, torna-se receptivo. Malard refere-se aos lugares receptivos como aqueles com os quais as pessoas se sentem em perfeita harmonia e nos quais elas encontram sua identidade individual e coletiva (MALARD, 1993, p.360).

Utilizando a abordagem fenomenológica, MALARD (1992) partiu da idéia de que o indivíduo e o espaço são existencialmente conectados, pois se o indivíduo é “ser no mundo”, então a existência do ser humano é espacial. Como todas as ações humanas têm lugar no espaço, este espaço é o espaço arquitetural, que é dotado de todos os significados que a existência humana possui. O autor aborda “habitar” como um

‘fenômeno que compreende três dimensões: interior/exterior, visibilidade e apropriação, que se desdobram em fenômenos que poderiam ser agrupados em: necessidade de proteção, territorialidade, privacidade e identidade. Uma vez que, como “ser no mundo”, o indivíduo habita o mundo e se a casa é o lugar para habitar, então o objeto arquitetural “casa” media o fenômeno “habitar”.

Esse raciocínio teórico foi desenvolvido por Malard em sua tese de doutoramento (MALARD, 1992), para investigar os atributos essenciais que as casas populares deveriam ter para mediar o habitar. O seu estudo de caso foi desenvolvido em um conjunto habitacional de baixa renda em Minas Gerais.

Tomar o indivíduo como referencial, como fazem as teorias da percepção, também é característica da abordagem defendida por Malard. Em seus trabalhos ela cita Heidegger (1986), que descreve as ações humanas que acontecem no espaço e estabelece um relacionamento inseparável entre ser humano e espaço, caracterizando a existência humana como espacial e, portanto, simultaneamente funcional, racional e simbólica, incorporando todas as necessidades humanas, suas expectativas e seus desejos.

A noção de espaço arquitetural como concretização de imagens e esquemas ambientais desenvolveu-se da teoria de espaço existencial baseada na fenomenologia (NORBERG-SCHULZ, 1975). A abordagem fenomenológica configura-se como a forma de poder compreender características espaciais que vão além das relações geométricas e propriedades físicas, o que não seria possível através da ciência explicativa.

Na seqüência do desenvolvimento teórico, MALARD (1992) utiliza os termos ambiente construído, espaço arquitetural e eventos. Ambiente construído é conceituado como algum tipo de ambiente que sofreu intervenção humana. Espaços arquiteturais são locais do ambiente construído onde ocorrem os eventos humanos, e eventos são atividades do homem que envolvem interação com coisas ou pessoas.

Desenvolvendo atividades, o ser humano espacializa suas intenções, dando-lhes forma física e criando lugares<sup>2</sup> significativos. Desta forma, o espaço arquitetônico

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, lugar vivenciado são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as nossas necessidades. A palavra “lugar” e “morada” pode ser definido aqui como um “lugar vivenciado” que pode adquirir profundo significado para o indivíduo, devido a um contínuo acréscimo de sentimentos por determinados locais ou espaço. “Lugar” aqui é considerado como um local, onde as pessoas vivem, mas ao mesmo tempo ele transcende o espaço físico, pois ele é considerado um lugar representado por símbolos que compõem um conjunto de signos e valores.

pode ser entendido como a espacialização do desejo. As espacializações são a expressão, no espaço, da interação entre eventos (formas sociais) e coisas (formas físicas). Assim é que cada tipo de espaço arquitetural<sup>3</sup> é constituído por uma certa classe de espacializações, que “arranjam lugar” para um certo tipo de evento.

Em uma mesma cultura, cada evento do cotidiano pode ser agrupado em padrões, que têm sua correspondente forma arquitetural (dormir/dormitório, cozinhar/cozinha etc.). Assim, as espacializações e os lugares são estreitamente relacionados; os lugares afetam o relacionamento social, interferindo nos eventos, facilitando-os, impedindo-os ou condicionando-os. Caracteriza-se aí um processo recíproco em que os indivíduos criam lugares para suas atividades, dotando-os com significado. Estes lugares, por sua vez, influenciam a forma social (Csikszentmihalyi & Rochberg-Halton, apud MALARD, 1992). Esta influência recíproca entre o comportamento humano e as condições ambientais parece não ser ainda um consenso entre os pesquisadores da área. Existem duas correntes que discutem o assunto: os deterministas e os interacionistas. A primeira considera que o comportamento humano é formado por determinantes ambientais, enquanto a segunda considera que há uma interação existencial entre o ser humano e seu ambiente. Esta influência mútua e dialética é a posição adotada por Malard, e sobre ela está centrada sua abordagem.

Para que os eventos se realizem, além de espaço é necessário tempo disponível; o tempo apresenta-se como um componente dos eventos. Este tempo é o tempo social (experienciado), diferente do tempo físico (linear). O tempo físico refere-se às seqüências e durações dos eventos que são independentes de convenções humanas (fases da lua ou ciclo dia/noite), e o tempo social refere-se a seqüências e durações de eventos que são convenções humanas (anos na escola). Como são as estruturas sociais que definem a organização do tempo social, ele é determinado por formas sociais. A experiência do tempo na vida diária se faz pelo entremeamento dos tempos físico e social na vida íntima de cada indivíduo (Weigert, apud MALARD, 1992).

A organização do tempo não só afeta, mas também controla as espacializações, permitindo ou impedindo que elas aconteçam.

---

<sup>3</sup> As palavras “espaço” e “espaço arquitetural” foram utilizadas neste trabalho para significar as características físicas da casa. Na realidade, as esferas físicas não existem sozinhas ou separadamente, ao contrário, são constantemente modificadas pelo morador. O “espaço físico” corresponde aos diversos fatores que compõem os elementos arquitetônicos e também significa, nesta pesquisa, um espaço onde o projetista e o morador intervêm a todo o momento, transformando e caracterizando o espaço em um “lugar vivenciado”.

Do que foi discutido, Malard conclui que tempo/espaço/eventos estão correlacionados e não podem ser considerados separadamente quando o ambiente é concebido.

Quando os ambientes são projetados, quatro elementos estão sendo organizados: espaço, tempo, significado e comunicação. Espacializando suas atividades, o indivíduo dota seus lugares com significados. Portanto, os espaços arquitetônicos são significativos por natureza. Se a organização da significação remete à comunicação, na verdade só dois elementos estão sendo organizados: espaço e tempo (Rapoport, apud MALARD, op. cit.).

Esses quatro aspectos – espaço, tempo, comunicação e significado – interagem entre si, por exemplo na comunicação entre as pessoas que são influenciadas pela organização dos significados dos diferentes elementos do espaço, a organização do espaço, que está relacionada com o tempo, e assim por diante.

RAPOPORT (1984) afirma que as regras da organização – espaço, tempo, significado e comunicação – contêm uma certa regularidade porque estão relacionadas com a cultura. A cultura está ligada a um grupo de pessoas que compartilham um conjunto de valores, crenças, pontos de vista sobre o mundo em geral e a um sistema de símbolos que se aprendem e que são transmitidos. Tudo isto gera um sistema de regras e costumes que reflete nos ideais e que produz um estilo de vida que guia os comportamentos, os papéis sociais, as maneiras, o sistema de alimentação, assim como a maneira de construir. Assim, o que distingue um espaço de outro é a natureza das regras por ele codificadas. Portanto, seria possível afirmar que a organização do espaço é mais um fato mental do que um fato físico.

Segundo RAPAPORT (1978), a organização do meio ambiente é o resultado da aplicação de conjunto de regras que refletem diferentes concepções de qualidade ambiental. Assim, a casa pode ser considerada como um intento do dar expressão à imagem de um meio ambiente ideal ou de fazer congruentes um meio ambiente ideal e outro real.

Um aspecto importante sobre o estudo das relações entre o homem e o seu meio ambiente diz respeito às atividades do cotidiano. A forma como compreendemos essas atividades pode ser de grande utilidade quando vamos projetar espaços mais próximos da realidade social dos usuários.

Todos os aspectos aparentemente simples da vida cotidiana, que origina a forma específica dos espaços físicos, podem ser um meio válido para entender o estilo de vida e os sistemas de conceitos de valores, mentalidade, cultura etc.

O espaço arquitetural é a concretização do espaço existencial, podendo ser considerado em três níveis: o nível simbólico, funcional e tecnológico. O nível simbólico é relativo ao universo das percepções, emoções e desejos, sentimentos que impulsionam o homem a agir e criar locais para suas ações, dando significância aos lugares. A questão envolvida é “Para que é isto?”. O nível funcional refere-se à ordenação das coisas no espaço para o desenvolvimento de atividades na vida diária. Aqui a questão é “Como fazer isto funcionar?”. Já o nível tecnológico abarca o conhecimento técnico e o saber fazer, para criar lugares funcionais e significativos. A indagação que sintetiza este nível é “Como fazer isto?”. Quando os níveis não estão adequadamente balanceados, podem surgir conflitos entre os objetos arquiteturais e seus usuários, ou seja, entre a relação homem e espaço.

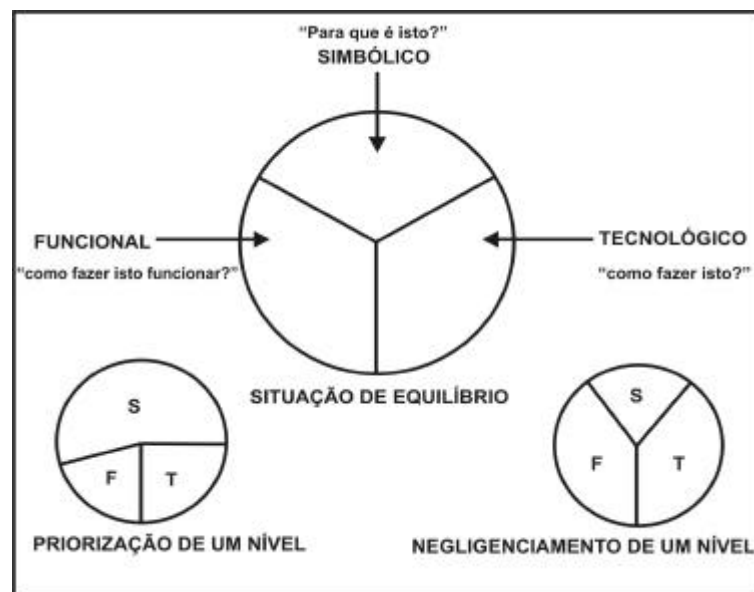


Figura 3 – O espaço arquitetural é a concretização do espaço existencial.

Assim, no momento da concepção do espaço arquitetural é importante saber qual a questão primeiramente colocada. A abordagem explicativa da ciência começa com as questões: “Como fazer isto funcionar?” e “Como fazer isto?”. A abordagem fenomenológica começa com a questão “Para que é isto?”. Esta mudança de perspectiva parece ser fundamental no panorama atual da arquitetura. As premissas funcionais do

Modernismo, radicalizadas e utilizadas à exaustão, resultando em espaços despidos do caráter humano, deram lugar a tendências (pós-modernistas) formalistas, desprovidas de conteúdo conceitual e contextual. A valorização de um nível “pseudo-simbólico” só contribuiu para confundir ainda mais o encaminhamento das questões teóricas da arquitetura contemporânea. Por isto, enfatiza-se a relevância da teoria segundo o enfoque aqui apresentado, que considera o balanceamento entre os níveis do espaço arquitetural condicionado ao fato de que, no momento da concepção de um espaço arquitetural, a primeira pergunta seja: “Para que é isto”?

No capítulo seguinte vamos tratar da habitabilidade, pois, sendo o edifício uma construção humana que media o fenômeno “habitar”, ele deve ser estudado através dos seus atributos essenciais como a habitabilidade.

## **2. HABITABILIDADE**

Considera-se que o conceito de percepção como um indicador ou critério de avaliação do ambiente residencial por parte dos usuários pode determinar a “habitabilidade” dos ambientes residenciais.

Ordenar as coisas no espaço para desenvolver atividades é o mecanismo que move o sujeito no mundo. Esta ordenação das coisas consiste em atuar e cuidar dos espaços, apropriando-se deles. Este é o processo de total experienciamento dos lugares; a dimensão de viver no espaço.

As incidências de inadequação que são captadas pelo uso do espaço produzido, nos aspectos de sua habitabilidade, são reveladas pelo cotidiano de convivência ambiental. A habitabilidade é uma característica que demonstra se a relação do homem com o ambiente está sendo gerada de forma positiva ou negativa, além de definir se um determinado ambiente tem condições de ser habitado ou não de acordo, é claro, com a realidade de cada morador ou grupo.

Tecendo considerações fenomenológicas sobre o “habitar”, a fim de tornar claras as relações entre a experiência do usuário e o objeto, Malard busca subsídios para responder a questão: Para que é isto? Neste trabalho o objeto de estudo era a casa popular.

Conforme o entendimento de BACHELARD (1978), habitar é uma experiência existencial incorporada pelo objeto casa. Os objetos que materializam experiências possuem diversas dimensões. Como exemplo pode-se dizer que o objeto “casa” torna-se “lar” quando incorpora determinados relacionamentos entre as pessoas e os ambientes.

HEIDEGGER (1986) classifica os objetos em dois tipos: os materiais e os utilitários. Os objetos materiais são aqueles que podem ser encontrados na natureza em seu estado natural; eles têm propriedades específicas e seu sentido muda de “ser apenas o que são para ser algo”, somente quando algum trabalho é incorporado a ele. Uma cadeira, por exemplo, é um equipamento para sentar, mas a madeira da qual é feita é apenas ela mesma, sem utilidade definida. A madeira é um objeto material e a cadeira é um objeto utilitário. Os objetos utilitários têm atributos, qualidades, e não propriedades. Eles são para fazer algo, possuindo significado que só é válido no contexto das atividades que o envolvem (cadeira/sentar) e no contexto cultural de quem o utiliza (alguém que nunca tenha visto uma cadeira e não saiba para que serve não reconhece que é um equipamento para sentar). Pode-se dizer que a qualidade principal de um equipamento (objeto utilitário) é aquela para o qual foi forjado. A “equipamentalidade” da cadeira é dada por sua capacidade de ser “para sentar”.

Um edifício, entendido fenomenologicamente, constitui-se na totalidade do equipamento para habitar, ou seja, a “equipamentalidade” de um edifício é definida em termos de sua “habitabilidade”. Como objeto material um edifício pode ser descrito em termos de suas propriedades físicas e químicas, mas como objeto utilitário só pode ser entendido em termos de sua habitabilidade e somente estes predicados de habitabilidade podem responder à questão “para que é o edifício”.

Prosseguindo no raciocínio de Heidegger, pode-se dizer que a equipamentalidade só pode ser revelada quando o equipamento está em uso. Se nossos relacionamentos com as coisas ou pessoas no mundo são nossas atividades diárias, para desenvolvê-las utilizamos vários tipos de instrumentos referentes às diversas rotinas. Durante a sua utilização é que se pode observar se o equipamento é apropriadamente adaptado ao uso ou não. Quando um equipamento, ou mesmo um de seus componentes, é inadequado ou até ausente, a atividade não pode ser desenvolvida corretamente. Esta situação de não-desenvolvimento da atividade é um conflito revelador da essência do próprio equipamento.

Resumindo, entende-se que a totalidade de um equipamento é composta de todos os seus itens, e estes, por sua vez, mostram sua equipamentalidade durante o seu desempenho no qual eles tomam parte. Se alguma atividade não pode ser bem desenvolvida, conflitos aparecem, revelando o nível de equipamentalidade dos equipamentos. A equipamentalidade de um item-equipamento possibilita observar a equipamentalidade da totalidade do equipamento (MALARD, op.cit.).

Se habitar é característica fundamental da vida humana, os edifícios que os seres humanos habitam devem permitir que o relacionamento entre o edifício e as pessoas seja uma experiência plena. As características essenciais de um edifício são a essência do edifício, que pode ser denominada de “habitabilidade”. Quando algum aspecto da habitabilidade é prejudicado, a experiência de habitar é negativamente afetada.

Para permitir o desenvolvimento das atividades diárias, o edifício tem que estar provido de salas, mobílias e utensílios, ou seja, tem que ser funcional. Esta dimensão funcional da arquitetura é importante, mas não é a única responsável pela totalidade da habitabilidade. Este parece ter sido o equívoco dos Modernistas, que consagrando a dimensão funcional reduziram as funções dos edifícios apenas às necessidades dos usuários e negligenciaram as dimensões simbólicas, que permitem a expressão dos desejos. Introduzindo uma estética pretensamente independente do passado, eles descartaram uma das principais características da arquitetura: permitir a conexão com o passado (Dovey, apud MALARD, op. cit.). O enunciado de LE CORBUSIER (1977), de que “a casa é uma máquina” para viver, foi reduzido, com o tempo, à interpretação de que é uma máquina para abrigar um ser previsível, movido apenas por necessidades. Já a casa-equipamento, fenomenologicamente definida por Heidegger, busca mediar a habitação do “ser-no-mundo”, que é o homem forjado culturalmente e que age movido por necessidades e desejos.

Assim, pode-se entender a habitabilidade como qualidade essencial composta por diversas características do edifício. Segundo Malard, habitabilidade compreende três grupos de qualidades: 1) as relativas à dimensão prática - responsável por garantir proteção contra condições adversas como chuva, calor excessivo etc.; 2) as relativas à dimensão cultural e simbólica – responsável por garantir que o lugar seja agradável, seguro e confortável; e 3) as associadas aos aspectos funcionais - responsáveis por viabilizar o uso do espaço nas atividades rotineiras. Como estas três dimensões são interligadas, as qualidades também são inter-relacionadas.

A habitabilidade é uma característica do espaço ambiental que demonstra se a relação do indivíduo com o ambiente está sendo gerada de forma positiva ou negativa.

Depois de indicar alguns fatores importantes da relação entre morador e lugar e da habitabilidade, serão descritos alguns conceitos relacionados à percepção ambiental, levando em consideração os fatores culturais e simbólicos que envolvem esta questão. Como já mencionado, foi de fundamental importância mostrar o valor da relação entre

morador e lugar antes de começar a descrever a respeito da percepção, pois é através desse relacionamento que o indivíduo usa a sua percepção para desvendar o que o lugar representa para ele.

### 3. A PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO MORADOR/ESPAÇO

Neste item, a investigação procura identificar elementos da percepção que estariam afetando a forma de apropriação dos espaços. A percepção ambiental é um instrumento útil para a análise da qualidade do lugar na relação entre morador e espaço.

Estudar a percepção através dos fatores culturais e simbólicos pode ajudar a entender como se comporta cada indivíduo diante da visão que ele tem do espaço, ou seja, a percepção que cada um tem a respeito de cada ambiente de sua casa, seja ela subjetiva, existencial ou fenomenológica.<sup>4</sup>

A percepção pode chegar a ser um conceito-chave nos estudos que analisam as ações do homem com o seu ambiente. Assim, a percepção é uma representação internalizada do ambiente, pela experiência. Ela tem sido definida como um ponto de contato entre as pessoas e o seu ambiente (DOWS, 1967), ou seja, relacionando-as com o comportamento.

Estudar os fenômenos perceptivos (subjetivos) que se manifestam vinculados às atividades do ambiente estudado significa que investigar o ambiente durante o seu uso é uma forma apropriada de obter informações para entender como o morador organiza o espaço interno de sua casa. As dimensões perceptivas e fenomenológicas interferem nas habilidades dos indivíduos, sendo assim focalizam como o relacionamento com o ambiente interno da casa é vivenciado pelos moradores. O estudo da percepção ambiental permitirá observar e compreender melhor alguns aspectos,

---

<sup>4</sup> Quando se refere ao subjetivo existencial, trata-se da questão da privacidade, intimidade, bem-estar, conforto, territorialidade e os fatores fenomenológicos – as sensações visão, olfato, dentre outros.

como a maneira de conviver e a capacidade de organizar espaços para habitar, relacionando estes aspectos às necessidades dos moradores, à sua cultura e à sua percepção espacial.

O homem é um ser dependente de sistemas de significados construídos socialmente, que constituem a cultura em que ele está inserido e organizam e conferem sentido à sua vida. É próprio do indivíduo construir significações que o ajudem a ordenar suas experiências e a se posicionar no mundo. Esses significados são armazenados, organizados e transmitidos pela cultura através de símbolos.

O homem utiliza o ambiente conforme o percebe, e essa percepção depende de como o espaço se organiza e se apresenta. No entanto, esta organização espacial traduzida em elementos físicos não rege sozinha a percepção e a utilização do meio; há ainda fatores intangíveis como a subjetividade de cada povo ou local, composta principalmente por sua memória e história. É a soma destes três elementos – memória, história e organização espacial – que resulta na forma como o sujeito percebe e utiliza o seu ambiente e, conseqüentemente, no que costumamos chamar de contexto espacial.

Entender o morador do conjunto “Vicente Leporace” implica perceber e considerar, entre outras possibilidades, suas percepções espaciais, que correspondem às suas vivências espaciais continuamente construídas e modificadas ao longo do tempo. O espaço concreto e visível afeta as pessoas, despertando ressonâncias através de associações mentais que, transmitidas e apreendidas pela cultura, também são armazenadas de acordo com as próprias experiências espaciais anteriores (MOORE & ALLEN, 1976).

Existem pesquisas (LAY, 1992) que comprovam algumas evidências empíricas, indicando que a percepção de uma imagem do ambiente residencial tem efeitos acumulativos que podem afetar negativamente, dependendo de como o espaço é pensado, usado e preservado. A partir de alguns estudos desenvolvidos por PROSHANSKY (1974) na área da Psicologia Ambiental, pode-se afirmar que modificações feitas no ambiente construído podem alterar o comportamento dos usuários.

Os estudos citados anteriormente vêm ao encontro de vários autores, como LYNCH (1960), DOWNS & STEA (1973) e RAPOPORT (1977). Partindo da premissa de que o indivíduo e o meio ambiente formam um sistema simbólico, esses autores defendem sua interação mútua como parcialmente determinada pelo meio ambiente físico e como este é percebido e interpretado pelo indivíduo, afetando seus sentimentos,

suas motivações, suas atitudes e seus valores. Estes últimos influenciam a percepção do indivíduo e suas ações/comportamento em resposta ao processo de percepção ambiental.

A percepção constitui, pois, fator de relevância para análises do ambiente em fruição, indicando e dimensionando seus aspectos qualitativos, de categorias tipológicas e relações, alertando sobre as demandas e os anseios de melhorias e tendo em vista a evolução, a atualização e as projeções futuras.

A ação perceptiva age como um indicador de avaliação pós-uso, apreendendo eficiências e deficiências de desempenho da função habitar. A percepção é o mecanismo mais importante que relaciona os homens com o seu meio ambiente. Experimenta-se ou não satisfação, percebendo-se o espaço com todos os sentidos, e esse aspecto é fundamental para a experiência entre indivíduo/ espaço. Esse espaço corresponde às dimensões perceptivas dos habitantes – espaço observável – e inclui, além da largura, altura e profundidade, todas as outras variáveis que possam ser percebidas e consideradas como relevantes, como as sensações, os sentimentos, a privacidade, o som e a luz (MOORE & ALLEN, 1976).

Segundo GOLLEDGE (1987), a casa pode ser vista como um local onde as pessoas vivem diariamente e constroem sua própria linguagem, com a intenção de usá-la e decodificá-la. Quando ocorre um estranhamento do local, este não proporciona uma conjugação entre o objeto e o percebido. Ao elaborar um projeto, o profissional deve levar em consideração a percepção do usuário. A partir do momento que o profissional define os espaços e não considera o morador, este pode sentir uma sensação de estranhamento do local, pois sua percepção não foi nem ao menos considerada.

A teoria perceptiva dá ênfase a um aspecto interativo, argumentando a relação entre o sensorial e o cognitivo, de modo que as propriedades perceptivas de um objeto estão em função da maneira pela qual os estímulos, que vêm do objeto, afetam o estado do organismo (WERNER e WAPNER, 1952).

A percepção é, pois, a experiência sensitiva mais direta e imediata do meio ambiente, e ainda que afetada pela memória e cognição é tão independente quanto possa ser. A percepção sempre se relaciona com a ação; pelo que tem de envolvente, participa e se relaciona com a motivação e o significado.

O processo perceptivo é diferente do produto percebido. Enquanto a percepção ambiental é uma propriedade mental, o meio ambiente percebido é algo que supõe uma superfície total, a partir da qual as decisões vão se definindo. As pessoas constroem sistemas para manejar o seu próprio mundo, ou seja, formulam hipóteses segundo

experiências passadas e presentes e predizem, assim, o futuro de acordo com essas. As construções mentais variam segundo as pessoas, que somente reagem aos estímulos que são capazes de imaginar como atuantes, que, por sua vez, são partes do espaço construído e do percebido (KELLY, 1955).

GOLLEEDGE (1987) entende como ambiente perceptivo aquele que é conhecido, que pode vir por meio de um aprendizado e da experiência de um segmento do ambiente operacional, que foi imposto à pessoa e que influencia, direta ou indiretamente o viver de cada um de nós. O conhecimento pode vir, também, por intermédio da sensibilidade para as mensagens de um dos estímulos ambientais, assim como por fontes de informações secundárias, não necessariamente relacionadas às experiências diretas.

A percepção e a cognição diferenciam-se porque a primeira é imediata a um estímulo dependente (GOLLEEDGE, 1987), e a segunda não precisa de nenhum fator, pois é o modo como se consegue ligar o passado e o presente, projetando-se para o futuro. Cognição é, então, a soma de vários fatores que subsidiam a construção de julgamentos e avaliações. Ela se faz presente quando há necessidade de uma soma de conceitos para contextualizar espaços que não podem ser apreendidos e percebidos de uma só vez.

Segundo GOLLEEDGE (1987), a percepção concerne à apreensão imediata dos estímulos do ambiente por um ou mais sentidos e ocorre por causa da presença de um objeto. Ela está estritamente conectada com eventos nas proximidades e está, em geral, ligada a um comportamento imediato.

Nesse sentido, entende-se, resumidamente, que a percepção define as avaliações e a qualidade do meio para saber como as pessoas se estruturam, apreendem ou conhecem o seu meio e para descrever como se dá a captação sensorial direta no ambiente construído.

Usos e hábitos constituem a manifestação concreta do lugar<sup>5</sup>, na mesma medida em que o lugar é a manifestação concreta do espaço físico. Usos e hábitos,

---

<sup>5</sup> Como mencionado, neste trabalho “lugar” corresponde a um local que possui vários significados que são organizados pelos moradores de acordo com seus valores, seus costumes, suas crenças etc. Neste estudo lugar é muito mais do que um simples espaço físico. É considerar que a relação que existe entre morador e espaço está representada pela vida cotidiana dos moradores, e é através do cotidiano desses moradores que o lugar ganha vida e significados. O lugar está repleto de uma dimensão simbólica que se realiza no lugar através de alguns aspectos da relação ser humano/espaço, pois esses aspectos, como privacidade, intimidade, territorialidade e ambiência, também afetam os significados agregados aos lugares. O espaço físico se transforma em um lugar à medida que adquire definição e significado.

reunidos, constroem a imagem do lugar, mas sua característica de rotina cotidiana projeta sobre ela uma membrana de opacidade que impede sua percepção, tornando o lugar, tal como o espaço, homogêneo e elegível, sem decodificação. Superar essa opacidade é condição de percepção do ambiente construído, ou seja, de gerar conhecimento a partir da informação retida, codificada naqueles usos e hábitos. Percepção é informação, do mesmo modo que informação gera informação: usos e hábitos são signos do lugar informado, que só se revela à medida que é submetido a uma operação que expõe a lógica de sua imagem. A essa operação dá-se o nome de percepção ambiental.

Para TUAN (1983), nas relações entre espaço e lugar, o espaço é mais concreto e o que pode ser palpável, enquanto o lugar é aquele que começa como espaço indiferenciado e vai se transformando em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Através da percepção, podemos perceber quais significados que um determinado “lugar” possui.

Desconsiderar fatores como gosto, expectativa, forma de distribuir e uso do mobiliário, dentre outros, é o que promove a concepção de espaços descaracterizados e mal estruturados para as pessoas que vão usufruir deles. Para tanto, pode-se compreender estes fatores analisando os estudos realizados por RAPOPORT (1978), que tratam de questões complementares, importantes para se fazer uma análise das inter-relações entre o usuário e o ambiente construído, isto é: como os seres humanos dão forma ao seu meio ambiente, ou seja, quais as características dos seres humanos, como indivíduo ou grupo, que são relevantes no que tange à construção do meio ambiente; e de que forma o meio ambiente físico afeta o homem; e que tipo de mecanismos relacionam o homem e o seu meio ambiente.

RAPOPORT (1984) baseia-se em uma estrutura ambígua entre a percepção, a cognição e a avaliação, definindo os dois níveis básicos de interação entre o homem e o seu meio ambiente, que são: o avaliativo e o mental cognitivo.

O autor relata que o meio ambiente está constituído por uma série de relações entre seus elementos e seus habitantes, organizando-as em ordens ou em padrões. Assim, o meio ambiente tem estrutura, e não é um conjunto de elementos unidos ao acaso, porém esta estrutura facilita e reflete as relações e os intercâmbios entre as pessoas e os elementos físicos do espaço da casa.

Segundo RAPOPORT (1984), o espaço experimenta-se como uma extensão tridimensional do mundo que nos rodeia, através de relações e distância entre pessoas,

entre pessoas e coisas e entre coisas. O espaço é também uma organização de significados, conseqüentemente, os materiais e as formas convertem-se em elementos importantes. Enquanto a organização espacial expressa significados e tem propriedades simbólicas, o significado se expressa, freqüentemente, através de símbolos, materiais, cores e formas. O espaço também é temporal e pode ser organizado como uma organização do tempo (ou, pelo menos, como refletindo e afetando a organização do tempo).

Qualquer intento das inter-relações do homem e seu espaço implica, necessariamente, analisar três áreas complementares: conhecer algo, sentir algo, e fazer algo. RAPOPORT (1978) admite que o conhecimento destas três áreas complementares é necessário para se fazer uma análise das interpretações do homem e do seu meio. Assim, na área cognitiva incluem-se o perceber, o conhecer e o pensar; a área afetiva é composta de sensação, sentimentos, emoções etc. incorporados em imagens; e na cognitiva inclui-se a ação sobre o meio ambiente como resposta às duas áreas anteriores.

Por outro lado, o processo perceptivo é diferente do produto percebido. Enquanto a percepção ambiental é uma propriedade mental, o meio ambiente percebido é algo que supõe uma superfície total a partir da qual as decisões vão se definindo.

Segundo RAPOPORT (1978), a cognição é um processo taxonômico e o mundo obtém significado por meio do fato nomeado, classificado e ordenado, mediante determinados instrumentos conceituais. O processo cognitivo é uma simplificação das informações emanadas do meio ambiente real. É o modo como a informação recebida é guardada e organizada no cérebro, formando um conhecimento acumulado com aquele que a pessoa já possui. É desenvolvimentista e precede à percepção, levando, posteriormente, a uma seletividade, reconstruindo o mundo por meio dos campos de atenção. Isto é, a percepção é um estímulo imediato e dependente, enquanto a cognição não depende da imediaticidade e nem da proximidade. Cognição é, então, a soma de sensação, percepção, imagem, retenção, recordação e racionalização. A partir deles, são tomadas atitudes (ação) e constroem-se julgamentos e avaliações. No processo de julgamento, mesclam-se afetividade e funcionalidade.

RAPOPORT (1978) cita estudos que demonstram que “o que se vê”, tais como estruturas territoriais, circulação, forma visual, dentre outras, é importante. Os fatores sociais, culturais e econômicos são imprescindíveis a uma avaliação.

Os diferentes elementos físicos e socioculturais afetam, portanto, o ver, o recordar e o avaliar um ambiente, assim como os três processos são utilizados ao se conceitualizar o que se percebe, se conhece ou se avalia.

RAPOPORT (1967) relata que estudos evidenciam que existem semelhanças entre a percepção de um meio ambiente físico e social, o que permite pensar que o desejo dos indivíduos de conseguir a casa própria, de acordo com suas necessidades e aspirações, não seria mais do que o desejo de possuir o direito, que deveria estar garantido, de conseguir construir sua morada.

O trabalho de RAPOPORT (1978) consiste em sempre buscar no modo de vida, nas aspirações, no sistema social, na percepção e nas chamadas necessidades fundamentais, na relação entre a casa e a aglomeração a explicação para as diferenças de formas de materiais e de organização do espaço da habitação.

YI-FU-TUAN (1983) sempre levanta uma questão: Como as pessoas atribuem significados e organizam os seus lugares? Segundo ele, quando se faz essa pergunta os cientistas sociais definem a cultura e a percepção, fator que explica essa pergunta. A cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos. Ela influencia intensamente o comportamento e os valores humanos.

A individualidade de cada um e a capacidade de perceber a realidade são fatores que interferem na compreensão do mundo. Rejeita-se qualquer coisa que perturbe a bem ordenada estrutura do mundo, porque isto cria um clima de insegurança.

Na pesquisa ambiental, principalmente quando se aborda a imagem mental do ambiente-objetivo, considera-se que essa imagem é produto do confronto entre a sensação imediata que a pessoa tem e as experiências em eventos, paisagens e objetos passados que ficaram guardados na memória. No estudo ambiental, pode-se entender como estrutura cognitiva os valores, as crenças, os preceitos e as atitudes que uma pessoa tem sobre o lugar construído.

Por outro lado, tem-se sugerido que a noção de imagem pode chegar a ser um conceito-chave nos estudos que analisam as ações do homem com o seu ambiente. Assim, uma imagem é uma representação internalizada do ambiente, pela experiência. A imagem tem sido definida como um ponto de contato entre as pessoas e o seu ambiente (DOWS, 1967), ou seja, relacionando-as com o comportamento.

Qualquer tipo de avaliação se produz a partir de uma confrontação de imagens positivas e negativas. Assim, de acordo com CASSIER (1967), os conceitos de imagem e de esquema estão de acordo com o ponto de vista que os seres humanos constroem

uma idéia do mundo a partir de uma abstração, baseada tanto nos sentidos, como em outro tipo de dados, variando estas formas simbólicas de cultura para cultura. Assim, as imagens incorporam idéias e as pessoas confrontam a realidade com estas imagens, além de avaliarem a qualidade dos ambientes graças a esquemas.

As imagens compõem-se tanto de valores como de acontecimentos (fatos). Os valores expressam uma avaliação do mundo em termos de melhor ou pior, influenciando decisivamente aquilo que se vê e o que se faz. Ainda que as imagens sejam subjetivas, elas atuam como se fossem algo compartilhado por muitos.

Segundo BACHELARD (1974), no seu livro “A poética do espaço”, é preciso sempre dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia-a-dia, num “canto do mundo”, pois a casa é nosso canto no mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. Para ele, a imagem da casa é como uma topografia do nosso ser. A casa só é casa quando traz a marca humana.

GULICK (1963) argumentou que a percepção da forma visível, combinada com uma consciência social, é que determina a imagem ambiental. Assim, a percepção pode estar ligada a valores culturais e à natureza das interações sociais, que podem criar limites perceptuais:

*Crenças pessoais, valores sociais e outras conotações sociais também parecem influenciar os atributos do que é percebido; trabalhando em combinação estes fatores influenciam limites perceptuais ou, algumas vezes, determinam a extensão de quais partes de uma estrutura do conhecimento existentes são retidas, modificadas ou abandonadas (GULICK 1963).*

Cada experiência humana, à medida que é conscientemente vivida, aumenta a soma total de consciência do universo. Esse fato proporciona sentido a todas as experiências e dá a cada indivíduo um papel permanente na criação e construção do espaço (EDINGER, 1993).

Para finalizar, pode-se dizer que a relação do habitante com o espaço foi por muito tempo orientada por certos modos de pensar da cultura ocidental, onde, por um longo período, prevaleceu uma visão de mundo regida pela razão, legitimada como sendo a única, verdadeira e segura via de acesso para se alcançar o conhecimento. Outras formas de saber em diagonal, como a percepção, as sensações, a dimensão simbólica e os sentimentos, foram por muito tempo desprezadas e excluídas das ciências, por serem passíveis de erros, e pela dificuldade de serem quantificadas.

(MOLES, 1995; DURAND, 1998). Atualmente, entretanto, assistimos à passagem de um modo de pensar com base na precisão para uma concepção de mundo que também inclui a incerteza, fazendo com que sejam considerados outros pontos de vista para lidar com a realidade (MOLES, 1995; DURAND, 1998). Encontramo-nos, portanto, diante da oportunidade e da exigência de estendermos o olhar sobre a casa – o espaço –, ampliando-o e incluindo outros ângulos, como a percepção, a dimensão simbólica e a cultura, que são capazes de considerar o ponto de vista do seu habitante.

A seguir serão tratadas, de forma sucinta, as questões das políticas habitacionais, demonstrando como se deu a história do desenvolvimento urbano que influencia o processo de construção de conjuntos habitacionais; e demonstrar para o leitor como as políticas habitacionais no Brasil influenciaram as políticas habitacionais da cidade de Franca; além de descrever como a arquitetura moderna conduzia o processo de construção das moradias de conjuntos habitacionais.

## **CAPÍTULO 3**

### **O DESENVOLVIMENTO URBANO E POLÍTICAS HABITACIONAIS**

#### **1. O DESENVOLVIMENTO URBANO**

No final do Império e no início da República intensificou-se o processo de industrialização. Por volta da 1ª Guerra Mundial a industrialização tornou-se mais evidente, mas o seu desenvolvimento aconteceu após a 2ª Guerra, com a produção de bens duráveis em larga escala e a implantação das indústrias de base como aço, petróleo, cimento etc. Portanto, somente quando o Brasil teve interrompido o fluxo dos produtos de que precisava durante as Guerras Mundiais é que se expandiu o processo de industrialização.

É preciso ressaltar, contudo, que o desenvolvimento urbano, no contexto da economia brasileira, não pode ser reduzido ao processo de industrialização intensificado a partir de 1930. A urbanização vem se fazendo desde o Brasil Colônia, não se deflagrando apenas após a industrialização, muito embora a partir dela o espaço urbano tenha se redimensionado. Na análise deste fenômeno, depois de 1930, verificou-se uma redefinição do caráter da urbanização brasileira, que levou à alteração da relação cidade-campo. O processo de industrialização provocou um impacto sobre a economia, a organização social e a cultura do mundo rural. Além do êxodo rural, o processo migratório causou um conseqüente “inchaço” das cidades brasileiras, com um número imenso de famílias em busca de melhores condições de vida e trabalho. Como

conseqüência, houve uma saturação na capacidade de atendimento social da infraestrutura urbana, demasiadamente pequena para receber esta demanda. Deste modo, vão surgindo aglomerados de habitações subumanas, desemprego, falta de segurança e uma série de outros problemas, além do habitacional.

É preciso, no entanto, que a problemática urbana seja relacionada aos acontecimentos econômicos e sociais mais fundamentais. A causa do fenômeno urbano vem do próprio modelo econômico, que gera, para uns poucos, uma acumulação crescente de riqueza, ficando a renda desigualmente distribuída.

Com o surgimento da fábrica e a complexa divisão social do trabalho, o urbano se redefine em face das exigências de concentração dos meios de produção e da força de trabalho num só lugar, e conseqüentemente a força de trabalho passa a exigir certas condições para sua reprodução como habitação, alimentação, transporte, energia, saúde, lazer, comunicação e saneamento. Como conseqüência disto

*Constata-se que a crescente articulação e a complexidade do processo produtivo configuram um espaço onde as classes sociais se situam, cujo resultado é a existência permanente de confrontos sócio-políticos, na busca da obtenção de maior poder econômico e político e de condições que permitam sua reprodução, enquanto classe, isto porque o urbano capitalista, pela sua natureza, congrega classes antagônicas que, naturalmente, possuem interesses divergentes, ressaltando-se, aí, que a esfera do consumo sai do âmbito familiar, para se localizar no aglomerado espacial, representado pela cidade, gerando a contradição fundamental do urbano – o espaço é cada vez mais socializado e a apropriação do produto da cidade é, no geral, privado, prevalecendo a força econômica e política (SILVA e SILVA, 1987: 51).*

Neste contexto, entra em cena a figura do Estado, que reproduz seu sistema político e ideológico, utilizando a propriedade e manipulando os efeitos políticos da aquisição desta propriedade como estratégia não explícita da hegemonia de uma classe, e proporciona a propriedade da habitação como uma forma de buscar sua legitimação e manutenção do poder. No Brasil busca-se ampliar as faixas dos compradores de habitação, enquanto mercadoria de consumo, para que se obtenha não só o retorno do capital investido, mas também o retorno dos efeitos políticos, de acordo com as diferentes conjunturas (SILVA e SILVA, 1987).

Assim, sob o primado da (re)definição das condições ou reprodução do capitalismo, foram concebidas várias políticas, visando dar sustentação ao processo de industrialização.

## 2. POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

As primeiras tentativas de equacionamento da crise habitacional pelo Estado brasileiro ocorreram com a criação das Carteiras Habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e Pensão de diversos órgãos públicos, substituídas posteriormente pela Fundação da Casa Popular. Este órgão financiador prevaleceu de 1930 a 1960. Contudo, o Estado brasileiro só vem a intervir de forma sistemática na questão habitacional a partir de 1964, com a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) (AZEVEDO e ANDRADE, 1982).

A análise da trajetória da construção das políticas habitacionais desde a criação do BNH (Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que também instituiu o Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) evidencia a tentativa de o Estado autoritário brasileiro legitimar-se perante a sociedade. De um lado, justificando o golpe de 64 e as necessidades das massas populares, e, de outro, a necessidade de desenvolvimento do País

Nesse sentido, o que GOUVEIA (1991) descreve ilustra como a política habitacional no Brasil foi sendo instituída.

*A crise inflacionária só teria solução com o sacrifício de uma ou de outra classe social, já que se tornava impossível um acordo entre elas. A crise política definida pela situação econômica criava espaços para o avanço da consciência política das massas urbanas, que só foi contida pelo golpe de 64, através de uma nova aliança que põe fim ao período populista. E, desse modo, a injustiça distributiva ocasionada não só, mas principalmente pela inflação; provocou a busca por 'reformas de base', que na sua essência, questionava o capitalismo. As crises econômicas existentes até então, salientavam o antagonismo entre as classes, mas não questionavam, necessariamente, o sistema (GOUVEIA, 1991).*

A propriedade da habitação trouxe a utopia da participação de todos no crescimento econômico, trazendo, implicitamente, a idéia de continuidade da acumulação de capital. Tal fato acalmaria os ânimos das classes populares, oferecendo uma mercadoria desejada por todos e a possibilidade de amplos empregos na construção civil para o grande contingente de mão-de-obra não-qualificada.

A criação do BNH contém em si o germe da contradição fundamental que tem regido, historicamente, a PHB (Política Habitacional Brasileira), ao instituir a obrigatoriedade da correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, salvaguardando a auto-sustentação financeira e a lucratividade do Sistema. Isto significa a proposição da venda de uma mercadoria de elevado custo – a habitação – presumindo que os adquirentes possam arcar com esses custos. Por outro lado, o Sistema Político Habitacional propõe-se a ser voltado, prioritariamente, para as camadas de renda mais baixa, mas efetivamente isso não se evidencia, conforme analisa (SILVA e SILVA, 1987).

*A criação do BNH, para reger a PHB, segundo os seus idealizadores, põe fim à política clientelista até então adotada e passa a apresentar um caráter mais amplo e mais global. Essa inovação se expressa fundamentalmente por quatro aspectos: a PHB passa da administração das caixas de pecúlio e órgãos previdenciários para ser administrada por um banco; os financiamentos a serem concedidos são protegidos da inflação, através da correção monetária; o sistema se operacionaliza através da articulação do setor público, enquanto financiador e do setor privado, enquanto intermediário e executor final da política habitacional; o sistema se efetiva por uma política de centralização normativa e descentralização executiva. Esses quatro aspectos põem em evidência duas notas da PHB - sua racionalidade econômico-administrativa, sustentada por uma ótica empresarial, a ausência do subsídio para habitações das populações mais carentes, o que se torna mais grave por essa política ter sido formulada num contexto de arrocho salarial e de intensificação da superexploração da força de trabalho (SILVA e SILVA, 1987:118-119).*

O BNH, assim, passava a captar recursos, financiava e comercializava moradias, atendendo à política habitacional, com um caráter estritamente empresarial. Em um primeiro momento, a PHB busca cumprir as funções de legitimação do novo regime pós-64, com a pretensão de mostrar a receptividade do governo às necessidades populares de estabilidade e de ordem, necessárias ao avanço do capitalismo internacional no País, e de atenuação da crise econômica, com a criação de novos empregos e a dinamização da indústria de materiais de construção. O crescimento populacional trouxe, entre outras conseqüências, o aumento da demanda pela casa própria. O projeto colocava-se, nesse contexto, na perspectiva dos trabalhadores como um desejo de adquirir a casa própria, o que surgiu em função de alguns fatores como: a

dificuldade de não conseguirem manter o aluguel e, também, porque esses tinham como projeto de vida a aquisição da casa própria.

Seguindo os princípios da “modernização” que vinham sendo implantados após a década de 60 através do plano nacional de habitação popular, com o intuito de acomodar a população urbana que cresceu em decorrência das migrações, os planejadores do Estado criaram conjuntos habitacionais para a “massa”, empregando material de péssima qualidade, fazendo mal uso do espaço e deixando prevalecer a idéia de uniformidade ou de homogeneidade (GIAQUETO, 1997).

Essa política, entretanto, logo se transforma em um instrumento de repressão (através dos programas de remoção de favelas) e, progressivamente, define-se como alternativa para atender à demanda de uma nova classe média que surge no contexto econômico do capitalismo monopolista<sup>6</sup>.

Em 1967, o BNH assume a gestão dos depósitos compulsórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando também houve a implantação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), o que o torna uma das principais potências financeiras do País.

A euforia instituída com a publicidade em torno do “milagre econômico” (iniciado em 1968) expressa pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento, que objetivava fazer do Brasil um país desenvolvido dentro de uma geração, cria um clima favorável para a busca de lucratividade. O BNH não foge a esse contexto, pautando sua atenção na busca de medidas que permitissem o retorno do capital empregado.

Em 1971, o BNH é transformado em empresa pública, com a justificativa de buscar uma maior flexibilidade administrativa, tendo em vista a ampliação da capacidade operacional no desenvolvimento dos programas. Assume a posição de banco de segunda linha, de modo que todos os empréstimos para financiamento da casa própria passam a ser feitos através de uma rede de agentes financeiros, que se amplia por todo o País.

---

<sup>6</sup> ... desde o final do século XIX, o capitalismo concorrencial vem sendo substituído pelo capitalismo monopolístico, sendo que esta última forma se consolida e se expande até apresentar uma feição mais recente que a maioria dos autores situam após a II Guerra mundial, com a hegemonia do capital norte-americano, dando-se uma mobilidade social do capital de modo crescente e acelerado, com mudança na divisão internacional do trabalho, permitindo que a produção industrial passasse a ocorrer no interior das denominadas sociedades de economias periféricas (SILVA e SILVA, 1987: 42).

Aos agentes atribuíram-se o repasse dos créditos obtidos no Banco e a responsabilidade por toda a parte executiva dos programas habitacionais; ao BNH, as funções de comando, coordenação e orientação do sistema habitacional.

Nesse contexto, ao transferir para a iniciativa privada todas as decisões quanto à localização e construção das moradias que financiava, o BNH transformou-se num canal através do qual os recursos do FGTS foram drenados para o setor privado.

No que tange às suas funções, os agentes financeiros responsabilizavam-se, basicamente, por aprovar os candidatos conforme a sua renda, controlar a poupança prévia que o candidato paga durante a construção do conjunto residencial e calcular a dívida da prestação mensal a ser paga quando o mutuário recebe as chaves. Este trabalho era desenvolvido sob uma cobrança de taxas e juros que encareciam o preço final da unidade habitacional.

Soma-se a esse quadro a diversificação de atuação do BNH como financiador de programas habitacionais para atuação em outras áreas. Essa ampliação inicia-se a partir de 1973, com a criação dos programas de desenvolvimento urbano, sob a justificativa de que o problema da habitação não podia ser atacado de modo isolado. Por detrás desta filosofia, o BNH amplia suas funções na busca de novos programas que representassem, antes de tudo, a necessidade de fazer girar sua volumosa massa de recursos em áreas mais rentáveis.

Nessa ampliação, à habitação popular são acrescentadas áreas de saneamento, infra-estrutura, planejamento urbano e comunitário, transporte, apoio nas áreas técnica e financeira, indústria da construção, assessoria a Estados e municípios, treinamento e desenvolvimento urbano, infra-estrutura de serviços industriais de utilidade pública, fomento ao comércio e pequena indústria, recuperação urbana e inúmeras outras.

Com esta complexidade, a posse do imóvel pela população de baixa renda dá lugar a um conceito de habitação mais amplo, abrangendo todo um conjunto de serviços habitacionais e serviços complementares, desde a infra-estrutura e os equipamentos urbanos até o planejamento e desenvolvimento das cidades.

Esse alargamento de funções do BNH expressa o centralismo fiscal que caracteriza o Estado brasileiro, acentuando a fragilidade dos municípios. Em outras palavras, a habitação deixa de figurar como atividade primordial do BNH.

Essa modificação estrutural, expressa por numerosas siglas e utilizando uma variedade de índices e cálculos, contribuiu, cada vez mais, para que o BNH fosse uma instituição complexa e de atuação pouco transparente, somando a isto a perda

progressiva de sua característica de interesse social, à medida que a parcela significativa dos recursos captados é colocada sob o controle de iniciativas pouco atuantes nas faixas de baixa renda.

O que se pode observar nesses anos é que todas as medidas adotadas de política habitacional por todos os governos pós-64, em diversas conjunturas, não têm conseguido sequer minimizar o problema das habitações populares.

Na maioria dos países da América Latina o processo de acumulação capitalista apoiou-se no aumento da produtividade e na pauperização dos trabalhadores. Por sua vez, esse processo de pauperização significa um desgaste da força de trabalho, principalmente dos setores não-qualificados, apoiados na exploração do trabalho e na espoliação urbana<sup>7</sup>. Na exploração do trabalho, esse desgaste manifestou-se no aumento da jornada de trabalho, no decréscimo dos salários reais e na espoliação urbana, pela ineficiência dos serviços de consumo coletivo, necessários à subsistência. Ainda nesse processo de espoliação urbana, a moradia incluiu-se nas políticas sociais, traduzindo uma contradição entre a reprodução de capital e a reprodução da força de trabalho. Deste modo, as políticas sociais compreendidas como políticas de reprodução da força de trabalho foram relegadas a segundo plano, diante da necessidade de expansão de capital.

Para que isso fosse possível, foi fundamental reprimir e controlar a classe trabalhadora, e desse modo a política habitacional brasileira se tornou um importante instrumento de acumulação.

O autoritarismo com que foi concebida e implantada a política habitacional no pós-64 explicita o desprezo pela população mutuária, jamais consultada sobre qualquer uma das medidas destinadas a levar adiante o projeto da tão decantada “casa própria”, e que viu sua vida cotidiana transformada não apenas nas relações de trabalho impostas à sua revelia (por exemplo, a “opção” pelo FGTS), como, igualmente, no modelo de urbanização e construção concebido em seu benefício.

Essa população teve que lidar com custos financeiros altíssimos e irrealistas e consumir um produto sobre o qual não opinou, pautando sua vida comunitária por padrões físicos e administrativos provenientes da burocracia estatal.

---

<sup>7</sup> Processo que, juntamente com a superexploração do trabalho, contribuiu para a dilapidação da força de trabalho nas cidades e que se refere ao somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários, em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam, ainda mais, a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1985).

Inserida nesse contexto, a política habitacional em Franca é produto e reflexo desta política mais ampla.

É importante ressaltar que as políticas habitacionais brasileiras sofrem uma influência dos pensamentos modernos na construção de sua história. Sendo assim, considerou-se relevante descrever, de forma sucinta, o papel que os ideais modernos exerceram na edificação do processo habitacional no Brasil.

### **3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS MORADIAS, SEGUNDO A VISÃO MODERNA**

O desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades trouxeram grandes preocupações relacionadas ao planejamento habitacional, na medida em que os responsáveis pela elaboração das políticas habitacionais (governo e profissionais da construção civil, dentre outros) não consideravam o envolvimento da população com os planos que estavam sendo elaborados. Desta forma, os planos e programas habitacionais, em sua maioria, eram (e grande parte ainda hoje o são) concebidos distantes do local de sua implantação e das pessoas envolvidas diretamente com este e, muitas vezes, projetados por profissionais de outras regiões ou outro Estado.

Por outro lado, as grandes transformações e renovações urbanas relacionadas, preponderantemente, ao processo de industrialização e de urbanização, sobretudo a partir da década de 40, nos maiores centros como São Paulo, desencadearam um processo de especulação imobiliária, com efeitos bastante significativos no custo da habitação, deixando como alternativa de moradia para os mais pobres apenas as favelas, conjuntos habitacionais e a autoconstrução nos loteamentos periféricos (SANTOS, 1982).

Dentro desse contexto da crise habitacional, a década de 60, no Brasil, pode ser caracterizada pela preocupação política e programática com a habitação de pessoas consideradas de baixa renda. Pelo que foi proposto como solução para o setor e pelas realizações efetivadas, seria mesmo possível entender todo o campo político e ideológico da época e seguir a evolução de processos que, apesar de particularizados,

deixaram transparecer um significado metafórico em relação ao que estava acontecendo no País (SANTOS 1982).

*Sem dúvida, no Brasil, não há apenas o problema do crescimento urbano acelerado comum a todos os países dependentes Também há notável experiência oficial na área da habitação clamando por ser recuperada através de abordagens tão inéditas como ela mesma, uma experiência abrangente, da qual são participantes o Estado, diversas unidades do capital organizado e diversos grupos da sociedade urbana, caracterizada, grosso modo, como 'de moradores'. Nas análises convencionais que são feitas sobre o assunto, sempre tem sido difícil escapar das formulações rígidas do problema, com enfoques privilegiados para aspectos como: sucesso ou insucesso das ações do Governo; confrontações entre as necessidades de consumo (valor de uso) e as lógicas de produção (valor de troca) da moradia; graus de satisfação dos usuários em relação ao tipo de habitação que lhes é oferecido; adequação e eficiências de técnicas de produção e de financiamentos etc. (SANTOS, 1982).*

Dentre as soluções propostas para a população de baixa renda, AZEVEDO (1994) acredita que o padrão habitacional mínimo<sup>8</sup> estabelecido deva ser compatível com o limite de custo decorrente da parcela disponível do PIB e com as necessidades e os padrões culturais da população, estabelecendo-se uma escala de prioridades que leve em conta proposições sanitárias e psicossociais, bem como as condições climáticas da região onde se insere. Os diferentes padrões habitacionais devem ter características bem definidas e delimitadas quantitativamente (dimensão total e tamanho mínimo das peças), especificações das qualidades dos materiais a serem usados e do tipo de iluminação, ventilação e instalação sanitária. As normas assim estabelecidas certamente tornariam as moradias populares mais adequadas e com melhor padrão de habitabilidade, sem, contudo, afetar em demasia o custo da construção.

As moradias financiadas pelo SFH possuem certos elementos estruturais padronizados, permitindo uma utilização mais racional do espaço e dos materiais de construção, o que proporciona uma redução no seu custo. No entanto, se por um lado a padronização das construções idealizadas pelos técnicos e arquitetos diminuiu o custo de construção, por outro ela se constitui, muitas vezes, em um obstáculo ao desenvolvimento harmônico da família, ou seja, a generalização dos padrões habitacionais tem contribuído muito para o decréscimo da qualidade da habitação e, conseqüentemente, da vida, uma vez que o espaço habitacional é organizado e utilizado diversificadamente por famílias estruturalmente diferentes (MARTINS, 1987; AZEVEDO, 1994).

---

<sup>8</sup> Habitação mínima, neste trabalho, refere-se ao termo utilizado pela Arquitetura e que diz respeito ao tipo e tamanho mínimo necessários das unidades habitacionais.

O modelo de casa popular padronizada que se criou na década de 30 teve uma certa influência das idéias que surgiram nesta mesma época, no começo do apogeu da arquitetura moderna, quando se pensava que a construção de uma casa deveria acompanhar a velocidade do desenvolvimento industrial. A idéia era inventar métodos construtivos mais baratos e padronizados para, então, conseguir aumentar o número de moradias construídas. Mas o que os governantes e profissionais não poderiam ter esquecido é que estas casas iriam abrigar diversas famílias, que tinham suas próprias características.

A preocupação era somente com a construção em si, ou seja, a forma como a casa iria ser construída. Depois de construída o morador é que deveria se adaptar a ela, e não era a casa que deveria ser adequada ao estilo de vida do morador.<sup>9</sup>

Certamente, à medida que os indivíduos ocupam essas casas padronizadas começam a detectar os problemas existentes. Alguns destes problemas são mais visíveis, outros mais sutis. Com o passar do tempo estes problemas afetam a satisfação da família que, supostamente, teria tido o seu padrão de vida melhorado em relação à situação anterior graças à posse da casa própria, e ela passa a desejar novas condições de moradia. Essa situação leva a família a fazer ajustes na habitação, principalmente reformas, para torná-la adequada a suas normas e os valores existentes ou adquiridos e compatíveis com seus padrões.

Dentre os critérios elaborados para essa “padronização do morar”, MARTINS (1987) ainda aponta que o espaço residencial não pode ser considerado como somente um espaço vazio. A própria estrutura física que o delimita contém objetos materiais e culturais imprescindíveis às necessidades básicas do ser humano. Este espaço abriga pessoas que se movimentam ou repousam durante suas atividades diárias de viver e conviver, independentemente da localização, da técnica construtiva, do tamanho e da forma. De certa maneira este espaço é personalizado, pois retrata a forma de viver e os interesses dos seus habitantes (MARTINS, 1987).

---

<sup>9</sup> Este novo estilo de vida e o novo “pensar” a respeito do morar se referem às várias transformações que ocorreram no Brasil a partir da década de 30, principalmente com o Estado Novo, que mudaram o ritmo de vida das pessoas em função de uma nova fase – a que surgiu após a Revolução Industrial, quando a classe operária começa a aparecer. O estilo de vida das pessoas mudou completamente em função desta nova fase. O morador é visto agora de outra maneira. As cidades começam a crescer e o caos urbano começa a se estabelecer, as pessoas começam a morar mal, em cortiços completamente insalubres. Desta forma, é preciso fazer algo para mudar a mentalidade e o modo de vida do morador, que em nenhum momento é escutado e atendido pelas elites burguesas (SANTOS, 1982).

Em geral, no Brasil, como em outros países que adotaram a produção massiva de conjuntos habitacionais como um meio de resolver o problema da falta de moradia, parte das críticas são dirigidas a estes. Para JENCKS (1973), os problemas qualitativos dos conjuntos habitacionais estariam relacionados com o meio de produção adotado, a economia de escala. Na avaliação do autor, este sistema, por priorizar a produção massiva de habitações como meio de solucionar o problema quantitativo, estaria relegando a um segundo plano os problemas qualitativos. Associados a essas críticas, a “artificialidade” dos conjuntos, forçando os moradores a se adaptarem ao contexto construído, segregado do contexto urbano.

De acordo com VALLADARES (1980), o ideal, ao se projetar uma moradia, é se ter conhecimento dos fatores sociais e culturais dos futuros moradores, porque eles agem como guias, proporcionando ao projetista a possibilidade de fazer um projeto compatível com as condições técnicas e financeiras, atendendo aos seus desejos. Analisar o significado social, cultural e perceptivo dos objetos arquitetônicos do espaço interno da casa é um referencial importante para o morador, pesquisador e projetista. Cultural porque existem objetos arquitetônicos, ou até mesmo pela organização espacial que o morador executa no espaço interno de sua casa, que podem ser considerados ou incorporados na casa, de acordo com a constituição cultural e social dos moradores.

Na década de 30, os conceitos sobre “morar” foram caracterizados por uma série de fatores que definem a modernidade. Dentre eles podem ser citados: o alto nível de industrialização, a velocidade e a facilidade na troca de informações e o crescimento econômico. Contudo, a partir da década de 30 a “modernidade” começa a apresentar aspectos que foram considerados ruins para o desenvolvimento das cidades, como o crescimento descontrolado dos centros urbanos.

Diante deste quadro que se estabeleceu no Brasil desde o surgimento da arquitetura moderna e do Estado Novo, a casa popular foi reconsiderada e estudada por vários arquitetos brasileiros. Influenciados por algumas idéias importadas da Europa Pós-Revolução Industrial, esses profissionais afirmavam que, no Brasil, a partir da década de 30, era possível construir em larga escala e em grande número, bastando para isso produzir em série. O essencial era criar uma casa que fosse digna da nova civilização maquinista, ou seja, uma casa que fosse uma “máquina de morar” (CORBUSIER, 1973).

Considerando o que ARTIGAS (1980) descreveu a respeito dos arquitetos modernos, pode-se perceber claramente que a preocupação destes arquitetos nesta fase (década de 30, início da arquitetura moderna) era com a construção em si, e não com quem nela iria morar. Não se considerava que viveriam ali pessoas que possuem uma cultura própria e cujos hábitos exercem também uma forte influência na organização do espaço da casa. Certamente, estes arquitetos não consideravam que o ser humano possui uma percepção ambiental do espaço que ele irá ocupar. O fato é que, neste período<sup>10</sup>, atribuiu-se à Arquitetura a responsabilidade gigantesca de contemplar as famílias com uma moradia “ideal”, como se esta pudesse mudar todos os seus hábitos e a forma de pensar das mesmas.

Depois de descrever rapidamente a respeito do desenvolvimento urbano e das políticas habitacionais brasileiras e do problema da moradia, sobretudo para as camadas populares, serão apresentados alguns aspectos gerais da história da cidade de Franca e a construção das suas políticas habitacionais, para contextualizar e pontuar características físicas do conjunto habitacional “Vicente Leporace”.

---

<sup>10</sup> O período citado no texto se refere ao Pós-Revolução Industrial, que delegou à arquitetura toda a responsabilidade de tentar melhorar, em todos os sentidos, a vida do morador dentro da sua casa. Numa fase em que se pregavam um espírito novo e uma nova ordem de valores, onde estes estariam situados na indústria.

## **CAPÍTULO 4**

### **FRANCA**

#### **1. ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA DA CIDADE**

A cidade de Franca está localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, a 400 km da capital, próximo ao sul de Minas Gerais. É a cidade pólo da região administrativa, composta por 23 municípios. Faz limite com Patrocínio Paulista – a leste, Batatais – ao sul e São José da Bela Vista e Ribeirão Preto – a oeste. Compreende uma área territorial de 609 km.

Segundo dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da cidade, o censo de 1991 indicava uma população de 350.000 habitantes. No ano de 2001 o censo do IBGE indicou uma população de 287.400 habitantes.

Franca teve seu início no século XVII, e nessa época chamava-se Arraial Bonito do Capim Mimoso. Sua localização, até 1805, era no sítio de Covas, onde atualmente é o bairro Miramontes. Elevou-se a vila no ano de 1924, sem dados precisos quanto a essa data.

Seus primeiros povoadores foram os viajantes mineiros e goianos que trafegavam pela região e pernoitavam nas estalagens na época do ciclo do sal e do ouro, na segunda metade do século XVIII, conforme descreve GIAQUETO (1997).

Historicamente, o desenvolvimento econômico municipal deu-se, também, através da cultura do café, da cana-de-açúcar, do algodão, da mamona e do milho. Na

pecuária, destacou-se a criação de gado bovino e ovino. Na indústria, sobressaíram a tecelagem e o artesanato de couro. Considera-se que o artesanato de couro provavelmente tenha surgido com o aproveitamento de matéria-prima abundante na região e com vistas ao atendimento da demanda da própria cidade e das áreas vizinhas envolvidas nas atividades de garimpo e criação de gado. Supõe-se, pois, que essa atividade tenha facilitado o surgimento da indústria de calçados e de curtumes em meados do século XX.

O processo de industrialização em Franca recebeu grande contribuição de migrantes e imigrantes, geralmente de origem européia (espanhóis e italianos).

Desde o princípio do século, o comércio exerceu importante função no desenvolvimento da cidade, tornando-a um pólo regional com influência sobre toda a área do nordeste paulista, sul de Goiás, Triângulo Mineiro e Sul de Minas. Como pólo comercial, Franca teve três fases bem marcadas e que podem ser descritas da seguinte forma: a primeira, a da estrada do comércio (de 1800 a 1870), foi caracterizada pelo comércio de gado e do sal. As atividades comerciais do período elevaram a cidade a maior centro distribuidor de sal marítimo para o Centro-Oeste, configurando-a como “cidade empório”. Dois acontecimentos históricos, no entanto, contribuíram para o fim desta fase: o fim da guerra do Paraguai (abrindo o rio Paraguai para o tráfego) e o desbravamento do sertão paulista. A fase da estrada de ferro, em 1887, trouxe uma nova expansão da cidade através das transações de produtos agrícolas entre São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas. A terceira e última fase, a partir de 1936, aconteceu vinculada às atividades industriais que, desde então, passaram a depender da produção agropecuária do município. Este fato, apesar de restringir a influência de Franca em relação às regiões vizinhas, conferiu-lhe maior autonomia e estabilidade no comércio local.

Pode-se destacar o século XIX como um dos períodos mais importantes para o desenvolvimento econômico de Franca, graças à monocultura cafeeira, à pecuária e, com maior ênfase, à indústria de couros (esta última, a partir de 1936). Essa variedade de formas de produção passou por uma seletividade da própria economia nacional e internacional, resultando no desenvolvimento de algumas e na supressão de outras. As que sobreviveram foram a cafeicultura, a pecuária e o artesanato de couro, caminhando para o crescimento industrial (GIAQUETO, 1997).

Atualmente, a principal atividade econômica da cidade é a indústria de calçados, que se firmou na região a partir da década de 50, transformando-a na maior produtora de calçados masculinos do País, sendo necessário destacar que todos os

outros setores econômicos da cidade dependem da produção calçadista. Franca também se caracteriza como tradicional produtora de café fino, soja e milho e é uma das maiores bacias leiteiras do Brasil.

Por ser pólo industrial calçadista, os empregos gerados pela indústria de calçados passam a ser atrativos para o fluxo de famílias dos Estados mais próximos, especialmente Minas Gerais, incluindo também os municípios do Estado de São Paulo. Essa migração deve-se, sobretudo, à posição geográfica de Franca, próxima ao Sul de Minas. Esse posicionamento facilitou a fixação de um grande contingente de migrantes em busca de melhores condições de vida, que abandonam o campo pelas dificuldades de acesso à terra, pelo empobrecimento do meio rural e pelos atrativos oferecidos pela cidade. Essa população, contudo, não é absorvida totalmente nas atividades industriais, já que a oferta de emprego é menor que a procura e a mão-de-obra disponível ainda é desqualificada. Atualmente, o fluxo de migrantes é inferior ao da época em que as indústrias de calçados surgiram.

Na indústria calçadista, o trabalho é cíclico, já que a estrutura comercial está diretamente relacionada à disponibilidade de matérias-primas, às flutuações no consumo, ao momento político, dentre outros fatores. Nos períodos de grande produção industrial ocorre um maior atendimento da demanda por emprego. Inversamente, nos períodos da diminuição da produção a oferta de emprego diminui. Como forma de sobrevivência, os desempregados recorrem, provisoriamente, à zona rural, onde há maior oferta para o trabalho durante os meses de maio a outubro, por ocasião da colheita do café.

Com a queda das exportações e da produtividade a partir de 1994, somando-se às mudanças na política cambial, o desemprego cresceu assustadoramente. A partir de 1994, a queda nas exportações e na produtividade nas indústrias de calçados, somada às mudanças na política cambial, trouxe um aumento assustador nas taxas de desemprego. Segundo dados do sindicato dos sapateiros de Franca, a categoria, que em dezembro de 1986 chegou a ter 36 mil postos de trabalho, atualmente está reduzida a 20 mil.

Em relação à produção, em 1993 existiam na cidade mais de 1.500 indústrias de calçados, época em que houve um recorde histórico na produção, com a exportação atingindo a cifra de 228 milhões de dólares (Diário da Franca, 7.3.97, p.2).

Ainda de acordo com o sindicato da indústria de calçados, em 1994 havia 86 exportadores de calçados; hoje são 70. As medidas econômicas do Governo Federal, como as alterações nas taxas de juros, a valorização cambial, a limitação dos créditos pelos bancos, entre outras, somadas ao fator do crescimento da competitividade ditada

pela globalização da economia, levaram ao fechamento de, pelo menos um terço das indústrias nos anos de 1993 a 1996. Atualmente existem cerca de 500 indústrias médias e grandes e 300 bancas de pesponto<sup>11</sup> em Franca.

A renda familiar (44%) é de dois a quatro salários mínimos, e a de 24% está acima de dois salários mínimos (Banco de Dados da Prefeitura Municipal, 1991).

Em relação à organização do espaço urbano da cidade de Franca, a sua expansão ocorreu em direção nos setores norte, sul, leste e oeste, sendo, freqüentemente, esses loteamentos destinados à população empobrecida (RINALDI, 1982).

No período de 1955 a 1977, houve a aprovação pela prefeitura de 46 loteamentos, a maioria ocorrendo após 1966, fase da expansão da indústria na cidade (RINALDI, 1982). Esta aceleração na ocupação da cidade gerou vários problemas para a população, pois os bairros não contavam com infra-estrutura básica, as linhas de ônibus não serviam a todos e os serviços de correio e telefonia eram deficientes.

---

<sup>11</sup> As bancas de pesponto correspondem a uma prática largamente utilizada de terceirizar os serviços das indústrias, como também é o caso das bancas de cortes, de montagem e de costura manual. As pessoas geralmente fazem todos esses serviços em casa, tendo a ajuda de todos os familiares na produção, inclusive de crianças. A produção dessas famílias não lhes pertence, não pode ser vendida por quem melhor lhes pague, o produto pertence à empresa que os contratou, e nessa relação não existe registro, nem direitos trabalhistas garantidos por lei.

## **2. A POLÍTICA HABITACIONAL EM FRANCA**

É evidente que a política habitacional em Franca é reflexo de toda uma realidade mais ampla e insere-se no contexto de formação econômica e social nacional. Entretanto, essa política, por seus pressupostos e desdobramentos, jamais poderia ser apreendida corretamente se estudada desvinculada do movimento geral do capitalismo brasileiro contemporâneo.

Segundo SILVA e SILVA (1987), o estrangulamento parcial do processo de acumulação que se verificou no início dos anos 60, tornando mais agudas as contradições sociais no cenário urbano e no meio rural, levou, em 1964, à eclosão do movimento político-militar. Esses acontecimentos alteraram a correlação das forças políticas oriundas do período populista. De outro lado, a reordenação política caminhou em direção à retomada da acumulação capitalista.

A partir daí, segundo AZEVEDO E ANDRADE (1982), ocorreu a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), do Plano Nacional da Habitação (PNH) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como conjunto de medidas que articulavam a questão da propriedade a esse processo de acumulação.

Os conjuntos habitacionais, produto, dentre outros, da retomada da acumulação capitalista no pós-64, constituem uma das expressões mais nítidas e exatas da economia e sociedade brasileira.

Assim, a construção do conjunto habitacional Parque “Vicente Leporace”, no início da década de 80, deu-se no interior da mesma concepção que viabilizou a

disseminação, no final da década de 70, de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades.

A Lei Orgânica Municipal de Franca destaca que é de responsabilidade do poder público local, conjuntamente com as respectivas esferas federal e estadual, o desenvolvimento da política de habitação. A Lei Orgânica Municipal de Franca, de 1991, considera que todo o cidadão francano tem direito ao acesso à moradia digna, objetivando assegurar à população moradia condigna, bem como serviços de infraestrutura.

Desta forma, a execução de planos habitacionais para construções populares é definida pela PROHAB S.A., que foi fundada em 18 de novembro de 1985. Em seus 17 anos a PROHAB atendeu à construção de 4.807 unidades habitacionais através do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbana), 1.783 através da COHAB e 158 por meio da administração e do financiamento da própria PROHAB.

O total de unidades habitacionais atendidas no período de 1985 a 2001 é de 6.748, tendo sido financiados aproximadamente 1.033 pacotes de materiais de construção, pelo programa Cesta Básica, até dezembro de 2002. Antes da criação da PROHAB, a CDHU, construiu 2.208 residências em Franca. Atualmente, o déficit de moradias do município é estimado em 15.000 unidades (PROHAB, 2001).

Embora o município não apresente favelas, existem alguns aglomerados em condições precárias, concentrados na área urbana, que se caracterizam como barracos de alvenaria. Apesar de, às vezes, esses barracos serem encontrados em áreas públicas, sua maior incidência dá-se especialmente nos quintais de parentes ou conhecidos. Outra característica, além do tamanho reduzido, é que essas áreas agrupam, freqüentemente, várias famílias. Tais moradias plurinucleares configuram-se como alternativas de habitação em função das precárias condições socioeconômicas de muitos que não conseguem adquirir ou alocar um imóvel<sup>12</sup>.

Tendo em vista a escassez de dados oficiais relativos ao tema, pois até a época desta pesquisa a PROHAB não havia documentado o seu histórico com a contextualização das políticas habitacionais em Franca, buscou-se, a partir de fontes primárias, a obtenção dessas informações. Neste sentido, entrevistou-se o Sr. Jaime Batista da Silva, Diretor Superintendente da PROHAB – Habitação Popular de Franca, que foi quem nos forneceu algumas informações referentes à PROHAB e às diretrizes atuais da política habitacional dessa cidade, conforme o seu depoimento a seguir:

*A PROHAB é um organismo que a prefeitura criou justamente para cuidar da política habitacional do município, juntamente com outros organismos federais e estaduais.*

*É portanto, um órgão municipal, recebe inclusive subvenção da prefeitura. É uma sociedade de economia mista; tem vida própria, tem estatuto próprio, só que a maioria das ações é a prefeitura que detém. A prefeitura que determina, dá as diretrizes de como a PROHAB deve agir, inclusive o que diz respeito à parte financeira.*

*A sigla PROHAB quase não tem a ver com o nome, porque sua denominação mesmo é PROHAB- Habitação Popular – de Franca S.A.*

*A PROHAB foi criada, então, com o objetivo de cuidar da questão habitacional; ela ia em busca das áreas disponíveis da prefeitura e entrava em entendimento ou com a COHAB de Ribeirão Preto ou com o CDHU de São Paulo, e lá, viabilizava os projetos (Diretor Superintendente da PROHAB, 2001).*

No seu depoimento, o presidente da PROHAB também discorre sobre a CDHU, a COHAB e os recursos envolvidos nestes programas:

*O conjunto habitacional “Parque Vicente Leporace”, construído pela antiga CODESPAULO, atualmente CDHU, foi um trabalho feito direto com a prefeitura. A PROHAB ainda não existia nessa época.*

*A diferença entre a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e a COHAB (Companhia Habitacional) é que esta última tem uma vinculação federal, ela está autorizada pelo governo federal.*

*No Estado de São Paulo existem três ou quatro COHABs, e a nossa é atendida pela de Ribeirão Preto. Elas trabalham com recursos federais vinculados ao fundo de garantia. Neste caso, a Caixa Econômica Federal funciona como gestora do Fundo de Garantia, repassando o recurso para a COHAB.*

*Agora a CDHU foi autorizada através da lei estadual, esta diretamente vinculada ao Estado de São Paulo. O Estado arrecada recursos do ICMS, repassando a CDHU o correspondente a 1%. O Estado arrecada 18% e, destes, 1% ele repassa para o CDHU. Com esses recursos, a CDHU viabiliza os projetos (Diretor Superintendente da PROHAB, 2001).*

O Sr. Jaime Batista continua, referindo-se à política habitacional em Franca, reiterando a idéia de que, a exemplo do que já foi exposto sobre a política habitacional brasileira, no âmbito municipal, as medidas adotadas também não têm conseguido resolver, tampouco minimizar o problemas das habitações populares:

*A política habitacional do município, no meu entendimento, deveria ser mais agressiva. Foram feitos esses conjuntos, o “Leporace” e outros, mas foi muito pouco diante da necessidade. Eu me lembro; há algum tempo nós tínhamos na PROHAB um registro de mais de 15 mil famílias inscritas. É gente sonhando com a sua casa! E a política habitacional vivia em função dos agentes financeiros – COHAB, Caixa Econômica Federal, CDHU – ficando à espera deles implantarem algum conjunto aqui.*

*Não existia uma política própria no município, o que começou a acontecer de 1994 para frente, com o atendimento da cesta básica de materiais de construção para as famílias carentes; começou a contemplar aquelas pessoas que já tinham terreno próprio e não tinham condições de comprar os materiais. Aí sim*

---

<sup>12</sup> Conforme Plano de Assistência Social da Secretaria de Cidadania e Ação Social. 2001.

*começou a surgir uma política mais voltada para essa área social, e acredito que deva estar continuando.*

*Mas, anteriormente, Franca ficava dependendo apenas desses conjuntos habitacionais e nem sempre viáveis, porque atende-se o Brasil inteiro. Então não vão olhar Franca como a menina dos olhos deles (Diretor Superintendente da PROHAB, 2001).*

No seu relato, o Diretor Superintendente da PROHAB fala das dificuldades enfrentadas pela prefeitura de Franca quando havia interesses, por parte dos agentes financeiros, na construção de conjuntos habitacionais. Tais dificuldades, muitas vezes, inviabilizam a implantação dos projetos.

*A prefeitura não dispunha de áreas disponíveis, porque eles sempre querem que essas áreas sejam doadas. A prefeitura não dispunha de áreas mais ou menos próximas das áreas que contavam com infra-estrutura. Então, para implantar a estrutura ficava caríssimo. Isso praticamente criava uma barreira para a implantação dos conjuntos.*

*Quantas vezes a gente oferecia uma área para a CDHU, e na hora de entrar no detalhe da infra-estrutura, barrava; a gente pedia orçamento na SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo), a SABESP fazia e inviabilizava, porque ficava muito caro (Diretor Superintendente da PROHAB, 2001).*

Sua fala ainda registra problemas relacionados à especulação financeira pelo capital imobiliário e que elevam o preço do terreno, tornando a casa própria inacessível para a população de baixa renda.

*(...) Por outro lado, se vê que a cidade de Franca tem imensas áreas, aqueles vazios urbanos, sem construção. São proprietários que estão segurando aquelas áreas para valorizar. Então, criam-se aquelas manchas dentro da cidade.*

*Mas o problema da estrutura é um problema seriíssimo, porque é muito caro. A gente pode falar, com certeza, que a infra-estrutura é um dos fatores que mais atrapalham a implantação de conjuntos habitacionais (Sr. Osvaldo Ferro, ex-presidente da PROHAB).*

O conteúdo desta fala remete-nos não somente aos aspectos ligados às dificuldades na aquisição da casa própria, mas também à consideração ou ao questionamento quanto ao atendimento das casas construídas por esses programas às necessidades básicas de morar dos indivíduos, aos aspectos associados à relação morador-espaço. Neste sentido, compreender a relação entre o indivíduo e o espaço arquitetural é uma premissa básica para entender se as casas desses conjuntos atendem ou não às necessidades dos seus moradores. Assim, conforme MALARD (1992), as características espaciais humanas e as características existenciais do espaço são apresentadas através da relação que cada morador estabelece com o seu habitat. Considerando essa premissa, pode-se compreender como o morador constrói o seu

“espaço físico” e as significações que este espaço físico adquire em função da relação indivíduo/espaço. Acredita-se, pois, que a não-consideração desses aspectos na construção de conjunto habitacionais dificulta, cada vez mais, o atendimento das necessidades dos indivíduos.

Todas essas considerações mostram que os interesses políticos e econômicos de quem detêm o controle da construção e elaboração de conjuntos habitacionais não consideram alguns determinantes culturais importantes para um bom desenvolvimento harmônico da família. Neste descaso, a generalização e a redução do interior doméstico têm contribuído muito para o decréscimo da qualidade da habitação brasileira.

### **3. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO CONJUNTO “VICENTE LEPORACE”**

Os responsáveis pela construção do conjunto “Vicente Leporace” executaram a obra com o auxílio de um projeto elaborado por arquitetos. No final de algumas ruas que foram planejadas nesse conjunto, existia um retorno que dificultava o trânsito de veículos e de pedestre. Sendo um bairro eminentemente residencial, não é permitida a construção de fábricas, igrejas ou pontos comerciais, exceto em espaços predeterminados.

Na área de planejamento e arquitetura no Brasil, pode ser encontradas referências históricas, na década da 30, de muitos arquitetos importantes que projetaram conjuntos habitacionais muitos semelhantes ao tipo de projeto arquitetônico do “Vicente Leporace”. A trajetória do renovamento urbano das cidades brasileiras, entre 1950 e 1960, coincidiu com uma época em que o urbanismo e a arquitetura tinham teorias erradas de planejamento, tiradas a partir de idéias enganosas sobre as cidades e a vida urbana, o que só se percebeu depois. Esses equívocos levaram à substituição de velhas formas de construir cidades pelo chamado urbanismo moderno do século XX. O planejamento moderno defendia a divisão da cidade segundo suas diversas funções. Para RYBCZYNSKI (1996), essa tendência já se manifestava nas cidades de quase toda a Europa, pois as pessoas viviam em uma parte da cidade e trabalhavam no outro lado da cidade. O primeiro e mais exagerado caso de zoneamento único foram os projetos para novas casas populares, onde esses conjuntos seriam separados exclusivamente para moradias. Nem lojas, nem escritórios – só casas (e só casas populares) eram permitidas. Os únicos usos não-residenciais permitidos nos projetos de casas populares eram

escolas e centros comunitários.

Atualmente, o Parque Vicente Leporace compreende vários conjuntos habitacionais, sendo o I, II e III formados por 2.208 casas e o IV, V, e VI que são compostos por apartamentos. O bairro como um todo conta com infra-estrutura básica: possui asfalto, rede de esgoto, iluminação e água em toda a sua extensão.

Por ser extenso e apresentar um alto contingente populacional, atraiu a formação de vários outros bairros adjacentes: Jardim Portinari, Jardim Pinheiros I, Jardim Pinheiro II, Jardim Vera Cruz I e II, Jardim Luiza, Jardim Tropical I e II, Residencial Moreira Júnior e Jardim Paineiras.

De acordo com estudos realizados em 2000 pela Unidade de Serviço Social da Secretaria de Promoção Social, atuante no “Vicente Leporace” existiam 18 terrenos baldios, destinados à construção de área de lazer.

O bairro possui, ainda, três escolas estaduais, além de três escolas municipais de educação infantil. Ainda de acordo com o estudo citado, conta com uma unidade de atendimento na área da saúde, situada no “Leporace I”, cujo prédio foi construído para a instalação de uma creche e, como tal fato não ocorreu, a área foi adaptada para o funcionamento da Unidade Básica de Saúde (UBS).

Em 1991, foi instalado um posto policial, além do centro comunitário. Existe ainda uma sede onde funciona o núcleo de Promoção Social (UNISER).

Além do centro comunitário, existe também o conselho comunitário Esperança, que iniciou o seu trabalho na sede e tinha o objetivo de estimular o espírito comunitário do bairro. Este grupo é o responsável pela construção de área de lazer feita em sistema de mutirão, em lotes que haviam sido destinados para isso. Conforme depoimento da moradora Lúcia Helena, que na época era presidente da associação de moradores, podemos conhecer um pouco da história que caracteriza a construção de uma praça construída através de mutirão pelos moradores desse conjunto.

*Tem uma praça aqui no “Leporace” que foi a própria comunidade que construiu. Nós ganhamos material de construção e decidimos construir essa praça, para evitar que os moradores jogassem lixo neste espaço, porque ela fica entre casas, ela é um vão entre as casas.*

*A população aqui é muito atuante. Um outro problema que existe no bairro são estes vazios urbanos que eles deixaram com a intenção de construir praça ou áreas de lazer e que até hoje nada foi feito, nenhuma área de lazer ou praça, exceto esta que a comunidade construiu. Então se tornaram uns vazios urbanos problemáticos para o bairro e são áreas enormes, são áreas que poderiam ter sido construídas não sei quantas casas, que foram projetas sem considerar que tipo de morador que mora no bairro, e como esses poderiam usar futuramente essas áreas. Deveriam estar localizadas em pontos estratégicos que atendesse a comunidade (Lucia Helena Souza, 2002).*



Figura 4 – Praça projetada pelos próprios moradores do conjunto “Leporace”.

O bairro possui um comércio na Avenida Abraão Brickman, a principal do conjunto, que atende à população do “Leporace” e a todos os bairros vizinhos. Ali se localizam farmácias, padarias, varejão, açougues, lojas, óticas e um posto do Banco do Brasil. No final da Av. Abraão Brickman localizam-se ainda outros equipamentos comerciais, como: supermercados, depósito de materiais de construção, padarias e uma farmácia, favorecendo, pela proximidade, mais a população do bairro Portinari.



Figura 5 – Avenida Abraão Brickman, onde se localiza o comércio.

Segundo os moradores, hoje em dia não é preciso se dirigir ao centro da cidade para fazer suas compras, pois este centro comercial possui tudo que eles precisam. Alguns até afirmaram que passam dias sem se dirigir ao centro da cidade. Conforme depoimento da dona Lúcia Helena,

*Você sabe porque a liderança comunitária do “Leporace” é muito organizada. É porque, ou nós nos organizávamos, ou nós íamos penar por muito tempo. Porque nós tínhamos algumas necessidades que eram básicas para a nossa população. Então, por exemplo, os nossos pontilhões foram feitos. Ou nós nos mobilizávamos para que eles fossem construídos, ou iria continuar morrendo gente. Nos cinco anos que o “Leporace” funcionou sem os pontilhões morreram 37 pessoas, você vê, é muita gente, fora os feridos e aleijados. O interessante neste bairro eu acho é que tudo acontece em função também dos moradores, porque, veja bem, depois que o “Leporace” foi se organizando tudo veio para o “Leporace”, você não precisa sair do bairro para comprar o que você precisa, aqui tem todos os gêneros. Com a vinda do “Leporace” o “Portinari” cresceu; hoje é um bairro excelente, tem toda a infra-estrutura. Nosso bairro valorizou o “Portinari”, e veio depois o “Tropical”, o “Luíza”, o “Pinheiro”, todos esses bairros foram construídos em função do “Leporace”.*

*Hoje nosso bairro é um dos poucos que têm esse comércio completo de lojas de roupa, supermercado, banco, farmácia, varejão, o Magazine Luiza com a sua loja virtual e tantas outras coisas. Além do que, nós temos variedade de comércio para pesquisar preço, tem um centro comunitário atuante, oferecendo vários cursos para a comunidade (Lúcia Helena, 2002).*

O conjunto “Vicente Leporace” possui cerca de 2.208 unidades habitacionais geminadas e não-geminadas, compostas de dois ou três quartos, sala, cozinha e banheiro; e 1.008 unidades plurifamiliares (prédios), compostas por dois quartos, sala, banheiro e cozinha. Atualmente o conjunto “Leporace” conta com uma população de aproximadamente 16.000 habitantes (IBGE, 2001). No conjunto “Vicente Leporace”, as moradias diferenciam-se quanto ao tamanho dos terrenos e quanto ao acabamento. Apesar de tal diversificação, havia uma homogeneidade na aparência das casas na época de sua construção e no início do conjunto.

As casas do conjunto “Vicente Leporace” sofreram grandes mudanças. Na sua grande maioria, tem o chão revestido de cerâmica ou cimento queimado. Apesar das dificuldades, os moradores desse conjunto conseguiram ampliar alguns cômodos. A maior parte das casas tem de cinco a oito cômodos, incluindo a varanda, dois ou três quartos, uma cozinha, uma sala e um banheiro, em um espaço que varia de 50 a 100 m<sup>2</sup> de área construída.

Embora a planta da casa seja fixa e imutável em relação à orientação dos espaços frente/fundo, ela é passível de transformações, ditadas pela mudança de situação dos moradores. Essas transformações, no “Leporace”, são dos tipos representados nas plantas anexas (Figuras 2, 3 e 4). Na planta da casa 1 a transformação é simplesmente um aumento da área da casa, com a adição dos espaços 5, 6 e 7. Com esse acréscimo, a cozinha, que ocupava o espaço 5, passou para o espaço 6, deixando o espaço 5 sem função definida (Figura 2 do Apêndice), isto é, os moradores ainda não incorporaram à casa (casa no sentido de construção mental) esse espaço físico.

No caso, o espaço surgiu devido à mudança de função, isto é, passagem da cozinha para outro local, e não foi ainda definida a sua nova função. O uso desse novo espaço pode ser evidenciado visualmente pelo fato de a parede vizinha ao espaço novo estar vazia, enquanto no lado oposto, que faz “fronteira” com a parte antiga da casa, freqüentemente encontra-se um grande número de objetos amontoados. Evidencia-se que as reformas foram executadas há muito tempo, mas não foi definida ainda uma função ou atividade específica associada a esse espaço. Não porque os moradores tenham falhado em classificar atividades e artefatos de acordo com um plano espacial uniforme, consistente ou previsível, mas porque o espaço em si é imprevisível, sendo necessário ainda encontrar sua função dentro da casa. Além disto, a sua dimensão é muito pequena, quase do tamanho de um corredor, o que dificulta definir a função desse espaço. Segundo os moradores, esse é um espaço morto, onde não é possível fazer nada, a não ser um banheiro. O espaço que foi construído para ser a nova cozinha possui, geralmente, 19,5 m<sup>2</sup>, e o espaço destinado à cozinha na planta original é de 5,0 m<sup>2</sup>.

O outro esquema de reforma no “Leporace” é ilustrado na planta 2, “transformação da casa em duas unidades de habitação” (Figura 3 do Apêndice). Desde a inauguração do conjunto habitacional “Vicente Leporace”, muitos dos filhos dos moradores originais atingiram a idade adulta, e se casaram. A solução encontrada foi desdobrar, acrescentando mais quatro cômodos à casa original, ocupando geralmente a frente do terreno, de modo a fornecer à nova família uma casa independente, isto é, dispondo de porta de frente e de fundo.

As casas desse conjunto atualmente têm a sua fachada totalmente modificada. Essa modificação está representada por uma varanda, que é muito comum em todas as casas, e por muros com o portão para uma garagem e outro menor para uma espécie de entrada principal para a casa. Segundo os moradores, reformar a fachada de sua casa com esses dois elementos arquitetônicos muda e muito o “visual” da casa, a casa ganha outra aparência. Essa mudança é muito valorizada pelos moradores, que na sua maioria se preocupa com a aparência da frente de sua casa.

A partir de agora será feito um breve relato sobre a influência que as teorias da Arquitetura Moderna tiveram na construção e elaboração dos conjuntos habitacionais.

Além disso, o próximo capítulo trata, através da análise dos dados, como o morador se apropria do espaço. Essa análise envolve a interação usuário/espaço, na qual o usuário atua moldando o espaço, que, em contrapartida, torna-se receptivo. Nesse capítulo considerou-se que os lugares receptivos são aqueles com os quais as pessoas se

sentem em perfeita harmonia e nos quais elas encontram sua identidade individual e coletiva.

A análise dos dados engloba formas de interação entre indivíduos e ambientes, que expressam a afirmação do ser sobre os lugares, através de uma utilização particular do espaço. À medida que o morador se apropria de um espaço, ele está conectado a esse espaço no passado, presente e futuro, decorrendo daí o vínculo com a preservação da identidade. Observou-se que existe uma necessidade de estar confortável enquanto o morador atua e cuida do espaço.

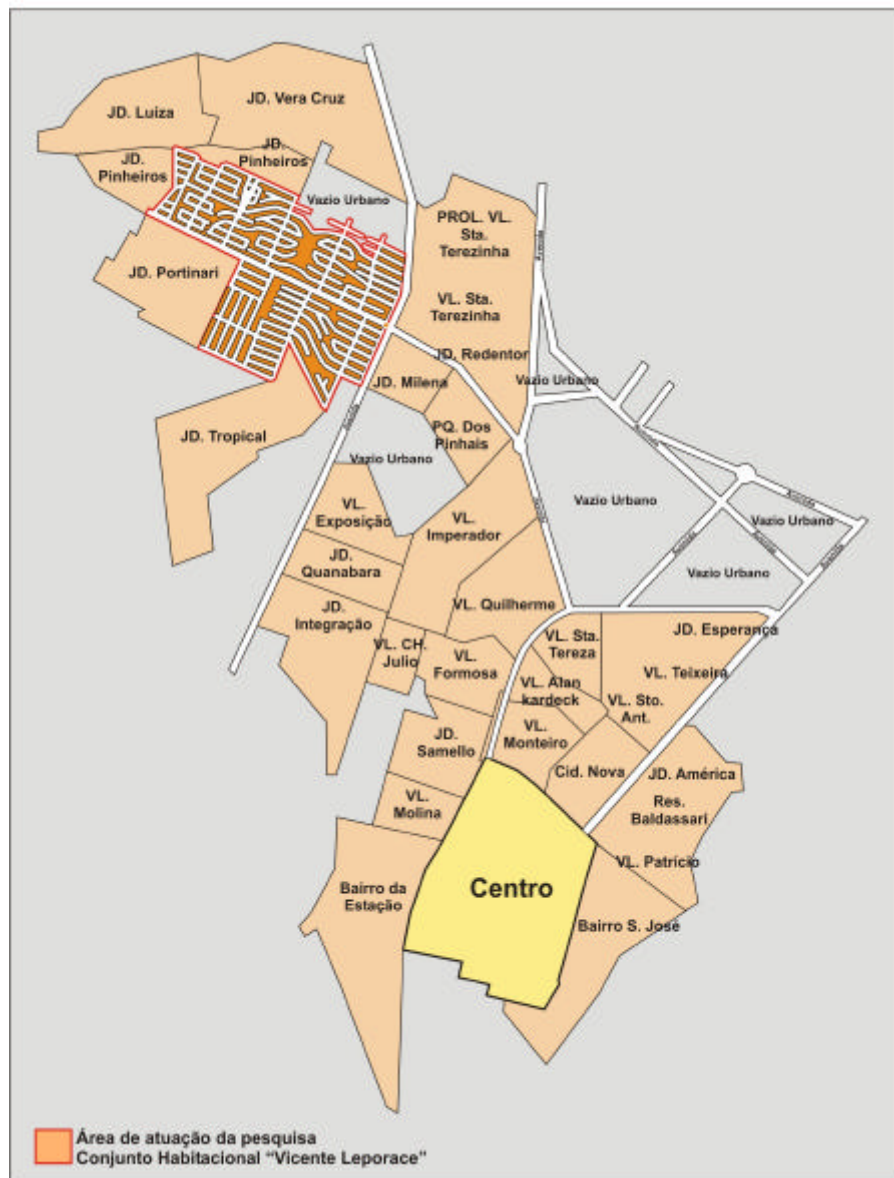


Figura 6 – Mapa parcial da cidade de Franca.

## **CAPÍTULO 5**

### **O PERCEBER E O AVALIAR: SEGUNDO A VISÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO “VICENTE LEPORACE”**

#### **1. A INFLUÊNCIA DOS CONCEITOS DA ARQUITETURA MODERNA PARA O DISTANCIAMENTO DO ESTUDO DA PERCEPÇÃO NA RELAÇÃO HOMEM E ESPAÇO**

Para JENCKS (1987), a Arquitetura Moderna deixou como herança uma visão mecânica de um mundo regido pela razão, que se infiltrou como pano de fundo nas diversas áreas de conhecimento da história da arquitetura.

Na Arquitetura Moderna o conceito de espaço foi traçado de forma rígida, padronizada, racional, mecânica e repetitiva, não entendendo a dimensão simbólica e as redes de significados como algo que pode afetar a sua construção. Desconsidera que o espaço representa para o homem algumas redes de significado. Como tal, este não é estático e não deve ser padronizado. A casa é que deve se adaptar ao homem, e não o homem se adaptar a casa.

Para FRAMPTON (1997), estudar a Arquitetura Moderna é um desafio que requer esforço para tentar resgatar, na história, as extraordinárias transformações culturais, territoriais e técnicas que se sucederam ao longo do século. Para o autor, o êxito e o fracasso desta arquitetura e os seus possíveis papéis no futuro devem,

finalmente, ser avaliados sob um pano de fundo muito complexo. Esta complexidade diz respeito ao papel que a Arquitetura Moderna desempenhou no empobrecimento do ambiente. Ao mesmo tempo que foi importante para a racionalização dos tipos e métodos de construção, seus conceitos prejudicaram o ambiente doméstico, onde o acabamento do material e a forma de projetar foram reduzidos ao menor denominador comum, à técnica, sem considerar o indivíduo, a fim de baratear a produção e otimizar o uso. Em sua preocupação bem-intencionada, mas às vezes equivocada de assimilar a realidade ligada à técnica e aos processos do século XX, a arquitetura adotou uma linguagem em que a expressão residia, quase inteiramente, em componentes secundários e técnicos, como rampas, caminhos, elevadores, escadas, tubulações e lixeiras (FRAMPTON, 1997).

A arquitetura moderna surgiu na Europa, impulsionada pela Revolução Industrial. Tal fato ocasionou um aumento acelerado dos bens produzidos pela indústria e pelas atividades terciárias, e conseqüentemente, influenciou o pensamento dos arquitetos modernos, que desde então passaram a acreditar que o barateamento e a massificação das construções seriam as soluções para atender às necessidades das “camadas populares”.

Faziam parte da arquitetura moderna, como uma escola de pensamento, arquitetos como Walter Gropius e Le Corbusier, que, em suas teorias, desconsideravam a relação que o indivíduo possui com o espaço, tanto público como privado. Este fato mostra que esta escola de pensamento não considerava a percepção do morador como um fator que pode influenciar a construção do espaço interno da casa (VALLADARES, 1980).

As idéias de Walter Gropius e Le Corbusier são importantíssimas para o estabelecimento e a difusão da arquitetura moderna. Por meio de suas obras, da Bauhaus (primeira escola destinada à formação de arquitetos modernos, fundada por Gropius, em 1919), de livros, de entrevistas e de conferências, eles conseguiram adeptos ao novo modo de construir. No caso brasileiro, Corbusier exerceu enorme influência em seus contactos com Lucio Costa e, principalmente, quando veio trabalhar com uma equipe brasileira no projeto da sede do MEC (então Ministério da Educação e Saúde). Um primeiro ponto, básico para ambos, é que a arquitetura moderna traduzia um momento de ruptura com toda a sociedade anterior; conforme sua fala: *“Uma grande época começa; um espírito novo existe; existe uma multidão de obras de espírito novo, encontradas particularmente na produção industrial”* (CORBUSIER, 1973).

Para GROPIUS (1925), “querer construir na era da industrialização com os recursos de um período artesanal é, cada vez mais, algo sem futuro”. O autor aponta como vantagem da indústria o reconhecimento racional que o progresso da técnica mostrou, como a forma de trabalho coletivo para conduzir a humanidade a uma produção total maior do que um trabalho autocrático de cada indivíduo.

Le Corbusier defende que a casa deve ser uma “máquina de morar”, com economia e eficiência industriais: Nas suas palavras: “é preciso... criar o espírito de casas em série; o estado de espírito de construir, residir e conceber casas em série” (CORBUSIER, 1973).

A defesa do primado da indústria sobre o artesanato baseava-se em três argumentos: o barateamento, a massificação das construções e a possibilidade de a máquina substituir o ser humano em algumas horas, reduzindo sua jornada de trabalho. A eliminação do artesanato e as simplificações das construções, com conseqüente produção em série, visavam fornecer habitações principalmente para a classe operária (CORBUSIER, 1973). Funcionava, ainda, como aponta JENCKS (1973): *as the destroyer of class and national boundaries and creator of a democratid, collective brotherhood.*

LE CORBUSIER (1973) recorre novamente à máquina como símbolo do universalismo. Para ele...*a máquina não opõe uma raça à outra, mas um mundo novo a um antigo.* GROPIUS (1972) direciona sua idéia sobre a morada popular de modo que esta atenda à disponibilidade de tempo do trabalhador após a conquista da jornada de oito horas.

Segundo GROPIUS (1972), todas as transformações ocorreram pela necessidade de um novo tipo de habitação – a casa mínima –, que serviria apenas para “uma separação temporária de seus contemporâneos” – o maior tempo seria passado no trabalho, sindicato ou clube – e para abrigar a família com um número médio de dois filhos. O autor defende a reunião de várias moradas como forma de dispor de serviços domésticos coletivos “para aliviar convenientemente o trabalho da mulher que participa da vida profissional”.

Durante as décadas de 30 a 70, o espírito novo e a nova ordem de valores opunham-se ao trabalho artesanal. Neste mesmo período, os profissionais manifestavam-se a respeito da casa e acreditavam na idéia de padronização, o que fez com que o conceito de “morar” se modificasse completamente – estudiosos passaram a reconhecer que a casa era uma máquina de morar e era preciso criar um espírito de casas

em série. Desta forma, estavam desconsiderando todos os hábitos e todo o processo histórico e cultural dos indivíduos. GROPIUS (1925) desconsiderava as profundas transformações que o homem vinha sofrendo, por acreditar que esta nova era industrial poderia resolver a questão habitacional, baseando-se na idéia da produção em série para resolver o problema da construção. Essa nova concepção do morar desconsiderava toda a idéia de individualidade e direito ao espaço, sem manipulá-lo, tornando-o uma mercadoria, que Milton Santos tanto explorou em seus estudos.

Tanto CORBUSIER (1973) como GROPIUS (1994) acreditavam um novo e verdadeiro espírito de construir, pois diziam que um novo tempo surgia. Para defender estas novas idéias, argumentavam que o primado da indústria sobre o artesanato apoiava-se em três argumentos principais: o barateamento e a massificação das construções; a qualidade intrinsecamente universal e abstrata; e a possibilidade de a máquina substituir o homem.

Levando em consideração que GROPIUS (1972) defendia a idéia de que a indústria se sobressai em relação ao artesanato, ao considerar os três argumentos como o ponto-chave da diferença entre os dois, constata-se que ele está se contradizendo, pois em seu livro “Bauhaus: Novarquitectura”, o autor escreve que *não se deve confundir racionalização com lucratividade*. Ele se contradiz a partir do momento em que assume os três argumentos anteriormente citados. O barateamento da obra e a massificação das construções têm certa ligação com a questão do lucro, pois pode-se considerar que baratear significa ter mais lucro. Além do mais, pode-se concluir que o objetivo de produzir casas em série, certamente, é obter mais lucro.

CAVALCANTI (1987), em sua tese de Mestrado, toma como objeto de análise o pensamento de Le Corbusier. Na sua análise, o autor pontua que no reformismo de Corbusier existe certo compromisso ético, expresso pelo princípio da casa em série, que mostra, em seu lado moral, certo laço comum entre a habitação do rico e a do pobre. Apesar disto, o autor assinala o determinismo arquitetônico e absoluto primado do espaço no pensamento de Le Corbusier: onde as construções passam a “transformar radicalmente” valores culturais e a própria sociedade. Segundo ele, os arquitetos modernos confundiram prancheta com campo social e maquete com cidades reais. É hipótese deste autor que a reificação da arquitetura moderna traz em seu bojo a opção de não valer à pena examinar as especificidades culturais dos mais pobres, implicando uma representação do *ethos* e da cultura das camadas populares.

As primeiras tentativas da arquitetura moderna no Brasil foram conseqüências do movimento chamado “Semana de Arte Moderna”, de 1922, importado da Europa daquela época e embalado com as cores brasileiras. Mal chegado, o movimento tingiu-se de cores fortemente revolucionárias e foi convenientemente combatido pela velha guarda intelectual. O arquiteto ARTIGAS (1986) relata em seu livro *Caminhos da Arquitetura* que o jornal conservador Estado de São Paulo abriu suas páginas para quem quisesse atacar a arte moderna.

Não se pode dizer que no bojo do movimento de 22 houvesse uma proposta que incluísse reformas necessárias à arquitetura brasileira, mas é bem verdade que o movimento era aberto a todas as artes para poder assimilar, no seu desenrolar, as inquietudes que foram se formando nos meios dos intelectuais, artistas, arquitetos e construtores capazes de traduzir os acontecimentos europeus diretamente ligados à arquitetura. Sobre esse movimento de 22, ARTIGAS (1986) ainda escreve:

*As investidas de Mário de Andrade e outros contra o burguês mensal, os seus ódios ao burguês, fizeram proselitismo e arregimentaram; criaram uma auréola revolucionária que aumentava ou diminuía conforme convinha à classe dominante. De tal forma, quando Getúlio montou o Estado Novo encontrou já preparado um número substancial de intelectuais de esquerda jovens e audaciosos para guarnecer o seu governo, ajudando-o a contornar, com manobras demagógicas, as posições que iam sendo forçadas pelo povo. Foi quando a Arquitetura Moderna Brasileira teve o seu maior desenvolvimento – durante o Estado Novo, à sombra dos Institutos e a serviço da demagogia desenfreada (ARTIGAS, 1986).*

Esse contexto de construção do Estado Novo tinha como uma das suas principais preocupações a construção do novo homem brasileiro. Como instrumento para esse objetivo, foram criados dois ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública. O trabalho foi considerado o meio por excelência para integrar o homem à sociedade.

CAVALCANTI (1987) cita, em sua tese, Gomes,<sup>13</sup> que discute a respeito de conceitos relacionados a essa nova faceta do indivíduo. Assim, promover o cidadão brasileiro e defender o progresso e a paz do País eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação. Conceber este novo ser humano trabalhador implicava, ainda segundo este autor, uma “concepção

---

<sup>13</sup> Em sua tese de mestrado, Lauro Cavalcanti cita Ângela Maria de Castro Gomes, que trata dessa questão. Para obter mais informações sobre esse assunto ver: GOMES, Ângela Maria de Castro, O trabalho brasileiro, in: LIPPI et al.: *Estado Novo; ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

totalista do trabalho, atenta às mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação”. Esta abrangência conceitual do trabalho vai aproximá-lo da atuação exercida pelo Ministério de Educação e Saúde, que se preocupava não apenas com a educação, mas, principalmente, com a formação da mentalidade deste novo indivíduo que pretendia forjar. Era preciso elevar o nível das camadas populares e, neste sentido, a habitação era um setor considerado essencial: as más condições de higiene da moradia eram atribuídas não só às doenças, como também à preguiça e ao desânimo dos trabalhadores.

Proporcionar o acesso a casas era uma questão relevante para o Estado, porque implicava tranqüilidade coletiva e amparo à família. A preocupação com a família era, portanto, uma questão central à proteção do homem brasileiro e ao próprio progresso material e moral do País (PANDOLFI, 1984).

Segundo CAVALCANTI (1987), no período do Estado Novo configurava-se grande embate entre os neocoloniais e modernistas. Giravam as discussões em torno de três elementos: passado, vínculo com o Brasil e futuro. Curiosamente, as duas correntes reivindicavam para si o primado nesses três elementos. Os neocoloniais, ligados aos conservadores reformistas dos anos 20<sup>14</sup>, alegavam que no culto à tradição colonial localizava-se o nacionalismo de sua proposta. Por outro lado, a crença na tradição fornecia as raízes das quais brotaria o futuro, que para eles era, no entanto, essencialmente restaurador. Os modernistas, por seu turno, alegavam que a leitura neocolonial do passado era totalmente superficial, restrita a pastiches arquitetônicos.

Apesar de inevitáveis reações dos arquitetos “conservadores”, as idéias de Le Corbusier tiveram enorme ressonância entre técnicos brasileiros. Acredita-se que havia vários pontos coincidentes entre o discurso de Le Corbusier e o dos intelectuais ligados ao Estado Novo. No Brasil falava-se em “construção do homem novo”, ao passo que o arquiteto franco-suíço referia-se a um “espírito novo” e à necessidade de criar novas mentalidades de morar.

*Para os intelectuais e ideólogos do Estado Novo, o trabalho seria o meio por excelência da superação dos graves problemas socioeconômicos, a revalorização do homem para evitar o caos. No reformismo corbusiano a categoria **arquitetura** substitui a categoria **trabalho** (GOMES, 1982).*

---

<sup>14</sup> Em relação ao conservadorismo reformista dos anos 20, ver Lippi (1986).

Para SANTOS (1982), o espaço interno da casa não é mudo. A percepção que se tem dele está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda. O objeto possui duas fases: a verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a visível, amoldada pela ideologia<sup>15</sup>. Tal fato se tornou banal depois da revolução da forma e da fabricação do objeto cultural, atribuídas à escola da BAUHAUS<sup>16</sup>. Em seu livro, o autor cita um conceito desenvolvido por Robert Sommer, ao afirmar que a presença humana na coisa inanimada e o orgulho da arquitetura do passado foram igualmente sacrificados por esta nova arquitetura moderna, desprovida de afetividade, que empreendeu racionalizar a produção sem levar em consideração as necessidades dos indivíduos, seus hábitos e sua percepção a respeito do espaço.

A crítica de SANTOS (1982) no livro *Pensando o Espaço do Homem*, sobre a Arquitetura Moderna; analisa como esta foi constituída segundo alguns conceitos racionais, que foram desenvolvidos por grupos, que defendiam os seus próprios interesses.

*A arquitetura moderna se adaptou ao novo mundo dos negócios, à concentração e estandarização na indústria da construção, à rigidez dos novos materiais e das novas máquinas. Era a glorificação do repetitivo, a serviço de uma produção mais rápida do capital (SANTOS, 1982).*

SOMMER (1973) cita o arquiteto moderno Frank Lloyd Wright no seu livro *Espaço Pessoal*, que apresentava suas idéias a respeito da arquitetura, dizendo que a “forma segue a função”<sup>17</sup>, o que se tornou um antídoto útil para a ornamentação desnecessária. Sommer ressalta que é curioso notar que a maior parte do interesse pelo funcionalismo focalizou a forma, e não a função. Tudo se passa como a estrutura em si mesma (a harmonia com o local, a integridade dos materiais, a coesão das unidades separadas) fosse transformada em função. Dá-se ênfase relativamente pequena às atividades que ocorrem dentro da estrutura. Segundo Sommer, isso é previsível no caso

---

<sup>15</sup> A ideologia social materializa-se, fixa-se nas coisas e acumula-se na forma de objetos materiais. Bukhárin, 1921, VII 5.

<sup>16</sup> A Bauhaus foi a primeira escola destinada à formação de arquitetos modernos, fundada por WALTER GROPIUS (1919). Esta escola consegue, por meio de livros, entrevistas e conferências, atrair no mundo inteiro uma legião de adeptos.

<sup>17</sup> Alguns arquitetos como Gropius, Wright e Le Corbusier acreditavam que a forma e a função deveriam caminhar juntas, pois uma poderia explicar a outra. Mas, na realidade, o que aconteceu é que a forma foi mais representada neste período por vários arquitetos, ou seja, o que mais importava era que a forma arquitetônica da casa deveria se sobressair. Nesta fase moderna desprezou-se por completo toda ornamentação que a arquitetura Neocolonial possuía. Para a Arquitetura Moderna as formas eram puras (linhas retas, formas geométricas). O que era relevante para estes arquitetos era a estrutura física da casa, o importante era o estilo arquitetônico.

do arquiteto que, em sua formação e em sua prática, aprende a ver o edifício sem pessoas no seu interior.

Apesar de o arquiteto moderno Frank Loyd Wright acreditar que a forma e a função deveriam ser dois conceitos inseparáveis, para Sommer era curioso notar que a maior parte dos estudiosos que se interessaram pelo funcionalismo focalizaram a forma, e não a função. Ele ainda escreve que a Arquitetura Moderna não prioriza as atividades que ocorrem dentro da estrutura interna da casa. Este pensamento moderno de que a arquitetura pode ser concebida como grande estrutura oca ou como forma imutável, cuja existência é um fim em si mesma, precisa também ser afastado. A arquitetura pode ser bela, mas precisa ser mais do que isso, deve conter espaços em que algumas atividades possam ser realizadas de maneira cômoda e eficiente.

Pode-se perceber que a Arquitetura Moderna modificou a forma de se pensar a casa, portanto, entendeu-se que esta seria parte importante desse estudo para demonstrar como sua influência prejudicou a relação do morador com a casa.

## **2. ASPECTOS SIMBÓLICOS QUE ENVOLVEM O CARÁTER ESPACIAL DO HOMEM E O CARÁTER EXISTENCIAL DO ESPAÇO**

Antes de começar a descrever a análise dos dados levantados é importante ressaltar que os arquitetos, ao projetarem conjuntos habitacionais, expressam suas concepções a respeito dos futuros moradores. Sendo assim, esses profissionais trazem idéias preconcebidas sobre os grupos que ocupam essas casas, denominadas de “populares”. Com o conjunto “Vicente Leporace” não foi diferente, o seu espaço concreto e físico foi concebido segundo a visão desses profissionais, portanto considera-se que esse mesmo espaço está constituído de significados. Não podemos desconsiderar que as casas populares, ou o espaço concreto e visível, projetadas por arquitetos não possuem nenhum significado, elas o têm, ainda que seja desses profissionais.

Os responsáveis pela elaboração dos projetos de “casas populares” não buscam informações necessárias sobre quem vai morar nelas. Assim, suas intervenções espaciais afetam o dia-a-dia dos habitantes e dos lugares, positiva ou negativamente, pelos ingredientes não-visíveis que estão incorporados visivelmente nas formas concretas e físicas que usam para compor o projeto arquitetônico das casas.

À medida que as famílias ocupam suas casas, o que normalmente acontece com os seus interiores é que eles são totalmente modificados, pois o morador não consegue se identificar com esse modelo idealizado de casa. Sendo assim, os moradores desses conjuntos alteram incessantemente o interior de suas casas, a fim de alcançar suas aspirações e o modelo que têm do que seria a sua casa ideal. Observou-se que não

se considera que as pessoas teriam vontade de decorarem as suas casas, portanto, a visão desses profissionais se distancia de questões importantes como valores, costumes, hábitos e crenças, que são determinados culturalmente e que devem ser considerados no planejamento dos interiores domésticos.

Lidar com o habitante específico implica perceber e considerar, entre outras possibilidades, suas percepções espaciais, que correspondem às suas vivências espaciais continuamente construídas e modificadas ao longo do tempo. O espaço concreto e visível afeta as pessoas, despertando ressonâncias através de associações mentais que, transmitidas e apreendidas pela cultura, também são armazenadas de acordo com as próprias experiências espaciais. Sendo assim, o arquiteto não deve restringir os modos de conceber os espaços exclusivamente aos modelos que conhece ou que considera como “certos”, pois isto limita as possibilidades de compreensão e percepção de outros significados passíveis de serem associados ao espaço. Essa visão congelada ou pontual de o arquiteto conceber o espaço, tomando como referência apenas o seu ponto de vista, é uma forma de impor padrões que esvaziam a pluralidade de significações própria da dimensão simbólica.

Nesta análise, pretende-se compreender o processo de construção do ambiente da casa através da percepção de seus moradores, delineando a questão da intervenção do homem sobre o ambiente, e vice-versa.

Apesar de o orçamento das famílias do conjunto “Leporace” destinar-se em grande parte para os gastos com alimentação, e de ser preciso considerar uma outra parte despendida com transporte, isto não chega a anular o desejo e o esforço que essas famílias fazem para conseguir reservar uma parcela do seu orçamento para reformar as suas casas. É justamente essa preocupação com a reforma que nos leva a pensar que esse desejo é comum a uma boa parte dos moradores do bairro: eles elegeram como projeto prioritário a reforma e ampliação da sua casa própria. Mas, antes de falar desse desejo ou projeto, é necessário fazer uma observação: “ter em comum” não implica aqui viver exatamente da mesma maneira. Todos estão tentando realizar seu projeto da casa própria que, nesse sentido, é comum a todos, mas as dificuldades e estratégias para consegui-las são diferentes. Para definir esse projeto ou ampliação da casa, estão em jogo não apenas razões de ordem econômica e de sobrevivência, mas também valores e referências a uma infinidade de padrões de comportamento compartilhados pelo grupo social e uma determinada visão de mundo.

No projeto da casa, esta múltipla significação fica extremamente clara. Por um lado, a casa tem um valor instrumental, conforme assumem DURHAM (1973), BONDUKI E RONILCK (1979) e SEPLAN, (1979)<sup>18</sup>, já que é uma das poucas formas de capitalização ao alcance do trabalhador e uma das maneiras de se obter uma certa segurança econômica. Esta segurança se evidencia, por exemplo, nos períodos de desemprego, se for considerado o custo do aluguel no orçamento doméstico. Mas, por outro lado, há de se lembrar que, em uma sociedade capitalista, ser proprietário é um valor em si mesmo. Neste sentido, observou-se que a casa para os moradores desse bairro representa parte da realização de um projeto de ascensão social. Essa realização muitas vezes ficou clara, pois em vários depoimentos os moradores confessavam que ser proprietário da sua casa, ou seja, estar no que é seu e não depender de aluguel, significa que se conseguiu melhorar de vida, além do mais, o fato de possuir um imóvel garante a sua integração mais efetiva à cidade. A casa confere dignidade a quem a possui. Em suma, na luta imediata pela subsistência e pela melhoria do padrão de vida, a casa própria significa, para esses moradores, escapar do aluguel e poder viver de uma maneira um pouco menos penosa.

Durante todo o tempo que se passou no bairro para o desenvolvimento do trabalho de campo, observou-se que são recorrentes nas falas dos moradores associações entre ter casa e segurança econômica; e orgulho e o aumento da auto-estima conferido pelo *status* de proprietário. Os moradores desse conjunto sempre confessavam que assim que mudaram para o bairro “ficaram livres do aluguel”, sentindo-se orgulhosos por terem conseguido adquirir o imóvel.

No convívio com os moradores pode-se perceber que, para eles, a casa possui vários significados, implícitos no seu espaço físico e também no valor sentimental que esta representa para essas famílias. A construção de todos os significados que os moradores atribuíram à sua casa vai ao encontro de RYBCZYSKI (1996), que descreve a casa como definidora de um universo que representa individualidade. Para os entrevistados, a casa é considerada como sendo a base de tudo e um espaço da individualização, da formação do individual e da construção do sentimento de domesticidade. Alcançar o seu desejo de possuir a casa própria trouxe para esses moradores a felicidade e a realização de seus sonhos, o que garante a sua individualização e satisfação pessoal. Segundo os moradores, a casa representa a base

---

<sup>18</sup> Sobre os expedientes comumente utilizados para se conseguir a poupança prévia e o dinheiro para a edificação da casa, ver BONDUKI e ROLNICK (1979), SEPLAN (1979) e LIMA (1980).

da família, o lugar onde se pode encontrar amparo e tranquilidade, que são construídos pela sensação de domesticidade.

Todas as famílias sempre ressaltaram a importância de estarem livres do aluguel, pois, para elas, o dinheiro empregado para esse fim foi utilizado para reformar e pagar sua casa própria.

Sendo assim, observou-se que para eles ter sua casa e conseguir reformá-la significa uma vitória, além de melhorar o relacionamento entre os coabitantes da casa. Notou-se que, depois de reformar a ligação afetiva desses moradores com a casa, esta foi sucessivamente modificada, pois essa transformação física aumentou a satisfação das famílias. Além disto, sempre deixavam transparecer que através da reforma conseguiam alcançar seus desejos e confessavam que cada conquista era uma vitória.

Muitos desses moradores contavam a trajetória para conquistar sua casa própria e a luta que tiveram para realizar este sonho, que, para eles, representava segurança e estabilidade.

Dona Batista, uma moradora de 50 anos que mora no bairro desde 1981 com o marido e dois filhos, sempre lembrava com orgulho da grande ajuda que seu filho, hoje casado, lhe prestou para reformar sua casa. Essa moradora sempre demonstrava uma grande satisfação por ter conseguido comprar e reformar sua casa, para atender às suas necessidades e às da sua família. No decorrer da pesquisa de campo, observou-se que em sua casa ela tem espaço suficiente para desenvolver o seu trabalho, uma vez que sua ocupação é costurar sapato em casa. Os valores de dona Batista, e da maioria dos moradores desse conjunto, definem algumas características físicas da casa.

*A casa representa tudo para mim. É a base da família, pois é em casa que a gente aprende tudo de bom e às vezes de ruim também. É no ambiente familiar que nós vamos criar as nossas características a nossa individualidade, para sermos o que somos hoje. Porque a família necessita de um teto para morar, para ter segurança e se sentir segura. Então quer dizer, quando você pega uma casa dessa, para mim, na minha opinião é como se você tivesse ganhado na loteria.(...) Para mim foi tudo, porque eu não tinha onde morar na época, eu já tinha um filho e não tinha a minha casa própria.*

*Porque quando eu ganhei esta casa eu pensei assim; agora eu tenho um teto para ficar e amparar o meu filho e meu marido. Então quer dizer, para mim foi tudo, foi um sonho poder ter essa casa e conseguir reformá-la. Eu pagava aluguel, e não tem coisa pior do que o tal do aluguel.*

*Só de ter a casa, nós já éramos felizes. Porque se tivesse o que comer, a gente comia, se não tiver o arroz e o feijão, você faz uma sopa. Mas é o lugar de morar que é importante, porque todo mês chega gente aí bate palma e vem receber o aluguel, e se você não tem o dinheiro para pagar, como fica?*

*Então neste caso aqui, deste conjunto, para mim foi muito bom, pois eu pagava muito pouco de prestação. Porque você vê de qualquer jeito você tem que pagar o seu aluguel, ou você paga ou você vai para a rua, e é um dinheiro que vai e que não volta, é um dinheiro que você paga com muita tristeza. E também, o*

*dinheiro que nós íamos usar para pagar aluguel, nós reformamos e compramos essa casa. Conquistar a nossa própria casa foi uma vitória muito comemorada (Batista, 2002).*

Apesar de todos os problemas que cada um tem com o espaço da casa, os moradores do conjunto “Vicente Leporace” consideraram que ela, como espaço privado, representa lugar de abrigo e proteção. Outra moradora, Simone, de 27 anos, que mora com a mãe e mais quatro irmãos e com a sobrinha e sua filha de 3 anos, também relata o que significa para ela ter uma casa. No convívio com essa moradora pôde-se perceber que foi importante a aquisição da casa própria, e, segundo ela, pode-se superar todos os problemas da falta de espaço enfrentado por sua família. Para Simone, a falta de privacidade continua existindo, mas a sensação de segurança, posse, vitória e conquista ajuda a superar e a solucionar os problemas que vão surgindo no cotidiano de sua casa. Apesar de perceber uma certa insatisfação dessa moradora com os problemas, ela demonstra estar feliz por ser proprietária da sua casa. Os problemas existem, mas ser proprietário de uma casa significa ter segurança, tranquilidade, ascensão social, dignidade etc. Todos esses significados proporcionam a essas famílias um estímulo para elevar o seu padrão de vida e reformar sua casa, com o intuito de modificar o convívio familiar.

Segundo essa moradora a casa é importante para o convívio familiar, pois para ela é através do viver em comum, com o outro em intimidade e familiaridade, que construímos os nossos valores pessoais e onde aprendemos a respeito de caráter e de como respeitar o outro. Observou-se a partir do relato dessa, e de outros moradores, que é no espaço doméstico, caracterizado como um “lugar estável”, que os moradores desse conjunto estabelecem as suas relações com o espaço onde as suas atividades diárias acontecem. É nesse universo doméstico que todos os moradores determinam seus laços e seus hábitos de acordo com a organização de seus espaços.

*A casa é à base de tudo, se não tiver um teto, não se tem nada! Eu acho que a casa é fundamental. Na minha idéia se você não tem uma casa para morar você não tem nada! Se você não tiver casa na vida, pelo menos um teto como garantia, eu acho que você fica meio perdido, porque a casa é primeiramente uma garantia para todo mundo. A casa é à base de tudo! É onde você aprende tudo a respeito de caráter, respeito com o outro e muitas outras coisa mais.*

*Eu sempre gosto de voltar para a minha casa. Não tem como não gostar, não tem como não ter um sentimento pela minha casa, que é a minha segurança. Afinal essa é a minha casa!*

*De certa forma, eu consigo descansar do cansaço do meu dia-a-dia. Eu tenho algumas sensações de segurança aqui em casa, tem uns problemas aqui outros ali, mas a casa da gente é a casa da gente, seja do jeito que for. Por exemplo, eu gosto de comer em casa, posso sair, comer fora, mas eu tenho prazer de comer a comida da minha casa. Eu gosto do arroz, do feijão na minha casa. Eu sou muito caseira e muito apegada às minhas coisas e à minha casa. Então isso eu acho que ajuda a superar esses problemas de ter que dividir o espaço com esse*

*tanto de gente dentro de casa. Afinal de contas é no espaço da nossa casa que desenvolvemos os nossos laços de amizades com os nossos familiares e nossos amigos, e é na nossa casa que crescemos e adquirimos nossos hábitos, e por isso que muitas vezes organizamos os nossos hábitos de acordo com o espaço que temos aqui em casa. E também tentamos organizar o espaço de acordo com os nossos hábitos*

*É eu gosto da minha casa! Ela ainda está muito pequena, mas esta é a minha casa! Depois que arrumar tudo direitinho, ela pode ficar mais agradável e um pouco maior. Principalmente a parte da frente que fez a garagem e mais esse quarto. Eu acho deu outro visual na casa (Simone, 2002).*

A visão do homem inserido no seu *habitat* parece conduzir a uma idéia de que as ações humanas sobre as organizações dos seus espaços não são uma via de mão única, mas constituem-se em interações, onde seres humanos e ambiente estão vinculados, alternadamente, como agentes e receptores.

A abordagem fenomenológica de MALARD (1992) parte da idéia de que o homem e o espaço são existencialmente conectados, pois, se o homem é “ser no mundo”, então a sua existência é espacial. Como todas as ações humanas desses moradores têm lugar no espaço físico de sua casa, este é o espaço arquitetural, que é dotado de todos os significados que os moradores atribuem para os “lugares” de sua casa. Trazendo as considerações dessa autora para a população em análise, pode-se dizer que os moradores do conjunto “Leporace”, ao se relacionarem com os espaços de suas casas, também definem determinados comportamentos que transformam o seu ambiente construído e, ao mesmo tempo, criam para o mesmo características próprias.

Em alguns depoimentos, como o da moradora Maria Darck, casada, 29 anos e dois filhos, pôde-se perceber claramente como o espaço adquire um caráter existencial e como o morador constrói o seu caráter espacial, determinando a dinâmica dessas relações com o espaço. Para essa moradora, que é cabeleireira e trabalha em casa, os espaços físicos foram determinados através de suas necessidades diárias e também por meio de determinados comportamentos que definem e transformam o ambiente construído de sua casa. Ao mesmo tempo, ela distingue particularidades dos “lugares vivenciados” que demonstram aspectos do seu perfil, garantindo assim, ao espaço físico, suas características próprias.

*Olha, como você já sabe, eu mudei tudo na minha casa. Como você participou do projeto você sabe! Eu derrubei a casa toda e fiz, praticamente, tudo de novo. A única coisa que eu não mudei foi o banheiro. Eu já fiz o meu quarto, derrubei a cozinha e construí outra. Já construí os dois quartos no fundo e mais o outro banheiro. A sala já tinha sido feita antes de fazer os dois quartos.*

*Não dava para reformar muito daquela casa porque, pelo fato das paredes serem de concreto armado, tinha determinados lugares que você ia dar o acabamento à parede rachava toda. Por ter conseguido reformar a minha casa hoje eu sou apaixonada por ela, e cada tijolo que eu ponho é uma vitória. Assim eu*

*tenho muito carinho por tudo que eu faço na casa para melhorar o espaço. Hoje essa casa tem a minha cara* (Maria Darck, 2002).

Durante o trabalho de campo observou-se que a relação estabelecida entre o morador e a sua casa permite compreender como ele constrói o seu espaço físico e quais os significados envolvidos a partir da dinâmica desses espaços.

No depoimento de Maria Darck pode-se perceber que a relação que ela estabelece com o espaço físico da sua casa está constituída de significados. Esses significados<sup>19</sup> fazem parte de um sistema simbólico, que diz respeito às possibilidades de conexões entre o espaço – concreto e visível<sup>20</sup> – e às idéias-conceitos, valores-invisíveis e intangíveis, que permeiam o espaço físico. Essas esferas intangíveis se configuram como as teias ou redes que estão imbuídas de significados complexos e que muitas vezes se sobrepõem. Essas redes de significados são representadas pelas crenças, pelos valores, pelas concepções e pelas idéias dos moradores, e através delas que os lugares vivenciados são produzidos, percebidos e interpretados. Observou-se que essa moradora determinou, a partir de conceitos que ela possui do que é conforto e bem-estar, os parâmetros que deveria seguir para efetuar as modificações de sua casa.

*Olha, antes de começar a mexer na casa eu não gostava muito dessa casa. A não ser pelo terreno e pelo fato de agora eu ter a minha própria casa e não ter que pagar o aluguel. Mas é como eu já te falei, eu mudei muito essa casa. E também gostava da localização da casa que ficava na avenida e eu poderia fazer o meu salão de beleza aqui, porque era um ponto bom. Agora a casa tem a minha cara e eu gosto da minha casa inteira. Porque antes a casa não proporcionava muito conforto, não tinha muita privacidade porque o espaço era pequeno, tudo era muito pequeno e as crianças não tinha muita liberdade. Aí, conforme ela foi mudando, sentimos que foi melhorando e atendendo às nossas necessidades, e fomos nos sentindo melhor dentro da casa. Foi muito difícil reformar, financeiramente, mas nós conseguimos, porque nós trabalhamos muito para isso. Agora melhorou o nosso relacionamento dentro de casa porque cada um tem o seu espaço e faz dele o que quiser!* (Maria Darck 2002).

Quando as redes de significados são articuladas com as dimensões físicas do espaço, ele se materializa em um lugar vivenciado como sendo significativo,

---

<sup>19</sup> Os significados atribuídos pelos moradores para o espaço físico da casa fazem parte de um sistema simbólico, que é a sua própria cultura (ver Geertz, Clifford, *A interpretação das culturas*).

<sup>20</sup> É importante esclarecer que quando se refere ao espaço concreto e visível, não se desconsiderou o fato de esses espaços físicos estarem constituídos por outros significados que foram determinados pelos responsáveis que elaboraram o projeto das casas do conjunto “Leporace”. Como em outros conjuntos as casas do “Vicente Leporace” foram elaboradas e construídas por profissionais que têm idéias preconcebidas e convencionais que podem não se adequar aos modos de habitar de outros grupos. É por isso que normalmente os moradores dos conjuntos habitacionais procuram sempre modificar os espaços de suas casas, a fim de alcançar o seu desejo de aproximar-se cada vez mais do ideal que possuem do que verdadeiramente deveria ter em sua casa.

reconhecível e passível de ser habitado. O espaço transforma-se em lugar<sup>21</sup> à medida que adquire definição e significado.

Observou-se, através do convívio com os moradores desse conjunto, que as dimensões físicas dos espaços da casa, por si, não garantiam um espaço humanizado que pudesse ser habitado por eles, para que ao mesmo tempo seja significativo para essas pessoas e facilite o encontro humano. É preciso considerar, como ponto de partida, o fato de tal espaço estar envolvido pela cultura em que esse morador e o ambiente físico estão inseridos.

No trabalho de campo, pôde-se perceber claramente como o morador do conjunto “Leporace” percebe a sua relação com o espaço e como, cada vez mais, estes espaços adquirem outras formas de organização e determinados arranjos que estão repletos de significados e funções. Estes significados são gerados através da relação que o morador estabelece com o espaço da sua casa.

Fabiana, uma das entrevistadas, tem 29 anos e mora em sua casa com o seu marido e filho de 7 anos. Essa moradora construiu sua casa no mesmo terreno onde reside sua mãe. Apesar disto, sempre ressaltou que ter sua própria casa é importante, pois acredita que assim teria mais liberdade para organizar os espaços de acordo com os seus hábitos e suas necessidades. Fabiana relata que a partir do momento que organiza os espaços de sua casa de acordo com os seus costumes a casa obtém características próprias, que demonstram o perfil dessa moradora e de todos os que ali moram. Segundo essa moradora, só assim, os espaços físicos são transformados em espaços humanizados para compor a atmosfera dos “lugares vivenciados”. Essa moradora acredita que duas famílias vivendo numa mesma casa acarretaria várias complicações, pois cada uma tem o seu ritmo, suas idéias e seus costumes. Ainda, segundo ela, a casa não teria espaço suficiente para esse número de pessoas, e assim estaria sempre congestionada.

*Nós pensamos em ter um espaço para meu marido e eu, porque, assim, nós poderíamos usar este espaço de acordo com as nossas necessidades e rotina. Lá no meu quarto, por exemplo, eu gosto de assistir televisão. Eu gosto da televisão lá, porque na sala é o local onde a gente escuta a música e às vezes eu não quero escutar música então eu venho para o quarto. E na sala também o meu filho estuda, e a sala é muito pequena.*

*E também a gente tem que ter um quarto separado dos filhos. Eu tenho o meu cantinho e meu filho tem o dele. É como eu te falei, eu gosto das coisas tudo arrumadas. Eu detesto bagunça, gosto das coisas muito perfeitas, tudo no lugar, tudo na hora certa. Então, se nós não construíssemos aqui no mesmo terreno, mas separado da casa da minha mãe, você imagina como seria? Como eu ia colocar as coisas do jeito que eu quero? Pra mim tudo tem um sentido. Para você ver, a*

---

<sup>21</sup> Ver nota de rodapé número 19.

*cozinha eu organizo e coloco tudo o que eu acho importante para mim. Imagina se eu morasse com a minha mãe, minha irmã, o filho dela e a minha avó e ainda o meu marido e um filho, ia ser uma briga só. A não ser que eu tivesse um quarto só para mim, aí talvez eu pudesse arrumar do jeito que eu gosto. Porque se eu tivesse um quarto só nosso, na casa da minha mãe, isso ia significar que eu ia arrumá-lo da forma que eu quisesse, mas por outro lado nós teríamos que ampliar a casa porque não caberia todo mundo naquela casa pequena (Fabiana, 2002).*

O espaço do morar é resultado de um processo criativo, orientado pelas necessidades diárias da integração morador/casa, que transcende a forma geométrica. A partir do momento em que o morador vivencia, organiza e classifica o seu ambiente, este se torna um espaço real ou individual, que é inconscientemente concebido a partir dos códigos da sociedade que são construídos através das capacidades e dos hábitos adquiridos pelo homem, como membro de uma sociedade.

O conjunto de necessidades que os moradores desse conjunto devem atender dentro dos espaços de suas casas rege a sobreposição ou a distribuição de suas atividades diárias, que são diferentes entre si. Ao mesmo tempo, esses critérios que definem os ambientes variam também com a subcultura<sup>22</sup> dos moradores. Todas as atividades que os moradores desenvolvem no ambiente da casa estão relacionadas a seus hábitos, valores, crenças e costumes.

É fundamental compreender como indivíduos concretos interpretam os símbolos e signos que estão à sua volta, como eles o internalizam e a que decisões chegam em momentos de opção em situações do cotidiano.

Tem-se como exemplo a idéia de Malard para explicar como esses moradores organizam seus espaços de acordo com alguns aspectos particulares de sua cultura ou formas de pensar. Segundo a autora, em uma mesma cultura cada evento do cotidiano pode ser agrupado em padrões culturais, que têm sua correspondente forma arquitetural (dormir/dormitório, cozinhar/cozinha etc.). Assim, as espacializações que os moradores estabelecem no espaço físico transformam este espaço em lugares vivenciados, os espaços e os lugares são estreitamente relacionados. Caracteriza-se aí um processo recíproco, em que os homens criam lugares para suas atividades, dotando-os com significado; estes lugares, por sua vez, influenciam a forma social (Csikszentmihaly & Rochberg-Halton, apud MALARD, op. cit.).

---

<sup>22</sup> Segundo Gilberto Velho, a noção de subcultura está associada à sociedade complexa, quer esteja se falando de classe, região ou etnia, como cultura ou subcultura operária, gaúcha, negra etc. O conceito de subcultura pode ser aplicado ainda a unidades menores, como profissões, famílias, áreas etc. Tudo dependerá da eficácia e operacionalidade em empregá-la ou não.

Outro aspecto importante da relação morador/ambiente e os objetos é compreender duas estruturas que determinam essa relação: as **estruturas dos arranjos** e a **estrutura da ambiência**. Esses conceitos foram desenvolvidos por Malard. Segundo a autora, a estrutura do arranjo está relacionada com a disposição e combinação dos espaços e os seus objetos, de forma a obter um conjunto de regras capaz de comunicar valores sociais. Malard define a **estrutura do arranjo** quando analisa a disposição da mobília em dois contextos diferentes: o de uma casa burguesa e o da casa moderna, popular.

O interior burguês é patriarcal, uma vez que ele é organizado para demonstrar a hierarquia e o estilo de vida da família. As salas e os quartos são espaços definidos, separados e decorados de acordo com os padrões sociais aos quais obedecem.

Os interiores modernos, por outro lado, são mais funcionais e, até certo ponto, despidos de rígidos condicionantes sociais. Os objetos são arranjados em várias combinações, de forma a propiciar o uso diversificado dos espaços. Em quase todas as casas do conjunto “Vicente Leporace” observou-se que a organização dos ambientes está definida de forma semelhante aos interiores modernos, onde a mesa será arranjada de um modo tal que possa ser usada para escrever ou para comer; o sofá, muitas vezes, é também polivalente, ou seja, é um sofá-cama.



Figura 7 – Estrutura do arranjo – objetos são arranjados em várias combinações, mesa usada para escrever ou para comer.

Já na casa burguesa, as diversas unidades funcionais (comer, estar, ler dormir etc.) são alocadas em espaços bem definidos e delimitados por quatro paredes. Os ambientes da casa moderna são delimitados por divisões mais indefinidas.

Em muitas casas do conjunto “Leporace” o que define os espaços funcionais e os “lugares vivenciados” na casa são os arranjos dos objetos – estantes, biombos e similares - e não as paredes das edificações. A posição de uma mesa com algumas cadeiras define e delimita o lugar destinado às refeições. Sofás e poltronas definem o estar, e assim por diante.

Esses aspectos puderam ser percebidos no depoimento de dona Fátima, 43 anos, que mora de aluguel com suas duas filhas e seu marido. Ela define os ambientes que são de domínio público e privado de sua casa através da organização dos objetos como o sofá, a estante e uma mesa que fica na sala. O espaço delimitado pela estante e pelo sofá é reservado para o encontro formal, na sala de visita, com as pessoas menos conhecidas ou que não fazem parte do convívio diário da família. O outro lado da sala, onde fica a mesa de refeições, é considerado um espaço mais reservado, onde uma pessoa desconhecida não é convidada a entrar. Em outras casas, e também na casa dessa moradora, o biombo é muitas vezes utilizado para ocultar as portas dos quartos que estão voltadas para a sala, por serem considerados um espaço mais reservado e privado.

*Olha Débora, eu acho que se não tivesse feito este aumento aqui, na cozinha, a casa ficaria muito pequena. Sem contar que da sala para a cozinha não tem divisão de parede. Então pensa bem, a gordura da cozinha iria toda para a sala, e a televisão é a primeira que vai emplastar de gordura. Olha só, a cozinha deste tamanho, se eu colocar o fogão ali ele quase que está dentro da sala, e depois a pia fica bem ali do lado do fogão, porque só cabe isso mesmo dentro dessa cozinha, então o primeiro lugar que ia encher de gordura era a sala. No caso então, eu teria que ter um exaustor para ajudar. Sabe a gente foi pintando aos poucos não deu para pintar tudo num dia só, os móveis ficou tudo fora do lugar depois nós fomos ajeitando tudo.*

*A sala e a cozinha eram conjugadas, então depois que construí outra cozinha ficou como se tivesse apenas uma sala, nós colocamos a mesa e minha máquina de costura onde era a cozinha, então ficou tudo como se fosse só sala, aí eu separei com a estante o lugar onde fica a mesa e a máquina, para separar e deixar a sala isolada para receber visitas.*

*Primeiro eu queria que a sala ficasse ali no lugar aonde era a cozinha, mas depois o meu marido falou assim, Se a sala ficar ali, aonde era a cozinha, a pessoa que entra pela porta da frente não vai chegar primeiro na sala, a pessoa iria entrar, passar aonde era a sala e depois que ela iria chegar na sala. Então o meu marido falou! Vamos organizar todos os móveis aqui na sala para que a gente possa colocar todos os móveis aqui dentro desse espaço que é a sala para definir que esse espaço é o da sala. Então o certo é chegar na sala pela porta da frente, porque ali estão todos os móveis organizados para receber uma visita. Agora eu coloco o sofá e a estante aqui porque pode separar o espaço onde fica para receber a visita e no espaço da sala onde fica a mesa que não cabe na cozinha, é o espaço que a visita não entra.*

*Então a sala fica no lugar aonde era mesmo, e a cozinha tem uma entrada separada, onde eu recebo as pessoas mais chegadas, e assim essas pessoas chegam e não precisa entrar na sala para ir para a cozinha, porque a cozinha já tem a porta no fundo para entrar. Então o certo é a sala ser aqui mesmo porque você já entra na porta da frente e chega na sala. Eu pedi para o meu filho construir esse biombo para colocar aqui na sala para tentar esconder um pouco mais as portas dos quartos. No princípio a sala era lá, aí ele quis mudar a sala para cá, então eu pensei, eu ponho a minha máquina e a mesa ali onde era a cozinha, porque na hora que eu quiser costurar, e minha filha quiser estudar, ou quando nós formos comer não atrapalha ninguém. E assim foi que eu fiz para organizar os objetos e tentar separar os ambientes (Fátima, 2002).*

Durante todo o processo de construção deste trabalho a pesquisadora sempre ouvia, através de vários depoimentos, explicações que demonstravam como os moradores se relacionam com os espaços e como eles organizam os objetos e os espaços internos de suas casas a partir do seu cotidiano. Essa organização, na maioria das vezes, obedecia a certas regras que garantiam o funcionamento de determinados arranjos, criados com os objetos, e ao mesmo tempo comunicavam os valores da cultura desses moradores. É por isto que o ambiente construído é, por si só, um sistema de comunicação, uma vez que através dele podemos perceber como esses moradores transmitem diversas manifestações do seu imaginário, ou, como diz RAPOPORT (1982), diretrizes para o comportamento social. A estrutura do arranjo revela então tais diretrizes. Segundo BAUDRILLARD (1974), todas as sociedades sempre organizaram o seu cotidiano através da interação do espaço e dos arranjos dos objetos.

Dona Batista, 50 anos, reside no conjunto há 21 anos e executou várias reformas na sua casa. Essa moradora refere-se à sua casa como uma conquista e descreve como efetuou algumas combinações com objetos, a fim de ordenar e arranjar os espaços de sua casa no período em que se mudou para conjunto em 1981. Assim, a divisão dos espaços, através dos objetos, delimitava o que deveria ser sala, cozinha e os quartos e definia o que deveria ser um espaço mais íntimo, o interior da moradia, e o que poderia estar ao alcance das pessoas desconhecidas, que era a parte exterior da casa. A família influenciava suas decisões de organização, participando dessa dinâmica de ordenação dos objetos. A partir desse depoimento percebe-se como é formada a estrutura de arranjo, dos espaços e dos objetos nos ambientes de sua casa. Pôde-se perceber, pelo depoimento da moradora, a maneira como ela organiza seus objetos por meio de várias combinações, de forma a propiciar o uso diversificado dos espaços. A mesa é colocada de modo tal que possa servir para atender às diversas necessidades da moradora, ela tanto pode ser usada para escrever ou para comer; o sofá é freqüentemente usado como cama. Em seus relatos, a moradora deixa transparecer

como a posse de objetos, a compra do mês, representa ou significa prosperidade, ou seja, a porta da despensa sempre fica aberta no início do mês, porque é nesse período que está sempre cheia. Dona Batista também demonstrava que o fato de existir um cômodo da casa destinado somente para armazenar os alimentos significava um sinal de que a família está progredindo. Ter o espaço reservado para esse fim representa algum *status* para essa família.

O significado desse espaço demonstra como os moradores organizam os ambientes e os lugares, segundo seus costumes e sua maneira de perceber a vida, concebido a partir dos códigos da sociedade que são construídos através dos indivíduos que interpretam, mudam e criam símbolos e significados, evidentemente vinculados a uma herança a um sistema de crenças. Com isto, recupera-se a idéia de que os indivíduos também desempenham um papel de agentes na transformação e mudança da cultura e da sociedade e, especificamente, do lugar onde moram.

No depoimento dessa moradora, pôde-se perceber que ela procurou esquematizar os espaços e os objetos da sua casa para ordenar os ambientes e os lugares<sup>23</sup>.

*Eu organizava os meus móveis aqui mesmo na sala, porque eu colocava na sala a minha mesa e ficava aqui uma espécie de copa, porque na cozinha só cabia mesmo a pia e o fogão, a geladeira ficava metade na cozinha e metade na sala, então a geladeira ficava metade dela na sala junto com a mesa.*

*E os meus filhos também estudavam aqui nesta mesa que estava na sala, que tinha virado uma copa, e também neste espaço, aqui mesmo na sala, eu tinha o sofá e era um sofá-cama que dava para as visitas dormir, se não eu teria que tirar a minha filha e o meu filho do quarto para as visitas dormir, e isso não dá certo. Foi a forma que eu esquematizei na minha cabeça para dividir o espaço e colocar todos os meus móveis.*

*Depois que o meu filho mudou eu fiz a primeira mudança, lembra, como eu te falei aonde era a cozinha eu fiz o banheiro e aonde era o quarto do meu filho eu fiz a cozinha, depois eu fiz uma despensa aonde era o banheiro e quando despensa está cheia a gente deixa a porta aberta, que é sempre no começo o mês, e quando está vazia, você sabe, a gente fecha a porta e as pessoas não precisa estar vendo se está cheia ou vazia. A minha sala servia como dois ambientes, e depois que meu filho mudou no quarto dele ficou a cozinha, aí eu coloquei a mesa na cozinha e minha filha usava o quarto dela para estudar e até mesmo estudava na mesa da cozinha mesmo, se ela estivesse na cozinha. Eu fui tentando reordenar as coisas de acordo com as minhas necessidades e o meu dia-a-dia. (Batista, 2002).*

Para Dona Célia, 43 anos, que mora com seus três filhos e o marido, a interligação que existe entre a cozinha e a sala limitam a sua liberdade, pois para ela a

---

<sup>23</sup> Sendo assim, notou-se que ela utilizou uma atividade do ser humano, que é a de ser um estruturador inconsciente que ordena o relacionamento entre os seres humanos e o mundo que o rodeia, que antes de fazer pensa sobre o que faz, não por razões práticas, mas para organizar e sistematizar.

cozinha é um espaço mais interno da sua casa onde tudo acontece, devendo ser um espaço mais reservado, onde ela possa desenvolver suas atividades diárias com mais liberdade e também receber as pessoas mais íntimas. Por isto, antes de construir a sua cozinha nova procurava isolar o ambiente da sala com o da cozinha por meio de objetos, para não ter a sensação de que o espaço de sua casa se resumia em somente dois cômodos. Dona Célia também relata em seu depoimento que gostaria de ampliar a sua sala para distribuir melhor seus objetos. Segundo ela, se isso acontecesse poderia dispor de uma sala com dois ambientes, divididos por alguns objetos, para se criar uma sala de estar e outra para ver televisão. Ainda ressalta que neste espaço usaria uma divisória para isolar um pouco os quartos.

No seu relato mostrou-se insatisfeita com o tamanho dos cômodos, confessando que quando se mudaram tiveram que reordenar os espaços através de alguns artifícios, como divisões mais indefinidas, que são determinadas por objetos, para adaptar sua família ao pouco espaço que tinha na casa. Essa moradora confessa que idealizava as mudanças da sua casa, utilizando recursos como estantes, divisórias, biombos e similares, que delimitam os ambientes de uma forma mais indefinida.

*Depois que eu reformei a casa ainda tem uma coisa que eu gostaria de mudar, eu gostaria de ampliar mais a sala, eu queria puxar a sala para frente do terreno, porque do jeito que ela está aqui não dá, porque a sala é de comprido e se ampliasse ela para frente ela ficaria quadrada. Se realmente eu aumentasse a sala eu ficaria com uma sala de dois ambientes, e do jeito que ela está parece que ela está muito feia. Não dá para acomodar nada, e no caso eu iria aumentar a sala para frente da casa. No caso, eu iria aumentar a sala, porque assim eu poderia distribuir melhor os meus móveis, fazer uma parte como sala de estar e a outra para ver televisão e até nesse espaço daria para colocar uma divisória para isolar um pouco os quartos e ter mais privacidade. Eu também gostaria de aumentar a minha sala e até a minha casa, porque eu tenho muitos móveis e não jogo nada fora.*

*O banheiro era só um quadrado muito pequeno, na cozinha não cabia nada, a mesa não cabia na cozinha nem o armário, não cabia nada lá, só cabia o fogão e a pia, na minha opinião, colocar tudo na sala é muito ruim, o armário era na sala e eu tinha que colocar a estante para separar a sala da cozinha, era um custo, porque parecia que minha casa era somente esses dois cômodos. Antes de fazer a cozinha eu tinha que colocar na sala a mesa, o armário, o sofá e a televisão. E além do mais, a cozinha é a parte da casa que eu passo maior tempo e onde eu desenvolvo todas as minhas atividades, por isso às vezes ela fica um pouco desarrumada. E eu consigo por ordem na cozinha somente à tarde, depois que todo mundo já almoçou, apesar de que eu não gosto de deixar nada desarrumado, mas às vezes não sobra tempo para limpar tudo de manhã. E assim a cozinha deve ser reservada, porque eu recebo as pessoas mais chegadas e elas não ficam reparando se está alguma coisa desorganizada.*

*Então, se a sala ainda fosse conjugada com a cozinha ficaria tudo misturado e fica muito ruim, fica uma casa desorganizada. É como se você vivesse em dois cômodos. Na cozinha antiga que eu tinha nessa casa não tinha espaço para ninguém da minha família e nem para as visitas, isso era um absurdo (Célia, 2002).*

Observou-se que para os moradores do conjunto “Leporace” a estrutura do arranjo está muito presente na organização dos espaços de suas casas. Sempre procuram ordenar a disposição e combinação dos espaços e, os seus objetos, de forma a se obter um conjunto de regras capaz de comunicar os seus “lugares vivenciados”, para assim transmitir, através de alguns objetos, determinados símbolos que demonstram como vivem e o que pensam do lugar onde moram.

A construção dos moradores desse conjunto está longe de ser clara, pois as pessoas são levadas a tomar decisões, consciente ou inconscientemente, que vão marcar tipos de arranjos possíveis dentro do espaço disponível. A busca da lógica dessas decisões pode ser um dos caminhos para entender a maior ou menor eficácia dos sistemas simbólicos envolvidos. É importante distinguir os possíveis e diferentes sistemas simbólicos que existem em uma sociedade complexa, procurar perceber suas fronteiras e ambigüidades.

Existem ainda alguns autores, como a filósofa Hubert Tonka, que salientam a “fascinação da casa”, que se reveste muitas vezes de um poder fantástico que se estende até seus **objetos**. Estes são considerados “elementos de definição dos espaços do *habitat*, pois, além do código dos objetos presentes em certas peças específicas, o objeto é parte do espaço físico, onde ocorre o investimento psicológico, afetivo e estético do habitante, e como tal ele é o signo de outra coisa. Se definindo antifuncionalista, o autora mostra que, em alguns momentos, é o supérfluo que torna personalizado o espaço da casa. Aplicando o método das constelações de atributos de MOLE (1995), Hubert Tonka mostra respostas que traduzem estereótipos e fantasias, que são vividos na realidade doméstica da casa.

Em conversas com os moradores, a pesquisadora constatou que certos objetos, além de serem usados para organizar o espaço da casa, possuem um valor sentimental para o morador. Exemplo disto, é que, em vários momentos, alguns dos moradores afirmavam que não se desfaziam de determinados objetos porque eram uma herança de família ou porque tinham um grande valor para eles. Esse valor era, muitas vezes, associado a pessoas, ou à conquista do próprio objeto, ou seja, o objeto lembra o esforço que cada um deles teve para conseguir adquirir determinados objetos.

Para muitos moradores, especificamente para dona Célia, de 43 anos, os objetos de sua casa são peças precisas que caracterizam um lugar vivenciado, e não podem, portanto, ser substituídos, pois esses objetos cumprem um papel nos ambientes que estão inseridos e estão repletos de significados. Para essa moradora, os objetos de

sua casa, além de cumprir a função de definir e delimitar os espaços, também se tornam parte importante e inseparável do espaço físico de sua casa. Alguns objetos merecem consideração e apreço, porque trazem lembranças de sua história e de algumas pessoas importantes, ocorrendo um investimento psicológico, afetivo e estético por parte dessa moradora em relação a esses objetos, que se tornam um signo de outra coisa. A moradora sempre chorava quando dizia que muitos objetos traziam lembranças de sua mãe, que estava passando por momentos difíceis. Também confessou que determinados objetos que foram herdados de seu pai lhe traziam velhas e boas lembranças.

*Eu tenho muitos móveis, eu gosto de guardar as coisas que para mim tem um significado. Eu tenho dois freezer porque eu vou juntando e não gosto de jogar fora, porque eu acho que tudo tem uma utilidade para mim. E afinal de contas, a gente leva muito tempo para conseguir comprar determinadas coisas, e sempre que eu olho para algum objeto e me lembro da dificuldade que foi para comprá-lo, eu me lembro do esforço que tivemos para conseguir. Parece que eu olho para determinada coisa e sempre me lembro de alguma coisa. Parece que pego amor nas coisas porque eu cuido com tanto carinho. E também eu acho assim, a gente demora tanto para comprar as coisas, tem que trabalhar tanto para ter tudo que a gente tem. Então por que eu vou jogar fora? Eu tenho uma cadeira de balanço que foi do meu pai, e eu não joga ela fora, porque ela me lembra muito ele. O meu filho é que fala! Mãe essa cadeira ocupa muito espaço, ela não pode ficar aqui. Ele acha que a nossa casa é muito pequena para ficar juntando tanta coisa. Tem muita coisa aqui que lembra a minha mãe, porque ela sempre me falava, minha filha você tem que comprar isso. Então, todo objeto que eu comprei porque ela sugeriu me traz algumas lembranças. E no momento ela está passando por um período muito difícil na sua vida (Célia, 2002).*

A permanência é um elemento importante na idéia de lugar. As pessoas podem encontrar segurança e apoio em objetos e localidades. As coisas e os objetos são resistentes e confiáveis. A casa está cheia de objetos comuns. Nós os conhecemos através do uso. Eles são quase uma parte de nós mesmos (YI-FU-TUAN 1983). Levando em conta o pensamento de YI-FU-TUAN, observou-se que determinados objetos e alguns lugares da casa adquirem um significado para os moradores, que vêm sendo construídos por meio de um contínuo acréscimo de sentimento que eles depositam nos objetos e no espaço ao longo dos anos. Para os moradores do conjunto “Lepoprace”, alguns objetos conquistam sua importância porque resistem ao tempo através da sua durabilidade, e são confiáveis porque atribuem uma esperança em algo, e isto pode garantir a permanência dos objetos nas casas desses moradores. A permanência e o uso do objeto são sinais positivos para o ambiente, pois é através deles que passamos a conhecer e a interagir com o ambiente, portanto ele começa a exercer um papel importante na nossa rotina, e se torna parte de nós mesmos. A permanência cria vínculos que ligam os moradores e alguns objetos aos lugares de sua casa.

Para Malard, além das estruturas dos arranjos, o sistema dos objetos e a relação do homem com o espaço possuem a estrutura da ambiência, que é o meio pelo qual cores, materiais, forma e textura são combinados no ambiente construído, em suporte das estruturas dos arranjos. Para BAUDRILLARD (1993), enquanto a estrutura dos arranjos revela aspectos organizacionais, de hierarquia e de poder, a estrutura de ambiência revela aspectos do chamado “estilo de vida”. Nos ambientes tradicionais, as cores, os materiais e as formas costumavam ser mais ligados às funções que os objetos tinham que desempenhar. As cores geralmente expressavam o próprio material (branco para o algodão e a pintura marrom para madeira, cinza para a pedra e assim por diante). Os objetos deveriam durar muito tempo, de modo que eles eram feitos de materiais duráveis como a madeira e a pedra e tinham a cor natural desses materiais. Com o tempo, os objetos produzidos com propósitos funcionais tornaram-se o símbolo desses propósitos. A cadeira tornou-se um símbolo de sentar, a mesa um símbolo de comer, e assim por diante. Nos tempos modernos, materiais artificiais como o plástico e as fibras sintéticas substituíram materiais naturais e “vivos”, como a madeira. O fato de os materiais artificiais terem sido substituídos por materiais sintéticos não significa que os objetos modernos sintéticos perderam o significado, pois ao escolher que material natural se deseja que o sintético se pareça, ele assume o valor simbólico do valor simbólico do outro.

A ambiência está intimamente relacionada com um conjunto de aspectos, da vida cotidiana, que são determinados pela cultura. Os aspectos subjetivos da ambiência são aqueles ativados pela cultura, como: a maneira em que os materiais, as cores e as formas são combinados para compor o ambiente.

O modo como os moradores do conjunto concebem a ambiência de sua casa reúne um conjunto de aspectos físicos determinados pelo tipo de material, pela cor, pela forma e pela textura que os moradores escolhem para compor os espaços de suas casas, de acordo com sua cultura e através do processo de apropriação desse espaço. Observou-se que as formas que esses moradores escolheram para cuidar dos espaços de suas casas e melhorar a sua aparência foram enriquecidas por tipos de materiais e acabamentos. Ao tentar ordenar os espaços, os materiais, as cores e as texturas, os moradores estão cuidando dos ambientes de sua casa e apropriando-se deles. Este é um processo de total experimentação dos lugares; a dimensão de viver no espaço. Habitar é cuidar, diz HEIDEGGER (1971), portanto é um processo sem fim de construir, arranjar, arrumar, modificar, cuidar e embelezar os lugares.

No relato da dona Fátima, pode-se perceber que os aspectos físicos dos ambientes de sua casa foram definidos através de alguns elementos, como formas, materiais, cores e texturas. Esses elementos foram utilizados para construir, arranjar, arrumar, cuidar e embelezar os lugares de sua casa de acordo com a cultura do seu grupo. A partir do momento que dona Fátima revela como imagina cada espaço, e como os materiais devem compor o ambiente de sua casa, ela revela o que pensa em relação à ambiência do ambiente. É essa construção do espaço que possibilita o processo comunicativo entre o morador e a casa. Nesse processo, a moradora se apropria dos espaços, humanizando-os e modificando-os para dotá-los de sua própria natureza. Pôde-se perceber que a moradora ordena os elementos no espaço de sua casa a partir do seu estilo de vida, a fim de facilitar o desenvolvimento de suas atividades diárias. Sendo assim, ela constrói a ambiência de sua casa a partir de suas atividades diárias e do “estilo de vida”.

Essa moradora acredita que o fato de ter uma cozinha azulejada pode valorizar e embelezar o ambiente. Em alguns de seus depoimentos confessa que usar determinados tipos de materiais, como o azulejo na cozinha, garante para esse ambiente um ar de limpeza e, sendo assim, confessa que receber uma pessoa amiga num local limpo é gratificante para ela. Segundo ela, ter uma varanda na frente de sua casa pode embelezar a fachada e representa um sinal de prosperidade, ou pode significar que sua família possui um certo *status*. A ambiência pode representar o modo de vida desses moradores.

*Aqui você pode ver a maioria das pessoas aqui neste conjunto habitacional faz reforma nas suas casas. Você presta bastante atenção, as pessoas reformam porque elas imaginam assim ó! Aqui na sala, quando chove, a chuva entra tudo para a sala. Então tem que fechar a porta, e às vezes você quer deixar um pouco aberta, porque às vezes aqui dentro fica abafado e aí não tem jeito, tem que fechar porque a chuva vem de lá. Então se tivesse uma varanda aqui poderia deixar sempre aberto quando quisesse. É por isso que as pessoas fazem uma varanda na frente da casa aqui. Eu mesmo tenho um monte de amiga aqui que fez por causa disso.*

*Outra coisa eu acho que a cozinha tinha que ser azulejada, porque eu acho bonito. Porque principalmente na cozinha e no banheiro, que é as partes que mais suja as paredes. Na cozinha por causa da gordura e no banheiro por causa quando você toma banho, por mais que eles passam tinta a óleo não adianta. Aqui está tudo descascado, eu acho que a tinta a óleo ainda é melhor que passar cal, porque com a cal você pinta, fica barato, mas a tinta a óleo fica melhor, parece que a casa fica mais chique, sei lá, parece que valoriza mais a casa.*

*Não que eu esteja desmerecendo, mas quando você entra numa casa com piso é mais chique, ainda mais que cada vez mais eles estão inovando. A minha mãe mesmo reformou a dela e ficou muito chique. Coloca o mesmo piso no chão e na parede, revestes as paredes. (...) E você vai numa casa com azulejo é muito mais fácil de limpar, aqui nesse piso você passa cera, e eu passei a cera hoje e não está parecendo que foi limpo. Não aparece a limpeza, a casa não fica bonita e nem limpa, não que a gente quer ser melhor que os outros, mas isso é higiene também,*

*porque se você está com a casa limpa você recebe bem as pessoas. Como você vai ficar lavando as paredes, só se fosse tinta a óleo, mas assim mesmo ela estraga como tempo (Fátima, 2002).*



Figura 8 – A superfície vitrificada da cozinha não constitui só uma barreira à sujeira, uma evidência visível de que se pode arrumar ou porque “ficou bonita”.

O cuidado que esses moradores têm com os ambientes de sua casa é uma forma de humanizar espaços, o que significa que eles estão tornando os ambientes adequados para que possam usá-lo. A ambiência envolve a interação recíproca morador/espaço, na qual o morador age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e seus desejos. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos. Essa influência mútua entre morador/espaço é a razão pela qual as pessoas encontram – ou não – sua razão/identidade nos diversos lugares em que vivem. Os lugares receptivos são aqueles com os quais as pessoas se sentem em harmonia e nos quais elas encontram sua identidade individual. A ambiência do ambiente é o que possibilita esse processo comunicativo.

A ambiência está intimamente relacionada com um conjunto de aspectos da vida cotidiana, que são determinados pela cultura. As dimensões físicas dos espaços, por si, não garantem um lugar humanizado e habitado que seja significativo para as pessoas que nele vão viver e que facilite o encontro humano, se não considerarem, como ponto de partida, o fato de tais lugares estarem envolvidos pela cultura em que o habitante e o lugar estão inseridos. Neste sentido, o espaço habitado, por ser mediador simbólico, configura-se como um apoio existencial do homem (SCHULZ, 1980), reafirmando que o propósito da relação morador/espaço transcende suas dimensões concretas.

A partir do contato com dona Fátima observou-se que a relação que ela estabelece com o espaço da sua casa pode traduzir como os espaços físicos se

transformam em lugar experienciado e de que maneira ela transforma o ambiente de acordo com seus valores e desejos, formando a ambiência dos espaços. Portanto, entendeu-se que essa relação com o espaço físico pode ser considerada como sendo uma prática significativa e uma das expressões físicas que determinam as características dos modos de pensar, agir e viver dessa moradora. Através dessa observação, entendeu-se que esta relação é um dos sistemas simbólicos através dos quais dona Fátima dá forma às suas experiências. No depoimento da moradora percebeu-se que essa família constrói a ambiência dos lugares como sendo um espaço de negociação entre os familiares, quase sempre entre marido e mulher, pai e mãe e filha e filho. Desta forma, a moradora pode humanizar os lugares de sua casa. Além de conseguir torná-los adequados ao seu uso, pode convertê-los em apropriados e apropriáveis. Apropriação envolve a interação recíproca morador/espaço, na qual o indivíduo age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e seus desejos. Como um símbolo concreto, a relação que essa moradora estabelece com o espaço representa fisicamente sua concepção de mundo. Esta relação estabelece para dona Fátima o mundo que a cerca e a dimensão física de sua cultura e do seu tempo.

*Geralmente o meu quarto é da frente, porque quando alguém bate ou chama eu escuto. Mesmo se eu deixar as minhas filhas dormir no quarto da frente não dá, elas têm sono mais pesado e não escutam. Então elas brigam comigo neste sentido, toda vez que eu mudo de casa, o quarto da frente é o meu, mas não por maldade, porque elas não vão escutar chamar. Às vezes meu marido não escuta chamar, então eu pego o quarto da frente, e o próximo é o delas.*

*A sala fica no princípio da casa. Eu pensei, eu ponho a minha máquina ali onde era a cozinha, porque na hora que eu quiser costurar eu não atrapalho ninguém, ali ficou a máquina de costura, eu não costuro sempre eu nem sou costureira só quebro um galho, eu prego um botão ou reformo uma roupa, então eu gosto de deixar minha máquina ali porque a hora que eu quiser eu mexo. Se eu por no quarto eu vou atrapalhar, porque às vezes ele quer dormir, então tem que ficar num lugar que não incomoda ninguém. Então ficou tudo certo, a gente dividiu o espaço segundo os nossos costumes e de acordo com que a gente pensa ser melhor a distribuição dos cômodos.*

*E eu faria uma cozinha e um banheiro maior, porque eu sou exagerada mesmo, eu gosto de coisa grande (...) Mas eu não me sentiria bem numa casa muito apertada. Porque eu morava numa casa em São Paulo que os cômodos eram muito grandes, e minha mãe também tinha uma casa que os cômodos eram muito grandes, então nós acostumamos com a casa cheia de gente. Cada um imagina sua casa do seu jeito, se morasse outra pessoa aqui com certeza não seria tudo colocado igual está aqui, seria diferente. Então cada um tem o seu costume. E cada um organiza o espaço de acordo com aquilo que viveu e aprendeu desde criança. (Fátima, 2002)*

Dona Tereza, 46 anos, mora com duas de suas filhas, seus maridos e filhos. Uma outra filha mora nos fundos do terreno, com o marido e a filha. Durante o convívio com essa moradora, pôde-se perceber que ela precisa enfrentar problemas familiares que estariam dificultando a realização de seu sonho de reformar sua casa. Ela acredita que

“quem casa quer casa”, o que significa que então acha que suas filhas deveriam ter uma casa e morar com os seus filhos e maridos, porque segundo ela este “fardo” está sendo muito pesado, já que atualmente é dona Tereza que está sustentando a casa sozinha. Durante o convívio com essa moradora observou-se que mesmo com todos os problemas ela deseja reformar sua casa para adquirir tranquilidade e estabilidade para sua vida futura, confessando que gostaria de encontrar no ambiente de sua casa mais privacidade e um pouco mais de individualidade, para garantir o seu descanso. Percebeu-se, entretanto, que cada espaço tem um significado para essa moradora e que cada símbolo representa determinados lugares vivenciados, apesar de todos esses fatores adversos.

*Para te falar verdade eu sinto bem porque eu criei meus filhos, mas sentimento bom aqui dentro da minha casa eu não tenho. Não tenho porque foi uma coisa assim, eu sofri muito com o meu marido, apanhei muito dentro da minha casa, mas eu procuro lembrar o que é bom, não procuro relembrar as coisas que já passou. Então eu fico tentando esquecer o que já passou, mas para falar a verdade eu sinto bem, sim, aqui em casa, porque agora graças a Deus eu estou com a minha vida tranqüila, não tem ninguém pra me amolar mais. (...)*

*Você sabe que às vezes a gente tem que ficar sozinha, se eu tivesse na minha casa um canto para ficar sozinha, e voltar na hora que a raiva passa (...)*

*Eu falo para minhas meninas. Se eu tivesse dinheiro eu ia por minhas roupas numa mala e saí, sem sabe pra onde que eu vou. Sabe porquê? É assim, o meu problema é que eu tenho dois genros que não toma atitude de arrumar casa para essas meninas, então chega final de semana você não tem sossego para ir para o banheiro, não tem sossego para tomar um banho, porque fica tudo aqui amontoado na sala, e o banheiro fica voltado para sala. Um deita aqui o outro deita ali e fica esse monte de homem dentro da minha casa que eu não conheço direito. Eu não suporto isso. Eu gosto de me sentir à vontade na minha casa, porque esse negócio não está dando certo. Uma coisa que eu quero é sentir bem, mas eu quero sentir bem sozinha, não quero me sentir bem com gente me atormentando.*

*Eu sinto vontade de reformar a minha casa, eu aumentei a minha cozinha, menina, mas a minha cozinha não ficou do jeito que eu queria, porque, para você vê nem acabou. Mas com certeza se Deus quiser eu ainda vou reformar a minha casa e pintar (Tereza, 2002).*

O depoimento da dona Nanci, de 43 anos, que mora com o marido e duas filhas, contribuiu para que a pesquisadora percebesse que a relação dessa moradora com o espaço da sua casa nos oferece a chance de descobrir todas as dimensões simbólicas que esta relação constrói. O esforço dessa moradora para modificar o espaço físico, como, por exemplo, mudar as portas dos quartos que estão voltadas para a sala, não deve ser tratado, *a priori*, como uma questão de método ou técnica, mas como um esforço conceitual capaz de fazer emergir os possíveis vínculos existentes entre as informações transmitidas por essa moradora e suas idéias a respeito de como gostaria de organizar os ambientes de sua casa e quais os significados e valores que essas

informações originam. O relato da dona Nanci revela como ela procura determinar o seu conceito de privacidade através da organização dos ambientes da sua casa. Sendo assim, humaniza os espaços de acordo com os valores, os hábitos e as crenças da família e, a partir daí, percebe-se como esta constrói o ambiente e o que significa para ela o lugar vivenciado.

*Eu gostaria de mudar os quartos na minha casa, para eu não ter que entrar na sala, e dar direto com os quartos, porque isso me mata, A pessoa chega na sala ali e já vê tudo o que está dentro dos quartos. O fato de ter os quartos voltados para a sala às vezes incomoda, isso também não só pelas pessoas que vêm a sua casa, mas também pelo fato de você não ter muita privacidade. É porque eu estou deitada, eu não consigo dormir com a porta fechada, porque eu não gosto de ficar fechada. Aí, por exemplo, minha filha entra com uma amiga, um amigo se entra aqui eles vão me ver direto no meu quarto, e isso me incomoda porque é chato. Também as minhas filhas precisam de um quarto para cada uma, porque é uma briga só.*

*Então essas coisas eu acho que para o próprio convívio entre nós não é ruim, não é que cria problema, não é isso, não cria problema sério para nós, mas fica muito desajeitado e desagradável.*

*A reforma foi as meninas que decidiram, não foi eu, as meninas que quiseram, porque elas, assim, sempre traz um amigo ou namorado, então elas achavam que a televisão na sala bagunçava muito. Então quando elas queriam receber alguém estava sempre tudo fora do lugar. Para você ver sala de televisão é sempre uma bagunça, então elas quiseram separar. Foram elas que quiseram, elas que deram a idéia, foi adaptando de acordo com as necessidades delas, porque elas também moram na casa. (Nanci, 2002)*

O depoimento da Maria Darck demonstra como o espaço da casa pode adquirir características, o que representa a forma como o morador procura humanizar os espaços de sua casa de acordo com as suas idéias, e as características de cada família. Segundo a moradora, a ambiência do espaço depende do “modo de vida” da família, ou seja, o ambiente representa um conjunto de valores, hábitos, crenças da mesma. Para essa moradora, criar espaços de acordo com as suas necessidades e seus sonhos é uma tentativa de dar forma sensível aos estados de espírito, sentimentos e ritmos da vida diária.

*Nossa melhorou muito, igual eu estou te falando, era o caso de tirar a pessoa que morava nela. A mulher morava sozinha com o menininho, ela era muito relaxada, muito atrapalhada, acho que ela nem limpava. Então é a pessoa que faz o ambiente, que faz a sua casa, não é a casa, não é o móvel, é você que está lá dentro, é quem está lá dentro que faz uma casa. É você que sabe se ela é boa ou ruim, as lembranças que vão ficar numa casa, é tipo uma filha, minha casa é uma alegria Quanto eu olho pra ela eu fico “nossa meu filho nasceu na minha casa, minha casa linda e maravilhosa” pra mim. Nossa, é linda a minha casa hoje, olha eu tinha meu irmão. Ele vinha pra cá, fazia churrasco aqui, meus cunhados, aniversários dos meus meninos, estavam tudo aqui. Aquela alegria é minha casa. Agora imaginou se eu não tivesse nada disso, aí ia ficar aquela casa ruim, com uma imagem ruim aquela briga em casa.*

*Tem uma menina que morava aqui, brigou com o marido, quanto a gente foi capinar o quintal tinha uma caixa de porcelana quebrada enterrada no quintal. Eles brigavam de quebrar tudo, então que lembrança que ela levou, ele não gosta nem de vim aqui. Ele é amigo nosso até hoje, ele é cabeleireiro. Às vezes eu falo assim: vamos lá ver a reforma que nós fizemos, eu penso: coitado, entrar aqui depois de tanta briga. É lembrança ruim. (Maria Darck, 2002)*

Uma casa é um edifício relativamente simples. No entanto, por muitas razões, é um lugar vivenciado. Proporciona abrigo e sua hierarquia de espaço corresponde às necessidades dos indivíduos. A maioria dos lugares não é criação deliberada, pois eles são construídos para satisfazer as necessidades práticas. O ambiente da casa é uma área onde uns se preocupam com os outros, um reservatório de lembranças e sonhos.

Além desses aspectos subjetivos da ambiência relacionados aos fatores culturais (materiais, cores, formas e texturas), existem outros aspectos da ambiência que Malard conceitua como sendo os aspectos objetivos da ambiência, os quais podem ser definidos como as sensações corpóreas que se experimentam em um lugar. Se uma pessoa está sentindo muito frio ou muito calor, ela não se sentirá confortável, pois o corpo humano deve manter uma temperatura interna constante e, por isso, ele responde às condições térmicas de modo a manter o equilíbrio entre a quantidade de calor produzido pelo processo metabólico e a quantidade de calor dissipado no ambiente (GRIFFITHS, 1975). Toda vez que o corpo fizer demasiado esforço para manter seu balanço térmico, a sensação de desconforto irá aparecer, portanto, o comportamento será afetado, assim como o modo de sentir-se em casa.

De acordo com MALARD (1992), a dimensão física da ambiência pode ser entendida como a necessidade que se tem de viver em harmonia biológica com o ambiente, bem protegido contra as intempéries e em situação de conforto em relação à postura do corpo. Em um certo sentido, essa dimensão física é associada à dimensão fonomenológica de estabelecer um interior/exterior. Um interior confortável (fresco na época de calor, quentinho durante o frio, seco quando se tem chuva, espaçoso e acessível para a movimentação do corpo) é fundamental para que o morador esteja satisfeito com sua moradia. É fundamental para o habitar, o sentir-se-em-casa, o ser-no-mundo (HEIDEGGER, 1962).

Em vários momentos durante o trabalho de campo os moradores reclamaram de aspectos físicos da casa relacionados à dimensão objetiva da ambiência. Percebeu-se que essa insatisfação estava sempre relacionada às sensações corpóreas que são experimentadas na interação usuários/espaco/objetos. Essas sensações foram definidas por eles através de aspectos físicos da casa como conforto térmico, acústico e dimensional,

que demonstram a qualidade que o ambiente da casa oferece.

*As casas aqui do nosso bairro são muitas baixas, por isso, em época de calor, a casa fica muito quente. E também não sei se é por causa do material que ela foi construída; no frio a casa é muito fria, e no calor a casa é muito quente. Outra coisa, eu não sei se é por causa da posição da casa no terreno, ou se é por causa do próprio material que ela foi feita, mas tudo que agente fala aqui escuta na casa do vizinho (Lúcia Helena Souza, 2002)*

O depoimento da moradora revela como os aspectos objetivos de caráter fisiológico da ambiência, que residem nas condições de conforto da casa, podem alterar a sua experiência com o ambiente construído e de que forma o conforto influencia a seu cotidiano.

*Olha, uma coisa que eu percebi aqui na minha casa é que à medida que eu ia reformando a casa, ficou muito difícil iluminar os cômodos que eu queria ampliar. Então eu senti que muitos cômodos da casa, que eu reformei, ficaram sem iluminação e ventilação, eu acho que isso aconteceu porque é muito difícil derrubar as paredes dessa casa. E em determinados lugares da casa eu fui obrigada a derrubar as paredes porque se não derrubasse, ficava impossível de iluminar determinados cômodos. A casa aqui foi planejada de um jeito que fica difícil de você tentar organizar os espaços, para fazer as ampliações. E é muito ruim, e tem uma iluminação e uma ventilação ruim (Célia, 2002).*

Os valores objetivos da qualidade ambiental, como um bom conforto térmico, um eficiente isolamento acústico, um adequado nível de iluminação, medidas e proporções devidamente ajustadas, também possuem um certo grau de subjetividade (MALARD, 1992). Por exemplo, a construção da varanda, que é um elemento constante nas casas desse conjunto, além de propiciar conforto para os dias de calor excessivo, pode significar *status*. Talvez porque esse ou outros dispositivos de condicionamento ambiental, em razão de sua habilidade em modificar e controlar o ambiente natural, tornam-se signos de poder e modernidade.

Sendo assim, através da fala dessa moradora percebeu-se que ela relacionou um aspecto físico e objetivo da ambiência, a construção de uma varanda, com um desejo que se revela no cotidiano. Portanto, pode-se concluir que diante da interação morador/espaço o desejo dessa moradora pode ser um fenômeno subjetivo. Essa dimensão subjetiva está relacionada com o sistema de significação dos objetos, por exemplo, a varanda pode significar *status*. Talvez porque a construção da varanda pode ser um condicionante para regular o conforto ambiental de sua casa, uma vez que a varanda pode modificar e controlar o ambiente natural, ao proteger a sala do sol direto, e torna-se signo de poder e beleza, pois ela transforma de forma positiva a fachada da casa. A dimensão subjetiva que envolve a construção da varanda é estritamente

dependente dos padrões culturais, o que pode determinar se esta moradora possui um poder aquisitivo melhor. Além disto, a significação do objeto varanda proporciona um certo *status* para essa moradora.

*Bem na minha casa eu construí essa varanda por dois motivos. Primeiro porque a varanda protegeu a frente da minha casa do sol, que batia aqui direto, e essa casa foi construída de concreto e por isso eu acho que esquentava mais ainda, e ninguém conseguia ficar na sala nem à tarde e nem à noite, porque era um forno, e para você vê, é na sala que a gente fica para assistir televisão e receber uma visita. Então, ficar naquele forno não dava. E em segundo lugar porque eu acho que a frente da casa tomou outra vida depois que eu construí essa varanda, mudou o visual da minha casa. E depois que eu construí a garagem melhorou ainda mais (Elizete, 2002).*

A ambiência – em termos da relação entre espaço/homem – tem duas dimensões: a subjetiva, que se encontra na relação entre as pessoas e os objetos funcionais; e a objetiva, de caráter fisiológico, que reside nas condições de conforto que as pessoas experimentam no ambiente construído. A dimensão dita subjetiva está relacionada com o sistema de significação dos objetos e é estritamente dependente dos padrões culturais. Ela é um fenômeno que se revela através dos usos, dos costumes e da moda.

Nas casas do conjunto “Leporace” observou-se um certo grau de subjetividade na estruturação da ambiência, pois a partir do momento que os moradores atuam na estruturação do sistema dos objetos e dos espaços funcionais eles estão conferindo um determinado caráter ao arranjo espacial a esses ambientes. Sendo assim, estão transformando a ambiência através de ações que revelam o caráter existencial do espaço (um certo fenômeno existencial). A ambiência das casas desses moradores é construída por meio dos seus desejos, que e se revelam no cotidiano através de qualquer interação entre o morador e a ambiência. A forma com que a ambiência se revela é, portanto, dependente dos valores colocados pela cultura.

Para RYBCZYNSKI (1996), a cozinha moderna, onde tudo fica escondido em armários artisticamente projetados, parece bem organizada, como um escritório bancário. Mas uma cozinha não funciona como um escritório bancário; é como uma oficina. As ferramentas devem estar descobertas, em lugares acessíveis, próximo de onde o trabalho é realizado, e não escondidas debaixo de bancadas ou em armários fundos, difíceis de alcançar.

A necessidade de diferentes alturas de superfícies de trabalho já foi identificada há muito tempo, mas as cozinhas continuaram tendo bancadas uniformes,

de altura e larguras padronizadas, com um acabamento feito do mesmo material. Esta arrumação e uniformidade seguem a máxima moderna, que requer a falta de desarranjo e simplicidade visual, mas contribuem pouco para melhorar o conforto do trabalho.

Segundo RYBCZYNSKI (1996), algumas engenheiras domésticas perceberam que estavam lidando com atividades que eram mais complexas e mais pessoais. Também, perceberam que havia mais de uma maneira “correta” de se fazer as coisas, e o seu objetivo era ajudar as pessoas a descobrir soluções que se adequassem às necessidades individuais. Assim, Lillian Gilbreth acreditava que deveria-se permitir a dona de casa agir segundo os seus próprios hábitos de trabalho. Ela sempre lembrava às suas leitoras de que não havia uma solução ideal; a altura da bancada da cozinha precisava ser ajustada à altura da pessoa, e a disposição mais útil dos aparelhos domésticos podia variar de uma casa para outra. Se levarmos em consideração o pensamento de Gilbreth, podemos perceber que o espaço que a cozinha ocupa na distribuição dos cômodos da casa desse conjunto não atende às necessidades dos moradores. Observou-se que o tamanho da cozinha prejudicou a sua organização e que os moradores se mostravam insatisfeitos, pois se viram impossibilitados de levar em consideração a sua personalidade e os hábitos da sua família, para que assim pudessem desenvolver melhor todas as suas atividades diárias, consideradas importantes e que transcorriam na cozinha.

Quando Gilbreth, citada por RYBCZYNSKI (1996), se referia a “padrões”, ela queria dizer normas pessoais que cada família tinha para si. A partir do momento que essas normas fossem determinadas, podia-se aplicar a técnica da administração científica para descobrir a maneira mais eficiente para alcançar esses padrões.

A pesquisadora pôde perceber, a partir de algumas observações relacionadas ao uso da cozinha, que a vida social da casa transcorre basicamente na cozinha. Depois da reforma a cozinha ficou separada da sala, e mesmo assim é na cozinha onde os moradores recebem as visitas corriqueiras. A sala é um espaço que fica reservado para as noites diante da televisão e para as visitas de cerimônia, para quem se tem de demonstrar “distinção” e receber com formalidade – o espaço íntimo, onde as pessoas se sentem à vontade, é a cozinha. Mesmo em festas, como nos aniversários, o centro da reunião é a cozinha, e a sala só fica totalmente cheia na hora de cortar o bolo, quando este não está na cozinha. Acredito que o significado da cozinha para os moradores desse bairro é de proximidade, é mais um local informal, onde as pessoas se sentem à vontade.



Figura 9 – Cozinha, lugar informal de convívio com pessoas que são íntimas.



Figura 10 – A cozinha ampliada, onde são colocados os objetos de luxo da casa.

Os moradores, homens e mulheres, mostravam-se insatisfeitos com o espaço reservado para a cozinha, pelo fato de não terem espaço para distribuir os objetos domésticos nos lugares certos, de forma que esses não estivessem muito perto uns dos outros. Sendo assim, percebeu-se que somente depois da reforma da cozinha é que essas pessoas passaram a sentir mais conforto, e trabalhar melhor. Além do mais, para eles, a cozinha era o lugar de convívio da casa, onde a família e as visitas se reuniam para conversar, passar o tempo; esse é um costume muito comum entre os moradores desse conjunto. O tamanho da cozinha não poderia, de forma alguma, atender às necessidades desses moradores. Prova disto é que este foi o primeiro espaço a ser ampliado.



Figura 11 – Cozinha original.

O depoimento da dona Fátima demonstra o que ela pensa a respeito da redução do espaço da cozinha e o que isso significa para ela. O seu pensamento vai de encontro a alguns estudos realizados sobre o espaço da cozinha moderna, que enfocam a redução deste espaço para facilitar o preparo da comida. Assim, criou-se a cozinha pequena, chamada então de eficiente, que é geralmente sem janelas, com uma pequena área de bancada, mas onde se pode trabalhar praticamente sem se mover. A cozinha apertada da casa moderna, com o espaço mínimo sobre a bancada, foi mal projetada, e a sua relação com a sala de jantar era pouco funcional.

*Tem pessoa que morou em apartamento moderno que acha que cozinha pequena vai ser funcional e, sendo assim, o tamanho pequeno vai estar ótimo. Eu acho que esse tipo de cozinha é para aquelas pessoas que não param em casa e também não têm o costume de receber as visitas na cozinha e também não têm o hábito de reunir a família para o almoço em casa. É para aquelas famílias que*

*nunca almoçam juntas na cozinha. Eu já acho essa cozinha pequena, a mesa não cabe nesta cozinha, então você vai ver que a maioria tem a mesa na sala. A mesa fica na sala, porque na cozinha é impossível colocar uma mesa, a pia é lá. Aí você põe o fogão, o armário, e se você põe a mesa aqui como você passa, não tem como passar, para lá não passa. Eu ainda moro com quatro pessoas. Imagina quem mora com seis, oito, fica tudo espremido. Eu fico imaginando porque hoje a maioria das pessoas não tem só dois três filhos, tem cinco seis até mais, e vai fazer o que, não tem como você mandar a metade embora, não dá, eles só podem ir embora só depois que eles casam (Fátima, 2002).*

Dona Nanci tem um desejo de ampliar sua cozinha, pois é onde ela passa a maior parte do tempo, já que no momento não está trabalhando.

*Na cozinha tem que levantar o telhado, pois está muito baixinha, cobrir por uma laje, tem que fazer tudo, colocar as paredes, por o piso, tem que fazer tudo. Eu estou quase colocando a pia ali para poder arrumar a cozinha e cobrir assim mesmo. A cozinha passou para o fundo porque eu achava muito pequena. Aí eu achei que se eu fosse para lá meu marido arrumaria e iria reformar mais depressa, mais aí como a situação financeira não ajudou, tem que aceitar. Eu gostaria de ter uma cozinha bem feita, pelo menos acabada. A minha necessidade era de aumentar a cozinha, é porque eu passo a maior parte do tempo é na cozinha. Porque a dona da casa passa mais o tempo é na cozinha mesmo. Então para mim, o que eu tenho mais vontade de ter mais bem feita é a cozinha. Eu tenho uma vontade muito grande de arrumar a minha cozinha, mais infelizmente ainda não deu (Nanci, 2002).*

Segundo José Carlos, 32 anos, que mora com dois filhos e a esposa, a reforma da cozinha foi muito importante, principalmente para seus filhos, pois acredita que sem esta ampliação seria inviável a convivência de sua família, mesmo sendo os filhos muito pequenos. Esse, como a maioria dos moradores desse conjunto, concordou que a cozinha conjugada com a sala é um inconveniente. Além do mais, ele ressalta que sua esposa não trabalha fora e passa muito tempo em casa com os filhos. Ele conta que, depois da reforma, a cozinha é a parte da casa que ele mais gosta. Antes da reforma a cozinha era apenas um corredor, e não se conseguia desenvolver bem as atividades, por causa da exigüidade do espaço. Em seu depoimento revelou ser a cozinha o cômodo onde ele se sentia bem, pois foi a parte da casa que eles ampliaram de acordo com seus desejos e suas necessidades.

*É, acho que eu gosto mais da cozinha. Também tem que ter um espaço bom, porque quando eu vou para a cozinha eu me sinto bem melhor do que naquela cozinha que tinha aqui antes de nós reformarmos esta cozinha, nessa casa.*

*Para mim a parte que eu mais gosto nesta casa é a cozinha que foi reformada e ficou maior. Eu acho que se a casa não tivesse a ampliação da cozinha, aí ia ser meio complicado, porque a cozinha era só esse espaço aqui do sofá para lá, aí era a cozinha. Então ia ser meio complicado, porque a cozinha ficava bem dizer era na sala, então se não tivesse aquela cozinha ia causar um transtorno grande.*

*Mesmo tendo só duas crianças pequenas seria um transtorno muito grande, ou seja, melhorou a convivência; a cozinha separada ficou melhor porque a cozinha aqui, como era antes, não ia dar certo, poderia causar muito transtorno.*

*E também se ela continuasse aqui ela seria perto do banheiro, e não dá certo banheiro perto da cozinha. A cozinha ali era muito pequena, e além do mais, por ser um espaço conjugado com a sala, poderia atrapalhar o espaço da sala, e não ia ter nem lugar de fazer as coisas direito. E por ser conjugada parecia que você estaria fazendo as coisas dentro da sala. Então eu acho que iria complicar. E depois que tirou a cozinha daqui eu acho que até ficou um espaço bom, eu acho que um espaço meio perdido, mas já é um espaço a mais. E também tem outra coisa, com a ampliação aumentou o espaço para os meus filhos brigarem (José Carlos, 2002).*

Outra moradora fala de sua preocupação em relação ao espaço reservado para a cozinha, acreditando que este espaço deveria ser pensado de acordo com os costumes dos moradores, para se descobrir a maneira mais eficiente de adaptá-lo às normas pessoais dessas famílias, para que assim essas pudessem desenvolver melhor suas atividades diárias. Ela confessa que antes da ampliação da cozinha estava muito insatisfeita, o que pode ser constatado pelo seu depoimento, a seguir:

*Eu fiz a cozinha porque a que tinha na casa era muito pequena. Porque sinceramente não cabia nada na cozinha, não cabia a mesa. As pessoas mais chegadas não ficavam à vontade dentro da cozinha, não cabia mais de duas pessoas na cozinha. O tamanho da cozinha era inviável para trabalhar ou fazer qualquer coisa nela.*

*Eu acho que eles deveriam ter feito a cozinha de acordo com os nossos hábitos, nós gostamos de colocar mesa na cozinha sentar lá para conversar receber as pessoas para tomar um café. Esta cozinha, não poderia ser aquela cozinha de apartamento, onde as pessoas não ficam em casa, e quase nem usam a cozinha. Tem aquelas cozinhas moduladas pequenas aonde as pessoas só vão à noite, e assim mesmo para fazer uma refeição rápida. Essa cozinha parece aquelas cozinhas de apartamento de cidade grande, aonde as pessoas só chegam em casa à noite, e olhe lá. E aqui neste bairro a maior parte das famílias são grandes, onde algumas mulheres passam parte do tempo em casa, apesar de trabalhar costurando sapato em casa, mas ainda assim elas estão em casa. E você pode observar, a maioria dos moradores a primeira coisa que fez foi reformar a cozinha e o banheiro, porque era realmente inviável para a nossa realidade aqui do bairro.*

*Essas famílias têm muitos filhos também. Olha só, este corredor que você esta vendo aí era o banheiro. O banheiro era só este quadrado aqui, e lá no lugar onde eu fiz o novo banheiro, que era a cozinha, não cabia mesa nem o armário, lá só cabia o fogão, o armário era na sala. Por causa disso eu tinha que por na sala a mesa, o armário, a estante, a televisão, o sofá, e aí ficava tudo misturado. É ruim, ficava uma casa desorganizada.*

*Eu senti muita diferença quando eu aumentei a minha cozinha, porque eu me sentia completamente perdida tendo que trabalhar somente naquele espaço pequeno, a cozinha é muito pequena mesmo, você não faz nem idéia (...) (Célia, 2002).*

Com o convívio com essa e outros moradores, a pesquisadora constatou que esse modelo de cozinha não atendeu às necessidades de todos, pois observou-se que mesmo que a moradora que trabalha fora ela também desenvolve atividades como dona

de casa. Por outro lado, essa moradora conta que muitas mulheres já não trabalham mais fora, passando a maior parte do seu tempo em casa. A redução do espaço da cozinha não permitiu que essa moradora desenvolvesse ali todas as atividades que julgava ser importante para sua família, já que a cozinha não é somente o espaço reservado ao preparo dos alimentos, é também de convívio social, de encontro, onde “tudo acontece”.

*Eu não gostava muito da outra cozinha, eu queria uma um pouquinho maior. Porque eu gosto de cozinha maior. Sempre que chega alguém na sua casa, vai para cozinha. Se você fazendo um almoço, todo mundo fica reunido como uma família. Nossa família valoriza muito o convívio familiar. Eu queria uma cozinha maior para todo mundo, porque eu vou fazer almoço, vai todo mundo para cozinha. Eu tenho a mesa que não cabia na cozinha, essa é a minha mesa maior.*

*É, eu falo, eu quero ter um monte de neto. Quero todo mundo aqui na minha casa. Teve uma época, agora não, que vinha todo mundo da minha família, e da família do meu marido, e fica todo mundo aqui na cozinha, ou no quintal, fazendo um churrasco (Maria Darck, 2002).*

RYBCZYNSKI (1996) descreve alguns aspectos que demonstram como, desde a década de 30, tem sido feita a organização do banheiro da casa dita moderna. O pequeno banheiro padronizado (cuja disposição não foi alterada desde 1850) parece eficiente, mas não se adapta bem à casa moderna. Segundo este autor, o banheiro é uma parte da casa que foi padronizado, e isto dificultou a realização de atividades que hoje em dia basicamente são desenvolvidas nesse espaço, e que antes ocorriam nos quartos. Em relação às casas do conjunto “Leporace”, notou-se que o espaço reservado para o banheiro não foi pensado de acordo com as necessidades e os costumes dos moradores, pois este, assim como a cozinha, foi reduzido e padronizado.

Constatou-se, pelo fato de a casa ser pequena, que provavelmente o banheiro seja o único cômodo da casa totalmente privado e que, apesar de o banho não ser um ritual como é nos países orientais, ele certamente é um tipo de relaxamento. Não obstante a importância dessa atividade, ela ocorre em um cômodo que não tem espaço suficiente para essa e outras atividades íntimas.

Observou-se que tanto o morador José Carlos como outros consideram o banheiro como sendo um espaço que deveria proporcionar um mínimo de privacidade possível, e, no entanto, ele foi construído muito próximo à sala e à cozinha. Para os moradores do conjunto “Leporace”, o fato de o banheiro ter sido construído próximo a esses espaços reduzia a sua privacidade, pois sempre que iam usar o banheiro ficavam envergonhados, principalmente quando recebiam visitas. Normalmente, os moradores sempre recebiam suas visitas na sala.

*O banheiro era muito pequeno, todo mundo tinha que tomar banho ao mesmo tempo, era um transtorno. E o banheiro é muito pequeno, você não tem liberdade para ficar dentro dele muito tempo, eu pelo menos não gostava de ficar muito tempo no banheiro.*

*Porque separou o banheiro, levou para fundo. E o meu quarto também fica no fundo. Então eu saio do banheiro e já vou direto para o meu quarto, não preciso ficar passando na sala. Porque quando a pessoa vem, fica na sala conversando, e você vai tomar banho, fica esquisito. Você acaba se acostumando, mas todas as vezes que eu ia tomar banho, e tinha uma pessoa na sala, eu me sentia mal.*

*Por mais que a gente se acostume, ainda é difícil, porque quando tem que sair do banheiro e tem uma pessoa na sala, e, essa pessoa é estranha, ainda é pior ainda. Porque no banheiro você faz coisas íntimas, então quando você sai do banheiro fica todo mundo pensando e observando o que estava fazendo. Não é porque eu não quero que ninguém me veja, mas lá eu faço coisas mais íntimas.*

*Aumentou, tirou o banheiro daqui e fez lá no fundo. Não tão grande, mas maior do que era. E o mais importante, tirou de dentro da sala (José Calos, 2002).*

Outra questão levantada pelos moradores em relação ao banheiro foi que muitas discussões familiares ocorreram em função da posição que este ocupa dentro da casa. Essas discussões freqüentemente envolviam o pai, a mãe e a filha, no momento do banho, ou seja, quando as filhas ou a esposa iam tomar banho, saíam de toalha e passavam pela sala, os pais sempre reclamavam ou brigavam. Outra reclamação foi em relação ao número de banheiros nas casas. Esse número quase sempre não atendia a todos os moradores, uma vez que as famílias eram sempre muito grandes e, além disto, em muitas delas os filhos casados permaneciam (temporariamente ou não) na casa de um dos pais.

Para dona Célia muitas brigas surgiam em função da posição que esse cômodo ocupava dentro da sua casa.

*Aqui, antes de fazer este novo banheiro no lugar da cozinha, a gente saía do banheiro e já estava na sala, e às vezes tinha uma visita e a gente ia tomar um banho, como a gente fazia, a porta do banheiro era voltada para a sala.*

*Eu gostaria de ter uma casa com um banheiro assim, como uma suíte, um banheiro separado do resto da casa. Eu gostaria que fosse separado o íntimo do resto da casa, porque assim a gente pensa que não tira a privacidade da gente.*

*O mais problemático aqui era o banheiro mesmo, porque você toma o banho sai na sala, às vezes tem visita e o meu marido é muito sistemático. Meu marido quer comprar outra casa com os banheiros nos quartos, junto com os quartos.*

*Igual eu te falei do banheiro que mudou de lugar, todo vez que ia tomar o banho, meu marido ficava falando porque ele é muito sistemático. Toma banho mais cedo, porque se não pode chegar gente, todo dia era a mesma falação e aquilo para mim me matava. Porque eu não gosto que fique falando as coisas para mim toda hora. Essas coisas que acontecem no dia-a-dia e essa falação também trazem muitas brigas, então quer dizer que às vezes por causa de um banheiro, pode começar uma discussão (Célia, 2002).*

Dona Fátima, assim como os outros moradores, se sentiam constrangidos porque consideravam que atividades íntimas, como o banho, escovar os dentes, tomar banho, trocar de roupa etc., deveriam ser executadas com mais privacidade. Segundo

eles, desenvolver algumas dessas atividades na frente de outras pessoas lhes causava constrangimento.

Para dona Fátima existe um desinteresse por parte dos responsáveis pela elaboração dos projetos de conjunto habitacionais em reconhecer ou considerar as pessoas que vão morar nessas casas. Ela considera que o fato de não existir uma maçaneta na porta do banheiro, que seria o mínimo que poderia ter sido feito, representa o descaso que esses responsáveis têm com os moradores.

*É, a princípio quando eu mudei não gostei muito do banheiro ser ali. Porque por exemplo: você está recebendo uma visita, você fica com vergonha de usar o banheiro. Porque lá não tem pia para lavar a mão, você tem que sair para lavar a mão. Sei lá, parece que é uma coisa esquisita, você não está acostumada. Geralmente você lava a mão na pia, mas dentro do banheiro. Você não tem este hábito de sair do banheiro para lavar a mão. Quer dizer, no fim é esquisito se eu pudesse melhorar, não seria assim, a pia ficaria dentro do banheiro.*

*O meu marido mesmo já falou que aqui ó, ele faria um banheiro maior já com tudo dentro sabe, fazia um box separado para tomar banho, e para cá um espaço maior para colocar o armarinho que você quer fazer a barba ter um espelho, você guarda tudo as coisas dentro direitinho. Então ele falou isso para mim, que o banheiro teria que ser um pouco maior e com tudo dentro. É meio difícil, a gente não está acostumada com o banheiro assim, porque, por exemplo, a pessoa está aqui na sala tem visita, aí entra um lá no banheiro sai meio assim sem graça meio desconsertado né, fica meio ruim. Outra coisa eles não colocam fechadura, não tem maçaneta pra fechar a porta do quarto e do banheiro, a gente coloca a enceradeira, você encosta o ventilador.*

*O trinco do banheiro teve que furar a parede para colocar a bucha, se não o banheiro não tinha trinco, imagina, um banheiro que é um lugar onde eu posso ficar no lá tomando o meu banho, relaxando e fazendo as minhas coisas íntimas, eles não colocaram uma maçaneta. Isso é um sinal de que eles não têm consideração com quem veio morar aqui (Fátima, 2002).*

A partir de algumas conversas com os moradores, observou-se que o banheiro reformado pode ser mostrado não só porque agora as superfícies vitrificadas impermeáveis do material constituem barreira à “sujeira”, além de ser considerado “mais bonito”.

Tanto na cozinha como no banheiro, que são as partes da casa que foram mais modificadas, pode-se perceber que a relação estabelecida pelo morador com esses espaços lhe possibilita, freqüentemente, a transformação das características físicas dos ambientes para que se tornem em “lugares vivenciados”. Essa transformação acontece através de conexões que o indivíduo estabelece com o espaço, por meio de redes de significações estabelecidas pelo próprio indivíduo. Assim, o morador consegue ultrapassar os aspectos físico e concreto do espaço, pois é agregada à sua visibilidade uma dimensão invisível que alguns autores denominam de espírito e que confere uma especificidade própria ao lugar vivenciado.

Em algumas conversas, pôde-se ainda perceber que para a maioria dos moradores, determinados lugares de suas casas estavam associados à lembrança de certos acontecimentos ocorridos durante a vida, em determinado tempo e lugar. Por exemplo, para alguns moradores a varanda tinha uma conotação positiva, porque associavam a esse espaço encontros agradáveis que tinham vivenciado anteriormente, em espaços semelhantes.

*Eu gosto de fazer o meu serviço na frente, aqui da minha casa, porque é um lugar mais fresco da casa. Aqui na frente tem uma varanda que não bate sol, e é um lugar que eu gosto de trabalhar e sentar para refrescar a cabeça ou sentar para descansar. A varanda é um lugar da casa que gosto de ficar, porque na casa que eu morava era muito apertada e não tinha nem um lugar para a gente sentar e ficar descansando, conversando, batendo papo.*

*Eu quando era criança, a minha mãe tinha muito esse hábito, porque nós morava na roça e então meu pai e minha mãe tinha muito esses costume e o meu marido também gosta de fazer a mesma coisa. E a casa ficou bem mais bonita com a varanda aqui na frente, a casa ficou bem mais chique, deu outro aspecto. (Fátima, 2002).*

O desejo dessa moradora de passar parte do dia trabalhando na varanda de sua casa revela que este espaço pode estar associado a lembranças positivas. Esse desejo pode estar vinculado a experiências que lhe proporcionaram o encontro, a contemplação ou outro acontecimento.

Alguns moradores, entretanto, fizeram associações negativas a determinados espaços da casa, porque se lembraram de muitas brigas que foram vividas naqueles espaços, o que fez com que confessassem não gostar desses espaços em sua casa. De fato, todas as associações – positivas ou negativas – se interagem, se sobrepõem e balizam as significações que determinado indivíduo atribui a certo espaço concreto e visível. Na maioria das vezes, elas são transmitidas através de um corpo de imagens (sensações, sentimentos) ou de uma estrutura de intenções (MOORE et al., 1985) que funcionam como sintomas ou evidências a serem interpretadas e refletidas, para que a relação do morador com o lugar vivenciado possa ser entendida.

*Quando eu mudei, essa casa estava terrível, não tinha uma planta nessa casa, eu tive uma péssima impressão dela, me lembrava só coisa ruim. Porque quando eu mudei para essa casa, morava uma menina que brigava com o marido. E só ficava lembrando disso, e quanto a gente foi capinar o quintal tinha uma caixa de porcelana quebrada, enterrada no quintal. Eles brigavam de quebrar tudo. Que lembrança que ela levou. O marido não gosta nem de vim aqui, ele é amigo nosso até hoje, ele é cabeleireiro. Às vezes eu falo assim, vamos lá ver a reforma que nós fizemos. Eu penso: coitado, entrar aqui depois de tanta briga. É lembrança ruim.*

*Chovia no dia que eu mudei, choveu e era até Dia das Mães. Nossa, ficou fedendo a galinheiro, um caminhão de terra no fundo, uma grade horrorosa, você*

*chegava lá no fundo, os vizinhos tudo querendo saber o que você ia fazer. Lá no fundo não tinha privacidade. O meu banheiro era horrroso; que banheiro feio! Era igual banheiro de rodoviária, agora minha casa hoje, nossa senhora!*

*Nossa, melhorou muito. Igual eu estou te falando, era o caso de tirar a pessoa que morava nela. A mulher morava sozinha com o menino, muito relaxada, muito atrapalhada, acho que ela nem limpava.*

*Então é a pessoa que faz o ambiente, que faz a sua casa, não é a casa, não é o móvel, é você que está lá dentro. As lembranças que vão ficar numa casa, é tipo uma filha, minha casa é uma alegria, quanto eu olho para ela eu fico pensando: “nossa, meu filho nasceu na minha casa (Maria Darck, 2002)*



Figura 12 – A varanda da casa – lugar que evoca sensações de lembranças de acontecimentos passados.



Figura 13 – Demonstração da varanda na fachada principal. Característica geral na maioria das casas desse conjunto.



Figura 14 – Quintal – área de lazer usada para o convívio mais informal.

Esses cômodos, muitas vezes, podem funcionar como símbolos de poder, *status* e prestígio, numa analogia simbólica a elementos construtivos adotados em residências de classes sociais ascendente às quais esses habitantes aspiram pertencer. No depoimento de dona Célia, percebe-se que o desejo de construir a garagem, para guardar o seu carro, pode representar que ela conseguiu atingir um certo *status*. Esse prestígio, o de possuir um carro, demonstra que o morador “tinha subido na vida”, e a forma que ele tem para demonstrar essa ascensão é através de determinados artifícios arquitetônicos.

*Eu gostaria agora de fazer uma garagem, porque eu vou comprar outro carro para o meu filho, e aí já não cabe dois carros. Ou eu faço a garagem ou eu tenho que comprar outra casa maior que cabe dois carros. Porque o meu filho está querendo comprar um carro no final do ano, e nós vamos ajudar ele comprar, então eu teria que ter um lugar coberto. Eu gostaria de fazer ela toda coberta, igual a da vizinha aqui (Célia, 2002).*

José Carlos também associa o ambiente a lembranças e sensações que ele sente no momento em que chega em casa. Lá ele encontra o seu refúgio, pois na sua casa ele revive e vivencia sensações positivas que lhe proporcionam tranquilidade e estabilidade.

*Sabe, quando saio do trabalho eu gosto de voltar para a minha casa. A minha casa me traz sensações boas, apesar de eu achar que tem que melhorar alguma coisa nela, porque a casa da gente nunca fica do jeito que a gente quer,*

*tem sempre uma coisa para fazer. Gosto de voltar para a minha casa, porque aqui está a minha família, que representa muito para mim.*

*Eu pensava em fazer uma piscina aqui no fundo, mas eu acho que fica bem caro fazer uma piscina. Eu penso em fazer esta piscina porque seria o meu sonho. Ter um lugar para receber as pessoas, fazer um churrasco. Mas é como eu te falei, fica muito caro.*

*Nesta casa, além da piscina, que eu quero fazer, eu tenho que dar uma reforma nesta garagem aqui tem que fazer um reboque nela, trocar esse portão, que está muito velho, e fazer uma pintura, que também está precisando. Essa reforma também é para melhorar a frente da casa, porque está muito feia! (José Carlos, 2002).*

Outro aspecto observado na relação espaço/morador diz respeito à preocupação que os moradores têm com a “arrumação” de suas casas. Este fato está relacionado, sobretudo, à arrumação da área social da casa, onde se recebem as visitas, ou seja, a sala, freqüentemente localizada na frente da casa.



Figura 15 – A sala da casa original – conjunto de regras que forma os padrões do que é ter a “boa sala”.



Figura 16 – A sala – seguindo uma regra do que é uma “boa sala” – cômodo adicional.

Durante o período em que a pesquisadora visitou e conversou com os moradores, constatou-se que para eles a sala tem mais de uma função. Isto é, além de ser um espaço formal, reservado ao domínio público (ao contrário da cozinha, espaço mais informal), os moradores também utilizam-na como um espaço privado e familiar, servindo de dormitório a um ou mais moradores, ou a hóspedes, eventualmente.<sup>24</sup> Dada a essa dupla função do espaço, havia a preocupação constante de arrumação desse ambiente. Para eles, arrumar a sala implica não deixar transparecer no momento de sua utilização formal, reservado às visitas, indícios de sua utilização informal, como dormitório. Trocando em miúdos, fazer a cama antes da visita chegar. Além do sofá-cama ou móvel equivalente, freqüentemente encontra-se nesse espaço o outro ponto focal da sala – o aparelho de televisão – o que para muitas famílias era um problema, pois deixava a casa ou a sala muito desorganizada, causando constrangimentos aos moradores, principalmente aos filhos. Sendo assim, a sala deveria ser constantemente “arrumada”.<sup>25</sup>

A falta de espaço, aliada à falta de acabamento da construção, acaba dando às casas um aspecto de falta de organização ou “bagunça”, levando os moradores a estarem constantemente se desculpendo para qualquer visita. Porém, um olhar mais atento à organização de uma dessas casas traz a compreensão de que, ao contrário da bagunça, o que impera é um grande sentido de ordem e que, apesar das condições adversas que poderiam dar impressão imediata de bagunça ou sujeira, o que existe é um zelo muito

---

<sup>24</sup> Todos os moradores mostraram-se sempre preocupados com essa questão, de como acomodar suas visitas.

<sup>25</sup> Uma das informantes, que é dona de casa e tem três filhas, contou-me detalhadamente como as suas filhas desejavam mudar a televisão para outro lugar. Segundo ela, suas filhas sempre traziam um amigo ou o namorado e achavam que a televisão na sala era um motivo de bagunça, deixando-as constrangidas e com o desejo de colocar o aparelho em outro espaço.

grande com a casa e com a sua higiene. Em geral, as mulheres gastam parte do seu tempo limpando e arrumando a casa. Até as que trabalham fora e as que costumam sapato em casa sempre reservam um tempo para limpar suas casas.

Depois de algum tempo de convívio com esses moradores, pôde-se observar que cada coisa tem o seu lugar dentro da casa e perceber, nos mínimos detalhes, a tentativa de tornar o espaço agradável. Tal fato fica evidente quando se observa o vaso com flores em cima da mesa, com uma toalhinha em baixo desse vaso; as roupas do botijão de gás e do liquidificador; alguns quadros colocados nas paredes, de acordo com a imaginação de cada um e um princípio próprio; as camas nos quartos sempre arrumadas (já que sempre pode aparecer uma visita); a divisão dos espaços com os móveis, na tentativa de separar os ambientes; a preocupação constante em não deixar nada fora do lugar; e a preocupação de ampliação dos espaços da sua casa e de manutenção do acabamento, como a pintura, o azulejo etc.

Apesar da criatividade, da luta individual e das diferentes condições econômicas de cada família, parece que existem algumas “regras de boa decoração” que devem ser respeitadas (ou talvez fosse melhor dizer um padrão do que seja a casa de bom gosto). O que foge muito a essa média não é muito apreciado; o que não consegue atingir o mínimo pode não ser respeitado – é como se faltasse dignidade a casa e, por extensão, aos donos. Observou-se também que a reforma de suas casas restituiu a dignidade e a liberdade esses moradores. Muitos moradores desse conjunto tinham a tranqüilidade expressa em seu rosto sempre que estavam relatando a respeito das reformas de sua casa. Confessavam que se sentiam realizados e lembravam que muitos que ali moravam ainda não tinham tido a mesma sorte. A pesquisadora observou que, na maioria das visitas, os moradores sempre tinham algo novo para mostrar, sempre algo relacionado à decoração de suas casas.

*Além de trazer tudo muito bem arrumadinho, eu gosto muito de ter sempre a mesa da cozinha forrada com uma toalha, com um vaso ou um enfeite qualquer. Eu gosto da minha casa sempre muito bem arrumada. Sempre procuro deixar tudo no lugar. Na sala eu tenho tudo, e posso receber tranqüilamente uma visita.*

*Quando o meu filho morava aqui, eu usava a cozinha pequena mesmo, do tamanho que ela era. Depois que ele casou, eu passei a usar o quarto como cozinha.*

*Quando eu usava aquela cozinha antiga, muito pequena, eu tinha que ajeitar tudo muito bem direitinho. A minha mesa da cozinha ficava aqui na sala, na cozinha mesmo só cabia o armário e o fogão, e a geladeira eu punha a metade para dentro da cozinha e metade para sala, entendeu? Era assim que eu fazia para poder dar certo*

*Para ficar mais ou menos tudo no lugar, ajeitado, não dava para ter coisa esparramada, fora do lugar. Assim, aqui na sala ficava tudo muito bem arrumado. Eu tinha que trazer tudo muito bem organizado e também tudo era muito limpinho.*

*Também porque, a afinal de contas, essa era a minha casa e eu estava muito feliz de poder ter uma casa. E a casa da gente é um lugar íntimo, que a gente tem vontade de ter sempre muito bem limpo, a gente tem amor pela casa da gente. É o nosso lugar! O lugar que a gente vive para o resto de nossa vida, é o lugar que a gente faz tudo. A gente arruma a casa, não só para receber uma visita, é para gente se sentir bem também. É claro que uma visita tem que ver que a gente traz a casa sempre bem limpa, mas não é só isso (Batista, 2002).*

Observou-se que o modo como os moradores do conjunto “Leporace” organizam suas casas é um contraponto ou uma resposta ao pouco espaço que se tem nas casas. Por causa da falta de espaço para desenvolver suas atividades e organizar os ambientes das casas, as mulheres e toda família tentam, de uma forma incansável, colocar as coisas sempre em ordem e na mais absoluta limpeza. Ao fazer isso, vão tentando tornar mais amena não só suas casas, mais a própria vida.

Segundo RYBCYNSKI (1996), os holandeses da Idade Média adoravam suas casas. Ao contrário dos franceses, que tinham suas casas como um espaço público, onde desenvolviam ali o trabalho, a casa dos holandeses era considerada mais um espaço privado do que público. Para eles a palavra *home*<sup>26</sup> (lar) reunia os significados de casa e família, de moradia e abrigo, de propriedade e afeição. *Home* significava a casa, mas também tudo que estivesse dentro ou em torno dela, assim como as pessoas e a sensação de satisfação e contentamento que emanava de tudo isso. O autor define a casa como sendo um lugar sagrado, íntimo e privado. A descrição que ele faz da casa holandesa e do significado da casa como “lugar vivenciado” remete ao que se observou entre os moradores do conjunto “Leporace”. Estes manifestavam e expressavam a afeição que tinham pelo seu lar, e por tudo que estivesse dentro dele, através da preocupação com a limpeza de suas casas, procurando deixar tudo sempre na mais perfeita ordem. O cuidado que eles têm com a questão da limpeza e da ordem pode estar relacionado ao sentimento de posse pela casa e à preocupação com esse um espaço íntimo, individual e singular, que tem os traços da família e dos moradores desse bairro. Por isto, os moradores sempre recebiam suas visitas na sala, que era um cômodo considerado público. Porém, quando se passava para o espaço da cozinha, era ali que se encerrava a esfera pública e começava o lar. Esse limite era um conceito estabelecido para determinar uma ordem, e a limpeza da casa não era prova nem de meticulosidade, nem de uma limpeza especial, mas um desejo que essas famílias têm de definir a casa como um lugar separado, especial.

---

<sup>26</sup> Esta palavra *home*, que conota um “espaço físico”, mas que também tem um sentido mais abstrato de um “estado de espírito”, não tem equivalentes nas línguas européias latinas.

A afeição holandesa pelo seu lar, expressa pela inacreditável e imaculada limpeza, era demonstrada também pelos moradores desse conjunto, que também cuidam, limpam e arrumam a casa, demonstrando como preservam seus lares e mantêm a intimidade e a devoção ao lar. Em alguns momentos, vários moradores diziam: “devemos sempre zelar pelo que é nosso”.

Muitos moradores confessaram que a reforma lhes facilitava a limpeza, dando-lhes, por outro lado, muito mais prazer de cuidar e de limpar suas casas. Os moradores desse bairro, depois que reformaram suas casas, incorporaram a elas novos hábitos, que estavam intimamente relacionados à família, à intimidade e à devoção ao lar. Manter a casa sempre limpa é uma forma de demonstrar a satisfação que tinham por terem reformado e incorporado novos espaços na casa. A reforma proporcionou-lhes um outro fator importante, o de ter um espaço novo e mais apropriado para receber as pessoas. A modificação do ambiente doméstico permitiu uma maior sociabilidade dos moradores, fazendo com que as visitas passassem a ser bem-vindas.

Uma das moradoras declarou que sua filha passou a se sentir mais à vontade para receber seus amigos, porque pôde passar a recebê-los em seu quarto. Sendo assim, observou-se que a privacidade é um fator importante para um membro da família, que nunca se sentia à vontade para receber suas visitas no espaço social da casa, que é usado pelos outros membros da família. Depois que esses moradores puderam modificar suas casas de acordo com as necessidades da família, a casa começava a ganhar características próprias.

*Depois da reforma me senti bem, porque aumentou o espaço. Agora quando chega gente tem lugar de sentar e conversar, tem mais espaço.*

*Foi melhor mesmo à reforma, deu bem mais espaço para gente. Aumentou o espaço; e aumentando o espaço, a gente fica mais tranqüila, fica bom para os meninos. Também, eles ficam com mais liberdade, principalmente a Ana Paula pode levar colegas dela lá em casa agora. Lá em casa era assim, não tinha jeito dela levar as colegas dela lá. Agora não. Ela leva as colegas dela lá em casa, ela tem mais liberdade. Minha filha tem dezenove anos e só depois de um tempo que ela passou a convidar os amigos para a nossa casa.*

*Agora, quando vai chegando gente na minha casa pode entrar. Gosto de receber mais as pessoas agora depois da reforma. Eu me sinto bem em estar em casa. Agora com a casa organizada eu gosto mais de receber as pessoas*

*Agora a Ana Paula ficou muito mais satisfeita, nós temos mais espaço na casa e temos a nossa varanda e a nossa garagem. Então ela pode levar as colegas dela lá em casa, tranqüilamente. Eu senti que agora a Ana Paula tem mais liberdade de trazer as colegas dela aqui em casa, ela traz com mais tranqüilidade porque a casa melhorou. Agora tem lugar para todo mundo sentar na cozinha; a Ana Paula tem o quarto dela com os móveis tudo certinho, então ela se sente bem (Elizete, 2002).*

Assim, a domesticidade desses moradores pela sua casa é um conjunto de emoções sentidas, e não um único atributo. Ela está relacionada à família, à intimidade, à devoção do lar, assim como à sensação da casa incorporada destes sentimentos. O interior das casas no conjunto “Leporace” não é um ambiente para as atividades domésticas, mas os cômodos e seus objetos possuem vida própria.

Nos encontros durante o trabalho de campo, os moradores relataram que a casa, originalmente, era muito ruim, e por isto eles sentiam mais dificuldades em limpar ou em trazer a casa sempre em ordem, embora deixassem bem claro que a limpeza sempre foi considerada muito importante. Depois que os moradores puderam modificar suas casas, intervindo no espaço, essas começaram a ganhar características próprias, e uma certa aparência nova. Tal fato estimulava-os a manter suas casas sempre limpas. A reforma aumentava o zelo e o cuidado com a casa.

### **2.1. Estilo das casas dos moradores do conjunto “Vicente Leporace”**

Para entender o “estilo de vida” desses moradores, que é determinado pelo seu cotidiano, é necessário descrever alguns aspectos relacionados às experiências que eles têm em comum. Tais experiências acontecem através da relação indivíduo/ambiente, que evidencia alguns padrões determinados culturalmente.

O estilo de vida e o gosto são elementos culturais e sociais, ou seja, por mais que deixe o espaço livre para as opções individuais, elas se dão, em alguns momentos, sempre com referência a um conjunto de regras que são compartilhadas por um grande número de pessoas, isto é, por grupos sociais. Desta forma, quando o morador se relaciona com o ambiente, ele determina quais objetos sua casa deve possuir e como vai organizar ou ampliar os espaços.

Assim, não são apenas os rendimentos e as opções da família em termos gerais que determinam a maneira de construir e arrumar a casa. Esta decisão é determinada culturalmente, uma vez que o que se procura pôr dentro da casa segue um padrão de gosto que é comum e que faz parte do estoque simbólico e referencial desses moradores, que são trabalhadores assalariados<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Este aspecto é ressaltado por MACEDO (1979), que descreve o padrão de decoração das casas das famílias operárias.

Para os moradores desse bairro, existem algumas “regras” que determinam o que se procura pôr dentro de casa e como o espaço deve ser ampliado. Tais regras são padrões estabelecidos culturalmente.

Para BAUDRILLARD (1993) e MALARD (1993), os objetos e a organização dos ambientes exercem seus papéis como signos, e, segundo eles, os signos representam o seu significado através de convenções. Esses padrões e convenções sofrem influências dos aspectos culturais de determinados grupos, ou seja, as convenções e os padrões também fazem parte do repertório da cultura local. O modo como os moradores caracterizam um cômodo, através dos objetos que eles utilizam, é influenciado pelos valores e pelas crenças da cultura local daquele grupo.

O significado desse conjunto de “regras” que formam os “padrões” compartilhados por um determinado grupo evidencia o *modo de vida* das pessoas e o relacionamento estabelecido com os lugares das suas casas.

Pode-se descrever, então, o que significa para os moradores ter uma “boa cozinha”, composta do fogão, com seu botijão de gás coberto por uma capa de plástico; uma mesa de fórmica, com cadeiras; uma geladeira, que tem sempre a mesma cor da mesa e do fogão; além de armários de aço. Em algumas casas há um *buffet* para guardar a louça, cuja parte central é sempre de vidro, com um espelho ao fundo, onde são colocados os objetos de luxo da casa, que podem ser um conjunto de copos de cristal ou meia dúzia de xícaras de melhor qualidade.



Figura 17 – A cozinha reformada - lugar de convívio familiar.

A “boa sala” deve ter pelo menos um sofá, duas poltronas e a televisão. A sala comporta a função de dormitório, pois, muitas vezes, alguns filhos dormem nesse local. Se a sala é grande ou pequena, não importa, a mobília é semelhante: uma estante, onde se colocam duas ou três pequenas coleções de livros e vários porta-retratos da família; uma mesinha de centro; e o aparelho de som.



Figura 18 – A sala, seguindo uma regra do que é uma “boa sala” – cômodo adicional.

O quarto do casal “ideal” deve ter uma cama, coberta com uma colcha de chenile; um guarda-roupa; e, quando há espaço, uma penteadeira, sempre enfeitada com muitos vidros. Muitas vezes é no quarto de casal que fica o berço do bebê, e mesmo que a casa tenha outros quartos o berço dificilmente sairá daí. Os outros quartos são ocupados pelos filhos mais velhos, e o espaço é sempre insuficiente. Em muitas casas foram encontradas beliches, que freqüentemente se localizam nos quartos dos filhos ou em qualquer outro cômodo: na sala, no quarto do casal. De acordo com o estágio de vida do casal serão encontradas peças imprescindíveis, por exemplo, na casas dos casais mais jovens sempre haverá o berço, a cadeirinha de bebê e muitos bichos de pelúcia.

A relação que existe entre o indivíduo e o ambiente da casa concretiza-se através das relações espaciais, estabelecidas com o lugar vivenciado. Fazer uma descrição dessa relação consiste em ultrapassar os seus aspectos físicos concretos dos espaços, uma vez que o morador tem agregado à sua visibilidade uma dimensão invisível, que alguns autores denominam de espírito e que confere uma especificidade própria para o lugar vivenciado.



Figura 19 – O “quarto ideal do casal” – definidos por regras que determinam o “estilo de vida”.

A abordagem da dimensão simbólica espacial já inclui em seu fundamento a alteração, a desordem e a incerteza. O que permanece é a capacidade de o indivíduo estar constantemente alterando o meio em que vive e, assim, atualizando os seus significados de acordo com esse processo.

De fato, cada caso precisa ser contextualizado (Van Eyck, citado por JENCKS & BAIRD, 1975; GEERTZ, 1978), convidando-nos a transferir o foco de nossa atenção para a interpretação do cotidiano. Do mesmo modo, MOORE & ALLEN (1976) perguntam o que podemos fazer diante da infinita diversidade da experiência humana e da presença de tantos contextos que participam da percepção dos espaços.

O intuito dessa análise foi tentar entender as relações entre o morador e o ambiente doméstico, através dos acontecimentos da vida cotidiana, para então identificar a dimensão simbólica que existe dentro espaço físico. Procurou-se, também, tentar compreender como são articuladas as redes de significações que compõem a dimensão simbólica que esse grupo associa e imprime em seus espaços cotidianos. Sendo assim, partiu-se do pressuposto de que o homem é um ser dependente de sistemas simbólicos apreendidos da cultura em que está inserido e que organizam e conferem sentido à sua vida. É próprio do homem construir significações que o ajudem a ordenar suas experiências e a se posicionar no mundo. Esses significados são armazenados, organizados e transmitidos pela cultura através de símbolos, ou seja, de qualquer objeto, ato, acontecimento ou relação que sirva de vínculo a uma concepção ou idéia, uma materialização tangível de coisas abstratas.

### **3. ANÁLISE DOS FENÔMENOS SUBJETIVOS DA PERCEPÇÃO E O AMBIENTE CONSTRUÍDO**

O espaço interno da casa, por ser o espaço vivencial, revela indicadores como territorialidade, privacidade e intimidade, que são transmitidos pelos usuários através do processo perceptivo existente na relação entre o morador e o ambiente construído, os quais contribuem para determinar os comportamentos humanos, os usos e as funções. Algumas vezes essa manifestação se dá ao manter as características espaciais da casa, e em outras ao transformar o projeto proposto até onde o usuário possa intervir.

A relação que existe no ambiente interno da casa entre o morador e o espaço físico contribui para as interpretações qualitativas desta pesquisa, conduzindo à definição de indicadores como territorialidade, privacidade/intimidade. Todos esses indicadores foram considerados por Malard como fenômenos subjetivos da percepção.

Os fenômenos existenciais que expressam as dimensões fenomenológicas são necessidades humanas que precisam ser consideradas quando se concebe um ambiente construído. Cada fenômeno se relaciona com determinados elementos da casa, os quais devem ser providos de acordo com o contexto cultural.

#### **3.1. Territorialidade**

Inicialmente, para analisar e entender como os moradores do conjunto lidam com questões relacionadas à privacidade e intimidade, é importante ressaltar alguns conceitos sobre territorialidade.

Este conceito está ligado à noção de intimidade e privacidade, pois os indivíduos demarcam os seus espaços a fim de protegerem determinadas áreas que possam garantir lugares que são vivenciados por cada um desses moradores. Existe uma relação mútua entre indivíduo e lugares; os lugares correspondem aos territórios, que são determinados pelos moradores. A partir do momento que o morador se relaciona com os lugares vivenciados, estes adquirem um poder simbólico, carregado de uma certa afetividade, o que pode exprimir uma relação cultural.

Segundo alguns autores da psicologia social, como SOMMER (1973) e outros, cultura e território são termos indissociáveis. Eles chamam o território de geossimbólico, pois possui uma dimensão simbólica e cultural, onde se enraízam os valores e se comporta a identidade de determinados grupos sociais.

O espaço onde um grupo de pessoas convive está repleto de símbolos, que retratam não só os aspectos culturais de um determinado grupo, mas também a individualidade de cada morador. Alguns autores da psicologia social definem o território como um *locus* simbólico, lugar onde a alteridade, individualidade e convivialidade se manifestam. O território é determinado culturalmente e concebido através de significações e de relações simbólicas.

Para HALL (1977, p. 96) “o território é, na acepção da palavra, uma extensão do organismo. Nesta concepção, o homem teria criado extensões materiais de seu ser, com o fim de marcar seu território tanto de forma clara como de forma mais sutil.

Na concepção do psicólogo SOMMER (1973), que estuda o comportamento espacial dos seres humanos, na territorialidade humana a função de defesa é secundária, sendo mais importante e evidente seu aspecto *de organizador da conduta em diferentes níveis de interação*. Assim, a territorialidade estaria ligada ao desempenho pessoal, à possibilidade de regular os níveis de privacidade desejados ao *status*, pois o tamanho do território parece ter relação com a posição social ou hierarquia do indivíduo ou grupo que ocupa.

De acordo com SOMMER (1973), os territórios podem ser de três tipos: primários, utilizados apenas por indivíduos ou grupos específicos, como a moradia unifamiliar; secundários, caracterizados como semipúblico; e públicos, acessíveis a todos, como uma praça. Territórios primários é a classificação na qual se inclui o estudo de caso do presente trabalho.

Para SOMMER (1973), há considerável semelhança entre espaço pessoal e *distância individual*, ou espaçamento característico dos membros da espécie. A

distância individual existe apenas quando dois ou mais membros da mesma espécie estão presentes, e sofre muita influência da densidade de pessoas dentro de uma casa e do comportamento territorial. A distância pessoal e o espaço pessoal interagem em sua influência sobre a distribuição de pessoas. A violação da distância individual é a violação das expectativas da sociedade, e a invasão do espaço pessoal é uma intrusão nas fronteiras do “eu” da pessoa. A distância individual pode estar fora da área do espaço pessoal – a conversa entre pessoas sentadas em duas cadeiras colocadas em pontos extremos da sala ultrapassa as fronteiras do espaço pessoal; a distância individual pode ser menor do que as fronteiras do espaço pessoal – por exemplo. O fato de sentar-se ao lado de alguém em um banco de piano está dentro da distância esperada, mas também dentro das fronteiras do espaço pessoal, e pode provocar mal-estar no pianista. Se apenas um indivíduo está presente, existe uma distância individual infinita, e por isto é útil conservar o conceito de espaço pessoal, também descrito como território portátil, pois o indivíduo o leva consigo onde quer que vá.

SOMMER (1973) constatou que o método mais prático para estudar a distância individual e o espaço pessoal com suas fronteiras invisíveis é aproximar-se das pessoas e observar suas reações. A distância individual não é um número absoluto, mas varia de acordo com as relações entre os indivíduos, com a distância a que estão colocadas outras pessoas na situação, bem como com as orientações corporais dos indivíduos entre si. O trabalho mais sistemático dentro dessa orientação foi realizado pelo antropólogo Ray Birdwhitell, que registra a resposta de uma pessoa com lentes muito rápidas e pode identificar até movimentos mínimos dos olhos e tremores de mão, à medida que o invasor se aproxima da zona emocionalmente egotista que cerca a vítima.<sup>28</sup>

Existem territórios que abrangem o corpo, denominados espaço pessoal, e que constituem o espaço mais íntimo e íntegro que pertence ao indivíduo. SOMMER (1973), em seu livro *Espaço pessoal*, distingue três formas de invasão territorial: violação (uso não-autorizado do território), invasão propriamente dita (a presença física de um intruso dentro dos limites do território) e contaminação (tornar um território impuro com relação a seu uso e sua definição).<sup>29</sup>

Os aspectos psicológicos do estudo da territorialidade são reconhecidos através de determinantes culturais, que demonstram de que maneira as pessoas atribuem

---

<sup>28</sup> R.L. Birdwhitell; *Introduction to Kinesics*. Washington: Foreign Service Institute, 1952.

<sup>29</sup> Stanford M. Lyman Marvin B. Scott, *Territoriality: A Neglected Sociological Dimension*, *Social Problems*, XV (1967) pp. 236-249.

significados e organizam o espaço e o lugar. Na relação entre território e morador, o significado de território, frequentemente, se funde com o de lugar. Território é mais concreto, é uma forma física de demarcar os lugares. No entanto, um território se transforma em lugar íntimo à medida que nós o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Um lugar pode, de certa forma, garantir a nossa privacidade. Assim, o território pode ser entendido como um “lugar vivenciado”, que demarcamos como sendo só nosso, e que assim garante o momento de privacidade. Ele se torna um lugar porque para nós, e também para o nosso grupo, ele está repleto de significados.

Segundo MALARD (1992), a relação entre o interior e o exterior está ligada ao estabelecimento de fronteiras, que diferenciam e qualificam o espaço.

No conjunto “Leporace” observou-se que os moradores definem estar no interior como sendo o lá dentro, dentro de um lugar, que é o oposto de estar no exterior lá fora, fora do espaço. A diferenciação se dá pela escolha, definição, marcação e construção de lugares. Tal fato acontece quando esse morador constrói um muro ou demarca uma área. A qualificação se dá pelo envolvimento do lugar com as atividades diárias. Ao criar lugares, o morador está diferenciando e qualificando espaços para desenvolver suas atividades. Por isto, todos os ambientes da casa são submetidos a esse processo de demarcação de território interno/externo, que também significa distinguir o que é privado e o que é público (no sentido de privacidade), o que é sagrado e o que é profano. Neste processo, ele está criando raízes e estabelecendo conexões existenciais.

Para os moradores do conjunto existem limites que demarcam os territórios e são estabelecidos segundo determinadas regras culturais, por exemplo: o limite entre a frente e o fundo das suas casas, a divisão sexual dos espaços e a relação interior/exterior, que são os aspectos relacionados à oposição entre público e privado.

Os métodos que os moradores do conjunto “Leporace” usam para demarcar o seu espaço pessoal podem ser considerados como um comportamento territorial e é um mecanismo de regulação de fronteiras entre pessoas que convivem e dividem o pouco espaço que têm dentro do ambiente doméstico. Esse mecanismo garante os “lugares” que são vivenciados pelos moradores. Neste processo observou-se que eles utilizam dois fatores para personalizar o espaço: através de marcas ou limites físicos, que delimitam o espaço pessoal de cada um dos indivíduos que convivem no mesmo espaço, que é constante no mecanismo; e a defesa de um espaço comum a todos, a própria casa, onde os moradores demarcam o seu território através de grades, muros, portas etc. Pôde-se constatar que os moradores do conjunto “Leporeace” utilizam esses elementos

arquitetônicos porque, segundo eles, essas barreiras criam um isolamento e impedem a invasão da presença física de intrusos dentro dos limites do território da casa e dificultam a invasão visual.

*Olha, aqui em casa, eu já tinha avisado o meu marido que ele tinha que construir muros bem altos para garantir a nossa privacidade dos olhares dos vizinhos, porque muitas vezes, quando a casa não tinha muro, os vizinhos sempre ficavam reparando tudo que nós tínhamos dentro de casa. Sabe aquelas pessoas que passam e ficam só olhando, talvez pode ser sem querer, mas isso incomoda a gente. Eu gosto de ver a minha novela com a porta aberta, então, com a varanda e o muro, eu posso fazer isso tranquilamente que ninguém vai ficar observando. E também com a construção do muro e um portão aumentou a nossa segurança, porque sem o muro as pessoas iam entrando sem pedir licença. Agora com o muro não tem condição da pessoa entrar e já estar dentro da nossa casa. Então, além de ficar mais bonita a frente da casa, essa barreira deu um pouco mais de privacidade para gente (Lucia Helena, 2002).*

No conjunto “Leporace” as famílias procuram personalizar o seu território através de marcas ou limites físicos, como paredes divisórias, marcas no chão, soleiras, cortinas e outros, que delimitam o espaço pessoal de cada indivíduo que convive no mesmo espaço. Observou-se que para evitar determinados tipos de violação dos limites, quando os membros da família invadem o território do outro sem permissão, os moradores utilizam esses artifícios para protegerem o seu território. A falta de espaço no ambiente doméstico facilita a invasão do território.

Para resolver esses problemas eles usam alguns métodos de defesa, como a cortina, que cumpre o papel de obstáculo visual.

Dona Alice, uma moradora de 54 anos, sempre morou com seus seis filhos e o marido, e a única reforma que fez na sua casa foi o acréscimo de uma pequena cozinha e uma varanda. Seu depoimento é um exemplo de como esses moradores utilizam barreiras para definir e defender o território de outros membros da família. Por serem obrigados a se adaptar a situações indesejadas, procuram impor barreiras para vencerem o problema da falta de espaço e delimitarem o seu território a fim de garantir sua privacidade. Assim como dona Alice, a maioria dos moradores desse conjunto enfrenta problemas relacionados à exigüidade do espaço do quarto. O espaço muito pequeno dos quartos dificulta que os moradores desfrutem de momentos de privacidade dentro desse cômodo, levando-os, muitas vezes, a desenvolverem várias táticas para procurar solucionar o problema.

*Olha, aqui em casa sempre foi muito apertado, porque nós somos em oito pessoas. Eu só fiz uma pequena cozinha e uma varanda no fundo para eu lavar roupa. Mas os quartos são pequenos e os meus filhos sempre tiveram dificuldades*

*de dividir o espaço. Depois que um filho meu casou, veio morar aqui em casa, então eu tive que colocar o meu filho mais novo e o do meio para dormir no lugar aonde era a cozinha, porque, como eu fiz uma nova cozinha, ficou um espaço vazio, então nesse espaço eu coloquei um beliche e ali dormia meus dois filhos. Só que eu tive que colocar uma cortina neste espaço, porque, primeiro este espaço tem uma ligação direta com a sala, e em segundo lugar os dois exigiram que eu colocasse essa cortina porque eles achavam que perderiam um pouco a sua privacidade e ficariam com vergonha de dormir ali. E depois também eles falaram! Já que nós vamos dormir aqui; então esses territórios é só nosso, nem que for só à noite (Alice, 2002).*

A cortina também é uma barreira utilizada na maioria das casas desse conjunto, exercendo o papel de uma porta entre a sala e a cozinha, já que a sala é conjugada com a cozinha. Esse elemento visual desempenha um papel de barreira que sinaliza que a sala é um lugar formal e a cozinha é o lugar íntimo. Em algumas casas a cortina também é utilizada dentro do próprio quarto, a fim de garantir a privacidade dos irmãos que, muitas vezes, têm que dividir o mesmo espaço. Esta tática é para eles uma forma de delimitar uma área para defender o seu espaço pessoal, não só da violação física, como também de invasões visuais. Neste caso, os moradores que dividem espaços entre si procuravam se defender por meio de obstáculos visuais, como a própria cortina e alguns objetos como o biombo.

Para SOMMER (1997), a melhor maneira de conhecer as fronteiras invisíveis é continuar andando até que alguém reclame. O espaço pessoal refere-se a uma área com limites invisíveis que cercam o corpo da pessoa e na qual os estranhos não podem entrar. As pessoas gostam de ter proximidade suficiente para obter calor e camaradagem, mas distância suficiente para evitar que umas “espinhem” as outras. O espaço pessoal não tem necessariamente forma esférica, nem se estende igualmente por todas as direções. As pessoas são mais capazes de tolerar presença mais próxima de um estranho ao seu lado do que diretamente à sua frente. Já se pensou neste espaço como uma concha, uma bolha de sabão “um lugar para respirar”. Existem diferenças básicas entre as culturas quanto às distâncias que as pessoas conservam entre si. O fenômeno de territorialidade está ligado à demarcação de limites, que pode ser feita de forma concreta e simbólica.

Em várias ocasiões ficou claro que os moradores se protegiam, criando territórios. As fronteiras que demarcavam seus “lugares” eram representadas por marcos visíveis, mas a defesa do espaço pessoal, cujas fronteiras eram invisíveis, podia ser determinada através de gestos, postura e escolha de uma localização que revelasse um sentido claro de território. Em muitas situações, a defesa do espaço pessoal estava ligada à defesa da intimidade.

Durante o trabalho de campo, constatou-se que em algumas situações entre irmãos, ou entre mãe e filhos, os gestos eram utilizados para demarcar uma determinada área. Eles usavam esse artifício para demonstrar que não estavam satisfeitos com alguma coisa, ou quando a sua privacidade estava sendo invadida. Assim, eles indicavam através de alguma expressão facial que estavam abertos à companhia do outro ou que preferiam ficar sozinhos. Os moradores também deixavam bem claro que ter um lugar ou delimitar um território significa adquirir um certo isolamento, que lhes permitisse “ter a liberdade de esparramar e deixar seus pertences”. Para a maioria dos moradores, só através de barreiras é que poderiam distinguir o seu espaço pessoal e o do outro.

Além da territorialidade, SOMMER (1973) estabeleceu outro importante conceito, que é a situação de domínio, onde um indivíduo tende a ser o dominante a partir do momento que conquista o seu espaço, por possuir uma posição superior ao outro. Assim sendo, adquire força para garantir o direito de estabelecer limites para o seu território. Os dois processos limitam a agressão, pois um indivíduo deixa de ir para um local onde tenderá a participar de disputa, ou a participar de comportamento ritualizado de domínio e submissão, partir de seu conhecimento de quem está abaixo e de quem está acima dele, em vez de combate real. Podemos identificar essa situação no depoimento a seguir, no qual constata-se que existe um processo que estabelece o que pode e o que não pode, e quem domina e quem é dominado. Pôde-se perceber que algumas regras de convívio são estabelecidas.

*Eu ampliei a casa, construí esse pedaço aqui para mim, junto do terreno da minha mãe, porque não tinha como, tem que ter um pouco de liberdade. Igual, eu casei, tenho meu filho. Lá nos fundos têm a minha mãe, minha avó, e minha irmã. Também minha irmã é mãe solteira. Então a gente tinha que separar, porque este negócio de todo mundo junto dá confusão.*

*Você sabe que dá confusão morar tudo junto, então pelo menos separado por parede. Eu tenho a minhas coisas, eu faço a minha compra, eu pago a minha água, eu pago a minha luz, eu pago o meu telefone, eu mando aqui no meu território, e ela faz a mesma coisa lá, então é tudo dividido certinho, meio a meio.*

*Privacidade para mim é poder entrar à hora que quero, sair à hora que eu quero, fazer o que eu quero aqui dentro, porque é meu. Eu tendo a minha casa, eu faço o que eu quero, eu posso abrir a geladeira à hora que eu quero, assisto televisão à hora que eu quero. Eu tendo esse espaço separado e isso garante que eu posso usar as coisas do jeito que eu quero, sem ninguém me mandando.*

*Não é meu, é da minha mãe, mas esta parte aqui ela deixou eu morar, até eu conseguir alguma coisa minha. Então neste pedaço aqui quem manda somos nós. Então a gente faz o que quer aqui, então é privacidade.*

*Eu acho se morasse todo mundo junto na casa da minha mãe teria problema, porque na casa seria duas famílias. O gênio da minha irmã não combina com o gênio do meu marido de jeito nenhum. Então quem ia mandar? Nossa, ia ser um problema. Eu vi um anúncio na televisão na Record que o irmão deu uma facada no irmão, por causa de um pacote de bolacha.*

*Você tendo o seu espaço você tem uma coisa que é só sua. Cê sabe, que até hoje para comer da briga. Você põe um pudim ali na geladeira, vem o outro e come tudo.*

*Aqui às vezes, igual eu lavo roupa na máquina da minha mãe, ela tem máquina de lavar, então eu tenho que falar: ‘mãe, que dia que você vai lavar?’ Eu chego e pergunto. ‘Hoje eu não vou’, aí hoje eu vou lavar a minha. Então eu pergunto, mesmo porque é dela, eu fico com medo de usar. Aí o dia que ela não vai, eu vou. Eu sou meio sossegada, eu pergunto, não brigo por pouca coisa, eu espero. Igual ontem eu lavei, minha roupa estava no varal, aí ela foi lavar roupa hoje, então eu pequei a minha roupa que estava meio úmida e tirei do varal (Fabiana, 2002).*

Segundo Victor Hugo: “Todo homem é dono de propriedade, ninguém é um senhor”. A suposição implícita nesta afirmação é que quando todos possuem um território individual desaparecem as razões para que um homem domine outro; ao contrário do que ocorre com a maior parte das formas de organização social, que tendem a desaparecer ou a enfraquecer-se. Nas relações que os indivíduos estabelecem no espaço em que vivem, as relações de domínio são criadas e acentuadas nos espaços das casas, embora não existissem antes.

Constatou-se que em determinados momentos os moradores usam de forma coerente elementos e objetos para estabelecerem barreiras entre si, como áreas de camas, cadeiras, mesas, e até mesmo uma atitude que demonstra o domínio que determinados indivíduos exercem sobre o outro. Esses criam barreiras através dos objetos com o intuito de mostrar que a sua situação, como sujeito dominante, lhe permite defender o seu território. Então, essa foi a melhor forma que encontraram para manter a ordem e evitar a violação dentro do interior de suas casas.

*Olha, aqui em casa é assim, a minha filha mais velha trabalha fora, então ela compra muita coisa para ela, e não gosta que a irmã mexa. Ela tem ciúmes das coisas dela, porque ela fala que é muito difícil trabalhar e comprar, e então ela não empresta para a irmã, porque ela acha que a irmã não cuida muito, estraga tudo. Então, ela tranca sempre a porta do guarda-roupa, e como é um guarda-roupa para as duas, era um problema, porque quando a irmã chegava da aula e tinha que abrir o guarda-roupa para pegar uma roupa ele estava fechado, aí era aquela confusão. Então tivemos que comprar um guarda-roupa para cada uma, e o pior problema é que no quarto não tinha espaço para os dois guarda-roupas. E teve um tempo que a minha filha que trabalha fora levava até a chave do quarto. Agora nós aumentamos um quarto para os meus três filhos dormirem, mas assim mesmo ainda ficou pequeno, e eles sempre reclamavam que não tinha o seu próprio espaço. Então teve um tempo que um dos meus filhos separava a cama dele por uma cortina e o outro usava a cômoda para separar o espaço dele, porque ele gosta muito de ficar sozinho para ele ler, ele gosta às vezes de ficar sozinho e isolado. Mas aqui em casa sempre foi muito difícil ficar algum tempo sozinho. Então eu sempre escuto os meus filhos falarem, tanto as meninas como os meninos, eu faço tudo para defender o meu espaço, pois só assim eu acho que vou ter um pouco de sossego. Eles gostam de ficarem sempre juntos, mas a gente observa que sempre eles lutam para ter um momento de paz. Temos estes pequenos problemas, talvez porque a nossa casa, apesar de ter ampliado a cozinha e o banheiro e a varanda, ainda continua um pouco pequena, e a família é muito grande (Alice, 2002).*

Quando um sistema não pode funcionar, o outro entra em ação. Com pares incompatíveis quanto ao domínio, por exemplo dois indivíduos muito dominantes, não é possível encontrar uma ordem estável, de forma que a agressão é limitada por aceitação rigorosa de direitos territoriais.

No depoimento da dona Lúcia Helena pode-se perceber a relação de territorialidade. Através do relato da moradora observou-se que determinados vizinhos têm um comportamento incomum em relação ao do restante do grupo e, por isto, estão sempre perturbando. À medida que tais vizinhos não alteram o seu comportamento, eles se tornam indivíduos dominantes, pois não estão dispostos a mudar, e portanto defrontam-se com a grande maioria dos vizinhos, que também não aceitam suas atitudes. Neste caso, os dois são indivíduos dominantes e estão em seu território, e para resolver e estabelecer uma ordem estável é preciso definir algumas regras que podem determinar os direitos territoriais.

*No sorteio você não conhece as pessoas, você sorteia aleatoriamente e, às vezes, tem a sorte de ter vizinhos bons. Mas eu conheço amigos que são aqui do “Leporace” mesmo que têm vizinhos que são terríveis, porque além de terem uma higiene zero, têm uma intimidade devastadora. Porque eles não têm um pingão de responsabilidade e nem carinho um pelo outro. Até porque o seu limite termina onde começa o do outro.*

*Porque, por exemplo, nós falamos na intimidade de um lar. E essa intimidade também é isso, você poder saber que no final de semana você vai ter a tranquilidade que você espera ter em sua casa. Porque você trabalha a semana inteira, chega no final de semana em casa você quer descansar. Aí quando chega no final de semana, que tem a possibilidade de estar descansando, os vizinhos que não trabalham a semana inteira resolvem fazer bagunça, aí ele fica a noite inteira de novo sem descansar, e na segunda-feira volta para a mesma rotina de sempre, sem ter descansado.*

*Porque tem casa aqui no “Leporace” que já foi vendida mais de dez vezes por causa de alguns vizinhos. Eu acho que um tem que respeitar o outro. Eu não concordo com essa conversa que eu estou no meu território e então eu faço o que eu quero. Nós temos que ter determinados limites e determinadas regras para respeitar o meu vizinho que está ao lado. Um não pode querer impor mais do que o outro, se não nós não conseguimos viver bem e em comunidade. Por isso eu acho que deveriam existir determinadas regras para serem cumpridas, principalmente no sorteio.*

*É igual na minha casa existem determinados lugares que é o território do outro e eu não posso invadir, eu tenho que ter o mínimo de respeito. É aqui cada um delimita o seu território de um jeito. Mas de qualquer forma eu tenho que respeitar (Lúcia Helena, 2002).*

Nas sociedades complexas, a elite social possui mais espaço, sob a forma de terrenos maiores, mais cômodos por casa, casas de férias. Além disto, as pessoas pertencentes a esse grupo social têm maior mobilidade espacial e mais oportunidades de fugir quando as relações se tornam tensas, quando se sentem mal ou aborrecidas. No caso dos moradores do bairro “Leporace”, a falta de espaço muitas vezes restringe a

possibilidade de fugir quando estão aborrecidos, ou coisa parecida. A falta de espaço dificulta, por exemplo, um número maior de cômodos na casa, o que pode limitar a privacidade. Nas casas construídas no conjunto, os moradores não têm garantido determinados lugares fundamentais à sua intimidade – que em certas horas é essencial. A existência desses lugares ajuda, em alguns momentos, a melhoria das relações pessoais entre os indivíduos que estão constantemente juntos.

Finalizando, pode-se dizer a relação do morador com a sua casa é influenciada, pela sua maneira de perceber o mundo. As adaptações ambientais são demasiadamente complexas e determinadas por muitos fatores, de forma que não podem ser reduzidas a instintos. Qualquer edifício precisa atender às diferentes necessidades dos moradores, e tais interesses estão freqüentemente em conflito. A necessidade que os moradores desse bairro têm para cozinhar entra em competição com o espaço para a televisão e para área de brinquedo. Segundo SOMMER (1973), as pessoas gostam de espaços que possam considerar como seu e alterar. Rejeitam alguns ambientes estranhos, construídos de acordo com distribuições minuciosas de metros quadrados para um modelo padronizado.

### **3.2. Privacidade ou intimidade**

O espaço arquitetônico é criado através de um processo de diferenciação e qualificação dos lugares (NOBERG-SCHULZ, 1971). O estabelecimento da dialética interior/exterior, que é uma dimensão fenomenológica do habitar (Korosec-Serfaty, 1985), é uma ação para dividir o mundo percebido em domínios sagrados e profanos, seguros e inseguros (ELIADE, 1961: p. 48). O domínio sagrado é o interior, o “lá dentro”, o lugar conhecido, protegido e cuidado, mesmo que fique a céu aberto, como os jardins. O domínio profano é o exterior, o “lá de fora”, desprotegido, devassado e exposto aos perigos do mundo, ao desconhecido. O conjunto de qualidades que fazem de um lugar um domínio sagrado constitui a ambiência desse domínio. Pode-se dizer, então, que a ambiência é revelada no processo de apropriação do espaço.

Assim, segundo Malard, pode-se dizer que a dimensão fenomenológica de estabelecimento de interior/exterior compreende o fenômeno de territorialidade, relacionando-se também mais diretamente com o de privacidade. O estabelecimento de interior e exterior remete à questão de estar oculto ou visível. O fato de a casa estar aberta ao exterior e fechada no interior faz com que ele possa mostrar ou esconder. Visibilidade está ligada ao controle da exposição do usuário.

As pessoas (e suas coisas) necessitam ser vistas ou ser ocultadas durante determinadas atividades. Os fenômenos relativos a esta dimensão são a privacidade (aquilo que deve ser ocultado) e a identidade (aquilo que deve ser mostrado).

Todas essas mudanças não poderiam ser avaliadas e consideradas antes que a consciência humana entendesse a casa como o centro da vida familiar precisava-se da sensação de privacidade e de intimidade.

A casa não só estava ficando mais íntima, como também estava adquirindo uma atmosfera especial. A domesticidade está relacionada à vida familiar, à intimidade, à devoção ao lar, assim como a uma sensação de casa como incorporadora – e não somente abrigo – dos sentimentos.

A privacidade e a intimidade, as duas descobertas da era burguesa, surgiram naturalmente nos Países Baixos burgueses. Até o século XVIII, elas já haviam se espalhado pelo resto da Europa setentrional – Inglaterra, França e os estados alemães. A casa e os seus moradores haviam mudado, física e emocionalmente. Ela deixou de ser um local de trabalho, diminuiu em tamanho, e o que é mais importante, tornou-se menos pública. Como havia menos pessoas morando nela, não só o seu tamanho, mas também a sua atmosfera interna foi afetada. A casa era agora um lugar para o comportamento pessoal e íntimo. Essa intimidade foi reforçada por uma mudança de atitude perante às crianças, cuja permanência em casa por mais tempo alterou o caráter medieval, público, da “casa grande” A casa deixou de ser meramente um abrigo contra os elementos da natureza, uma proteção contra o invasor, e tornou-se o ambiente para a unidade social nova e compacta: a família. Junto com a família veio o isolamento, mas também a vida familiar.

Devemos pensar em algumas formas de organização dos espaços, desconsiderando a disposição de alguns cômodos que não atendem às nossas necessidades, e nos espelhamos em interiores vividos em épocas passadas, como alguns ambientes burgueses dos holandeses, onde a distribuição dos cômodos acontecia em função das necessidades dos indivíduos, para garantir o desempenho das atividades diárias das famílias, já que a vida familiar havia se tornado mais íntima e começava a se desenvolver uma devoção maior ao lar. Esses interiores podem nos ensinar muito como morar em espaços pequenos. Ele dá a idéia de como criar uma atmosfera de domesticidade aconchegante em espaços pequenos e com o uso de materiais simples, janelas no tamanho certo e no lugar certo. A maneira como as casas holandesas se abriam para a rua, a cuidadosa variedade de tipos de janelas, a gradação planejada dos

cômodos, cada vez mais privados, são recursos arquitetônicos que ainda são aplicáveis. Além disto, esses interiores ofereciam uma disposição dos cômodos que proporcionava mais privacidade e intimidade do que o assim chamado plano aberto, onde o espaço pode “fluir” de um cômodo ao outro. Esta disposição nos oferece interiores muito interessantes visualmente, mas a um preço a ser pago por essa emoção. O espaço flui, mas o que se vê é que as casas não oferecem nenhuma intimidade pessoal para os seus habitantes.

As análises desenvolvidas por RYBCZYNSKI (1996), referentes às formas de organização dos espaços da sala conjugada com a cozinha, podem ser trazidas para a avaliação desses espaços no conjunto “Leporace”. Trazendo essas discussões para a pesquisa desenvolvida no conjunto, observou-se durante o trabalho de campo que os moradores se mostravam insatisfeitos com a disposição dos cômodos. Quando RUYBCZYNSKI (1996) discute a questão do assim chamado “plano aberto”, que inclusive foi uma invenção dos modernos trazida pela cultura norte-americana e mostrada através de revistas nacionais, mas que tem pouco a ver com as nossas tradições, ele está mostrando que esse tipo de organização do espaço não oferece muita privacidade e intimidade.

Percebeu-se que esse tipo de distribuição, a do “Plano Aberto”, nos espaços das casas desse conjunto não agradou aos moradores, pois todos reclamaram que a cozinha jamais poderia ser conjugada com a sala. Todos os participantes confessaram ser difícil para as famílias morar em tais interiores abertos, principalmente se estiverem usando a grande variedade de equipamentos de entretenimento doméstico, como televisão, equipamento de som, e assim por diante. Além do mais, a sala é o local onde os moradores recebem as pessoas. Em quase todas as casas a sala representa a frente da casa, que é um espaço reservado para a transição formal do domínio público ao privado.

Muitos moradores também reclamaram que a cozinha é um local de serviço. E ter este espaço aberto, restringe a liberdade para desenvolver as atividades nesse local. Além do mais, a sala é tida como o local formal para receber as pessoas, e não pode estar cheirando a gordura, devendo estar sempre muito bem arrumada.

*Eu acho que eu não teria tanta privacidade se a cozinha continuasse onde era. Porque essa casa do “Leporace” ela não é fechada aqui, sala e cozinha é tudo junto. Você chegava na casa, entrava na sala e já estava na cozinha. E no caso assim, você cozinhava dentro da sala, é aquele transtorno todo. Além do mais, a sala está sempre cheirando a gordura. No caso, a cozinha aqui onde era a cozinha ficava uma bagunça, você está cozinhando passa um para vim aqui fora e não é fácil.*

*A vida da gente já é rotineira, é aquela vida: levantar da cama, fazer café, tomar café, lavar a louça, arrumar para fazer almoço, por menino para ir para a escola; então se você não tem nem um certo espaço para fazer tudo isso é uma correria.*

*E tem outra coisa, a sala é um lugar da casa que deveria ficar mais arrumado para receber as pessoas. Já é difícil deixar a sala arrumada, porque os meninos assistem à televisão na sala, e não se tem muita privacidade para receber as pessoas aqui, porque os quartos estão todos voltados para a sala.*

*Então você imagina se a cozinha ainda continuasse aqui! Aí realmente não tinha condição. Aí sim que não teria nenhuma privacidade mesmo. Essa coisa de ter sala e cozinha tudo aberto, conjugado para esse tipo de casa não dá certo. Esse tipo de casa atende uma pessoa solteira, que mora sozinha, e quase não pára em casa e tem tudo organizado. E a casa está sempre arrumada. Que não é o meu caso, porque eu tenho dois filhos, e às vezes chega as pessoas na minha casa e a sala está toda desorganizada. Nós temos que separar as coisas; quarto é quarto e sala é sala (Fátima, 2002).*

O depoimento da moradora Cláudia remete à questão do assim chamado “Plano Aberto”. A moradora relata que gostaria de ter mais cômodos pequenos, e alguns não precisam ser tão grandes.

*A casa não precisava ter este espaço aberto da sala para a cozinha, ela poderia ter cômodos menores que daria. Mesmo porque no caso assim, a casa não precisa ter cômodos grandes, tudo grande, o principal da casa é ter tudo e ser bem dividido para garantir a nossa privacidade e intimidade, pode ter um espaço pequeno mas cabendo tudo, não é tanto este problema de ser pequeno ou grande, porque tem muita gente que pensa que casa tem que ser grande, ter um quarto grande, não eu acho que o principal numa casa é a sala e cozinha grande, agora os quartos dando para caber as camas e o guarda-roupa eu acho que é o suficiente. E é como eu já falei, a casa tem que ser bem dividida para você ter quartos separados da sala e da cozinha, para você ter um pouco mais ter privacidade (Cláudia, 2002).*

Para os arquitetos modernistas, os padrões deveriam ser impostos, pois eles não se preocupavam com a concepção popular (cultura), já que as características e os princípios da arquitetura moderna estavam sendo considerados universais, podendo ser uniformizados. Conseqüentemente, suas casas eram protótipos, e não pessoais. Os autores modernos visualizavam a casa como um objeto produzido em massa, em relação à qual o indivíduo deveria se adaptar. A idéia de padronização, por mais útil que fosse, não se adapta bem às complicadas e variadas atividades que ocorrem nas casas.

Para esses arquitetos, o que importava era a aparência, e não o sentido de intimidade e domesticidade. Não se considerava, por exemplo, que as pessoas poderiam ter vontade de decorar as suas casas, sendo assim, essa visão moderna se distancia de questões importantes como valores, costumes, hábitos, crenças, que são determinados culturalmente e devem ser considerados no planejamento dos interiores domésticos.

A casa moderna deveria mostrar que se pode lidar efetivamente com a conveniência e a eficiência, sem criar uma atmosfera fria e maquinal. Certamente,

RYBCZYNSKI (1996), volta ao passado a fim de entender como algumas culturas determinavam o seu conceito de privacidade e intimidade. Essa volta ao passado pode demonstrar como a modernidade deixou para traz esses conceitos. Segundo o autor, a casa moderna, desde a década de 30, não atende às necessidades fundamentais que estão profundamente enraizadas em nós e que precisam ser satisfeitas. Na sua análise, o interior doméstico deve revelar uma sensação caseira e de intimidade.

A análise comparativa de casas de épocas passadas às casas do conjunto nos traz a compreensão de que, apesar de sua construção ter sido iniciada na década de 70, as casas foram projetadas segundo alguns conceitos modernos. À medida que os moradores desse conjunto ocupavam suas casas, eles se mostraram insatisfeitos com o modo como os espaços foram organizados e distribuídos, sem considerar seus costumes, hábitos e valores. Observou-se também que essa insatisfação existia porque, segundo eles, os responsáveis pela elaboração do projeto não consideraram que eles teriam vontade de decorar suas casas.

Para RYBCZYNSKI (1996), a nostalgia pelo passado é geralmente um sinal de insatisfação com o presente. Ele chamou o interior moderno de

*uma ruptura na evolução do conforto doméstico. Ele representa não tanto uma tentativa de introduzir um novo estilo – esta é a sua menor parte, mas de mudar hábitos sociais e até de alterar o significado cultural subjacente ao conforto doméstico. A sua recusa às tradições burguesas o fez questionar, e rejeitar, não só o luxo, mas o bem-estar, não só a desordem, mas a intimidade. A sua ênfase em espaço o fez ignorar a privacidade, assim como o seu interesse por materiais e objetos com a aparência industrial o desviou da domesticidade.*

Para o autor a mudança de sentido da casa está se voltando mais para o sentido de família, e de intimidade; traz a consciência de que ser humano também estava mudando, com a intimidade cada vez mais ligada à descoberta do isolamento, à busca do próprio “eu”.

A austeridade, tanto visual quanto tátil, substituiu o encanto. O que começou como um empenho de racionalização e simplificação acabou se tornando uma cruzada teimosa; não, como se afirma freqüentemente, uma reação a um mundo em mutação, mas uma tentativa de mudar o nosso *modo de vida*. É uma ruptura não porque elimina os estilos da época, não porque elimina a ornamentação e não porque enfatiza a tecnologia, mas porque ataca o próprio conceito de conforto. É por isto que as pessoas olham para o passado. As pessoas se voltam para o passado porque estão procurando algo que não encontram no presente: conforto, privacidade e intimidade.

Para YI-FU-TUAN (1983), as pessoas olham para o passado por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentimento de “eu” e da identidade. Segundo ele, nós somos mais do que aquilo definido pelo presente fugaz. Eu sou mais do que alguém que neste mundo luta para expressar o pensamento em palavras. As constantes referências a uma certa época do passado são exortações para restabelecer a harmonia no presente, segundo um modelo idealizado. Demanda uma volta à ordem social anterior e aos ritos que a apóiam. Seu tom não é sentimental ou saudosista.

Para fortalecer o nosso sentido do “eu”, o passado precisa ser resgatado e tornado acessível. Os objetos podem retratar ou reconstituir a nossa história passada. Os haveres pessoais, que são objetos aos quais estamos emocionalmente ligados, definem o nosso sentido de personalidade (YI-FU-TUAN, 1983).

As idéias de RYBCZYNSKI (1996) vêm ao encontro do pensamento de YI-FU-TUAN (1983), que descreve as experiências íntimas como sendo sensações e emoções que estão enterradas no mais profundo do nosso “eu”.

Observou-se que os moradores do conjunto “Leporace”, de certa forma, buscavam transformar os espaços internos de suas casas através de um comportamento de introspecção e por meio das sensações e emoções. O surgimento da vida interior desses moradores faz com que a casa se transforme, pois a partir daí ela começa a representar um conjunto de emoções sentidas, representadas pelos costumes, pelos hábitos e pelas crenças desses moradores.

A partir do momento que descobriam determinadas sensações e emoções em relação ao espaço de sua casa, os moradores do conjunto “Loeporace” deixavam transparecer que estavam adquirindo um sentimento do seu próprio “eu”. Em alguns depoimentos percebeu-se que à medida que os moradores adquiriam consciência do seu mundo interior eles organizavam os ambientes de suas casas de acordo com as suas necessidades, sendo assim, conseguiam definir espaços que poderiam proporcionar alguns momentos íntimos.

A moradora Simone retrata a afirmação desses dois autores, quando ela revela que, de certa forma, está consciente de seus desejos e suas vontades. Afirma que é dentro de sua casa que consegue se sentir bem, apesar dos problemas. E é em casa que tem um espaço onde desfruta de pouco mais de privacidade.

*Eu acho que não tem como não ter este sentimento de que a casa representa tudo o que nós somos, afinal esta é a minha casa. De certa forma eu consigo descansar do cansaço do meu dia-a-dia. Tem os seus problemas dentro de casa, mas, de certa forma, eu consigo estas sensações de intimidade e privacidade, porque a casa significa para mim todas as sensações que eu já vivi aqui.*

*Tem uns problemas aqui, outros ali, mas a casa da gente é a casa da gente, seja do jeito que for. Por exemplo, eu gosto de comer em casa, posso sair comer fora, mas eu tenho prazer de comer a comida da minha casa; eu gosto do arroz e do feijão feito na minha casa. Na verdade eu sou muito caseira e muito apegada com as minhas coisas, então isso eu acho que ajuda a superar esses problemas de ter que dividir o espaço com esse tanto de gente dentro de casa. A gente vive aqui e tem lembranças boas e ruins, e isso traz coisas boas e coisas ruim. Eu penso assim, a partir do momento que eu sei do como eu gosto de arrumar a minha casa, do que eu sinto por esse espaço que eu vivo, eu acho que a minha casa me traz uma sensação de intimidade e aconchego. Para mim aconchego e intimidade é a mesma coisa. Apesar de pouco espaço, a gente às vezes consegue arrumar a casa de uma forma que pode proporcionar alguns espaços para ficar e ter um pouco de intimidade com o espaço da minha própria casa. Talvez eu não tenho tanto espaço para ter privacidade, mas a partir do momento que a minha casa me traz algumas sensações, ela se torna um espaço íntimo para mim. (Simone, 2002).*

O depoimento da Maria Darck retrata as experiências íntimas como sendo sensações e emoções que estão enterradas no mais profundo do nosso “eu”. O comportamento de busca de um mundo interno e individual dessa moradora faz com que sua casa se transforme, pois é através de suas experiências íntimas com o espaço que a casa se torna, para ela, um espaço íntimo. Essa moradora sempre demonstrou que a partir do momento em que adquire mais consciência do seu próprio “eu” ela vai transformando os espaços de sua casa, para que esta adquira características que possam retratar o seu próprio estilo de vida. Para ela, sua casa é um sinal de segurança, pois lhe proporciona uma sensação de intimidade, de algo que é acolhedor. Ela tem essa sensação acolhedora porque a moradora deixou impresso no espaço todas as marcas que representam o seu próprio “eu”.

*A minha casa, eu acho, que tem o meu estilo. Depois que eu comecei a reformar a minha casa eu coloco tudo do meu jeito, para a casa ficar bem parecida comigo. A minha casa tem o meu gosto e o meu estilo. Cada cômodo eu procurei fazer tudo do meu gosto; conforme eu fui comprando, fui escolhendo de acordo com o que eu gosto e para ficar bem parecida comigo. Para todo mundo chegar e perceber que a minha casa é a minha cara.*

*As plantas na minha casa são sempre bem podadas; o meu marido adora plantas, ele poda, ele mexe com as plantas como se fossem filhos. (...) chega no final de semana ele tira o cansaço da loja e vai cuidar da casa, das plantas; ele tem o espaço dele, aquele espaço onde fica as plantas parece que tem a marca dele. É muito bom gostar da casa da gente, igual eu te falei, a casa antes de reformar eu não gostava muito dela. A casa estava muito feia, ela estava terrível, estava muito judiada. Nossa! A minha casa melhorou muito. Eu acho que a mulher que morava aqui não cuidou, então eu acho que quando a mulher que saiu daqui deixou até o rastro dela, as marcas dela. Mas depois eu coloquei a casa do meu modo. A mulher que morava aqui era muito relaxada, muito atrapalhada, acho que ela não limpava a casa direito, então é a pessoa que faz o ambiente, que faz a sua casa, não é a casa, não é o móvel, é você que está lá dentro; é quem está lá dentro que faz uma casa; é você que sabe se ela é boa ou se ela é ruim.*

*As lembranças que vão ficar numa casa. A minha casa é tipo uma filha minha, a casa é uma alegria. Quando eu olho para ela e lembro que o meu filho nasceu nessa casa eu penso, meu filho nasceu nessa casa! Minha casa é maravilhosa para mim (Maria Darck, 2002).*

Alguns autores da psicologia social comunitária relacionam o nascimento do sentimento de intimidade na família moderna com uma transformação social (de cima para baixo) na organização do espaço habitado. Entretanto, fica-se sem saber o que engendrou o quê – a necessidade da intimidade teria sido a causa da transformação espacial, ou, ao contrário, esta teria gerado aquela? Ao evocar a evolução dos costumes, dos modelos culturais da família burguesa como fatores explicativos dessa transformação, TUAN (1983) adverte que ao criticar a exigência da relação de intimidade ao sentimento de família ele está demonstrando que o fato de os “pobres” não poderem ter recantos íntimos em suas casas não significa ausência de sentimento de família, ao contrário, as aberturas das casas ou do quarto, o leito comum e a hospitalidade podem ser vistos como favorecendo a coesão familiar e comunitária.

Observou-se que a forma como essas famílias lidam com a falta de espaço em suas casas pode retratar a capacidade que os moradores desse conjunto possuem para se adaptar à realidade. Em determinados momentos deixavam transparecer que em certas condições podiam extrair vantagens da falta de espaços em suas moradias, especialmente um tipo de calor humano, indiscriminado e gregário. Apesar de muitas vezes deixarem transparecer que o espaço de sua casa é congestionado e que é difícil ficar sozinho, pensar sozinho ou ler tranquilamente, eles relataram que têm conseguido estabelecer e compartilhar um certo calor humano. Numa casa pequena onde vive uma família grande, não são somente as coisas que são compartilhadas, as pessoas também são.

A forma de dona Alice pensar pode retratar a realidade do dia-a-dia das pessoas desse bairro e como eles se comportam diante de determinadas situações, como a falta de espaço. O seu comportamento pode retratar a capacidade que esses moradores tiveram para se adaptar à falta de recantos íntimos em suas casas e que a falta de privacidade não significa que a casa não representa para eles um espaço íntimo. A casa, para essas famílias, representa intimidade, pois eles depositam ali todos os seus sentimentos e suas emoções. Sendo assim, para eles, a falta de espaço não representa a ausência de sentimento de família.

*Os meus meninos não eram assim muito briguentos por causa de dividir o espaço não, graças a Deus não. Eu tinha beliche e dava tudo certo, são três quartos que eu tinha na casa, só que agora, eu só uso dois, porque a minha nora e o meu filho moram aqui comigo. Eu sei que nesta casa eu criei todos os meus filhos. Com a reforma eu acho que melhorou um pouco. Mas você vê que vai precisar de outro banheiro; e se desse outra reforma seria melhor ainda. Porque tem vinte anos que fez essa reforma, mas apesar de ter criado todo mundo aqui e não faltou um teto para os meus filhos, eu gostaria de reformar mais, porque eu tenho espaço para aumentar lá no fundo. Eu não estou reclamando não, porque se não fosse essa casa a nossa vida poderia ter sido mais difícil ainda.*

*É um caso interessante, porque mesmo que a casa fosse pequena e a gente tivesse poucos filhos ou muito filho, eu acho que não é um problema porque a gente sempre dá um jeito de acomodar todo mundo. É muito gostoso você ter a casa cheia. Eu acho que é o convívio é muito diferente, o filho da gente é tudo, e a gente sabendo que tem muita gente tem que acostumar, e por isso acaba acomodando e aceitando a dividir o espaço com o irmão. Porque é muita gente e não tem outro jeito; a casa está sempre cheia, é muito bom ter a casa cheia. Eu sempre gostei deste convívio, e a gente acaba acostumando e convivendo muito bem. Sabe, dar um lar para os filhos é muito importante. Eles precisam saber que tem um lugar onde podem voltar para encontra ajuda (Alice, 2002).*

As famílias desse conjunto definem a casa como um lugar de refúgio íntimo e como aquela que os transmite uma sensação de individualidade e uma atmosfera de domesticidade aconchegante. É no interior de suas casas que esses moradores confessaram ficar mais à vontade, onde o comportamento pode ser menos formal e as convenções sociais podem ser deixadas de lado, ou, pelo menos, afrouxadas.

*A casa da gente é o lugar que a gente se sente à vontade, e por isso, dentro de casa a gente sempre fica mais à vontade, e se tem alguém sempre te observado você perde a sua liberdade e privacidade. A casa da gente é o lugar que é mais pessoal, e se alguém está de observando você já se sente incomodado (José Carlos, 2002).*

Entretanto, YI-FU-TUAN (1983) observou que as atividades conflitantes geram uma sensação de apinhamento. Em um pequeno apartamento urbano, uma atarefada mãe tenta cozinhar, alimentar o bebê, ralhar com a criança que está aprendendo a andar e atender a campainha, tudo ao mesmo tempo. Se esta família se mudasse para uma residência adequada, talvez a tensão diminuiria, e aumentaria a sensação do ter mais espaço e conforto.

Em muitos momentos, pôde-se perceber que o fato de as famílias maiores morarem nas casas desse conjunto tinha um custo: elas sofriam as conseqüências de estarem dividindo este pouco espaço, o que, conseqüentemente, gerava conflitos durante o desenvolvimento de suas atividades. Elas, em determinados momentos, eram obrigadas a se adaptar a esta sensação de apinhamento. Para essas famílias, o custo consistia na dificuldade de desenvolver uma visão profunda de respeito pelo espaço e

pela personalidade do outro. Para TUAN (1983), a privacidade e a solidão são necessárias para uma reflexão perseverante e uma introspecção rigorosa, através da compreensão do próprio “eu”, para que se atinja a plena apreciação de outras pessoas.<sup>30</sup> Um homem não é só nosso pai, mas também um indivíduo com o qual poderia ser possível uma troca prolongada.

A privacidade espacial pode, muitas vezes, não garantir a solidão, mas é uma condição necessária. Observou-se que o fato de essas famílias viverem constantemente em um grupo grande e fechado restringia o aumento da consideração pelos outros, e que isto acontecia em duas direções opostas: em um extremo havia uma intimidade entre os próprios indivíduos, que transcendia a camaradagem e os laços familiares; e no outro, uma preocupação generalizada pelo bem-estar da humanidade, do mundo. Muitos desses moradores diziam, constantemente: *“as pessoas da minha família, muitas vezes, podem afetar o meu mundo mais íntimo, elas, mais do que as coisas, podem restringir a minha liberdade e me privar de espaço”*. A solidão é, pois, condição necessária para tentar adquirir uma consciência mais profunda do nosso mundo interior.

Para SOMMER (1973), os maiores problemas de superpopulação não se referem somente à limitação do espaço ou aos movimentos restritos, em sentido abstrato, mas ao que isso significa quanto a relações interpessoais, num sentido abstrato.

Pôde-se perceber que as casas desse conjunto habitacional possuem um número grande de pessoas dividindo o mesmo espaço, mas poucas pessoas sabem o que isso realmente significa. O fato de muitas pessoas dividirem o mesmo espaço significa não haver um momento de intimidade entre marido e mulher para construírem uma vida emocional conjunta, nunca ter uma noite que não seja interrompida por choro, por crianças resmungando em um berço próximo da cama, na cozinha, na sala, nunca a mais de um metro e meio (...). É não haver um lugar para onde a pessoa possa ir, a fim de descansar e ter certo relaxamento. Significa ter televisão na sala, porém não poder vê-la, pois às vezes tem alguém dormindo na sala ou crianças que precisam ir dormir. É não ter um lugar para beber um copo de cerveja – a não ser no bar da rua. É não ter lugar para cozinhar, pois a cozinha é muito pequena. Significa mandar as crianças para a rua, fazer qualquer coisa para ter um minuto de paz, mas não ter recurso para consegui-lo.

No depoimento da dona Elizete, pôde-se observar que um número grande de pessoas dentro do espaço interno da casa gera conflitos e restringe a liberdade e a

---

<sup>30</sup> Irwin Altman. “Privacy: a conceptual analysis “. *Environment and Behavior*, v.8, número 1, 1976, p.7-29.

privacidade dos moradores. O exemplo dessa moradora mostra como um número de pessoas dividindo o mesmo espaço, o apinhamento, pode afetar o nosso mundo mais íntimo, porque, segundo ela, os membros de sua família sempre se viam privados de momentos íntimos, pois na sua casa não tinha espaço suficiente para abrigar toda a família. As melhores descrições de superpopulação podem ser observadas através das relações interpessoais. A falta de espaço limita até a oportunidade de um indivíduo estabelecer limites e fronteiras para defender o seu espaço pessoal. É claro que, muitas vezes, esses limites podem ser estabelecidos através de um olhar, mas nem sempre isso é possível.

*A gente vai limpa, lava tudo, sabe depois a gente fica disposta dia inteiro. Depois lá pelas oito horas, que eu vou pegar no meu serviço, que é costurar sapato. Eu trabalho em casa, e eu acho que ficou melhor. Cê sabe, quando a casa era pequena não tinha espaço nem para mexer na casa. Você não tinha como, era muito pequena mesmo, você precisa vê menina, aquele monte de gente para lá e para cá. Cê sabe era uma coisa de louco.*

*O meu menino trabalhava na fábrica de calçado e a minha filha trabalha no escritório e a pequena ficava na creche, e era aquela tarefa louca para mim, e eu saía para trabalhar também. Sabe, era difícil demais, meu marido trabalhava de noite e era aquela coisa. Melhorou em tudo depois que reformou a casa, agora ele nem trabalha mais de noite e eu posso fazer barulho, eu posso fazer o que eu quiser, e então em função dos hábitos da minha rotina eu tenho mais espaço para desenvolver minhas tarefas.*

*Mas com a reforma ficou bem melhor, porque no caso que eu trabalhava fora, chegava em casa, um filho vinha da creche o outro vinha do trabalho tinha que tomar banho para ir para a escola, então ocasionava aquela congestão. E eles brigavam e a casa era praticamente dois cômodos, e assim era mais difícil um respeitar o espaço do outro, dentro de casa. Porque não tinha nem espaço, então um acabava atrapalhando o outro. E um banheiro só eu acho pouco, agora a casa sendo mais espaçosa, não fica aquele tumulto. Aquelas coisas de um tromba no outro porque as casas do “Leporace” são bem pequenas mesmo, sem espaço (Elizete, 2002).*

Dona Teresa também enfrenta problemas relacionados à questão de superpopulação no espaço interno de sua casa, porque ela foi pouco modificada e a família aumentou muito. Segundo ela, na sua casa não existe aquele lugar onde a pessoa possa ir, a fim de descansar e ter certo relaxamento. Devido a problemas familiares, ela não consegue nem mesmo ter um pouco de privacidade para assistir à televisão. O fato de as filhas casadas estarem vivendo com essa moradora demonstra que essa questão da superpopulação interfere, e muito, no cotidiano dessa família. Observou-se que dona Tereza tem um sentimento ambivalente em relação aos netos que moram com ela: ao mesmo tempo que declara estarem eles, acima de tudo, por serem eles as pessoas de quem mais gosta, ela revela que o fato de dividirem o mesmo quarto interfere bastante em sua privacidade. O exemplo dessa moradora mostra como um grande número de

peças dividindo o mesmo espaço pode afetar o nosso mundo mais íntimo. Segundo ela, o relacionamento entre os membros de sua família, mais do que as coisas podem restringir a sua liberdade e privá-la de espaço

*A hora que eu estiver sozinha vou ter mais privacidade, mas por enquanto me falta um pouco de privacidade, porque os netos estão todos aqui, eu tenho três netos e duas meninas morando aqui, só uma que mora lá no fundo. E minha menina vai vê se compra um apartamentinho para ela, e a outra vai morar lá no fundo. Porque a outra que mora no fundo está construindo no Paineira. Mas se eu arrumasse a minha casa, aumentasse, talvez metade dos meus problemas fossem resolvidos. Isso tudo está me deixando estressada.*

*Mas você sabe que eu teria vontade de ter, sim, um espaço na casa que eu fosse ficar sozinha e na hora da raiva eu ir para lá e ficar sozinha. Mas aqui é muita gente, e não dá para ter esse canto. Cê sabe, mesmo que você tenta. Mas a gente que está tendo tanto problema com filho na família. Então tem dia que eu comento com as minhas meninas que me dá vontade de juntar as minhas roupas pôr numa sacola e sumi.*

*Então chega final de semana você não tem sossego para ir para o banheiro, não tem sossego para tomar um banho, porque fica tudo aqui amontoadado na sala, um deita aqui o outro deita ali, no sofá, e fica aqui esses dois homens que eu não conheço direito. Eu não suporto isso, eu gosto de me sentir à vontade na minha casa, e ter a minha privacidade, mas com esse tanto de gente não dá.*

*Tem uma coisa que eu quero, é me sentir bem. Mas eu quero sentir bem sozinha, não quero me sentir bem com gente me atormentando: porque é um estranho, aí junta um de lá e outro de cá, aí menina (...), ó eu já falei pra minhas meninas, isso está acabando com a minha vida.*

*Eu falo para minhas meninas, se todo mundo trabalhasse, e me ajudasse. Aqui cada uma tem um homem, mas não põem nada dentro de casa. Menina, fica só por minha conta. E isso não pode continuar, e na hora de dá para eles, elas sabem. Porque eles não podem ajudar, vá toma banho.*

*A minha filha lá no fundo tem um genro que eu adoro. Eu falo para eles, eu não estou agüentando mais. Mas eu já cansei de falar, eles não desconfiam não. Mas eles acham assim, tem a hora que eles querem elas. Mas eles têm tudo o que eles querem com elas, mas eles não fazem nada para elas.*

*Eu acho, Débora, que pouco espaço atrapalha, porque fazendo uma comparação, eu tenho assim, você pode ver, que o meu quarto não tem espaço, é muito pequeno. Se eu pudesse aumentava o meu quarto, fazia maior, porque é mais espaço. Porque agora, que nem eu tô te falando, a família crescendo já vem os netos (...), eu queria que cada um tivesse um quarto, cada um tivesse sua vida tranqüila (Tereza, 2002).*

O depoimento da dona Lúcia Helena demonstra o que ela pensa a respeito de casas com um número muito grande de pessoas, e, principalmente, demonstra que ter privacidade não significa “viver todo mundo amontoadado”. Para ela, o fato de existir um número muito grande de pessoas dentro de uma mesma casa pode afetar o seu mundo mais íntimo. Para a moradora, ter pouco espaço é um grande problema, que pode até ser contornado, mas muita gente convivendo num mesmo espaço pode atrapalhar as relações interpessoais. O depoimento dessa moradora nos ajuda a entender porque essas famílias, muitas vezes, não conseguem conviver com essa sensação de apinhamento. Na medida em que não se sentem bem, não conseguem evitar momentos de hostilidade, o

que diretamente atrapalha a coesão familiar. Segundo eles, é no ambiente doméstico que o morador necessita encontrar lugares ou espaços íntimos, onde suas necessidades fundamentais devem ser consideradas e superadas. Durante o trabalho de campo, os moradores sempre revelaram esse sentido da casa, como um lugar vivenciado onde essas necessidades devem ser atendidas. Segundo eles, é no ambiente doméstico que devemos ser acolhidos, e é esse mesmo espaço que pode nos dar a sensação de privacidade e intimidade.

Através do relato dessa moradora, e também de outros, constatou-se que em alguns momentos eles demonstram o que pensam a respeito da privacidade e intimidade. Observou-se que, para eles, os momentos íntimos são aqueles em que nos tornamos centrados nos nossos momentos de reflexão ou descanso e é quando nos tornamos mais vulneráveis, expostos a carícia e ao estímulo de nossas experiências. Sendo assim, necessitamos de “lugares” onde possamos vivenciar todas essas sensações.

*Aconchego para mim não é estar todo mundo amontado. Porque algumas pessoas associam o aconchego com amontado, ficar todo mundo próximo. Eu não acho assim, eu acho que aconchego para mim é estar num ambiente que você gosta, e um ambiente que te proporciona um certo conforto, e um certo prazer de estar lá. Porque você tem que sentir bem neste espaço. Eu acho que não é porque você ganhou esta casa, que já está muito bom. Você tem que fazer de tudo para se sentir bem dentro dela.*

*Porque afinal você passa a sua vida inteira neste espaço. Se este espaço não te proporcionar nada (...) fica complicado. Você deve se sentir bem ali, então eu não gosto de ambientes muito apertados, e com muita gente morando todo mundo junto. Não precisa ser extremamente grande, mas também eu acho que eu não preciso viver em um ambiente extremamente pequeno para o resto da minha vida.*

*Eu acho que aqui no “Leporace” todo mundo tem muita vontade de mexer e reformar a sua casa, aumentar alguma coisa, fazer uns quartos maiores, pelo menos três por três, e a sala não projetada como eles projetaram, uma sala grande e uma cozinha menor (Lúcia Helena, 2002).*

Um fato importante é que para os moradores a noção de domesticidade e privacidade começa a surgir no momento em que diminuiu o número de pessoas que moravam dentro de suas casas. Eles sempre declaravam que, como havia menos pessoas morando nela, não só o seu tamanho, mas também a sua atmosfera interna foi afetada. Observou-se que depois que diminuía o número de pessoas dentro da casa, ela se transformava em um lugar onde o comportamento pessoal e íntimo ia se tornando cada vez mais possível. Os moradores, em alguns momentos, deixavam transparecer que casa não era meramente um abrigo contra os elementos da natureza, mas uma proteção contra o invasor. Portanto, percebeu-se que ela se tornou um ambiente para a unidade social da família. Mas, junto com essa noção, esses moradores admitiam que ter um certo isolamento é importante para se estabelecer um relacionamento amigável entre os

membros que compartilhavam uma vida familiar. Para eles existe a necessidade de ter uma área na casa ou um espaço que permite um certo isolamento para se sentirem mais à vontade, onde o comportamento pudesse ser menos formal e onde as convenções sociais pudessem ser deixadas de lado, ou, pelo menos, afrouxadas. A casa, segundo eles, não deveria ter sido projetada com cômodos conjugados como a sala e a cozinha. O desejo desses moradores era que existissem cômodos privados, onde a família pudesse desfrutar de momentos mais íntimos.

*Então a gente tem que ter um pouco mais de privacidade, porque na casa é a onde a gente fica mais à vontade sem se preocupar com ninguém, com coisa nenhuma. Dentro da nossa casa nós ficamos mais à vontade, porque temos mais privacidade do que lá fora na rua (Cláudia, 2002).*

Para YI-FU-TUAN (1983), os lugares íntimos também podem ser estabelecidos através de ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato. Geralmente, esses lugares são pessoais. Eles podem ficar gravados no mais profundo da memória, e cada vez que são lembrados produzem intensa satisfação. No entanto, não são guardados como instantâneos no álbum de família e nem percebidos como símbolos: lareira, cadeira, cama, sala-de-estar, que permitem explicações detalhadas.

Em alguns momentos, durante o trabalho de campo, pôde-se perceber que os moradores falavam a respeito de suas casas como um lar e um lugar. Alguns depoentes consideravam o lar como um lugar íntimo, que lhes traz lembranças boas e ruins. Sendo assim, pode-se perceber que algumas imagens do passado, que eles tinham a respeito de suas casas, não estavam relacionadas apenas ao prédio, mas também a elementos e mobiliários. Esses podem ser, por exemplo, a janela do terraço, o quarto, os cantos escondidos, uma área delimitada por um dos moradores da casa, um objeto pessoal. Este certamente é o significado de lar – um lugar onde cada dia é multiplicado por todos os dias anteriores.

Os moradores demonstravam que a própria experiência que estabeleciam com os lugares da sua casa pode tornar esses lugares muito íntimos e familiares. Através da vida cotidiana dos moradores desse conjunto podemos perceber como eles constroem os seus momentos de intimidade e privacidade. Ao observarmos a realidade dos moradores do “Leporace”, foi possível detectar que são os seus afazeres diários que mais determinam como eles poderiam estabelecer fronteiras para definir a sua privacidade. O “real” envolve todo o nosso ser, todos os nossos sentidos (YI-FU-TUAN, 1983).

As experiências íntimas são difíceis, mas não impossíveis, de expressar, pois podem ser observadas através das atividades diárias dos indivíduos. Mesmo que muitas

vezes os moradores do conjunto “Leporace” deixassem transparecer que as experiências são muito pessoais e sentidas profundamente foi possível compreender como esses vivenciam seus momentos íntimos, pois suas atitudes íntimas não são necessariamente excêntricas. O quarto, por exemplo, é um lugar de refúgio para esses moradores, e até mesmo o próprio lar é um lugar íntimo para eles. Os significados que tais lugares representam para essas famílias demonstram as características dos espaços internos da casa de cada morador. Cada cultura possui seus próprios símbolos de intimidade, amplamente reconhecidos pelas pessoas.

A forma como esses moradores definem os lugares para adquirir privacidade pode ser entendida como sendo um processo de controle dos eventos interpessoais. Sendo assim, foi possível reconhecer que através da regulação de fronteiras os moradores faziam um controle seletivo entre si, de como poderiam ou não ter acesso aos espaços que proporcionavam momentos íntimos. Tal fato significa a possibilidade de usufruir a interação social, em ter acesso a condições de garantir ou negar acesso. Quando o ambiente não permitia esta regulação, os membros dessas famílias passavam a exercê-la através de ajustes pessoais, que podem ter custos físicos, psicológicos ou de sociabilidade. Os mecanismos utilizados por esses moradores para implementar níveis desejáveis de privacidade foram estabelecidos por eles através de: comportamentos espaciais, que eram relativos à forma como eles se interagem com o espaço e como utilizam os objetos do ambiente para garantir um certo grau de privacidade e intimidade; comportamento verbal; e comportamento segundo as normas culturais locais.

O comportamento desses moradores demonstrava que a defesa dos espaços que eles demarcavam como sendo os seus territórios era feita através de alguns marcos visíveis, mas a defesa do seu espaço pessoal, cujas fronteiras são invisíveis, era definida através de gestos, postura e escolha de uma localização, o que revela um sentido claro para os outros de que no momento eles não são bem-vindos. Para SOMMER (1973), em muitas situações a defesa do espaço pessoal está ligada à defesa de um território imediato, pois vemos as duas coisas como parte de um único processo – a defesa da intimidade –, que inclui questões fundamentais de uso do espaço e direitos de propriedade.

Em relação ao conjunto, observou-se que dentro do próprio espaço da casa cada indivíduo estabelece algumas fronteiras através de comportamentos que envolvem a relação do indivíduo com o espaço e com os objetos, a fim de determinar seus próprios limites. Muitos dos moradores do conjunto sempre demonstraram que, para

eles, existem barreiras que devem ser estabelecidas para definir fronteiras, a fim de garantir a sua privacidade. A privacidade, em resumo, relaciona-se ao que se deve ser ocultado. Ela está ligada a elementos arquitetônicos como: parede, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, quantidade de espaço etc.

Dona Nanci, uma das moradoras, relaciona diretamente a falta de espaço à de privacidade e menciona algumas fronteiras que são estabelecidas por suas filhas como tentativa de garantir alguns momentos de privacidade. De fato, com esse depoimento, fica claro que existem várias formas de estipular e delimitar os espaços para que se consiga defender o espaço pessoal. Segundo SOMMER (1973), a partir do momento que o indivíduo tem o seu espaço pessoal e o território é invadido ocorre uma intrusão no próprio “eu” da pessoa, então estes podem ser delimitados por barreiras ou gestos etc.

*A única coisa que eu percebo que aqui em casa dá muita briga. É o banheiro que tem só um, e na hora de tomar banho vira aquela confusão. Porque o meu marido sempre quer ser o primeiro a tomar banho e as minhas filhas não aceitam isso. E uma outra briga é das minhas duas filhas. Porque o quarto é muito pequeno e não dá para as duas, então elas vivem colocando alguns objetos para falar. Ó, esse espaço aqui é meu, você não mexe em nada aqui, por favor?*

*Então, isso interfere muito, porque elas estão sempre brigando, porque é muito apertadinho e não tem como ter um quarto cada um. É briga de irmã mesmo, porque cada uma queria ter o seu próprio quarto. Eu acho que isso é um problema, porque a casa é o lugar que a gente passa mais tempo na nossa vida. Por exemplo, é na casa que a gente passa muito tempo com a família. Então a gente não percebe, mais muitas vezes o próprio espaço ou a casa que a gente tem pode interferir no convívio diário.*

*No caso das minhas filhas não tem jeito de colocar um guarda-roupa para cada uma. Aí fica as roupas tudo num guarda-roupa só, uma é mais caprichosa e a outra é mais bagunçada. Aí vira confusão, uma é mais organizada e a outra é menos, então causa alguns tumultos. Uma das minhas filhas, quando sai, fecha a porta do guarda-roupa dela para a outra não mexer.*

*Elas já até tentaram colocar as camas de um jeito para delimitar o espaço de cada uma, mas não tem jeito, porque o quarto é muito pequeno. Então elas vivem brigando. Porque uma não respeita o espaço da outra. Então quando elas estão muito bravas uma fecha a cara para a outra, e assim nenhuma das duas atrapalha uma à outra. Deve ser porque tem pouco espaço, e então fica mais difícil de uma respeitar a outra. Pelo menos é disso que elas reclamam, é do pouco espaço.*

*Então elas falam assim: Se eu tivesse o meu quarto sozinha, eu poderia sair cedo e fechar o meu quarto e só abro na hora que eu volto (Nanci, 2002.).*

Para SOMMER (1973), na busca da privacidade o indivíduo pode usar também determinadas formas para estabelecer os limites. O uso de objetos pessoais, por exemplo, pode indicar a posse de uma determinada área onde um “invasor” não deve se aproximar ou penetrar o espaço que está assim demarcado.

Nesse caso, observou-se que os moradores do conjunto usam determinados objetos para delimitar os seus espaços íntimos e que esses objetos, por sua vez,

precisam ser notados como se fossem um marcador, para que então os moradores respeitem essa barreira. Para isso, eles usavam objetos que têm um valor simbólico para eles, pois assim conseguiam determinar que esses objetos cumprissem o seu papel como um marcador territorial – um sinal de “reservado” ou um sinal de não poder invadir o espaço – ou um certo valor intrínseco. Portanto, constatou-se que os objetos utilizados para demarcar determinadas áreas eram aqueles que possuíam um valor simbólico para os moradores, por exemplo, um objeto que é precioso e que eles têm muito ciúmes e não permitem que ninguém se aproxime dele, ou até mesmo colocavam uma cortina para delimitar o espaço ou para esconder os seus pertences.

Dona Célia, outra moradora, também lamenta que o problema da falta de espaço gere conflitos e crie situações, levando-os a estabelecerem barreiras para a delimitação do espaço. Para eles, criar barreiras é uma forma de proteger a sua privacidade. Pois, o simples fato de alguém presenciar os seus momentos de intimidade, como a leitura de um livro, os momentos de reflexão e o desejo de “chorar e de sumir”, pode ser considerado uma forma de invasão ao seu próprio “eu”. Muitas vezes ter privacidade significa o desfrute de momentos de intimidade consigo mesmo. Observou-se, durante as visitas, que freqüentemente os moradores procuram determinados espaços ou lugares para passar algum tempo só, desfrutando da sua própria privacidade.

*No quarto dos meus filhos tinha um beliche, só que nós tiramos. Porque eu tive um problema, eu tive que desmontar para fazer duas camas separadas, porque uma cama em cima da outra eles ficavam brigando. O César e o Cristiano queriam dormir em baixo. O Cristiano sempre reclamava do espaço. Os dois queriam dormir em baixo porque eles achavam que em baixo eles tinham mais privacidade. Porque eles poderiam ter um criado-mudo do lado da cama para guardar as coisas deles.*

*Eles reclamam que o quarto tem pouco espaço, e por isso às vezes não tem nem como separar os espaços de um e do outro. Eles reclamam que fica tudo muito amontoado e que às vezes eles gostariam de passar algum tempo só, e não tem jeito. E por isso eles procuram lugares fora de casa para passar os seus momentos sozinhos. Uma vez o César saiu, e trancou o quarto, e aí o Cristiano precisava entrar para pegar a roupa para tomar banho, e o quarto estava fechado. E foi aquela briga, nesse dia eu passei o maior aperto.*

*Sempre que um está nervoso fecha a cara para o outro, ou demonstra que não gostou de alguma coisa. Aí parece que eles brigam menos, porque aí nenhum mexe nas coisas do outro. Eles sempre falam: Só assim mesmo para você parar de mexer nas minhas coisas, ou só assim eu consigo que você me deixa ter um momento de sossego apara ficar aqui no quarto sozinho pensando na vida.*

*Você sabe que depois de tantas brigas eles preferiram passar o guarda-roupa lá para o quartinho do fundo. E assim organizaram as camas com uma separação de duas cômodas menores. E assim cada um ficou com o seu canto escondido, eles separaram as suas camas com as duas cômodas. Então os espaços ficaram separados, e assim um mexe menos nas coisas do outro. Eles também colocam objetos pessoais, como, por exemplo, o Cristiano sempre coloca um suporte alto que ele tem de guardar CD, então o César respeita, ele não tira o suporte, não mexe nos CD, porque ele sabe se ele mexer nesse objeto o Cristiano é capaz de matá-lo (Célia, 2002).*

O depoimento da dona Batista também retrata como ela delimita o espaço de sua casa para garantir a sua privacidade. O quarto é o único aposento onde ela se sente mais à vontade, onde mantém a sua privacidade. Esse local vem ao encontro do que ela pensa a respeito de privacidade.

*Aí eu acho que ter privacidade, aconchego, comodidade, é o que eu tenho no meu quarto, por exemplo. Eu posso entrar no quarto, fico ali o tempo que eu quiser, eu fico ali quietinha (...) Apesar dos quartos estarem voltados para a sala às vezes incomoda um pouco, mas nós já acostumamos. Porque a gente fecha o quarto e ninguém incomoda a gente, todo mundo sabe, que na hora que nós vamos para o quarto nós não gostamos de ser incomodados. Então, todo mundo fica sabendo que não é hora de perturbar, porque a gente sempre deixou isso muito bem claro.*

*Então, eu acho que ter privacidade é ter um lugarzinho para nós dois, eu e meu marido, um momento para nós dois, um lugar para que eu possa conversar. Então esse espaço é onde nós temos a nossa privacidade, porque ninguém incomoda a gente no nosso quarto. Porque a minha filha tem o quarto dela, então ninguém a incomoda (Batista, 2002).*

O relato da moradora Isabel demonstra que a privacidade é uma necessidade dos seres humanos, e essa deve ser respeitada a qualquer preço. Esta moradora acredita que o ser humano necessita de momentos íntimos ou de um espaço privado. Segundo YI-FU-TUAN (1983), a privacidade e a solidão são necessárias para uma reflexão perseverante e uma introspecção rigorosa através da compreensão do próprio “eu”, para que se atinja a plena apreciação de outras pessoas. A privacidade espacial pode, muitas vezes, não garantir a solidão, mas é uma condição necessária.

*Com certeza os filhos querem espaço. Os filhos gostam de privacidade, gostam de entrar no quarto e ficar com mais liberdade, ter assim o cantinho deles. Eu acredito que isso é necessário. Eu acho que esta questão de privacidade (...) eu acho que isso é concreto, todo mundo “gosta” de ter a sua privacidade, para ter o seu minuto de sossego; isso é “real”, ninguém inventou isso. Também é uma necessidade, eles têm que ter o espaço deles*

*Eu acredito que quando a gente tem um pouco de privacidade a gente consegue viver muito melhor. Olha, eu acho que privacidade também é não invadir o espaço do outro. Mas do jeito que a casa está, ela já está atendendo às nossas necessidades. Ela está ótima, mas foi preciso mexer na casa para ficar bom e ter mais um pouco de conforto e privacidade, foi preciso mexer para melhorar a casa.*

*E eu acho que tem que melhorar a casa em função do espaço, porque realmente conforme você vai vivendo na casa você começa a perceber que é pequena, e que necessita de ampliações (Isabel, 2002).*

Assim como a Cláudia, a maioria dos moradores sempre demonstrou que a privacidade é fundamental.

*Há certas horas na vida da gente que nós temos que ter um pouco de privacidade, em relação aos filhos; o casal no caso. Mas eu acho que deveria ter uma separação. Eu acredito que nós também temos que ter privacidade nos nossos altos e baixos do nosso dia-a-dia. Assim, igual chega alguém, chega uma criança chega, um parente, vizinho. Então a gente tem que ter um pouco mais de*

*privacidade, porque na casa é a onde a gente fica mais à vontade, sem se preocupar com ninguém, com coisa nenhuma. Dentro da nossa casa nós ficamos mais à vontade, porque temos mais privacidade do que lá fora na rua.*

*Igual no caso, se você me perguntar: Você se sente à vontade na sua casa, em qualquer lugar para receber alguém? Então, assim no quarto, é lógico que você não recebe ninguém. Então eu acho que os quartos deveriam ser separados da sala, para você receber as pessoas e se sentir bem. Então precisa ter mais privacidade aqui nos quartos. E nessa casa não se é possível ter.*

*Na casa sem a reforma, eu acho, que eu não teria privacidade; porque essa casa do “Leporace” ela é aberta da sala para a cozinha; e os quartos dão direito para a sala; ou seja, você chegava na casa e já estava na cozinha, e no caso assim você cozinhava dentro da sala é aquele transtorno. No caso, aqui onde era a cozinha ficava uma bagunça, você está cozinhando, passa um para vim aqui fora e não é fácil, a nossa vida já é uma vida rotineira, então imagina se nós não tivermos um pouco de privacidade tá danado (Cláudia, 2002).*

Cada morador do conjunto “Leporace” protege o seu território e o seu espaço pessoal de várias formas, para garantir a sua intimidade. Percebeu-se que esta defesa às vezes era através de exibições ofensivas, e às vezes através de medidas de defesa. As primeiras se baseiam na idéia de que a melhor defesa é um bom ataque, e incluem tanto posição como posse de ameaça. A segunda medida que esses moradores tomavam era a de defesa, que pôde ser visualizada através de gestos que eles usavam para defender determinada área. Foi possível verificar que esses indicavam, através de alguma expressão, que estavam “abertos”, ou não, para companhia, através de ameaças de ataque agressivo, e conserva a distância de outros membros. O espaço pessoal pode ser defendido por qualquer combinação de posição, postura e gesto.

Para BACHELARD (1974), o canto é um refúgio que nos assegura um primeiro valor de ser: a imobilidade. Ele é a certeza local, o local próximo da minha imobilidade. O canto é uma espécie de meia-caixa, metade paredes e metade portas. Ele servirá de ilustração para a dialética do interior e do exterior. A consciência de ser em paz no seu canto propaga, ousamos dizer, uma imobilidade. A imobilidade irradia-se. Um aposento imaginário se constrói em torno de nosso corpo, que se acredita bem escondido quando nos refugiamos num canto. Um móvel é uma barreira, uma tapeçaria é um teto.

MALARD (1992) concluiu que a necessidade de privacidade parece ser relativa à necessidade psicológica, que provém do *status* social. Observou-se que os moradores desse conjunto procuravam ocultar certas atividades através de elementos arquitetônicos, de objetos e de espaços, da visão e interferência dos outros. Essa é uma atitude que parece ser importante entre as pessoas desse bairro, pois existe uma necessidade de distinção e de diferenciação.

Para os moradores do conjunto “Leporace” ter privacidade está relacionado que se deve ser ocultado; significa esconder dos olhares vizinhos tudo o que está acontecendo dentro de sua casa. Para se defender da invasão de pessoas estranhas, ou que não são muito chegadas da família, todos os moradores declararam que utilizam alguns recursos que lhes permitem esconder e delimitar o que pode e o que não pode ser visto. Sendo assim, podemos perceber as formas mais comuns de proteção, que, segundo eles, podem garantir sua privacidade. Essas formas estão ligadas aos seguintes elementos arquitetônicos: parede, muros, disposição dos espaços e equipamentos.



Figura 20 – Fachada principal – o muro usado como uma barreira arquitetônica para ocultar o interior do exterior.



Figura 21 – Fachada principal – o muro usado como uma barreira arquitetônica.

Se entendermos as funções de determinados espaços nas casas dos moradores do conjunto “Leporace”, podemos predizer a intensidade com que eles serão defendidos e os tipos de táticas defensivas que, provavelmente, serão usadas para garantir a proteção dos olhares estranhos. Mesmo que não aceitemos a idéia de territorialidade instintiva nos seres humanos, parece que as pessoas defendem ativamente alguns espaços contra a invasão através de emprego de todo o repertório de técnicas defensivas existentes.

Para a maioria dos participantes dessa pesquisa ninguém deve ficar sabendo o que acontece dentro das quatro paredes de suas casas, porque determinados assuntos dizem respeito somente à família. Observou-se também certo constrangimento em relação à exposição da casa a outros que não façam parte do círculo familiar, ou seja, se eu não tenho tudo o que se deve ter dentro de casa, por exemplo, todos os objetos materiais tidos como importantes para as pessoas daquele bairro, eu me sinto inferior, e por isso a necessidade de ocultamento do interior da minha casa.

Também, a maioria defende a idéia de que ter privacidade é fundamental, porque, como dizem, cada um tem um modo de viver peculiar e ninguém deve ficar sabendo “*como eu vivo, quais são os meus hábitos e minha rotina*”. A privacidade é colocada como uma necessidade indiscutível, que existe porque ela tem que existir, de qualquer forma.

O depoimento da dona Batista demonstra como ela estabelece determinadas barreiras para conquistar a sua privacidade e o que isso representa para ela.

*Para mim, a minha intimidade, privacidade, conforto bem-estar (...) é, vamos supor, igual nós estamos aqui, eu fecho tudo aqui. Aí eu estou aqui, quietinha aqui, eu tenho a minha intimidade, meu bem-estar. Uma coisa assim, eu não estou vendo ninguém e ninguém está me vendo, e nem incomodando e nem me perturbando.*

*Eu quando eu quero ir lá fora, eu converso e tudo. E quando eu não quero, eu entro fecho tudo, e fico aqui dentro. Isso para mim, aqui, é a minha privacidade. Porque aí ninguém me aborrece; se eu quiser atender à porta eu atendo, se eu não quiser eu deixo bater.*

*Então quer dizer, para mim eu estou sossegada aqui, tudo fechadinho, ninguém nem vê a minha casa. Agora, quando eu estou disposta a conversar, brincar, aí tudo bem. Aí eu saio lá fora, converso com todo mundo, eu tenho amizade com Deus e todo mundo, passou daquilo acabou. Porque a gente vai ficando mais velha é assim ó, tem dia que você não quer conversa, tem dia que não quer conversar, olha você é nova. Mas você não é assim também, não é? A minha filha também é assim, no dia que ela quer conversa, ela vai lá fora, mas o dia que ela não quer, também ela fecha no quarto e não está nem aí. E nós somos desse jeito, todo mundo é assim (Batista, 2002).*

O depoimento da dona Lúcia Helena apresenta alguns argumentos para que pessoas estranhas respeitem a sua privacidade, além de relatar os recursos que utiliza para ocultar e delimitar o que pode e o que não pode ser visto pelos outros. Assim, podemos descobrir as formas que essa moradora encontrou para proteger o seu espaço privado. No seu depoimento, ela relata que utiliza uma barreira arquitetônica para reforçar a idéia de privacidade, e também faz uma associação de proximidade das casas com a falta de privacidade.

*A privacidade é fundamental, porque você tem um modo de viver peculiar, cada um é um, cada ser humano é diferente do outro. O que é importante para mim às vezes não é para o outro.*

*Privacidade para mim é fundamental, eu gosto de estar no meu canto, fazer as coisas do meu jeito. Eu gosto de ter a minha privacidade. E a minha casa possibilitou isso, porque o meu marido fez muros bastante altos, então não tem perigo de ninguém estar olhando ou de pular o muro.*

*A única coisa que delimita muito a privacidade da gente é que as casas são muito próximas, como você está ouvindo o barulho do vizinho interfere muito, principalmente quando é a noite e você está querendo descansar e o outro está a fim de fazer uma bagunça. Então isso limita a privacidade, pelo fato, das casas serem próximas, pois se houvesse um espaço maior entre uma casa e outra era muito melhor (Lúcia Helena, 2002).*

No depoimento do José Carlos observou-se que ele se sente constrangido em relação à exposição da casa por pessoas que estão passando na rua, ou por alguns curiosos que sempre que passam ficam olhando.

*A gente aqui não tem privacidade é porque (...), que nem a minha mãe fala, aqui você não tem privacidade nenhuma, porque você não pode nem deixar a porta aberta. Porque você não tem nenhuma privacidade, porque as pessoas passam e ficam só olhando para dentro de sua casa e isso é ruim porque ninguém gosta de ficar sendo observado. O que eu faço aqui dentro ninguém tem nada com isso. Então você tem que ficar trancado dentro de casa.*

*A minha mãe vive reclamando que os outros estavam olhando ela na cozinha. E a cozinha é lá no fundo. Agora você imagina, se deixar a porta aberta aqui na frente. Ninguém gosta que as pessoas passam e ficam olhando para ver o que está acontecendo com uma curiosidade. A casa da gente é o lugar que a gente se sente à vontade e por isso fica mais à vontade, e se tem alguém sempre te observado você perde a sua liberdade e privacidade. Por isso a minha mãe já falou que vai construir uma varanda na frente da casa, e um muro. Daquele modelo ali, igual do vizinho, bem fechado e bem alto. A nossa privacidade tem que começar de fora para dentro, a gente tem colocar uma certa barreira para intimidar as pessoas (José Carlos, 2002).*



Figura 21 – Fachada original – falta de privacidade – não permite ocultar os olhares vizinhos para o interior de sua casa.

Para Rapoport (apud MALARD, op. cit.), a privacidade pode ser colocada também como espacialidade orientada, relacionando essa categoria à casa. Em muitos casos, a parte frontal é tratada para comunicar uma imagem formal ao mundo, enquanto os fundos são para ter privacidade e permitir um comportamento informal.

Pode-se perceber claramente que os moradores do conjunto "Leporace" estabelecem regras para ordenar o espaço físico de suas casas. Essas regras foram determinadas por fatores culturais e padrões sociais. Observou-se que a maioria das construções possui características que demonstram o que Rapoport fala a respeito de "frente" e "fundo" das casas. Assim, a "frente" das casas do conjunto é a parte orientada para fora, para a rua, para o domínio público, e o "fundo" é a área destinada para receber as pessoas mais íntimas e para a preparação da comida, para a lavagem de roupa, guardar as coisas e descansar. Os "fundos" da casa, a cozinha, quando analisada do ponto de vista dos moradores, ocupa sem dúvida um ponto central no mapa simbólico dos moradores.

A evidência concreta da importância da cozinha coloca-se na função que esse aposento desempenha na sobrevivência dos indivíduos, como local de onde advém comida, sustento, sobrevivência, sendo representada pela valorização do armário da cozinha ou da despensa, que é um dos pontos focais da casa. O armário ou a despensa tem seu significado associado ao lugar dos utensílios da cozinha, mas principalmente à "compra do mês". A idéia que se transmite é a de que o dono do armário tem renda fixa mensal, garantindo assim um estoque de mantimentos. Poder fazer "compra do mês" significa *status* e segurança, e é importante ter um armário ou uma despensa, mesmo

que não se possa fazer um estoque, já que o trabalho em “bicos”, “biscastes”, não garante a compra mensal.

*Eu não tinha onde guardar as minhas compras e esses armários não cabem as coisas que você vai pôr. Assim, arroz feijão, não cabe, não tem espaço. Então eu falei assim, vamos fazer uma dispensa onde era o banheiro, fica uma dispensinha, porque já era azulejado, até uma metade da parede, então quer dizer, não ia ter problema nenhum.*

*Porque era um espaço limpo, tirou o vaso, não ia ter problema nenhum ficou um espaço limpo, um cômodo vazio, e ficou uma dispensa ótima. Colocou uma porta, e quer dizer você fecha a porta e fica um cômodo isolado. Quando tem muita coisa a dispensa está abastecida, você pode até deixar a porta aberta. Agora quando vai chegando o fim de mês, vai acabando tudo, você vai e fecha a porta para ninguém ver (Batista, 2002).*

É necessário acrescentar que a porta dos fundos, em geral, é usada pelos moradores para entrar e sair, e a porta da frente reservada a entradas/saídas formais, de visitas, por exemplo. A cozinha, então, é o espaço em que se faz a transição informal do domínio público ao privado, é o espaço em se pode receber sem constrangimentos as pessoas mais íntimas e passar o tempo conversando nos momentos de convívio.

Passando do fundo para frente da casa, chegamos à sala, ou espaço da frente da casa. Em quase todas as casas a sala não é só sala, é o espaço reservado para transição formal do domínio público ao privado (ao contrário da cozinha, o espaço de transição informal). Por outro lado, essa é também considerada uma área intermediária, ou familiar, servindo às vezes de dormitório. Dada à essa dupla função do espaço, a necessidade de arrumação implica não deixar transparecer em momentos de ocupação formal do espaço nenhum indício de sua utilização informal – trocando em miúdos, “fazer a cama antes da visita chegar”.

Para os moradores desse bairro, “frente” e “fundo” são necessários para marcar fronteiras da área intermediária onde se pode dormir, trocar de roupa, fazer sexo. Só que, de certa forma, esta separação que demarca a parte privada da casa ou uma área intermediária não existe, uma vez que os quartos estão voltados para a sala, que é a parte formal onde os moradores recebem as visitas. Nessa divisão, a parte frontal da casa é, ao mesmo tempo, formal e informal.

A frente da casa é vista, muitas vezes, como a parte formal da habitação, por isto o posicionamento dos quartos voltados para essa parte da casa causa constrangimentos aos moradores não acostumados com esse tipo de organização dos espaços.

Talvez por causa dessa organização, observou-se uma dificuldade entre os moradores na determinação do que seja íntimo – privado – e do que seja público. A separação do público e privado foi definida somente entre a sala e a cozinha.

Observou-se entre todos os moradores a preocupação de manter a porta dos quartos sempre fechada e em trazer o quarto sempre arrumado, evitando assim possíveis constrangimentos. Se os quartos estivessem desarrumados, seria motivo para constantes pedidos de desculpa.

*Eu gostaria de ter uma casa boa, mas não é com muita coisa não: três quartos voltados para um corredor, para não ter que entrar na sala e dar direto com os quartos, porque isso me mata. A pessoa chega na sala, e já vê tudo o que está dentro dos quartos. Porque às vezes tem pessoas que repara. Eu não gosto, porque entra muito na intimidade, e então a gente fica com vergonha. Eu sempre deixo tudo sempre em ordem, se chegar a visita na minha casa está tudo organizado e limpo. Aí quando vem, eu recebo normal.*

*O fato de ter os quartos voltados para a sala às vezes incomoda. Isso também não só pelas pessoas que vêm na minha casa, mas também pelo fato de que eu não tenho muita privacidade. É porque se eu estou deitada, como diz o outro, eu não consigo dormir com a porta fechada, porque eu não gosto de ficar fechada. A gente não fica à vontade. Então essas coisas, eu acho que dentro do próprio convívio entre nós, pode causar problemas. Não que cria problema sério para nós, mas fica desajeitado e desagradável (Nanci, 2002).*



Figura 22 – Falta de privacidade – quartos voltados para a sala, e cozinha.

Essa pesquisa não tem a intenção de discutir a questão de gênero, mas vale a pena ressaltar que em todos os momentos os moradores, através de seus depoimentos, demonstraram que existe uma distinção dos aposentos reservados aos homens e às mulheres. Essas diferenças entre os sexos foram ressaltadas nos depoimentos coletados

para este estudo. Sobretudo, na necessidade de separação dos aposentos dos meninos e das meninas, que deveriam, preferencialmente, ocupar quartos separados.

A filósofa Hubert Tonka tratou dessa questão em uma pesquisa. Seu estudo apontou pontos comuns entre a habitação antiga e a contemporânea. Através da arquitetura, a autora mostrou como as expressões dos valores de uma civilização podem ser organizadas. A organização do espaço físico de um determinado grupo pode ser definida por meio da divisão sexual existente na família e também pelo sentido de domesticidade que surgiu no final da Idade Média, que foi difundida pela burguesia. Hubert lembra que a repartição do espaço doméstico nas habitações antigas era constituída de acordo com o sexo. Segundo ela, a família patriarcal tem uma grande influência na forma de divisão do espaço, fazendo parte, até hoje, da cultura contemporânea. As famílias atuais definem os seus espaços da mesma forma que os indivíduos de épocas passadas faziam. Talvez as atitudes tenham se modificado, e os valores e as crenças tenham significados diferentes, mas o que se percebe é que a divisão de determinados ambientes ainda é feita através de uma divisão sexual.

Para RYBCZYNSKI (1996), a noção de intimidade e privacidade foi reforçada por uma mudança de atitude perante as crianças, cuja permanência em casa por mais tempo alterou o caráter medieval, público, da “casa grande”. Agora os filhos passavam a maior parte do tempo em casa, além de terem os seus próprios quartos de dormir - separados por sexo. A multiplicação dos quartos de dormir indicava não só uma nova organização para dormir, mas também uma nova distinção entre a família e o indivíduo. Segundo Hubert, nas sociedades atuais a repartição do espaço doméstico se faz em função dos filhos.

A preocupação dos moradores do conjunto com a divisão sexual dos espaços chamou a atenção da pesquisadora. Não só as mulheres, mas os homens, inclusive os mais novos, defenderam essa forma de organização do espaço. Essa conduta pode estar associada à herança cultural, que foi, pouco a pouco, institucionalizada. Por outro lado, pode-se pensar que essa divisão é uma maneira preconceituosa de organizar o espaço. RYBCZYNSKI (1966) não entende esse fato como sendo uma questão de preconceito, relacionando-o à domesticidade da casa, e que indica não só uma nova organização no espaço de dormir, mas também uma nova distinção entre a família e o indivíduo.

O depoimento da dona Batista demonstra claramente como determinados grupos definem a divisão e a organização dos espaços da casa. Essa forma de dividir o

espaço está associada a valores, crenças e hábitos que os moradores reproduzem no seu cotidiano.

*Enquanto eles eram pequenos, eles dormiam juntos num quarto só, porque um quarto eu tinha feito de cozinha, aí eles cresceram. Aí já não dava mais certo ficar juntos no mesmo quarto, porque já era assim. Ela ficava constrangida porque ele é mais velho que ela nove anos, então quer dizer quando ela nasceu ele tinha nove anos. Então ele queria ter a privacidade dele, no quarto dele, ele queria ver assim uma coisa mais pesada, assistir um filme, uma coisa assim que ela não podia ver. E ela queria ver, porque ela ficava curiosa. Porque criança você já viu, é assim mesmo. Então ficava assim essa briga e eu falava para ela: “Gisele, você vira para o canto”, e ela falava: “não eu não quero dormir, eu quero assistir o filme”.*

*Aí começou aquela confusão, e eu do meu quarto escutava aquela bagunça aquela discussão. Aí eu falei assim: “quer saber de uma coisa, nós vamos separar esses dois de quarto”. Eu peguei fechei a cozinha e fiz um quarto para ele, assim um quarto só com uma cama um lugar para ele assistir televisão, porque homem não tem muita coisa mesmo. Aí eu fechei e fiz um quartinho separado e minha filha ficou no outro quarto. Aí foi uma maravilha, ele podia ficar até a hora que ele quisesse vendo televisão, escutar o que ele queria escutar, e ela já ficou no quarto dela. Então, resolveu porque como os homens são muito machões, ele não queria que a irmã ficasse vendo essas coisas (Batista, 2002).*

O depoimento da Simone demonstra o que a maioria das pessoas do conjunto pensa a respeito dos dormitórios que devem ser separados pelo sexo. Ao mesmo tempo que defende a idéia de separação, ela coloca uma outra questão, relacionada à falta de espaço para as mulheres na distribuição e organização dos espaços.

*Eu acho errado, que tem só algumas famílias aqui no “Leporace” até hoje que irmão dorme no mesmo quarto que irmã, isso nos dias de hoje nem se usa mais. Eu acho que não dá certo. Agora até que, neste sentido, aqui em casa não tem disso. Porque meu irmão dorme sozinho no quarto, ele fica lá muito folgado e ninguém perturba a intimidade e tranquilidade dele.*

*E quando este quarto que nós estamos construindo estiver pronto, aí muda, vai ficar um pouco mais folgado, e mesmo assim ainda as mulheres vão continuar um pouco apertadas. As mulheres não podem ficar apertadas não, você não acha? (Simone, 2002)*

Outra moradora também relata que a ausência de espaço está interferindo no convívio dos filhos. Ela também acredita que meninos e meninas devem permanecer em quartos separados, pois afirma que manter os filhos em quartos separados ajuda a estabelecer a privacidade deles.

*Para ser sincera, é muito difícil uma pessoa falar: na minha casa não precisa de nada, é muito difícil uma falar assim. Igual aqui eu tenho três filhos, é dois homens e uma menina, e já esta precisando de um quarto. Fazer um quarto, porque ela já esta com onze anos, já exige o quarto para ela. Por exemplo, ter três filhos dormindo num quarto só é difícil, e além do mais, o quarto é superpequeno, tem que ter cooperação por parte deles. Porque um toma o espaço do outro, um pega coisa do outro, um mexe nas coisas do outro. Porque cada filho é de um jeito.*

*Eu acho que pouco espaço influencia na convivência demais da conta. Influência muito não ter um quarto para uma filha, no caso aqui, eu tenho uma filha e dois meninos, e um banheiro também é muito pouco. A partir do momento que você tem de dois a três filhos, não dá certo, você precisa de mais um banheiro. É complicado, tanto na hora deles tomar banho de trocar. Aí começa o problema, ela não entra de jeito nenhum no quarto, quando chega amigos deles, se ela tem que entrar no quarto, para pegar algum brinquedo alguma coisa, ela já acha ruim.*

*No caso ela também, chega amiga dela para ir brincar de boneca, fazer alguma coisa assim aí ela já não quer, porque os meninos entram lá eles ficam sabe arrumando pretexto para entrar, só para ver o que elas estão fazendo. Os meninos brincam lá fora, enquanto elas estão no quarto, mas eles sempre têm que ver o que está acontecendo, e ela também por ela ser maior ela tem que ver o que eles estão no quarto o que eles estão mexendo, se estão sentando na cama dela (Cláudia, 2002).*

Ao criar os espaços diferenciando e qualificando os lugares, o homem está atribuindo qualidades ao interior, que o diferencia do exterior. O ambiente também está associado com apropriação, que é a humanização dos espaços realizada pelo homem. Neste processo, ocorre a recíproca interação entre o usuário e o espaço.

A análise dos dados foi realizada para interpretar os resultados levantados, relacionados diretamente ao trabalho de campo, e foram utilizados de alguns conceitos a fim de observar os conflitos das interações entre o morador e o espaço interno de sua casa, que revelam fenômenos existenciais relacionados a elementos arquitetônicos que indicam como se dão às relações de territorialidade e privacidade dos moradores no conjunto “Leporace”.

Através dos resultados alcançados, conclui-se que ao projetar uma casa o profissional deve buscar, continuamente, construir uma análise interpretativa espacial à procura das informações transmitidas pelos habitantes e pelo lugar geográfico que ele intervém. Essa tarefa se assemelha à de um etnógrafo, que também trabalha nas teias de significação, isto é, tenta perceber, descobrir, articular e nomear as diversas camadas dentro das quais o seu objeto – o indivíduo – está inserido. A busca dessa análise interpretativa não deve ser tratada, *a priori*, como uma questão de método ou técnica, mas como um esforço conceitual capaz de fazer emergir os possíveis vínculos existentes entre as informações transmitidas pela relação morador/espaço disponíveis e as idéias, os significados e os valores que as originam.

## **CAPÍTULO 6**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como propósito analisar alguns aspectos diretamente relacionados à construção do espaço interno da casa em torno do cotidiano dos moradores do conjunto “Leporace”, a partir de questões subjetivas da percepção e de valores como privacidade e intimidade. Especificamente, pretendeu-se avaliar como as características perceptivas do morador podem influenciar na construção dos espaços internos da casa.

O trabalho foi desenvolvido com 48 moradores do conjunto habitacional “Vicente “Leporace”, tendo como fio condutor o universo cotidiano desse grupo, para identificar como o morador desenvolve sua relação com o ambiente doméstico.

A concepção desta pesquisa fundou-se na idéia de que ninguém melhor do que aqueles que vão ocupar um determinado espaço para saber como se deve concebê-lo e estruturá-lo. Assim, como profissional da manipulação do espaço, acredita-se na relevância de tornar evidente a idéia, consciente ou inconsciente, que o morador faz do espaço em que gostaria de morar e viver. O importante seria conseguir materializá-la da forma mais fiel possível, para que cada morador pudesse se sentir bem e se identificar com os espaços de sua casa.

Trabalhar a percepção ambiental que o indivíduo tem do espaço interno da casa significa que, de certa forma, se está procurando entender e estudar antecipadamente o indivíduo que deverá utilizar a casa. Para isto, faz-se necessário buscar uma nova

filosofia de planejamento de casas populares, não só no aspecto de abrigo, mas para entender as necessidades psicológicas e a interação entre o nível subjetivo do indivíduo e os objetos arquiteturais, que podem ser claramente detectados por meio do estudo da percepção.

Neste sentido, estudar os aspectos subjetivos da percepção – como via de acesso aos significados que são emprestados aos espaços internos da casa e os seus habitantes – torna possível descobrir como a arquitetura pode cumprir a sua dimensão humana; ajudando o indivíduo a compreender o seu ambiente, para que ele possa viver com harmonia no espaço físico de sua casa.

Ao considerar a percepção que o morador desse conjunto tem do espaço físico de sua casa, pode-se compreender se ele está ou não experimentando satisfação na relação de interação que estabelece com ela.

Todos os aspectos aparentemente simples da vida cotidiana dão origem à forma específica dos espaços físicos, e podem ser um meio válido para entender o estilo de vida e os sistemas de valores, de mentalidade, de cultura etc. Por isto, compreender as relações de interações entre o morador e a casa pode ser um fator importante para descobrir e entender as qualidades que os elementos arquitetônicos devem possuir para conferir habitabilidade aos ambientes domésticos.

Neste trabalho, procurou-se analisar os aspectos simbólicos relacionados com a interação do morador com o ambiente construído. Sendo assim, para avaliar o processo de construção dos espaços internos dessas casas foi preciso compreender como o morador do conjunto “Leporace” estabelece uma relação com o espaço físico de sua casa. A partir desse pressuposto, tornou-se possível entender como o indivíduo constrói o seu espaço físico, e quais as redes de significados que ele estabelece para determinar a dinâmica do espaço. Todos esses aspectos podem ser detectados no cotidiano desses moradores, pois é no dia-a-dia desses habitantes que eles desenvolvem seus hábitos, seus valores, seus costumes e suas crenças.

Procurou-se entender também como os participantes desta pesquisa estabelecem a disposição e a combinação dos espaços e dos objetos, de forma a obter um conjunto de regras capazes de comunicar valores culturais e existenciais. Para isto, estudaram-se conceitos que tratam das estruturas dos arranjos dos objetos.

Foi observado também que, além das estruturas dos arranjos, existe a estrutura da ambiência, que revela aspectos do chamado estilo de vida. Ao estudar a estrutura do ambiente foi possível descobrir como os moradores do conjunto “Leporace” constroem

o processo de apropriação do espaço de suas casas, pois a ambiência é uma construção que envolve, arruma, cuida, arranja, modifica e embeleza lugares, ou seja, envolve o habitat. Foi possível perceber, através de estudos relacionados à estrutura da ambiência, como o morador do conjunto “Leporace” humaniza os espaços internos de sua casa. Descobrir como o morador humaniza os espaços físicos da sua casa demanda uma atenção especial para os aspectos da vida cotidiana do morador.

Foi possível perceber através de algumas observações que o espaço da cozinha ocupa uma posição privilegiada na casa, pois é lá que transcorre a vida social dos moradores. Sendo assim, foi possível perceber a insatisfação que existia por parte desses moradores em relação ao tamanho desse cômodo em suas casas. Esta insatisfação estava também relacionada aos aspectos que envolvem a distribuição dos equipamentos domésticos das famílias.

Um outro fato que foi observado está relacionado com o tamanho e a localização que o banheiro ocupa dentro do espaço da casa. Os moradores do conjunto “Leporace” consideram que o espaço do banheiro deveria proporcionar um mínimo de privacidade possível, mas, no entanto, ele estava localizado muito próximo da sala e da cozinha, o que, segundo eles, reduz muito a sua privacidade. Observou-se também que existia uma insatisfação com a localização da pia do lado de fora do banheiro, perto da sala, dos quartos e da cozinha.

Em vários momentos identificou-se que muitos moradores deixavam transparecer que alguns lugares na sua casa, que foram reformados, estavam associados a lembranças de certos acontecimentos importantes que marcaram sua história de vida, pois traziam lembranças de pessoas e momentos felizes vividos por eles. A varanda é um dos locais que eles associavam, de forma positiva, a algum acontecimento passado. Quando o morador solicita a construção de uma varanda em sua casa, este desejo pode corresponder à lembrança de outras varandas vividas pelo habitante que a solicitou, vinculadas a experiências que lhe proporcionavam o encontro, a contemplação ou outro acontecimento, ou pode também corresponder a um símbolo de poder, *status* e prestígio, numa analogia simbólica a elementos construtivos adotados em residências de classe sociais ascendentes às quais esses habitantes aspira pertencer.

Outra preocupação dos moradores do conjunto “Leporace” era a “arrumação” de suas casas. Esse fato está relacionado ao espaço da casa onde se recebe as visitas. A sala é o espaço social onde se recebem as pessoas estranhas, e é lá que a preocupação com a arrumação é maior.

Para os moradores do conjunto existem algumas regras que determinam o que esses procuram colocar dentro da sua casa. Considerou-se que essas regras podem transparecer na forma como esses moradores arrumam e constroem os espaços físicos de sua casa. Essas regras são determinadas por alguns padrões ou convenções, que caracterizam o “estilo de vida” de um determinado grupo.

Do que foi observado em relação à territorialidade, pode-se compreender que o estabelecimento de limites entre pessoas é importante para que o espaço interno da casa seja vivenciado de forma que as pessoas reconheçam os seus territórios e o dos outros. Em locais como a casa, parece ser importante que, em alguns momentos, os limites sejam estabelecidos através de barreiras arquitetônicas ou através de atitudes, para que se atenda às necessidades dos moradores conforme as suas atividades diárias.

Quanto à privacidade, observou-se que ela é importante no controle das interações pessoais, sendo natural que elas desejem que determinadas atividades sejam ocultadas física ou visualmente dos outros. Por isto, deve-se prover mecanismos arquitetônicos que garantam às pessoas um certo nível de “controle” do acesso a si próprias.

Com base nestas afirmações, percebeu-se finalmente que os valores determinados ou considerados por grupos que elaboram a construção do espaço vêm sofrendo um choque, pois os modelos padronizados com base em uma concepção mais racional do espaço não estão atendendo às múltiplas possibilidades que este pode significar.

O que se espera é que determinados grupos, como os dos arquitetos, possam renovar o olhar sobre o cotidiano e imaginar, constantemente, as múltiplas possibilidades que o espaço pode significar. O que se espera é que esses possam reconhecer, com critério, as relações entre o homem e o seu ambiente através dos espaços da vida cotidiana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maristela Moraes. *Análise das interações entre o homem e o ambiente*. UFSC: Florianópolis, 1995. 85p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- ARNHEIM, R. *La forma visual de la arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gilli, (1978).
- ARTIGAS, Vilanova J. B. *Os Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Pini: Fundação Vilanova Artigas, 2. ed., 1986. 144p.
- AZEVEDO, S. *Estado, Famílias, Habitação no Brasil*, In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, I, 1996, Viçosa, MG: UFV, 1994.
- BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Gallimard, 1974.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d Água, 1991. 201p.
- BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos objetos*. São Paulo: Gallimard. (1993).
- CAVALCANTI, L. *A Casa para o Povo: arquitetura moderna e habitações econômicas*. Rio de Janeiro 1987. 122p. Dissertação (mestrado em antropologia social), Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social,
- CHAUÏ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORBUSIER, LE. *Por uma arquitetura*. São Paulo, Editora Prespectiva. 1973.
- CORBUSIER, LE. *Maneiras de pensar o urbanismo*. Lisboa, Publicações Europa-America. 1969.
- DOWNS, R. M. & STEA, D. *Image and environment: cognitive mapping and spatial behavior*. Chigago: Aldine Publishing, 1973.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário; ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. 122p.
- FERRARA, L. D' Alensio. *Olho periférico: Informação, Linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp – FAPESP, 1999, 277 p.
- FRAMOTN, K. *A História Critica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 470 p.
- FRAMOTN, K. *O Regionalismo Critico: arquitetura moderna e identidade cultural*. In:
- FRAMOTN, K. *Historia Critica de la Arquitectura Moderna*. Barcelona: Gustavo Guilli: 1987. 33 p.

- FREITAS, E. *Comportamento Espacial: posições teóricas, variáveis e modelos*. Arquivos Brasileiro de Psicologia, Rio de Janeiro, nº33(3).111/124 p. julho/setembro.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 321p.
- GIAQUETO, Adriana. *Moradores do conjunto habitacional “Vicente Leporace”: o sonho, o encontro, a luta*. Franca. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Unesp – FHDSS, 1997.
- GOMES, E. C. *percepção do ambiente construído: a praça*. São Paulo, 1997. 202p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
- GOUVEIA, Maria das Graças de. *Organizações de bairro: um espaço de cidadania – o caso de Franca*. Franca – SP: Unesp – FHDS, 1991.
- GRIFFITHS, A. The Termal environment. In: CANTER, D.; STRINGER, P. (Ed.) London: Surrey University Press, 1975, p.21-52.
- GROPIUS, W. *Bauhaus: Novaarquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994, 4. ed. 220p.
- GROPIUS, W. *A arquitetura não é arqueologia aplicada*. (1949). In: Bauhaus: Novaarquitetura. São Paulo, Editora Perpectiva, 1972.
- GROPIUS, W. “As bases sociológicas da habitação mínima para a população das cidades industriais”, (1929), in Bauhaus: Novaarquitetura. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- HÁGUÉTTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 1992. 170 p.
- HEIDEGGER, M. *Being and Time*. Traduzido para o inglês por John Macquirre & Edward Robinson. London: SCM Press, 1962.
- HEIDEGGER, M. *Poetry, Language, Thought*. Traduzido para o inglês por Albert Hofstadter. New York: HARPER & Row Publishers, 1971.
- HEIDEGGER, M. *El Ser el Tiempo*. Mexico:Fundo de Cultura Econmica.(1986).
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970. 121 p.
- JENCKS, Charles. *Modern Movements in Architecture*. New York, Penguin Books. 1978.
- JENCKS, Charles, BAIRD, George. *El significado en arquitetura*. Madri: H. Blume, 1975. 319 p.

- LANG, J. *Designing for human behavior*. Stroudsburg: Dowden, Hutchinson & Ross, 1974.
- LANGER, Susanne K. *Sentimento e forma*. São Paulo: Perspectiva, 1980. Cap. 5: Espaço virtual, p.73-90; Cap. 6: Os modos do espaço virtual, 91/110 p.
- LAY, M. C. & REIS, A. T. L. *Satisfação e comportamento do usuário como critérios de avaliação pós-ocupação da unidade e do conjunto habitacional*. IN: Encontro Nacional do Ambiente Construído, ANAIS. São Paulo: ANTAC.
- MALARD, M. L. *Brazilian Low-cost housing - interaction and conflicts between resident and dwellings*. Sheffield: University of Sheffield. Ph. D. Thesis. (1992).
- MALARD, M. L. *Os objetos do cotidiano e a ambiência*. In: 2º Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, ANAIS. Florianópolis: ANTAC, ABERGO, SOBRAC (1993).
- MARTINS, H. T. *Espaço físico de habitações populares do Sistema Financeiro de Habitação: Piracicaba – SP, 1986*. Oikos. Viçosa. MG, V5, nº1, 20/31 p., 1987.
- MERTON, K., WEST, S., JAHODA, M. et al. *Sociologia de la vivienda*. Buenos Aires: Imprensa Lopes, 1963. 289 p.
- MOLES, Abraham. *As ciências do impreciso*. Rio de JANEIRO: Civilização Brasileira, 1995. 371p.
- MOORE, Charles. ALLEN, Gerald. *Dimensiones de la arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976. 196p.
- MOORE, Charles. ALLEN, Gerald, LYNDON, Donlyn. *La casa: forma y diseño*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1985. 267p.
- MOORE, Charles. BLOOMER, Kent. *Cuerpo, memoria y arquitectura*. Madri: H. Blume, 1983. 159p.
- MORIS, E. W. WINTER, M. *Athrory of family housing adjustment*. Journal of Marriage and the Family, Minneapolis, v 37, nº 1, 79/104 p., Fevereiro 1975.
- OJEDA, P. *A organização do espaço como uma atividade socialmente compartilhada: o usuário como participante do processo relativo ao projeto de utilização do espaço*. Florianópolis 1995. p166. .Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- PANDOLFI, D. C. *Pernambuco Agamenom Magalhães. Consolidação e crise de uma elite política*. Recife Editora Massagana. 1984.
- PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Darumá, 1995.
- PICARELLI, M. *Habitação: uma interrogação*. São Paulo: FAUUSP, 1986. 175p.

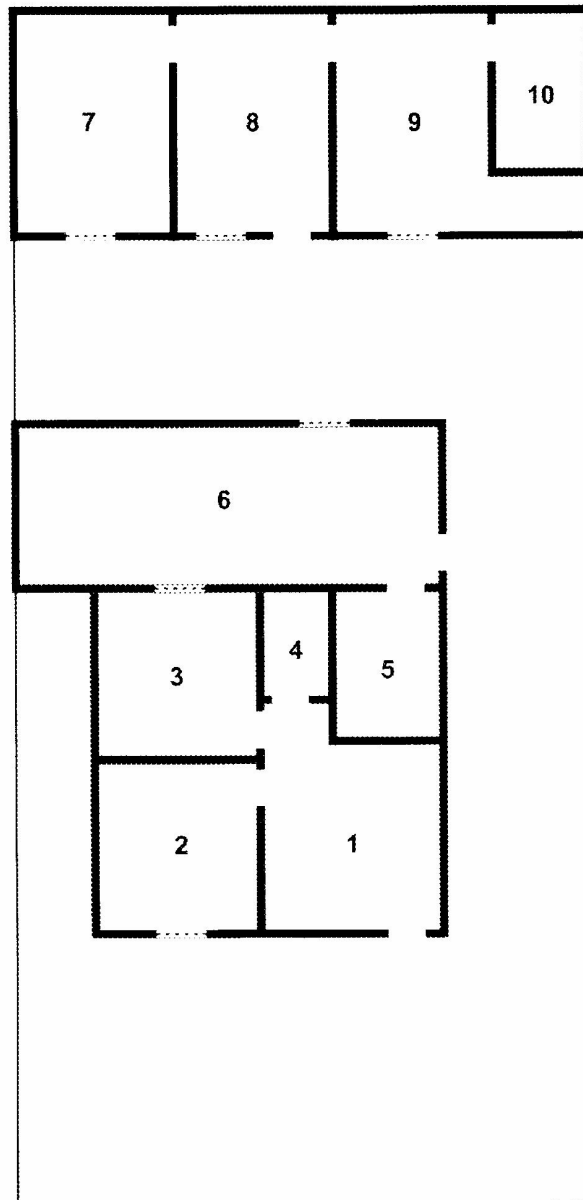
- RAPOPORT, A. *Aspecttos Humanos de La Forma Urbana*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.
- RAPOPORT, Amos; WATSON Newton. *Cultural Variability in Physical Standars* In: R. Gutman (ed) *People and Buildings*, New York, Basic BOOKS, (1970), 33-53 p.. (Ooriginally in Transactions of the Barlett Soecity, vol. 6, 1967-68 p.
- RAPOPORT, Amos. *Origens culturais da arquitetura*. In: CATANESE, Anthony, SNYDER, James C. introdução à arquitetura. Rio de Janeiro Campus, 1984. Cap.1, 26-42 p.
- RINALDI, Dalva Marlene Chioc. *As boçorocas como condicionantes do crescimento urbano de franca*. UNESP, 1992. Dissertação de Mestrado em geografia Humana.
- RYBCZYNSKI, W. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: RECORD, 1996. 261p.
- RYBCZYNSKI, W. *Vida nas cidades: expectativas urbanas*. Trad. Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SANTOS, M. *Involução Metropolitana e Economia Segmentada: o caso de São Paulo in Bahia*. Analise de dados Questão Urbana CEI, vol.3, nº2 5-17 p.:1990.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. 64p.
- SCHULZ, Cristian Norberg. *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980. 213p.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira. *Verso e Reverso da política habitacional brasileira: autores sociais em confronto*. São Paulo, 1987. Tese (mestrado em serviço social). Pontifícia Universidade Católica.
- SOMMER, R. *Espaço Pessoal – as bases comportamentais de projetos e planejamento*. São Paulo: EDU-EDUSP, 1973. 220p.
- TUAN, Y. F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983. 249p.
- TUAN, Y. F. *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores ambientais*. São Paulo: Difel, 1980. 287
- VALLADARES, Licia do Prado. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores 1980.
- VAN EYCK, Aldo. *La interioridade del tiempo*. In: JENCKS, Charles, BAIRD, George. *El significado en arquitectura*. Madri: H. Blume, 1975. p.185188.

## **APÊNDICE**

# APÊNDICE A

## PLANTA I Planta da casa I

Área total de aproximadamente 70m<sup>2</sup>



### LEGENDA:

#### CASA A

- 1- Sala
- 2- Dormitório
- 3- Dormitório
- 4- Banheiro
- 5- Antiga Cozinha
- 6- Cozinha

#### CASA B

- 7- Cozinha
- 8- Sala
- 9- Dormitório
- 10- Banheiro

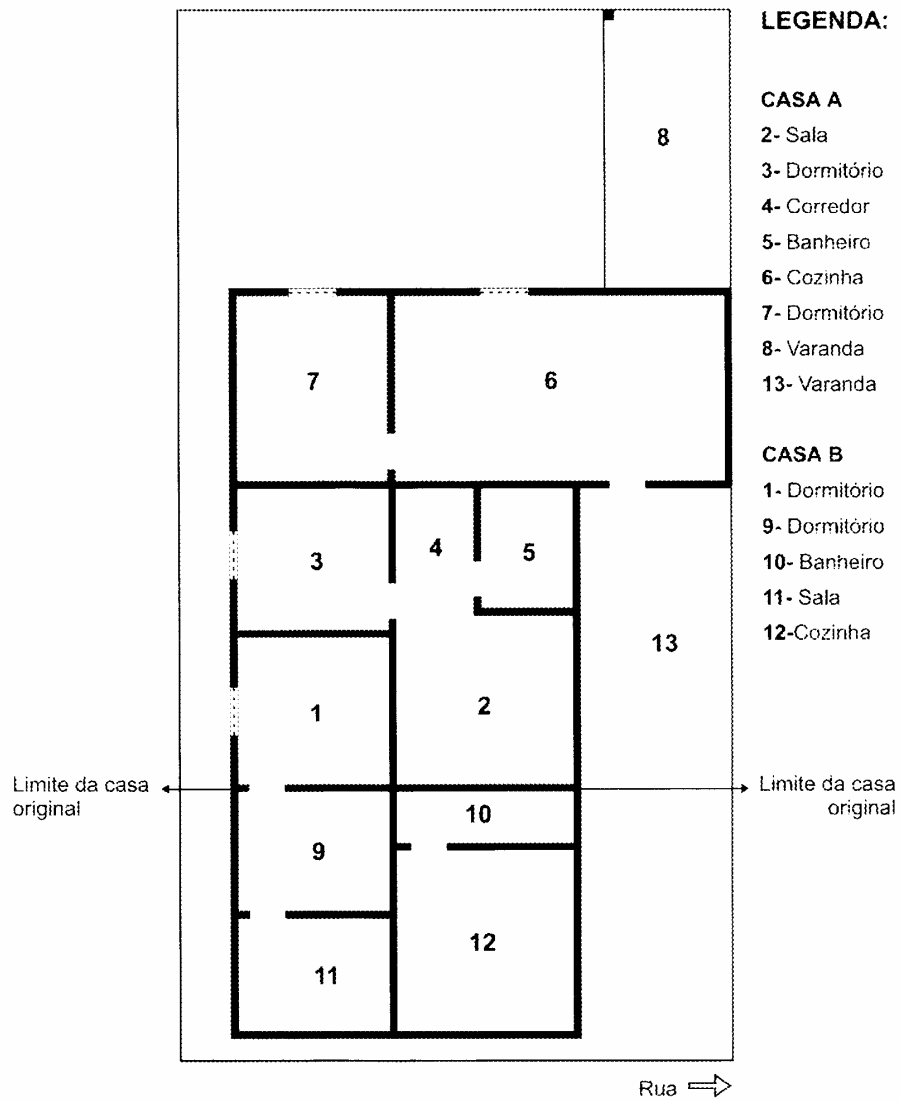
OBS.: Casa original - 1, 2, 3, 4 e 5

Rua ⇒

Adição recente - 6

Figura 1A – Planta I – Planta da casa I.

**PLANTA II**  
**Transformação da casa em**  
**duas unidades de habitação**



OBS.: Casa original - 1, 2, 3, 4 e 5

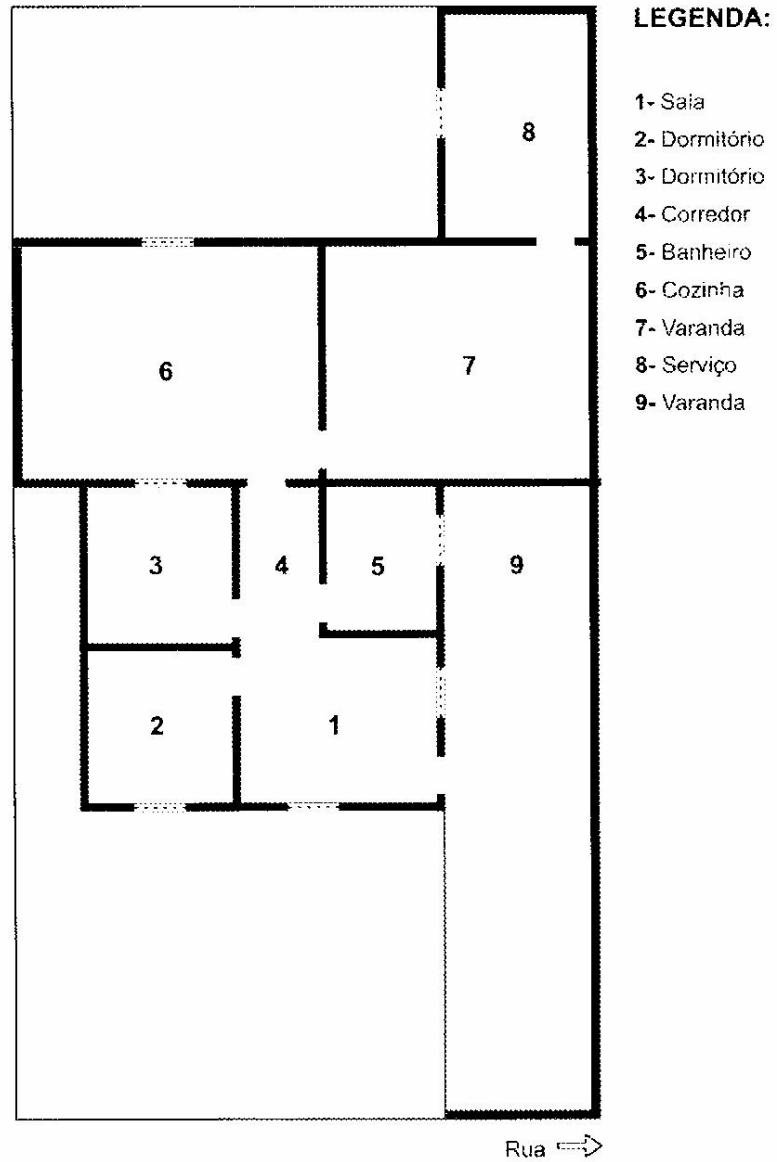
Adição recente - 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12

**Figura 3**

Figura 2A – Transformação da casa em duas unidades de habitação.

### PLANTA III

Área aproximado de 100m<sup>2</sup>



OBS.: Casa original - 1, 2, 3, 4 e 5

Adição recente - 6, 7, 8 e 9

Figura 3A – Planta baixa de uma casa com área aproximada de 100 m<sup>2</sup>.